

"MORFOFONOLOGIA DAS FORMAS VERBAIS FINITAS"
(Tratamento Fonológico-gerativo)

Dissertação M. L.

1978

Esta dissertação foi julgada adequada para
a obtenção do grau de

MESTRE EM LETRAS

e aprovada em sua forma final pelo orientador e pelo Programa de Pós - Graduação.

Professor Paulino Vandresen

- Orientador -

Professora Maria Marta Furlanetto
Coordenadora do Curso de Pós- Graduação em
Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Paulino Vandresen

Professora Yonne de Freitas Leite

Professora Isolde de Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

"MORFOFONOLOGIA DAS FORMAS VERBAIS FINITAS"
(Tratamento Fonológico-gerativo)

Dissertação submetida à Universidade
Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de Mestre em Letras,
área de Linguística.

MARIA INES PAGLIARINI

Fevereiro - 1978

ABSTRACT

PAGLIARINI, Maria Inês. "Morfofonologia das Formas Verbais Finitas - Tratamento Fonológico-gerativo". M.A. Dissertation, Maringá, 1978.

Generative phonology, using the creative linguistic power, required by rationalist theories, does not detain itself in the function of cataloguing phonetic facts about verbal morphology, but undertakes harder tasks as to discover the mental mechanism accomplished by portuguese native speakers in the production of verbal words. The discovery of this mental mechanism requires the analysis of two kinds of linguistic knowledge: (1) ad hoc linguistic knowledge and (2) systematic linguistic knowledge.

The aim which underlies the analysis of the ad hoc linguistic knowledge about verbal morphology is the determination of systematic phonemic representations pertinent to verbal categories (in this grammar systematic phonemic representations are always unique).

In undertaking the analysis of the systematic linguistic knowledge one has in mind to characterize rules which take systematic phonemic representations to phonetic ones. The rules of a language are motivated by the SPC's (Surface Phonetic Constraints) of this language, since systematic phonemic representation do not always constitute well formed phonetic representations.

In verbal morphology rules which take systematic phonemic representations to phonetic ones are of two sort: (1) morphological and (2) phonological.

The criterion which determines the qualification of a rule as morphological is the presence of syntatic features which attached to its context restrict its applicational scope. Morphological rules are required by derivational morphology and that's why they are opaque in the nativization of borrowing and do not characterize foreign accent in learning a second language. They are not subject to dialectalization, either. (The same is not applied to phonological rules where it happens just the opposite).

Phonological rules are in this way designated because their contexts are formed only by phonological features, applying to all matrices which find their structural descriptions without considering to which class or morphological category they belong.

The consideration of rules as morphological and phonological provides material to divide the phonological component in two subcomponents: (1) subcomponent of morphological rules and (2) subcomponent of phonological rules.

Subcomponent of morphological rules applies before that one of phonological rules. Rules which constitute each subcomponent may be ordered among themselves by intrinsic principles.

The undertaking of this analysis proportionates the construction of a scheme which shows the mental mechanism accomplished by portuguese speaker in the production of phonetic verbal words (perhaps, in the production of any phonetic word) from surface syntatic structures. This scheme is shown below.

A L K
D I N
N O
H G W
O U L
C I E
S D
T G
I E
C

VERBAL SURFACE
SYNTACTIC STRUCTURE

APPLY REAJUSTAMENT
RULES I' - XVIII'

SYSTEMATIC PHONEMIC
REPRESENTATION

MSC'S GUARANTEE
THAT NO SYSTEMATIC
PHONEMIC CONSTRAINT
WAS VIOLATED

LEXICAL
BORROWING

LEARNING OF
A SECOND
LANGUAGE

S
Y
S
T
E
M
A
T
I
C

L
I
N
G
U
I
S
T
I
C

K
N
O
W
L
E
D
G
E

DOES
THE INPUT
SATISFY THE E.D.
OF REGULAR
MORPHOLOGICAL
RULES?

YES

APPLY PROCESS OF
REGULAR MORPHOLOGICAL
SUBCOMPONENT

HAS
MORPHOLOGICAL
STRESS BEEN
APPLIED?

YES

NO

APPLY
PHONOLOGICAL
STRESS

IS
SEQUENCE
ACCEPTED BY
THE SPC'S OF
PORTUGUESE
LANGUAGE?

INTERFERENCE

P
H
O
N
O
L
O
G
I
C
A
L

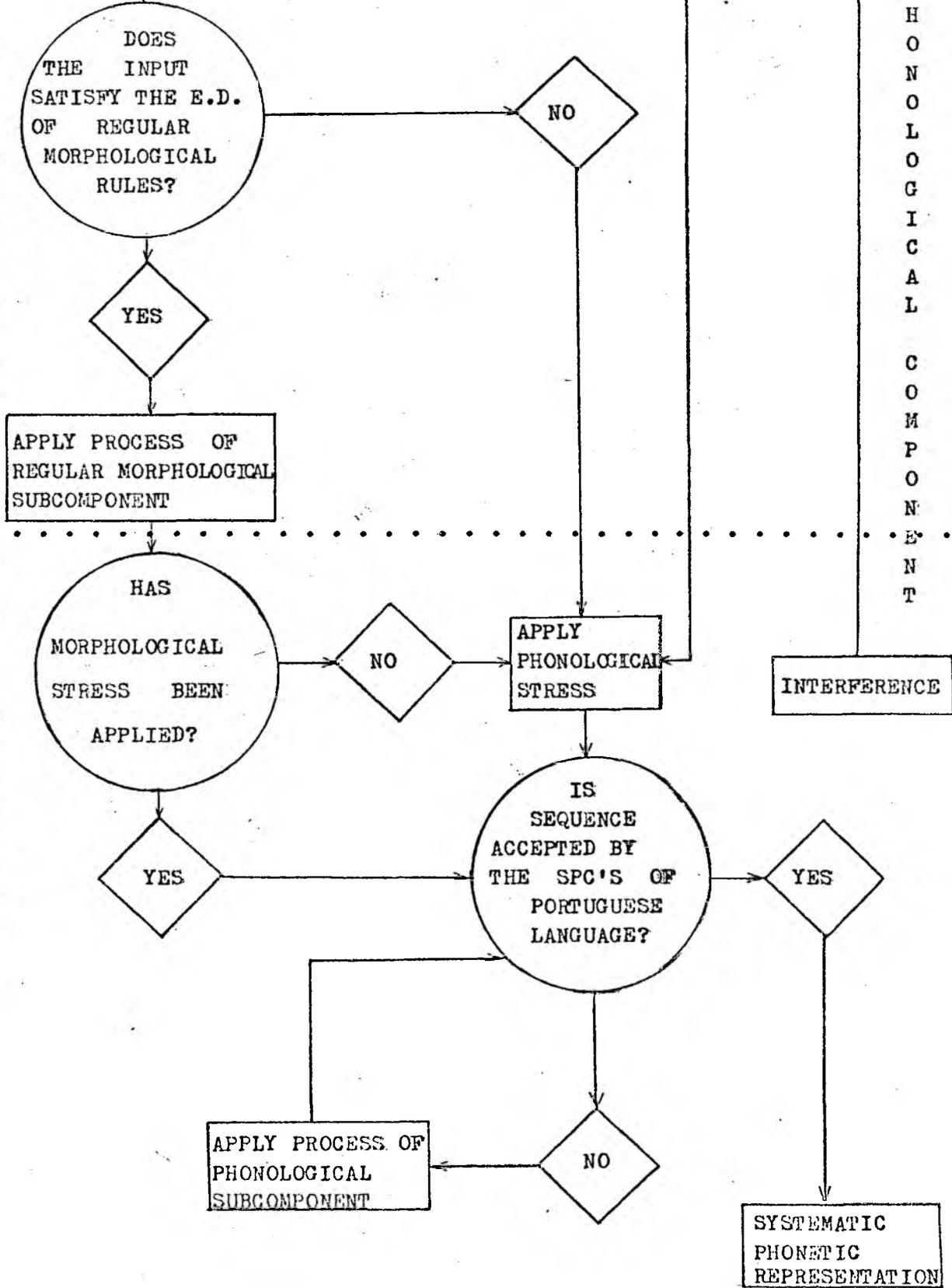
C
O
M
P
O
N
E
N
T

YES

APPLY PROCESS OF
PHONOLOGICAL
SUBCOMPONENT

NO

SYSTEMATIC
PHONETIC
REPRESENTATION



In order to illustrate how this mental mechanism is performed by portuguese native speaker it will be considered the form [ˈdɨrmu].

/dɔrm+vt ₃ +[-perf]+[+ ^{pas} indic]+[+ ^{la} pl] /	Surface syntatic structure
i ø ø o	Apply reajustament rules
/dɔrm - i - o/	Systematic phonemic representation.
yes	Does the input satisfy the E.D. of regular morphological rules?
/dɔrm - i - o/ 4 5 ↓ ↓ dɨrm ø o	Apply regular morphological rules (4:3) and (5:3)
no	Has morphological stress been applied?
dɨrm o 6 ↓ ˈdɨrm o	Apply phonological stress (6:3)
no	Is sequence accepted by the SPC's of Portuguese language?
ˈdɨrm o 8 ↓ ˈdɨrm u	Apply postonic vocalism rule (8:3)
yes	Is sequence accepted by the SPC's of Portuguese language?
[ˈdɨrmu]	Systematic phonetic representation

RESUMO

PAGLIARINI, Maria Inês. "Morfofonologia das Formas Verbais Finitas - Tratamento Fonológico-gerativo". Dissertação de Mestrado, Maringá, 1978.

A fonologia gerativa, utilizando o poder linguístico criativo, esposado pelas teorias racionalistas, não se detém a catalogar os fatos fonéticos relativos à morfologia verbal, mas empreende tarefas mais ambiciosas como: "descobrir o mecanismo mental ativado pelos falantes nativos de português na produção dos vocábulos verbais". A descoberta desse mecanismo requer a análise de dois tipos de conhecimento: (1) conhecimento linguístico ad hoc e (2) conhecimento linguístico sistemático.

O objetivo que subjaz à análise do conhecimento linguístico ad hoc relativo à morfologia verbal é a determinação das representações fonêmicas sistemáticas inerentes às categorias verbais (na gramática aqui proposta as representações fonêmicas sistemáticas são sempre únicas).

Ao empreender a análise do conhecimento linguístico sistemático objetiva-se caracterizar os processos que levam as representações fonêmicas sistemáticas às fonéticas. Os processos de uma língua são motivados pelas RFS's (restrições fonéticas de superfície) dessa língua, desde que nem sempre as representações fonêmicas sistemáticas constituem representações fonéticas ótimas.

Na morfologia verbal os processos que levam as estruturas fonêmicas sistemáticas às fonéticas são de dois tipos: (1) morfológicos e (2) fonológicos.

O critério que determina a qualificação de um processo como morfológico é a presença de traços sintáticos adstritos ao contexto da regra cuja finalidade é restringir seu âmbito aplicacional. As regras morfológicas são requeridas pela morfologia derivacional e por isso são opacas na nativização dos empréstimos e não caracterizam sotaque estrangeiro ao se aprender uma segunda língua. Também não estão sujeitas a dialeção. (O mesmo não é verdadeiro para os processos fonológicos onde acontece justamente o contrário)

Os processos fonológicos são assim designados porque seus contextos são constituídos apenas por traços fonológicos, aplicando a todas as matrizes que encontrem suas descrições estruturais independentemente da classe morfológica a que pertençam.

A consideração dos processos como morfológicos e fonológicos fornece fundamentos para se dividir o componente fonológico em dois subcomponentes: (1) subcomponente de regras morfológicas e (2) subcomponente de regras fonológicas.

O subcomponente de regras morfológicas aplica antes do subcomponente de regras fonológicas. As regras que constituem cada subcomponente estão ordenadas entre si por princípios intrínsecos.

O empreendimento dessa análise proporciona a construção de um esquema que retrata o mecanismo mental ativado pelo falante de português na produção dos vocábulos verbais fonéticos (e quem sabe, na produção de qualquer vocábulo fonético) a partir das estruturas de superfície sintáticas.

Para ilustrar como esse mecanismo mental é atualizado pelo falante nativo de português considere a forma [ˈdɨrmu].

/dɔrm+Vt ₃ +[-perf]+[+ ^{pas} indic]+[- ^{pl} pl]/	Estrutura de superfície sintática.
i ø ø o	Aplica regras de reajustamento
/dɔrm - i - o/	Representação fonêmica sistemática
sim	O input encontra a D.E. de processos morfológicos regulares?
<pre> dɔrm - i - o/ 4 5 ↓ ↓ dɨrm ø o </pre>	Então aplica os processos morfológicos regulares (4:3) e (5:3)
não	Aplicou acento morfológico?
<pre> ˈdɨrm o 6 ↓ ˈdɨrm o </pre>	Então aplica acento fonológico (6:3)
não	Está a sequência de acordo com as RFS's da língua portuguesa?
<pre> ˈdɨrm o 8 ↓ ˈdɨrm u </pre>	Então aplica vocalismo de pos-tônica (8:3)
sim	Está a sequência de acordo com as RFS's da língua portuguesa?
[ˈdɨrmu]	Então representação fonética sistemática

ÍNDICE

CHAVE DE ABREVIATURAS

CHAVE DE SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

INTRODUÇÃO

1. O VERBO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL, ESTRUTURAL E TRANSFORMACIONAL

- §1.1 As categorias verbais p.1 a 5
- §1.2 As categorias verbais e a estruturação do vocábulo verbal. p.5 a 22
 - §1.2.1 Tratamento tradicional. p.5 a 8
 - §1.2.2 Tratamento estrutural. p.8 a 14
 - §1.2.3 Tratamento transformacional p.15 a 22
- §1.3 Sumário p.22
- Notas p.23

2. ALGUNS PRESSUPOSTOS BÁSICOS EM FONOLOGIA GERATIVA

- §2.1 Situação da fonologia dentro do modelo gerativo-transformacional p.24
- §2.2 A teoria fonológica gerativista. p.24 a 25
- §2.3 A teoria fonológica e os níveis de representação dos enunciados lingüísticos. p.25 a 31
 - §2.3.1 Nível de representação lexical p.25 a 27
 - §2.3.2 Nível de representação fonológica p.27 a 28
 - §2.3.3 Nível de representação fonética. p.28 a 29
 - §2.3.4 Considerações críticas sobre o modelo proposto por Botha e apresentação do modelo de Stanley. p.29 a 31
- §2.4 Redundância. p.31 a 42
- §2.5 Regras fonológicas p.42 a 46
- §2.6 Ordenação de regras p.46 a 56
- §2.7 Quão abstrata é a representação fonêmica sistemática p.56 a 60
- §2.8 Simplicidade vs naturalidade e marcação. p.60 a 67
- §2.9 Sumário p.67 a 68
- Notas p.69

3. AS FORMAS FINITAS DO VERBO (DAS REPRESENTAÇÕES FONEMICAS SISTEMÁTICAS ÀS FONÉTICAS)

- §3.1 Presente. p.70 a 113
 - §3.1.1 Formas do presente - amostra fonética p.70 a 71
 - §3.1.2 Súmula observacional p.71 a 80
 - §3.1.2.1 Os radicais. p.71 a 72
 - §3.1.2.2 As vogais temáticas. p.72 a 73
 - §3.1.2.3 Os sufixos número-pessoais. p.73 a 75
 - §3.1.2.4 Modo-tempo (MT) e aspecto (ASP). p.76 a 80
 - §3.1.3 Das formas subjacentes às fonéticas. p.81 a 90
 - §3.1.4 A natureza regular dos verbos irregulares. p.90 a 108
 - §3.1.5 Imperativo. p.108 a 113
- §3.2 Imperfeito do Indicativo. p.113 a 123
 - §3.2.1 Imperfeito do indicativo dos verbos eruditos p.119 a 123

§3.3	Pretérito perfeito do indicativo.	p.123 a 137
§3.3.1	Pretérito perfeito dos verbos [4 erudito]. . .	p.133 a 137
§3.4	Pretérito mais que perfeito.	p.137 a 140
§3.5	Pretérito imperfeito do subjuntivo.	p.140 a 143
§3.6	Futuro do subjuntivo	p.143 a 148
§3.7	Futuro do presente e do pretérito.	p.148 a 154
§3.7.1	Comportamento fonológico de "haver" como auxiliar.	p.152 a 154
§3.8	Conclusão.	p.154 a 161
	Notas	p.162
BIBLIOGRAFIA		p.163 a 166
ÍNDICE DE REGRAS		p.167 a 173

CHAVE DE ABREVIATURAS

CATEGORIAS SINTÁTICAS

1. ant = anterior
2. ASP = aspecto
3. AUX = auxiliar
4. Conj = conjugação
5. F = frase (sentença)
6. Id ou Indic = indicativo
7. Ip = imperativo
8. MT = modo-tempo
9. N = nome
10. NP = número-pessoa
11. pas = passado
12. perf = perfeito
13. pes = pessoa
14. pl = plural
15. RAD = radical
16. S.ADV = sintagma adverbial
17. SN = sintagma nominal
18. S.PRED = sintagma predicativo
19. SV = sintagma verbal
20. Sb ou Subj = subjuntivo
21. T = tema
22. Vb = verbo
23. Vt = vogal temática

TRAÇOS FONOLÓGICOS

1. acent = acentuado
2. ant = anterior
3. arred = arredondado
4. cons = consonantal
5. cont = contínuo
6. cor = coronal
7. estrid = estridente
8. lat = lateral
9. met ret = metástese retardada
10. nas = nasal
11. post = posterior
12. sil = silábico
13. son = sonoro

OUTRAS ABREVIATURAS

1. CEM = condição de estrutura de morfema
2. CN = condição negativa
3. CP = condição positiva

4. D.E. = descrição estrutural
5. M.E. = mudança estrutural
6. REM = regra de estrutura de morfema
7. RFS = restrição fonética de superfície
8. RFS/M = uma condição de estrutura de morfema que é também uma restrição fonética de superfície, mas que não precisa ser representada por uma regra fonológica
9. RFS/A = uma restrição fonética de superfície que não é uma condição de estrutura de morfema e que deve ser representada por uma regra fonológica.

CHAVE DE SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

1. () indica que o elemento é opcional
2. { } indica que os elementos estão conjuntivamente ordenados
3. < > indica que os elementos se implicam reciprocamente
4. [] englobam conjunto de traços distintivos ou delimitam representações fonéticas
5. // delimitam representações fonêmicas sistemáticas
6. + indica a presença do traço
7. - indica a ausência do traço
8. 0 indica a não-especificação do traço
9. NM não marcado
10. M marcado
11. ∅ indica inexistência de segmento ou morfema, resultante ou não da aplicação de regras
12. → indica "reescreve-se como:"
13. / indica que segue o contexto em que se integra o elemento transformado
14. — indica o ponto, dentro do contexto, do elemento transformado pela aplicação da regra
15. § indica fronteira de sílaba
16. † indica fronteira de morfema
17. # indica fronteira de palavra
18. * indica forma agramatical
19. ~ indica que os segmentos se alternam

Para as transcrições fonêmicas e fonéticas fora utilizado o ALFABETO FONÉTICO INTERNACIONAL.

INTRODUÇÃO

"Morfofonologia das Formas Verbais Finitas" é um modelo tentativo cujo objetivo é explicitar os fatos linguísticos relativos à competência e à performance dos vocábulos verbais em português, especificamente, dialeto norte-paranaense.

Inúmeras análises a respeito da morfologização das categorias sintáticas inerentes ao verbo foram empreendidas por gramáticos tradicionais ou estruturalistas, mas não passaram de mera catalogação dos dados manifestos fonética e ortograficamente. Tudo o que conseguiram atingir foi um nível de adequação descritiva com o qual a teoria fonológica gerativista não se contenta.

Com o advento da fonologia gerativa os linguístas se despertam para objetivos mais ambiciosos. Deixam de se satisfazer com a concepção de língua como um instrumento já pronto e passam a entendê-la como um processo cuja natureza cabe a eles explicitarem. Na função de explicitar a natureza do processo - língua elaboram hipóteses cujo julgamento é feito com base em critérios como: plausibilidade (naturalidade), congruência, valor explicativo, simplicidade, etc.

Restringir o âmbito da proposição colocada no parágrafo imediatamente anterior à morfologia verbal equivalerá a dizer que o vocábulo verbal deixa de ser entendido como uma coisa já pronta cuja aquisição a criança faz por mera estocagem mediante associações do tipo estímulo-resposta. Adquirir os vocábulos verbais da língua portuguesa significa dominar um complexo sistema de regras que formaliza o conhecimento linguístico sistemático do falante-ouvinte de português e que permite compreender e criar, a partir do léxico, que formaliza o conhecimento ad hoc do falante ouvinte de português, vocábulos verbais nunca antes ouvidos. É no emaranhado desse complexo sistema de regras que se pretende aqui penetrar. Os meios que um fonólogo gerativista emprega para descrever e explicitar os fatos linguísticos relativos à morfologia verbal são semelhantes àqueles que a criança emprega para adquiri-la. Ambos elaboram hipóteses que confrontadas com os dados serão aceitas ou refutadas. Quais são essas hipóteses? Que critérios são usados no seu julgamento? São a essas e a outras perguntas que o Cap. III se propõe a responder.

Além do Cap. III que é uma tentativa de explicar os fatos linguísticos relativos à morfofonologia verbal, o trabalho inclui também, no

Cap. I, breve recensão crítica de alguns tratamentos dispensados ao verbo por gramáticos tradicionais, estruturais e transformacionais. Ainda nesse capítulo decidir-se-á por uma estrutura sintática que deverá servir como arcabouço para a proposição das representações fonêmicas sistemáticas.

No Cap. II estão incluídas recensões de artigos e livros sobre pressupostos básicos em fonologia gerativa, onde, sempre que possível, os exemplos originais são substituídos por exemplos da fonologia portuguesa. Ao trabalho de resenha são acrescentados comentários críticos que pesam na escolha ou na elaboração de um modelo teórico fonológico-gerativo que se preste à análise da morfologia verbal portuguesa.

CAPÍTULO I

O VERBO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL, ESTRUTURAL E TRANSFORMACIONAL

§ 1.1 AS CATEGORIAS VERBAIS

As categorias gramaticais inerentes ao verbo são: 1. voz, 2. conjugação, 3. modo, 4. tempo, 5. aspecto, 6. pessoa e 7. número.

1. VOZ. A voz expressa " a relação que há entre o sujeito e o predicado." (1) A relação pode ser de três naturezas: ativa, passiva e reflexiva. No português a voz é expressa analiticamente e será, portanto, irrelevante para esse trabalho, cujo objetivo é analisar aquilo que sinteticamente constitui o vocábulo verbal, estritamente falando, morfologia verbal.

2. CONJUGAÇÃO. Gramáticos e linguistas são unânimes em afirmar que a conjugação, diferentemente das outras categorias, tem uma função exclusivamente formal, i.é., seccionar os paradigmas verbais de acordo com os seus comportamentos quando lhes são afixados morfemas. São três as conjugações: 1a., 2a. e 3a. Em termos de significantes são expressas pelas vogais temáticas a, e, i respectivamente.

3. MODO. Modo é o traço que o verbo assume para indicar a atitude da pessoa que fala em relação àquilo que fala. O falante pode: a. declarar, b. supor, desejar, duvidar, c. impor, sendo que "a. caracteriza o indicativo [+ Id], b. o subjuntivo [+ Sb] e c. o imperativo [-Id-Sb]" (2)

Segundo Luft (3) o modo verbal é no nível lexical representado por certos advérbios, no sintático por auxiliares modais e no mórfico (que é o pertinente à análise aqui empreendida) por morfemas.

4. TEMPO. Tempo é a categoria verbal que manifesta o momento em que se efetua o processo. "Do ponto de vista lógico impõe a tripartição... passado / presente / futuro... Do ponto de vista linguístico, i.é., das marcas nas formas do verbo parte-se da oposição passado/não-passado ou seja [± passado]." (4)

Linguisticamente, o traço [- passado] cobre o presente e o futuro.

Em termos morfológicos as categorias modo e tempo não são dadas

independentemente, amalgamam-se em morfemas únicos, os sufixos modo-temporais.

5. ASPECTO. Aspecto é o traço verbal que "encara o tempo em função do próprio processo, ou seja, da sua duração. É pontual quando essa duração corresponde a um simples ponto na linha figurada do tempo, da mesma sorte que é durativo, ou curativo, quando abarca um segmento apreciável. Em referência à língua latina e suas derivadas, tem especial importância a distinção entre o aspecto dito perfeito (ou conclusivo), em que a expressão linguística dá uma ocorrência já completada, e o aspecto imperfeito (ou inconclusivo) em que o processo é surpreendido em sua realização." (5)

Para essa análise só será pertinente os traços aspectuais perfeito e imperfeito, binariamente representados por $[\pm \text{ perfeito}]$. Toda forma verbal portadora do traço aspectual $[\pm \text{ perfeito}]$ será ainda $[\pm \text{ anterior}]$

É a combinação das categorias modo, tempo e aspecto que determina os paradigmas constituintes do sistema flexional do verbo em português.

Constituem esse sistema:

NOTAÇÃO TRADICIONAL:	NOTAÇÃO BINÁRIA (Luft):	EXEMPLO:
1. Pres. do Indic.	+Id, - pas, - perf	Eu <u>como</u> sempre
2. Pret.imperf.do Indic	+Id, + pas, - perf	Eu <u>comia</u> bem
3. Pret.Perf. do Indic	+Id, + pas, + perf - ant	Eu <u>comi</u>
4. Pret.m.q.Perf.do Indic	+Id, + pas, + perf + ant	Não quis lanchar porque <u>comera</u> muito
5. Pres.Subj.	+Sb, - pas, - perf	É possível que <u>coma</u> caviar
6. Pret.imperf.subj.	+Sb, + pas, + perf + ant	Pedira-me que <u>comesse</u>
7. Fut. Subj.	+Sb, + pas, + perf - ant	Se <u>comer</u> demais ficará doente
8. Imperativo	-Id, - Sb	<u>Coma</u> isso aí

Como Luft sugere "a combinação dos traços de tempo $[\pm \text{ pas}]$ e aspecto $[\pm \text{ perf}, \pm \text{ ant}]$ dá um resultado que se choca com as noções e nomes tradicionais das formas do subjuntivo. O futuro do subjuntivo aparece como 7, ou seja, como $[\pm \text{ pas}, \pm \text{ perf} - \text{ ant}]$." (6)

O que comumente se nomeia futuro do subjuntivo ocorre nas construções de suposição. Por exemplo:

A. Se comer demais, ficará doente.

B. Se chegar tarde, ficará para fora.

Em termos de suposição, o comer e o chegar são imaginados como "perfei-

tos" em relação ao ficar doente e ficar para fora. A noção de futuro, sem dúvida, liga-se ao modo subjuntivo, mas o tempo suposto é "passado" e o aspecto, "perfeito".

Também Eduardo Carlos Pereira faz uma observação interessante sobre o futuro do subjuntivo: "é futuro em referência ao ato da palavra, é passado em referência a uma época posterior ou a uma circunstância indicada." (26)

A notação binária capta também a impropriedade da terminologia pretérito imperfeito do subjuntivo. Mattoso observa que "a associação entre aspecto perfeito e pretérito (passado) fez-se sentir, de maneira preponderante para o modo subjuntivo, no latim vulgar. O resultado foi a fixação, como pretérito único, do chamado pretérito mais que perfeito (amavisse) e o abandono gradual do pretérito imperfeito (amarem). Criou-se assim, no subjuntivo a oposição entre presente (imperfeito) e o pretérito (perfeito). É essa oposição que vigora no português..." (7). Portanto, o que tradicionalmente se nomeia pretérito imperfeito do subjuntivo, é pela notação binária revelado ser mais uma espécie de "mais que perfeito do subjuntivo".

Além das categorias: voz, conjugação, modo, tempo e aspecto que são eminentemente verbais, o verbo assume, subsidiariamente, duas outras categorias: pessoa e número.

6. PESSOA. A categoria pessoa refere-se aos participantes do ato de comunicação verbal. Estritamente falando um discurso comporta só duas pessoas [1a.] (eu) e [2a.] (tu). A comumente denominada 3a. pessoa (ele, ela) constitui a não-pessoa do discurso e será aqui simbolizada por [-1a - 2a]. "A 1a.e a 2a. pessoa referem-se às que participam ativamente da comunicação lingüística, a 3a. pessoa ou [-1a - 2a.] substitui, no contexto lingüístico um nome substantivo, que por sua vez se refere a qualquer coisa que é assunto passivo da comunicação." (8)

A categoria pessoa é um traço latente dos seres e não dos processos, contudo, através de uma regra de concordância, o verbo assume a pessoalidade do seu sujeito, em forma de morfema, manifestando-a na performance.

7. NÚMERO. A palavra verbal como toda palavra variável admite a noção de quantidade. A categoria número tal como a categoria pessoa é um traço latente dos seres e não dos processos. A pluralidade dos seres num ato de fala resulta da combinação de: a. pessoas e não-pessoas (eu + ele

é igual a nós) e (tu + ele é igual a vós), b. pessoas e pessoas (eu + tu é igual a nós) e c. não-pessoas e não-pessoas (ele(a) + ele(a) é igual a ele(a)s).

As categorias pessoa e número são amalgamadas em morfemas únicos, os tradicionalmente chamados "sufixos número-pessoais" caracterizando casos típicos de morfemas cumulativos, pois significantes singulares comportam significados complexos. É o interrelacionamento das categorias pes soa e número que determina as seis formas vigentes de todo paradigma verbal. Todo vocábulo verbal efetivo deve manifestar morfematicamente, de acordo com seu sujeito que é quem realmente possui as categorias pessoa e número a noção de:

- A. eu (+ 1a. pes)
- B. tu (+ 2a. pes)
- C. ele (- 1a. - 2a. pes)
- D. nós (+ 1a. + 2a. pes) ou ([- 1a. - 2a. pes]- 1a. pes)
- E. vós (+ 2a. + /-1a. - 2a. pes/)
- F. ele(a)s ([- 1a. - 2a. pes] + [- 1a. - 2a. pes])

Como Mattoso sugere: "Tal quadro é, a rigor, puramente teórico, e em nenhuma região da língua portuguesa ele se realiza exatamente... Uma grande modificação é a substituição da segunda pessoa (singular ou plural) por um tratamento de terceira pessoa, em que se eliminam as formas verbais correspondentes. Em vez da forma pronominal reta correspondente a essa pessoa, o ouvinte é tratado isoladamente ou como sujeito, por uma locução em que, no tratamento de voz para P2, nos dirigimos a uma sua qualidade, com a matização de acatamento e da hierarquia social expressa pela escolha de um substantivo adequado: Vossa Alteza, Vossa Excelência, Vossa Senhoria, etc. Esse sistema de tratamento do ouvinte que elimina as formas pronominais retas e a forma verbal correspondente, funciona num registro altamente formal quer da língua oral, quer da língua escrita. Outra possibilidade é usar para o ouvinte o verbo na terceira pessoa e marcar a posição do ouvinte, em relação ao falante, pelas palavras você (tratamento íntimo) e o senhor (tratamento cerimonioso)." (9)

Sobre o emprego de você e senhor Celso Cunha diz o seguinte: " No português europeu a forma pronominal tu é de emprego geral. No português do Brasil, o seu uso restringe-se ao extremo sul do país e a alguns pontos da região norte, ainda não suficientemente delimitados. Pode-se mesmo dizer que para a imensa maioria dos brasileiros só há dois tipos de tratamentos de segunda pessoa realmente vivos: você, como forma de inti-

midade; o senhor, a senhora como forma de respeito ou cortesia." (31)

Em termos de concordância verbal os pronomes de tratamento exigem o verbo na terceira pessoa, embora se refiram à segunda pessoa do discurso:

"Você repete duas vezes o reflexivo"

"Seu tio entrou e você saiu"

"Vocês ficam na vida a caçar borboletas".

constituindo um caso especial de concordância.

Cada uma das categorias aqui expressas exprime um "significado" no sistema verbal português, o que não implica que sejam representadas por significantes exclusivos. Não há paralelismo perfeito entre o plano do significado e o plano do significante. Nas línguas naturais, frequentemente acontece de um significado não ter nenhum significante, como também de ter vários significantes.

§ 1.2 AS CATEGORIAS VERBAIS E A ESTRUTURAÇÃO DO VOCÁBULO VERBAL

§ 1.2.1 TRATAMENTO TRADICIONAL

Entre tradicionalistas está Celso Cunha (10) que usa segmentar o vocábulo verbal em: RADICAL (invariável) + TERMINAÇÃO (variável).

A parte variável é constituída de: vogal temática, sufixo modo-temporal e desinência número-pessoal. Entretanto, quando da demonstração dos paradigmas segmenta-os de acordo com os tempos primitivos. São tempos primitivos: presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e infinitivo impessoal. Do radical do presente, e.g., cant-, vend-, part-, derivam-se: presente do subjuntivo, pretérito imperfeito do indicativo e imperativo. Do tema do pretérito perfeito do indicativo, e.g., canta-, vende-, parti-, derivam-se mais que perfeito, imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo. Do infinitivo impessoal, e.g., cantar, vender, partir derivam-se futuro do presente e do pretérito.

Para os verbos irregulares não apresenta qualquer segmentação ou classificação. São listados nessa gramática pelas suas respectivas conjugações.

Arthur de Almeida Torres (11) e Domingos Paschoal Cegalla (12) arrolam as formas em paradigmas sem qualquer segmentação.

Said Ali (13) e Eduardo Carlos Pereira (13') dividem o vocábulo

verbal em: radical + terminação. Apresentando nos paradigmas dos verbos regulares formas segmentadas de acordo com essa bipartição, como por exemplo: cant + ava, cant + avas, cant + ara, cant + aras, etc. No entanto, para os verbos irregulares não mencionam qualquer segmentação ou classificação.

Evanildo Bechara (14) segmenta o verbo em radical + elementos estruturais. Os elementos estruturais por sua vez se subdividem em sufixos verbais e desinências. São sufixos verbais constituintes como -it-, -iz-, por exemplo, que entram na formação de verbos derivados como salt -it- ar real -iz- ar. E desinências os constituintes relativos às noções de: vogal temática, modo-tempo e número-pessoa.

Segundo Bechara, as vogais temáticas indicam as conjugações:

- 1a. conj = a : cant - a - r
 2a. conj = e : vend - e - r
 3a. conj = i : part - i - r

Da união de vogal temática e radical resulta o tema que é a parte da palavra verbal pronta para receber as desinências modo-temporais e/ou número-pessoais.

Nessa gramática as desinências modo-temporais (MT) estão representadas por:

- A. - va - (ve) caracteriza o imperfeito do indicativo na 1a. conj
 B. - a - (e) " " " " " na 2a. e 3a. conj
 C. - ra - (re) (átomo) caracteriza o m.q.perfeito do indicativo
 D. - sse caracteriza o imperfeito do subjuntivo
 E. - ra - (re) (Tônico) caracteriza o futuro do presente)
 F. - ria - (rie) caracteriza o futuro do pretérito
 G. - e - caracteriza o presente do subjuntivo na 1a. conjugação
 H. - a - " " " " " na 2a. e 3a. conj
 I. - r - caracteriza o futuro do subjuntivo

E os número-pessoais (NP) por:

- 1a.pes { -o (no presente do indicativo)
 -i (no pretérito perfeito do indicativo e fut. do pres)
- SINGULAR 2a.pes { -es (no futuro do subjuntivo e infinitivo flexionado)
 -ste (no pretérito perfeito do indicativo)
 -s (nos demais tempos)
- 3a.pes { -u (no pretérito perfeito do indicativo)
 Nos demais tempos não há indicação de terceiro pessoa)

	1a. pes	{ -mos (em todos os tempos)
PLURAL	2a. pes	{ -des (no futuro do subjuntivo, infinitivo flexionado e presente do indicativo de alguns verbos irregulares)
		{ -stes (no pretérito perfeito do indicativo)
		{ -is (nos demais tempos)
	3a. pes	{ -em (no futuro do subjuntivo e imperativo flexionado)
		{ -ram (no pretérito perfeito do indicativo)
		{ -m (nos demais tempos)

Observa também que qualquer um dos elementos: Vt, MT, ou NP, pode estar ausente nas formas verbais e cita como exemplos:

- a 1a. pessoa do singular do presente do indicativo onde falta Vt
- o presente do indicativo onde falta a desinência MT
- a 3a. pessoa do singular de todos os tempos, exceto pretérito perfeito do indicativo, onde falta NP.

Considerando as limitações da gramática tradicional, o tratamento que Bechara dispensa aos verbos regulares é bastante superior ao dos gramáticos apresentados anteriormente. Sua precisão e caráter descritivo, antes do que a preocupação meramente didática ou normativa chega mesmo a aproximá-lo dos estruturalistas.

O mesmo não se pode dizer dos irregulares, pois também aqui são listados de acordo com a conjugação, ignorando totalmente a regularidade que há em suas irregularidades. Reconhece os verbos com metafonia ou alternância vocálica e observa que são muitos. Lista-os, mas não chega a sistematizar o motivo da alternância.

Como foi constatado nos §'s acima, todos os gramáticos resenhados, exceto Bechara, parecem ignorar que a Nomenclatura Gramatical Brasileira inclui os termos radical, tema, vogal temática, categorias verbais de modo e tempo e número e pessoa e sugere que se faça uma análise mais detalhada do vocábulo verbal. Preferem, antes sim, arrolar as formas em paradigmas pura e simplesmente, ou, quando muito, praticar uma segmentação elementar em radical + terminação.

Sobre a tradicional dicotomia radical + terminação pesa a crítica de que ela oblitera o entendimento sobre o sistema flexional nos verbos ditos regulares onde a radicais invariáveis se adjungem "terminações" padronizadas cuja função é expressar as categorias modo-tempo e número-pessoa. A não discriminação de qual parte da terminação expressa as categorias modo-tempo e de qual parte expressa as categorias número-pessoa e-

xige que seu aprendizado seja feito através de uma memorização massiva. Só a perspicácia do aprendiz poderá levá-lo a uma dedução das coincidências parciais apresentadas por duas ou mais terminações e permitir que ele penetre no imenso emaranhado que é o sistema flexional do verbo em português.

Para os verbos irregulares, a gramática tradicional chega mesmo a abolir a segmentação em radical + terminação. Lista-os pelas suas respectivas conjugações ignorando totalmente os pontos de contato que há entre eles e que possibilitariam subpadronizações.

Outro ponto que pesa negativamente para a gramática tradicional é o fato de ela basear sua análise na forma ortográfica que é, sem dúvida pouco reveladora.

§ 1.2.2 TRATAMENTO ESTRUTURAL

Com os estruturalistas descrições minuciosas a respeito da estrutura do vocábulo verbal foram empreendidas a partir das formas manifestas foneticamente. Entre elas cabe ressaltar a de Mattoso Câmara e a de Eunice Pontes.

Mattoso (15) segmenta o vocábulo verbal primeiramente em:

$$Vb = T + SF$$

sendo que o tema (T) é, posteriormente, fragmentado em :

$$T = RAD + Vt$$

e o sufixo (SF) em: $SF = SMT + SNP$

Portanto, a fórmula geral da estrutura do vocábulo verbal em português é dada como: $T(RAD + Vt) + SF (SMT + SNP)$.

Mattoso a partir das formas manifestas fonética e ortograficamente apresenta uma distribuição dos morfemas referentes à: vogal temática, modo-tempo e número-pessoa.

São três as vogais temáticas tal como são três as conjugações.

CI
↓
-a-

CII
↓
-e-

CIII
↓
-i-

Levando-se em conta suas alomorfias estão distribuídas da seguinte forma (16)

Id.Pr.	Sb.Pr.	Id.Pt.	Id.Pt.	Id.Pt.	Id.Ft.	Id.Ft.	Sb.Pt.	Sb.Pt.	Ip.	Pessoas
∅	∅	a:i	e:i	a:e:i	a:e:i	a:e/i:i	a:e:i	a:e:i	-	1a. sg
a:e	∅	a:i	a:e:i	a:e:i	a:e:i	a:e/i:i	a:e:i	a:e:i	a:e	2a. sg
a:e	∅	a:i	o:e:i	a:e:i	a:e:i	a:e/i:i	a:e:i	a:e:i	∅	3a. sg
a:e:i	∅	a:i	a:e:i	a:e:i	a:e:i	a:e/i:i	a:e:i	a:e:i	∅	1a. pl
a:e:i	∅	a:i	a:e:i	a:e:i	a:e:i	a:e/i:i	a:e:i	a:e:i	a:e:i	2a. pl
a:e	∅	a:i	a:e:i	a:e:i	a:e:i	a:e/i:i	a:e:i	a:e:i	∅	3a. pl

Como Mattoso sugere e esse quadro bem o denota "em face de uma primeira classe, ou conjugação I(CI) há outra classe que em certas formas se divide numa conjugação II(CII) e, em outras, numa conjugação III(CIII)" (17).

A classe dos sufixos modo-temporais é constituída pelos sufixos dados a seguir (18)

		GERAL DISTRIBUIÇÃO ALOMÓRFICA					
		1a. sg	2a. sg	3a. sg	1a. pl	2a. pl	3a. pl
Id.Pr.		∅	∅	∅	∅	∅	∅
	CI	va	va	va	va	ve	va
Id.Pt.	CII CIII	ia	ia	ia	ia	ie	ia
Id.Pt.	1	∅	∅	∅	∅	∅	ra
Id.Pt.	2	ra at	ra at	ra at	ra at	re at	ra at
Id.Pt.	3	ra ton	re ton	ra ton	ra ton	re ton	ra ton
Id.Ft.	1	ria	ria	ria	ria	rie	ria
Id.Ft.	2	e	e	e	e	e	e
Sb.Pr.	CI	a	a	a	a	a	a
Sb.Pr.	CII CIII	se	se	se	se	se	se
Sb.Pt.		r	r	re	r	r	re
Sb.Ft.		∅	-	∅	e	∅	e
Ip	CI	∅	-	∅	a	∅	a
	CII CIII	∅	-	∅	a	∅	a

A classe dos sufixos número-pessoais encontra-se assim distribuída em Mattoso (19).

		GERAL DISTRIBUIÇÃO ALOMÓRFICA										
		IdPr	IdPt	IdPt	IdPt	IdFt	IdFt	SbPr	SbPt	SbFt	Ip.	
MAT.	TRAD.	∅	∅	∅	i	∅	i	∅	∅	∅	∅	-
1SNP	1a. sg	s	s	s	ste	s	s	s	s	s	s	∅
2SNP	2a. sg	∅	∅	∅	u	∅	∅	∅	∅	∅	∅	∅
3SNP	3a. sg	mos	mos	mos	mos	mos	mos	mos	mos	mos	mos	mos
4SNP	1a. pl	is	is	is	stes	is	is	is	is	is	des	i
5SNP	2a. pl	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
6SNP	3a. pl											

Também os verbos irregulares recebem em Mattoso Câmara (20) um tratamento mais elucidativo do que nas gramáticas tradicionais. Padroniza a irregularidade verbal. O padrão mais freqüente é aquele que dicotomiza os sistemas verbais de acordo com os radicais, ou seja: radical do per-

feito (RP) e radical do imperfeito (RI). Os verbos com RP distribuem-se por pequenos grupos, tendo-se como ponto de partida seus vocalismos. Observe o quadro abaixo:

VOCALISMO i	VOCALISMO ow	VOCALISMO i/e	VOCALISMO u/o
1a.sg 3a.sg	1a.sg 3a.sg	1a.sg 3a.sg	1a.sg 3a.sg
disse disse	coube coube	fiz fez	pude pôde
quis quis	soube soube	tive teve	pus pôs
	trouxe trouxe	estive esteve	
	houve houve	vim veio	
	- prouve		

O outro tipo de irregularidade é a exibida pela primeira pessoa do singular do presente do indicativo e todo futuro do subjuntivo, também passível a subpadronizações, conforme:

1. Alargamento da vogal do radical pela ditongação
 - a. caiba...caibo: cabes, cabe...
 - b. saiba...sei: sabes, sabe...
 - c. queira... quero: queres, quer...
2. Mudança da consoante final do radical
 - a. diga... digo: dizes, diz...
 - b. traga... trago: trazes, traz...
 - c. faça... faço: fazes, faz...
 - d. possa... posso: podes, pode...
 - e. meça... meço: medes, mede...
 - f. peça... peço: pedes, pede...
 - g. ouça... ouço: ouves, ouve...
 - h. valha... valho: vales, vale...
 - i. perca... perco: perdes, perde...
 - j. haja... hei: hás, há, havemos...
3. Radical com travamento nasal
 - a. tenha... tenho: tens, tem...
 - b. venha... venho: vens, vem...
 - c. ponha... ponho: pões, põe...
4. Presença vs. ausência de consoante final do radical
 - a. veja... vejo: vês, vê...
 - b. esteja... estou: estás, está...
 - c. seja... sou: és, é...

Na opinião de Mattoso⁽²¹⁾ a alternância vocálica de /ɛ/ e /ɔ/ dos radicais na primeira pessoa do presente do indicativo e todo presente do subjuntivo é um fenômeno completamente regular, evitando pois, que também essas formas sejam consideradas irregulares. Observa que os verbos que pertencem à segunda conjugação cujos radicais possuam /ɛ/ e /ɔ/ terão, nessas formas, /ɛ/ e /ɔ/ alterados para /e/ e /o/ respectivamente, e os que pertencem à terceira conjugação para /i/ e /u/.

Sobre Mattoso pesam as seguintes críticas:

- A não inclusão da categoria "aspecto" no sufixo flexional, tolhe a possibilidade de uma binarização dos traços sintáticos relativos aos paradigmas e requer a manutenção da terminologia tradicional "pretérito imperfeito do indicativo", "pretérito perfeito do indicativo", "pretérito mais que perfeito do indicativo" simbolizados por Pt_1 , Pt_2 e Pt_3 que muito mais do que a própria terminologia tradicional encobrem os pontos de confluência e divergência entre essas formas.

- Insistentemente observa em sua literatura que só há dois tempos lingüísticos [+ pas] e [-pas], sendo que [-pas] cobre o presente e o futuro, no entanto, mantém a terminologia "presente e futuro".

- A substituição dos termos 1a.pes pl, 2a.pes pl. e 3a.pes pl por 4SNP, 5SNP e 6SNP artificializa a situação em demasia, a ponto de se pensar que os paradigmas verbais sejam constituídos por seis pessoas.

Eunice Pontes⁽²²⁾ apresenta uma análise cujo ponto de partida é a fórmula :

$$\text{Verbo} = \text{Tema} + \text{sufixo flexional} \quad V = T + SF$$

Nessa trabalho a simbologia tema (T) é empregada com mesmo significado de radical, excluindo a vogal temática. O tema é composto de um núcleo (obrigatório), que é a raiz, e, de afixos (facultativos). A decomposição do tema é dada pela fórmula:

$$T = \pm \text{Pref} + \text{Raiz} \pm \text{Suf.}$$

Do sistema de sufixos flexionais fazem parte: A. vogal temática, B. os morfemas referentes às categorias modo-tempo e aspecto e C. morfemas referentes às categorias número-pessoa.

$$SF = \pm Vt \pm MTA \pm PN$$

Em nota de rodapé Eunice Pontes explica porque razão a Vt foi considerada parte do SF: "A vogal temática foi considerada parte do sistema flexional, pois ela acompanha os outros morfemas na flexão, enquanto o tema com seus afixos não faz parte do sistema flexional. Ela pode, inclusive, representar as categorias verbais, como morfema cumulativo."⁽²³⁾

Essa análise restringe-se à fala "coloquial espontânea" das pessoas cultas do Rio de Janeiro e como tal inclui só os padrões aí vigentes.

O constituinte MTA acha-se, nessa variante representado por:

TERMINOLOGIA TRADICIONAL	TERMINOLOGIA DE EUNICE
a. Presente do Indicativo	(P.I.)
b. Pretérito Imperfeito do Indicativo	(Pt.I)

- o. Pretérito Perfeito do Indicativo (Pt.P.)
 d. Presente do Subjuntivo (P.S.)
 e. Pretérito Imperfeito do Subjuntivo (Pt.S.)
 f. Futuro do Subjuntivo (Ft.S.)
 g. Formas Nominais (24)

E o constituinte PN por:

TERMINOLOGIA TRADICIONAL

TERM. EUNICE

- a. 1a. pessoa (P1)
 b. 3a.pessoa e 2a. pessoa indireta (você) (P2)
 c. 1a. pessoa do plural (P3)
 d. 3a. pessoa do plural e 2a. pessoa do plural indireta (vocês) (P4)

A representação fonêmica dos constituintes referentes ao SF é dada por Eunice através dos quadros 6, 7, 8 e 9 (25).

Quadro 6 - Morfemas Vt - MTA.

Paradigma	Conjugação	Vt	MTA
Pt.S.	1a.	-a-	
	2a.	-e-	-si-
	3a.	-i-	
F.S.	1a.	-a-	
	2a.	-e-	-r-
	3a.	-i-	
Pt.I.	1a.	-a-	-va-
	≠ 1a.	-i-	-ya-
P.S.	1a.	-e-	
	≠ 1a.	-a-	

No presente do subjuntivo (P.S.), | -e- | e | -a- | são interpretados como morfemas cumulativos, cobrindo as noções de Vt e MTA ao mesmo tempo.

Quadro 7 - Morfemas Vt - MTA

Conjugação	Presente do Indicativo (P.I)			
	P1	P2	P3	P4
1a.	-o	-a	-a-	-a-
2a.	-o	-e	-e-	-e-
3a.	-o	-i	-i-	-i-

Segundo Eunice a Vt, no presente do indicativo indica também MTA,

Conjugação	Pretérito Perfeito (Pt.P.)			
	P1	P2	P3	P4
1a.	-éy	-ó		-ran
2a.	-í	-w		-ran
3a.	-í	-w		-ran

Em | -éy | , | -ó | e | -í | há cumulação de três funções :

-éy	porta as noções de 1a. conjugação, Pt.P. e Pl
-ó	" " " " 1a. conjugação, Pt.P. e P2
-í	" " " " 2a. e 3a. conj, Pt.P. e Pl

Quadro 9 - Morfemas PN (nos diversos paradigmas)

	Pt.P.	P.I.	Pt.S. F.S. Pt.I. P.S. I.
P1	-ey -í	-o	
P2	-ó -w	-a -e -i	
P3	-muz	-muz	-muz
P4	-ran	-n	-n

Eunice Pontes sumariza as alternâncias temáticas verbais (regulares e irregulares) através do Quadro 10.

Quadro 10 - Alternâncias Temáticas

		GR. do PRESENTE		GR. do IMPERFEITO		Gr.do PERFEITO			
Classe		P.S.	Pl P.I.	Pt.I.	P.I.	AloGer	PlPt.P.	P2Pt.P.	Verbos
I			am-	am-		am-			amar
Vocalica			dev-	dev-		dev-			dever
II	Vocalica	Reg.	say-	sa-		sa-			sair
		Cons.	Irreg.	pɛs-	pɛd-		pɛd-		pedir
	3 pes. no Pt.P.	Pl P.I. =	kayb-	kab-		kob-			caber
		Pl P.I. ≠	sayb-	'tey	sab-		sob-		saber
III	4 pes. no Pt.P.	Pl Pt.P. =	pɛs-	pɔd-	pud-		pod-		poder
		Pl Pt.P. ≠	vɛy-	vɛ-	vi-	'viy	veyu		vir
IV		sez-	s-	er-	so-	fo-	'fuy	foy	ser
		v-		i-	va-	fo-	'fuy	foy	ir

I - Verbos sem alternância.

II - Verbos com alternância para o Grupo do Presente.

III - Verbos com alternância também para o Grupo do Perfeito.

IV - Verbos com vários alcmorfes.

A análise de Eunice difere da de Mattoso em:

1. posição da vogal temática
2. fragmentação do radical em \pm Pref + Raiz \pm Suf
3. inclusão da categoria aspecto
4. exclusão do futuro do presente e do pretérito e pretérito mais que perfeito (formas desusadas nesse dialeto)
5. exclusão da segunda pessoa (singular e plural) (formas também desusadas nessa variante dialetal)
6. cumulação de função dos morfemas, por exemplo: em Mattoso Vt

é \emptyset no presente do subjuntivo e MT é /e/ para a 1a. conj. e /a/ para a 2a. e 3a. conjugação; em Eunice, /e/ e /a/ expressam ambos: Vt e MTA

7. classificação dos verbos irregulares.

Sobre Eunice pesam as seguintes críticas:

- O uso demasiado do princípio da cumulação confere à sua análise um toque da dicotomização tradicional RADICAL + TERMINAÇÃO, sobre a qual foram feitos inúmeros reparos no § 1.2.1.

- Eunice usa o conceito de tema (T) erroneamente. Em português, a terminologia tema sempre pressupõe a presença de uma vogal temática. O que ela chama de tema é, na verdade, radical.

- Tal como Mattoso, não binariza as categorias modo, tempo e mesmo o aspecto que ela inclui em sua fórmula. Mantém a rotulação tradicional.

- Para o sufixo número-pessoal (SPN) a proposição de P1, P2, P3 e P4 é ainda muito mais propensa a causar confusões do que a terminologia de Mattoso.

O tratamento estrutural é, obviamente, superior ao tradicional. A estrutura constituinte do verbo e a distribuição dos alomorfes referentes às categorias verbais são descritas com muitas minúcias e precisão. O problema dessa análise reside no fato de que muito embora atinja a adequação descritiva não atinge a adequação explicativa. Ela descreve os fatos manifestos, mas não explica porque são assim. Mattoso descreve que:

- A vogal temática está ausente em todo presente do subjuntivo, mas não explica a razão da ausência.

- Os verbos com vogal do radical /ɛ/ e /ɔ/ seguidos de consoantes estão sujeitos a um processo de alternância vocálica, em todo presente do subjuntivo e 1a. pessoa do singular do presente do indicativo, mas não explica porque isso acontece, porque só essas formas estão sujeitas a esse processo.

- Descreve e classifica os verbos irregulares mas não procura desvendar o que há por detrás dessa irregularidade.

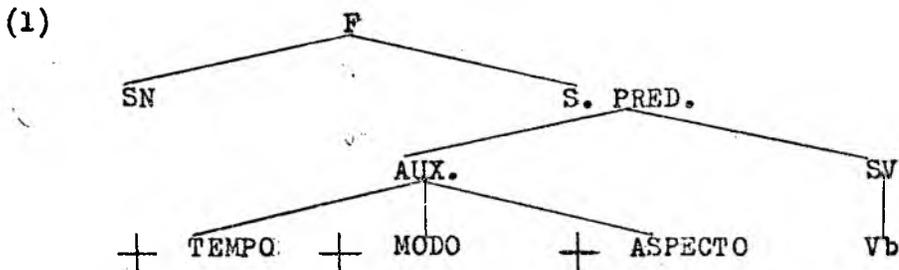
Em síntese, em toda análise estrutural pesam as constantes: descrição e não-explicação dos fatos lingüísticos. A tarefa do lingüista estruturalista consiste basicamente em registrar, segmentar e classificar os dados lingüísticos. Não lhe é permitido fazer qualquer conclusão que não seja fundamentada nos dados.

§ 1.2.3 TRATAMENTO TRANSFORMACIONAL

Enquanto tradicionalistas e estruturalistas propõem-se a analisar e a fazer gramática a partir das formas manifestas, gerativistas propõem-se a descobrir as formas latentes e os meios que as gramáticas dos falantes nativos dispõem para levar uma estrutura latente a uma estrutura manifesta. Um transformacionista não vê o vocábulo verbal como todos os outros vocábulos, em si mesmo, mas sim como um elemento da frase, cuja análise é dada mediante regras de reescrita do tipo mencionado abaixo. Essas regras foram extraídas de "Aspectos da Teoria da Sintaxe" (27):

- (I) $F \longrightarrow SN \quad S.PRED.$
 (II) $S. PRED \longrightarrow AUX. \quad SV \text{ (lugar) (temporal)}$
 (III) $SV \longrightarrow Vb...$
 (VI) $Vb \longrightarrow SC.$
 (XVI) $AUX. \longrightarrow TEMPO \text{ (MODO) (ASPECTO)}$

Essa série de regras permite construir o seguinte indicador sintagmático:



O indicador sintagmático (1) envolve uma transformação que transporta os elementos marcados como afixos para depois do morfema que os segue. Tal transformação é denominada "salto de afixos", e se formula como

D.E:	...	TEMPO	MODO	ASPECTO	Vb
		1	2	3	4
M.E:	4	1	2	3	

Como essa análise não é morfológica mas sintática é insuficiente para descrever a estrutura do vocábulo verbal. Primeiro porque não faz qualquer menção à vogal temática no elemento Vb, e segundo porque o elemento ASPECTO ocupando o último nóculo do auxiliar só consegue dar conta do posicionamento do aspecto em perífrases como: "tenho cantado", "estou cantando", mas não em vocábulos como: "cantou", "bebeu", "partiu", etc. Embora ela dê resultado na análise do sintagma verbal é imprópria se usada para análise do vocábulo verbal.

Schane (28) partindo do pressuposto de que o léxico contém morfemas e que as palavras são derivadas dele por meio de regras derivacionais sugere uma análise morfológica para o verbo. Para derivar uma forma como "cantava" em "Pedro cantava ontem" começa considerando que: a matriz lexical /kant/ contém informações sobre diversos tipos de traços:

TRACOS FONOLÓGICOS: O morfema se compõe de quatro segmentos, sendo que o primeiro é uma consoante [-ant, -cor, -met.ret....], o segundo a menos marcada das vogais, etc.

TRACOS MORFOLÓGICOS: A matriz lexical pertence à 1a. conj. (Adotar-se-á, daqui para a frente, a prática de não marcar (NM) os itens lexicais para a 1a. conj., visto ser a única produtiva na língua. Todo item lexical NM classe conjugacional automaticamente será enquadrado na 1a. conjugação. Para a 2a. e 3a. conjugação os itens lexicais devem ser marcados, pois elas não são predizíveis.)

TRACOS SINTÁTICOS: O morfema enquanto verbo exige um sujeito [+animado]. Tem-se por exemplo:

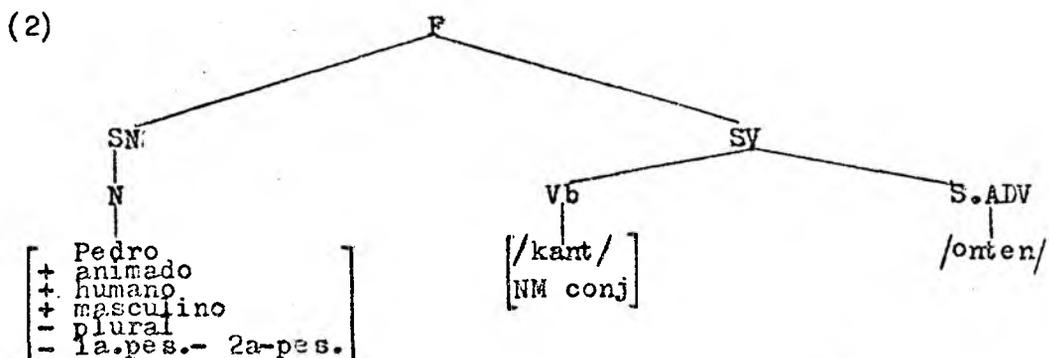
- (i) O homem cantava
- (ii) O pássaro cantava

mas não:

- (iii) *O bolo cantava
- (iv) *A casa cantava

TRACOS SEMÂNTICOS: Os traços semânticos indicam os vários significados e usos do morfema.

Propõe que também os elementos do nódulo AUX sejam transformados em traços do verbo, conforme se pode observar pela derivação de "Pedro cantava ontem"

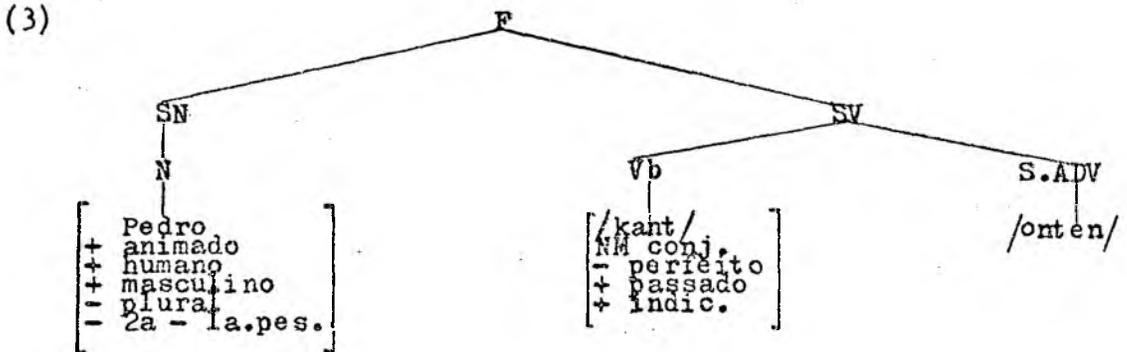


Os traços [+passado + indicativo - perfeito] serão introduzidos na matriz lexical referente a /kant/ através de restrições seletivas do componente sintático de base, que impedirão, por exemplo, frases do tipo :

* Pedro cantava amanhã.

- * Pedro cantará ontem
- * Pedro canta ontem
- * Pedro cantou amanhã
- * Pedro cantasse ontem
- * Pedro cantasse amanhã.

Mediante regras de descrição seletional (2) será convertida em (3)



O componente transformacional incidirá sobre a estrutura dada pelo indicador sintagmático (3) operando transformação obrigatória de concordância verbal através da qual o verbo assume a pessoalidade e o número de seu sujeito. A transformação de concordância verbal pode ser formalizada como:

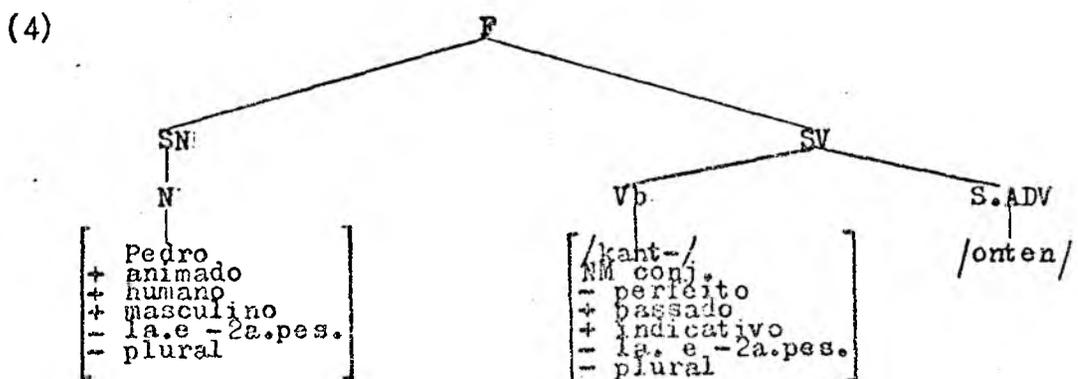
$$(A) \quad \text{pessoa} \longrightarrow \left[\begin{array}{l} \alpha 1a. \\ \beta 2a. \end{array} \right] \left/ \right. \left[\begin{array}{l} \alpha 1a. \\ \beta 2a. \end{array} \right] \text{sujeito}$$

$$(B) \quad \text{número} \longrightarrow \left[\alpha \text{plural} \right] \left/ \right. \left[\begin{array}{l} \alpha \text{plural} \\ \text{sujeito} \end{array} \right]$$

Desnecessário será restringir a aplicabilidade de (A) de forma a impedir que ela incorretamente atue sobre sentenças com sujeitos constituídos por pronomes de tratamento, visto que essas sentenças constituem casos especiais de concordância e estão, por definição, marcadas para regras menores como:

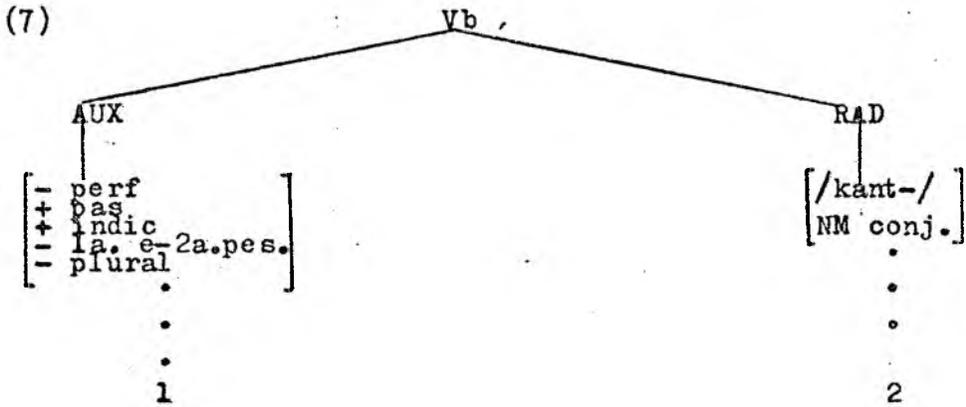
$$\text{pessoa} \longrightarrow \left[-1a \text{ e } -2a \right] \left/ \right. \left[\begin{array}{l} \text{tratamento} \\ \text{sujeito} \end{array} \right]$$

Aplicando (A) e (B) sobre a estrutura gerada pelo indicador sintagmático (3) ter-se-á (4)



obrigatórios de todo vocábulo verbal. Já (TER+DO), (ESTAR+NDO), (H-AVER+RE) podem, ou não, aparecer numa sentença e sempre concorrem com os elementos obrigatórios do AUX.

Por essa proposição uma forma como "cantava" mediante regras de restrição seletional e concordância já mencionadas anteriormente terá o indicador sintagmático (7)

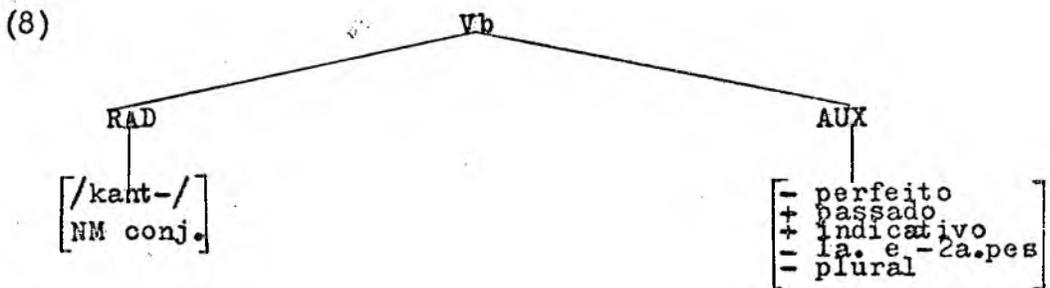


Sobre (7) incidirá uma transformação de "salto de afixo" que levará os elementos marcados como afixos para depois do radical.

D.E: 1 2

M.E: 2 1

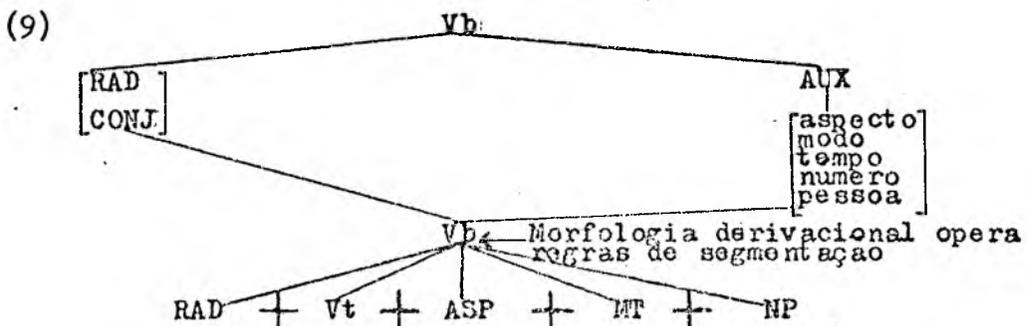
Sobre a estrutura gerada por essa transformação, ou seja, (8)



operarão regras de segmentação transformando-a (5), já anteriormente apresentada. Eliminando pois, os traços sintáticos e morfológicos em (5) em favor de traços categoriais ter-se-á a seguinte regra de reescrita para o vocábulo verbal em português:

$Vb \rightarrow RAD + Vt + ASP + MT + NP$

Portanto, o arcabouço que subjaz à constituição do vocábulo verbal pode ser esquematizado como (9)



Como bem sugere a estrutura (9), os traços categoriais modo-tempo, e número-pessoa não são morfologizados independentemente. Na operação de atribuir significantes a significados a morfologia do português amalgama as noções modo-tempo e número-pessoa em morfemas únicos que expressam cumulativamente ambos os significados. O elemento RAD não fora segmentado por esse trabalho se restringir à análise dos elementos flexionais do verbo.

É pois, sobre a fórmula

RAD	+	Vt	+	ASP	+	MT	+	NP
-----	---	----	---	-----	---	----	---	----

 que vai se assentar a proposição das representações fonêmicas sistemáticas de onde, através da atuação de regras morfológicas e/ou fonológicas chegar-se-á às representações fonéticas sistemáticas.

A tarefa de propor representações fonêmicas sistemáticas para as categorias verbais e de regras fonológicas que viabilizem a conversão das primeiras nas representações fonéticas sistemáticas não inédita. Há pelo menos um trabalho nesse sentido, o de Maria Helena Mira Mateus, uma análise fonológico-gerativa da flexão verbal no português europeu. (29) Sua análise não inclui uma estrutura sintática para o vocábulo verbal. A julgar pelas formas do presente do indicativo, presente do subjuntivo e imperfeito do indicativo poder-se-ia pensar na possibilidade de ela estar calcando sua análise sobre a fórmula $RAD + Vt + MT + NP$, mas ao tratar do pretérito perfeito do indicativo, mais que perfeito do indicativo, imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo, inclui um outro elemento cuja natureza não se torna explícita. Esse elemento é, possivelmente, ASP, sobre o que nada há nesse trabalho além de uma pequena e não clara observação já no final do capítulo de que: "Os tempos do perfeito (perfeito do indicativo, mais que perfeito, imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo) mantêm entre si do ponto de vista da derivação fonológica relações que implicam que todos estejam marcados com o traço sintático [+perf.], facto de que é lícito deduzir a necessidade de consideração de vários níveis da língua na análise específica de cada um deles." (30)

Como consequência direta da não admissão de uma estrutura sintática verbal está a não-postulação das regras de reajustamento que deveriam converter as categorias sintáticas nas fonêmicas sistemáticas. As representações fonêmicas sistemáticas são dadas de forma obscura e, não raro, acontece de não se saber ao certo, se se trata de uma representação fonêmica sistemática para cobrir o constituinte MT ou para cobrir o cons-

tituinte "suspeito" de ser ASP.

Sobre a constituição fonológica das matrizes fonêmicas sistemáticas pesa a crítica de que ela, violando princípios teóricos da fonologia gerativa, permite o aparecimento de segmentos não inteiramente especificados nesse nível de representação. E mais, esses segmentos são especificados não por regras ou condições de estrutura de morfema como estabelece a teoria da redundância, mas por regras fonológicas. Para ilustrar essa colocação considere o problema da alternância vocálica nas formas do presente. Enquanto a gramática tradicional e estrutural preferiu dizer que as vogais sujeitas à alternância vocálica são /ε/ e /ɔ/, Mateus opta por segmentos não inteiramente especificados que simboliza por /E/ e /O/ respectivamente, e define em termos de classe natural por $\begin{bmatrix} - & \text{alto} \\ \infty & \text{rec} \\ \infty & \text{arred} \end{bmatrix}$. Nessa gramática /E/ e /O/ são especificados não por uma regra ou condição de estrutura de morfema, mas por regras fonológicas: regra de harmonização vocálica (16) ou regra de abaixamento (17). Esse é apenas um dos muitos casos onde usa segmentos não-inteiramente especificados, e, indevidamente faz a especificação através de regras fonológicas.

Nessa gramática as regras empregadas para derivar as estruturas manifestas (fonéticas) das latentes (fonêmicas) são gerais (desprovidas de traços em seus contextos) ou restritas (providas de traços sintáticos em seus contextos). Era de esperar que essa distinção provocasse em Mateus uma dicotomização das regras em fonológicas (gerais) e morfológicas (restritas) o que não aconteceu. Aí, todas as regras quer gerais quer restritas são fonológicas. Essa lacuna ocasiona um problema com relação à localização da regra de acento fonológico (1), acento paroxítono. Se todas as regras são fonológicas seria de esperar que a regra de acento fosse a primeira a aplicar, pois como a teoria fonológica gerativista prevê, o acento sempre inicia o ciclo fonológico de regras. Em Mateus há pelo menos duas regras antes dela, harmonização e supressão da vogal temática, para o que não há uma explicação, além da menção de que essas duas regras acham-se rigidamente ordenadas antes do acento. Se a distinção entre regra fonológica e morfológica tivesse sido feita esse seria um problema naturalmente solucionável, pois tanto a regra de harmonização quanto a de supressão da vogal temática seriam classificadas como morfológicas o que lhes conferiria a possibilidade de poder aplicar antes do acento fonológico, e explicaria porque o acento só aparece nessa fase da derivação.

Fundamenta a ordenação das regras sobre princípios estritamente extrínsecos, cuja naturalidade, congruência e plausibilidade são altamente suspeitas.

Tal como os tradicionalistas e estruturalistas Mateus não binariza as categorias verbais.

A análise a ser proposta no Cap. III, na acepção de um trabalho fonológico-gerativo, i.é., racionalista, é uma tentativa de explicar os fatos lingüísticos relativos ao verbo no "português brasileiro" com o propósito paralelo de não levantar tantos problemas teóricos quantos Mateus levantou.

§ 1.3 SUMÁRIO

Nesse capítulo foram resenhadas, sucintamente, as lições de algumas gramáticas tradicionais, estruturais e transformacionais a respeito do verbo. Observou-se que entre tradicionalistas não houve, com raras exceções, uma análise explícita da constituição mórfica das categorias verbais, praticou-se, antes sim, um arrolamento de formas em paradigmas pura e simplesmente; e, que entre estruturalistas a constituição mórfica do vocábulo verbal foi descrita minuciosamente a partir das formas manifestas. Entretanto, nenhuma das duas correntes se aventurou a "explicar" o que há por detrás dos fatos lingüísticos. Tudo o que conseguiram alcançar foi um nível de adequação descritiva.

Foram resenhadas também as lições de algumas gramáticas gerativo-transformacionais sobre a estruturação do vocábulo verbal a fim de que pudesse optar por um arcabouço sintático ao qual atribuir representações fonêmicas sistemáticas. Em nenhuma das duas gramáticas resenhadas foi encontrada a estrutura pretendida. A estrutura desejada RAD+Vt+ASP+MT+NP foi conseguida através da junção dos dois modelos. (32)

Ainda no § 1.2.3 foram tecidas algumas considerações críticas sobre o trabalho de Maria Helena Mira Mateus, que, quase na sua totalidade, viola os princípios da teoria fonológico-gerativa.

NOTAS AO CAPÍTULO I

- (1) Luft, 1976, p.20
- (2) Luft, 1976, p.25
- (3) Luft, 1976, p.25
- (4) Luft, 1976, p.26
- (5) Mattoso, 1967, p.16
- (6) Luft, 1976, p.40
- (7) Mattoso, 1976b, pp.134 e 135
- (8) Mattoso, 1976a, pp.92 e 93
- (9) Mattoso, 1975, pp.108 e 109
- (10) Cunha, 1972, p.367 a 428
- (11) Torres, 1967, p.99 a 125
- (12) Cegalla, 1966, p.109 a 156
- (13) Ali, 1964, p. 69 a 71
- (13') Pereira, 1926, p.117 a 160
- (14) Bechara, 1973, p.103 a 148
- (15) Mattoso, 1975, p.94
 Mattoso, 1976a, p.67
 Mattoso, 1976b, p.144
- (16) Mattoso, 1976b, p.142
- (17) Mattoso, 1975, p.95
- (18) Mattoso, 1975, p.99
 Mattoso, 1976b, p.146
- (19) Mattoso, 1975, pp.98 e 99
 Mattoso, 1976b, p.147
- (20) Mattoso, 1966, p.16 a 27 in "Estudos Lingüísticos"
 Mattoso, 1976b, p.152 a 159
- (21) Mattoso, 1976b, p.148 a 152
- (22) Pontes, 1973, p.43 a 95
- (23) Pontes, 1973, p.43
- (24) As formas nominais ão foram resenhadas por serem irrelevantes a esse trabalho.
- (25) Pontes, 1973, pp.49, 50 e 51
- (26) Pereira, 1926, p.120
- (27) Chomsky, 1975, pp.195 e 196
- (28) Schane, 1975, p. 141 a 145
- (29) Mateus, 1975, p.97 a 202
- (30) Mateus, 1975, p.190
- (31) Cunha, 1972, p.292
- (32) idem (27) e (28)

CAPÍTULO II

ALGUNS PRESSUPOSTOS BÁSICOS EM FONOLOGIA GERATIVA

§ 2.1 SITUAÇÃO DA FONOLOGIA DENTRO DO MODELO GERATIVO-TRANSFORMACIONAL

Informações apriorísticas a respeito da situação e do relacionamento do componente fonológico dentro do modelo gerativo-transformacional fazem-se necessárias ao bom entendimento da teoria fonológico-gerativa e serão, portanto, aqui esboçadas.

Segundo Chomsky (1) uma gramática comporta três componentes básicos: componente sintático, componente semântico e componente fonológico. O componente sintático comporta dois outros subcomponentes: subcomponente de base e subcomponente transformacional. O subcomponente de base comporta ainda outra subdivisão: o subcomponente categorial, o léxico e as regras de inserção lexical. A função do subcomponente categorial é especificar os padrões sentenciais básicos da língua. O léxico comporta um número finito de morfemas cujas composições incluem traços de três tipos: sintáticos, semânticos e fonológicos. As regras de inserção lexical substituem os símbolos postiços gerados pelo subcomponente categorial pelos itens lexicais apropriados. As estruturas geradas pelo subcomponente de base, estruturas profundas, são os inputs do componente semântico cuja função é fornecer a interpretação semântica. As regras transformacionais convertem as estruturas profundas nas de superfície. As estruturas de superfície são os inputs do componente fonológico.

A função básica do componente fonológico é estabelecer para cada estrutura de superfície uma representação fonética.

§ 2.2 A TEORIA FONOLÓGICA GERATIVISTA

São várias as concepções a respeito da teoria fonológica gerativista. Duas, no entanto, diferem entre si fundamentalmente. São elas:

uma, onde a noção de marcação não toma parte (versão original), outra, onde a noção de marcação é eixo fundamental. Discutir-se-ão, primeiramente, as teorias propostas pelos linguistas filiados à versão original.

§ 2.3 A TEORIA FONOLÓGICA E OS NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO DOS ENUNCIADOS LINGUÍSTICOS

Segundo Botha⁽²⁾ todo enunciado linguístico comporta três níveis de representação: nível de representação lexical, nível de representação fonológica e nível de representação fonética.

§ 2.3.1 NÍVEL DE REPRESENTAÇÃO LEXICAL

No § 2.1 mencionou-se, grosso modo, que as estruturas de superfície geradas pelas regras transformacionais constituem os inputs do componente fonológico. Uma análise mais apurada provará que essa afirmação não é verdadeira. Partindo da distinção que há entre estruturas de superfície sintáticas e estruturas de superfície fonológicas será muito fácil constatar esse fato. As estruturas de superfície sintáticas são os outputs diretos do componente transformacional e comportam uma constituição interna analisada em termos de: formativos lexicais e categorias sintáticas. Considere (A) e (B)

(A) "ele chorava"

(B) $[S/LN/N+ele+N/LN] [LV[V+\int\text{or}]/V+NMVt+[-perf]/+[\text{+indic}]^{\text{pas}}/[-2^{\text{a}}]/+V/LV]S$

Em (B) $[-perf]$, $[NMVt]$, $[\text{+indic}]^{\text{pas}}$ e $[-2^{\text{a}}. \text{ pes}]$ são casos típicos de categorias sintáticas abstratas não-especificadas quanto suas propriedades fonológicas, e, /ele/ e / $\int\text{or}$ / de formativos lexicais. Portanto, (B) constitui uma estrutura de superfície sintática. A representação lexical de um formativo inclui suas características sintáticas, semânticas e fonológicas. Em fonologia, o termo "representação lexical" é usado, unicamente, para indicar as propriedades fonológicas de um formativo (morfema). As propriedades fonológicas dos morfemas são dadas através das matrizes lexicais no léxico. Os traços distintivos que ocorrem numa matriz lexical são os mesmos que ocorrem numa matriz fonética, diferindo apenas na sua

função. A função dos traços distintivos nas matrizes lexicais é classificar cada item lexical de tal forma que ele se distinga de todos os outros itens da língua. Portanto, cada traço, nas matrizes lexicais, não se define em termos de grau, mas sim, num par de categorias opostas, os dígitos binários, cuja função é indicar se o atributo (o traço) se faz presente ou não. Os traços distintivos com função classificatória são chamados "traços fonológicos". Dada a função classificatória dos traços fonológicos, as matrizes lexicais são também chamadas "matrizes classificatórias".

Numa matriz lexical pode-se especificar um segmento com referência a um dado traço através dos seguintes valores: positivamente especificado (+) (na presença do traço), negativamente especificado (-) (na ausência do traço) e não-especificado (0) (quando o valor do traço pode ser predito por regras gerais).

Para ilustrar como se comporta uma "matriz lexical" requerer-se-á a forma [ˈmar]. Observe palavras como: "mares, maremoto, maresia, marear, mareal, de um lado, e, mar, altomar, preamar, de outro lado". Portanto, a simples intuição lingüística do falante nativo fá-lo pensar na hipótese de que a representação lexical para [ˈmar] seja /mare/. A forma [ˈmar] resultaria da aplicação de uma regra fonológica que elimina o [e] final átono após /r/ e antes de fronteira de palavra (#). Para comprovar essa hipótese pode-se recorrer a outros morfemas da língua. Por exemplo: "pares, parelho, emparelhar, de um lado, e, par, ímpar, de outro; flores, floresta, florear, de um lado, e, flor, de outro lado". Provavelmente, uma lista muita grande de palavras submetam-se ao processo fonológico de eliminação do [e] átono final no contexto referido acima. Se [ˈmar] não for sincronicamente derivado de /mare/ perder-se-á generalização fonológica, o que é, lingüisticamente, anti-econômico. Portanto, a matriz lexical para [ˈmar] será:

	/	m	a	r	e/
consonantal	0	0	0	0	0
soante	0	0	0	0	0
silábico	0	0	0	0	0
alto	0	0	0	-	
baixo	0	+	0	0	
posterior	0	0	0	-	
arredondado	0	-	0	0	
anterior	+	0	0	0	
coronal	-	0	0	0	
contínuo	0	0	0	0	
sonoro	0	0	0	0	
lateral	0	0	-	0	
nasal	+	0	0	0	

Fig.1

O léxico especifica somente os traços fonológicos idiossincráticos das matrizes lexicais, omitindo todos aqueles que podem ser determinados por regras gerais.

Nas matrizes lexicais, adicionalmente aos traços fonológicos, aparecem os traços diacríticos que não são projeções binárias dos traços fonéticos tais como os traços fonológicos o são. Enquanto os traços fonológicos são especificados de acordo com uma teoria fonética geral, independentemente dessa ou daquela língua, sendo, portanto, considerados universais lingüísticos substantivos, os traços diacríticos não correspondem a nenhum traço fonético, e são pois, específicos dessa ou daquela língua. Os traços fonológicos associam-se a cada segmento individualmente e os traços diacríticos aos itens lexicais. Botha atribui ao uso dos traços diacríticos duas razões fundamentais: a primeira razão está ligada ao fato de toda língua possuir itens lexicais que são verdadeiras exceções, no sentido de que só eles estão sujeitos à aplicação ou não de uma regra fonológica. Logicamente a função dos traços diacríticos, nesse caso, é marcar tais itens lexicais de tal forma a incluírem ou excluïrem do domínio da aplicação das regras para as quais constituem "exceções". Os traços diacríticos com essa função são designados "traços de exceção" ou "traços de regras". Para exemplificar referir-se-á a uma regra (n). Adjugando o traço [-regra(n)] a um item lexical estará excluído da sua aplicação.

A segunda razão está ligada ao fato de muitas línguas possuírem itens lexicais que pertencem a categorias, nem inteiramente idiossincráticas, nem inteiramente sistemáticas que estão sujeitas à aplicação de certos processos morfológicos inerentes à própria língua. Os traços diacríticos com essa função dividem o léxico em categorias tais como: [+nativo], [-nativo], etc. Como consequência da atribuição desses traços os itens lexicais podem passar a ter comportamentos peculiares, tais como, não se submeterem a processos fonológicos gerais e formarem padrões menores sujeitos a processos fonológicos peculiares. Os traços diacríticos com essa função são denominados "traços morfológicos".

Apesar de ambos, traços de exceção e traços morfológicos, serem cobertos pelo rótulo maior, traços diacríticos, que pressupõem arbitrariedade, é óbvio que a arbitrariedade dos traços de exceção é muito maior que a dos traços morfológicos.

Como fora observado ligeiramente no § 2.3.1, nem sempre o direto output do componente sintático constitui input para o componente fonológico. O output do componente sintático constitui uma estrutura de superfície sintática e o input do componente fonológico uma estrutura de superfície fonológica. O conteúdo das estruturas de superfície fonológicas é determinado pela aplicação de regras de reajustamento às estruturas de superfície sintáticas. As regras de reajustamento podem operar muitas modificações nas estruturas de superfície sintáticas, mas as básicas são: (1) substituir os morfemas gramaticais abstratos por matrizes lexicais, por exemplo: sobre a estrutura sintática (B) deverão operar regras de reajustamento repondo $[NMVt]$ por /a/, $[+^{pas}indic]$ por /va/, $[-1a.e-2a.pes]$ por /p/, etc. (2) reanalisar as estruturas de superfície sintáticas complexas em frases fonológicas (3) alterar a segmentação e a categorização sintática das estruturas de superfície, por exemplo: na locução "o menino" há dois vocábulos sintáticos "o", artigo, e, "menino", nome, mas apenas um vocábulo fonológico "o me'nino".

As representações fonológicas das sentenças, tal como as representações lexicais são seqüências de matrizes classificatórias concatenadas.

§ 2.3.3 O NÍVEL DE REPRESENTAÇÃO FONÉTICA

A representação fonética de uma estrutura de superfície é uma seqüência de segmentos fonéticos dispostos linearmente. Tais segmentos comportam uma constituição interna cuja análise pode ser feita através da decomposição em traços distintivos, que nesse nível de representação são chamados "traços fonéticos".

O conteúdo das representações fonéticas é determinado pela aplicação das regras fonológicas às representações fonológicas.

A representação fonética de uma estrutura de superfície é dada através da "matriz fonética". Numa matriz fonética os segmentos aparecem na vertical e os traços na horizontal. A presença ou ausência de um determinado traço, num dado segmento, é atribuída através dos valores que se especificam em termos de: positivo (+) (quando o traço está presente), negativo (-) (quando o traço está ausente) e números inteiros (quando o traço é graduável).

Omitindo detalhes lingüísticamente irrelevantes ter-se-á como exemplo a seguinte matriz fonética para a palavra [ˈmar]

	/ m	a	r /
consonantal	+	-	+
soante	-	+	+
silábico	-	+	-
alto	-	-	-
baixo	-	+	-
posterior	-	+	-
arredondado	-	-	-
anterior	+	-	+
coronal	-	-	+
contínuo	-	+	+
sonoro	+	+	+
lateral	-	-	-
nasal	+	-	-

Fig.2

A essa altura é possível apresentar um esquema que sumarie o modelo proposto por Botha:

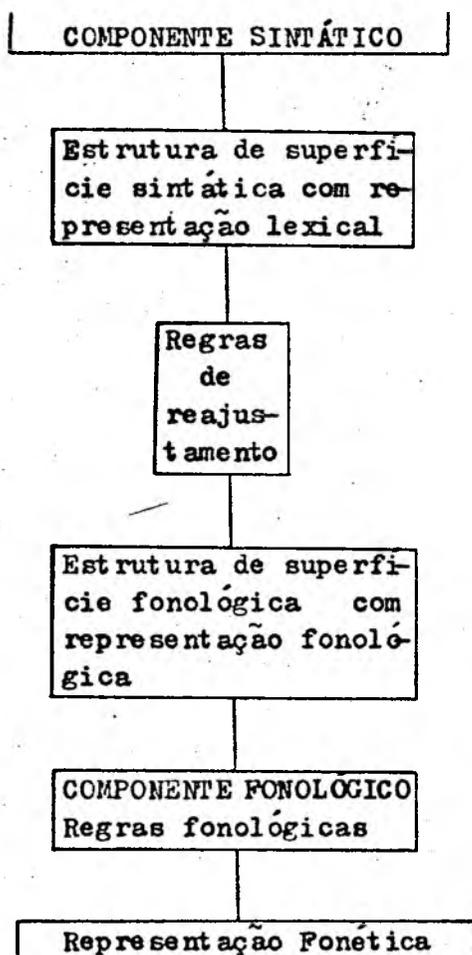


Fig.3

§ 2.3.4 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE O MODELO PROPOSTO POR BOTHA E APRESENTAÇÃO DO MODELO DE STANLEY

Apesar de Botha ter insistido em manter três níveis de representa-

ção para os enunciados lingüísticos, a distinção entre o nível de representação lexical e o nível de representação fonológica não fica, aí, bem caracterizada. Em nenhum momento da exposição mencionou a propriedade completa especificação das matrizes fonológicas, e nem tampouco se das regras de reajustamento fazem parte as regras de redundância. Dizer que uma representação fonológica pode ser conseguida, por exemplo, pela conversão da categoria sintática [^{pas}+indic] em /va/ é um círculo vicioso, pois /va/ não deixa de ser uma "matriz lexical". Se se quer, de fato, distinguir três níveis de representação, parece impossível fazê-lo, sem considerar as propriedades: incompleta especificação das matrizes lexicais e completa especificação das matrizes fonológicas.

Stanley (3) prevê dois níveis de representação: o nível fonêmico sistemático e o nível fonético sistemático. Para ele o nível fonêmico sistemático é completamente especificado, contudo prevê que as entradas dos morfemas no léxico podem não ser inteiramente especificadas uma vez que os morfemas são altamente redundantes. Dessa forma cada morfema pode ter sua entrada no léxico através de uma matriz lexical que difere de sua representação fonêmica sistemática unicamente por não ter seus valores redundantes especificados. As matrizes lexicais são convertidas nas matrizes fonêmicas sistemáticas correspondentes através das regras de redundância, em princípio denominadas por Stanley "regras de estrutura de morfema" (REM). Na concepção stanleyana as matrizes lexicais e matrizes fonêmicas sistemáticas são todas representações de um mesmo nível, o fonêmico - sistemático. As matrizes lexicais são apenas versões livres de redundância das matrizes fonêmicas sistemáticas.

Em Stanley as regras de estrutura de morfema têm um lugar e uma função claramente definidas: operam exclusivamente sobre as matrizes lexicais atribuindo os valores exatos às entradas O's (não-especificadas). Dado esse comportamento, Stanley as situa no léxico, cuja composição comporta duas partes: 1. uma lista de morfemas com as respectivas matrizes lexicais e 2. uma série de regras de estrutura de morfema cuja função é converter as matrizes lexicais abreviadas nas suas matrizes fonêmicas sistemáticas completamente especificadas. As regras de estrutura de morfema não convertem um nível de representação em outro, apenas especificam as redundâncias dentro de um mesmo nível. Ao lado de propor que o léxico comporta também as regras de estrutura de morfema além das matrizes lexicais, Stanley propõe que o componente fonológico comporte unicamente as

regras fonológicas cuja função não é em nada parecida com a função das regras de estrutura de morfema. A função das regras fonológicas é: mudar os valores dos traços, permutar, inserir ou suprimir segmentos, mas não preencher matrizes lexicais abreviadas. As regras fonológicas é que são responsáveis pela conversão de um nível em outro. Assim uma matriz como a proposta na fg.1 se torna uma matriz fonêmica sistemática após a aplicação das regras de redundância. É essa matriz fonêmica sistemática inteiramente especificada que constitui o input real do componente fonológico. Nesse modelo as regras fonológicas aplicam exclusivamente sobre segmentos inteiramente especificados.

Apesar de toda celeuma que há em torno do fato de se distinguir ou não três níveis de representação, e, a respeito do fato de se especificar ou não as matrizes fonológicas parece mais ponderado, pelo menos por enquanto, considerar que:

- a. Há apenas dois níveis de representação: nível de representação fonêmico-sistemática, subrepresentado no léxico pelas representações lexicais e nível de representação fonético-sistemática.
- b. As regras de redundância pertencem ao léxico e aplicam exclusivamente às matrizes lexicais, convertendo-as nas representações fonêmicas sistemáticas correspondentes que não constituem um nível distinto.
- c. As regras fonológicas pertencem ao componente fonológico e aplicam exclusivamente a representações inteiramente especificadas, as representações fonêmicas sistemáticas convertendo-as nas fonéticas sistemáticas que constituem um nível distinto.

§ 2.4 REDUNDANCIA

Os traços fonológicos no interior do sistema se auto-selecionam em duas direções: direção vertical - paradigmática, direção horizontal - sintagmática.

No sentido vertical, paradigmático, estabelecem as restrições de simultaneidade que limitam a combinação de traços. No sentido horizontal, sintagmático, estabelecem as restrições sequenciais que limitam a combinação de segmentos que podem concorrer nos morfemas. Essa auto-seleção, esse interrelacionamento de traços, é que são responsáveis pelas redundâncias fonológicas das línguas. As redundâncias e as restrições con-

seqüentes do processo de auto-seleção são expressas através de "regras de estrutura de morfema". As regras de estrutura de morfema incluem regras de dois tipos: regras de estrutura de segmento, cuja função é estabelecer as restrições de simultaneidade e regras de estrutura de seqüência, cuja função é estabelecer as restrições seqüenciais.

A introdução das regras de redundância no modelo fonológico gerativo fundamenta-se na medida de simplificação do léxico, cujo pressuposto básico é aquele que prediz que o léxico mais simples é o que menos traços descreva. Mas como produto acessório elas definem a série de segmentos possíveis. Ambas, simplificação e caracterização são decorrentes das generalizações que as regras de redundância estabelecem. Tanto a função como a localização das regras de redundância têm sido assunto de muita polêmica.

Halle (4) sugere que as regras de redundância segmental e as regras seqüenciais que formalizam processos de neutralização (por alguns lingüistas consideradas regras de redundância seqüencial) sejam enquadradas entre as regras fonológicas e que somente aquelas regras de redundância seqüencial que definem as estruturas canônicas dos morfemas sejam realmente regras de estrutura de morfema. Halle decide enquadrar essas regras entre as fonológicas, tendo-se em vista, serem elas produtivas tanto dentro como além do limite de morfema. Em Halle, as regras de redundância se confundem com as regras fonológicas e perdem sua função de atribuir valores próprios a segmentos não inteiramente especificados, pois atuando entre as regras fonológicas freqüentemente irão mudar o valor já especificado para certos traços. Admitindo que as regras de redundância segmental que especificam os arqui-segmentos atuem entre as regras fonológicas, Halle conseqüentemente admite que as últimas podem operar sobre segmentos não inteiramente especificados o que é uma desvantagem, pois freqüentemente a não-especificação será usada incorretamente como um terceiro valor ao lado dos valores [+] e [-]. Para impedir o uso incorreto do [0] como um terceiro valor propõe a condição de distintividade e de formação ótima provadas não satisfatórias.

Como já foi mencionado, Stanley (5) encontra razões suficientes para classificar todas as regras de redundância como regras de estrutura de morfema, que formam uma série completamente distinta das regras fonológicas. A série formada pelas regras de estrutura de morfema comporta regras de dois tipos: regras de estrutura de segmento que fur-

cionam como algoritmos preditivos dos valores para os traços redundantes nos segmentos, tornando as matrizes lexicais matrizes fonêmicas sistemáticas. Como nesse modelo as matrizes fonêmicas sistemáticas são sempre inteiramente especificadas, não é possível dizer o que é distintivo ou não só com base nela. É através da presença ou da ausência de uma determinada regra de estrutura de segmento que irá se constatar quais traços são distintivos e quais não o são. Regras de estrutura de seqüência que funcionam como algoritmos preditivos de traços redundantes nos segmentos, diferindo das regras de estrutura de segmento no fato de que suas predições são contexto-sensitivas.

Decorrente da prática de enquadrar todas as regras de redundância entre as regras de estrutura de morfema que constituem uma série de regras distinta das fonológicas Stanley encontra um problema com as regras de neutralização que (de acordo com quase toda a literatura linguística) são produtivas tanto dentro como além do limite de morfema, e, com determinadas regras de redundância segmental que deveriam aplicar no output das regras fonológicas que inserem segmentos. E para tanto, Stanley sugere que tais regras sejam mantidas exclusivamente entre as regras de estrutura de morfema e, que através de uma convenção a sua produtividade seja estendida às regras fonológicas. Isto é, se o output de uma regra fonológica tiver contexto para aplicação de uma regra de neutralização ou de uma regra de estrutura de segmento, pelo efeito de tal convenção automaticamente estará sujeito à aplicabilidade das últimas.

Enquanto Halle sugere que as regras de estrutura de morfema devam ser ordenadas, Stanley, partindo do princípio de que elas não podem operar nenhuma mudança além de especificar, sugere que não devam ser ordenadas, pois diferentes ordens não implicarão jamais em diferentes outputs. Stanley rejeita a condição de distintividade e de formação ótima e propõe uma terceira: condição de generalização verdadeira. Diz-se que uma gramática encontra a condição de generalização verdadeira quando cada regra de estrutura de morfema faz uma generalização verdadeira sobre as representações fonêmicas sistemáticas de uma língua. Apesar de simples e natural a condição de generalização verdadeira é suficiente para evitar simplificações ingênuas e o uso impróprio de vazios sem impedir que se faça generalizações. Toda gramática que encontra a condição de generalização verdadeira jamais dependerá para aplicação de uma regra de haver 0's na matriz. Exige-se que as regras fonológicas apliquem invariavelmente so-

bre matrizes fonêmicas sistemáticas (inteiramente especificadas). É muito fácil verificar se uma gramática encontrou a condição de generalização verdadeira. Basta pegar cada matriz fonêmica sistemática da língua e verificar se alguma regra de estrutura de morfema fez alguma generalização falsa sobre ela.

Dada a grande disparidade entre as regras de estrutura de morfema e as regras fonológicas, Stanley propõe que as primeiras sejam repostas por condições e que as últimas permaneçam regras. O formalismo "condição" se presta muito mais para captar o caráter interpretativo neutro das regras de estrutura de morfema, enquanto o formalismo "regra" capta perfeitamente o caráter não neutro das regras fonológicas. As condições jamais transformam um nível em outro e as regras sim.

A teoria proposta por Stanley comporta duas partes: uma, onde as condições de estrutura de morfema definem as restrições e outra, onde se dá o processo de seleção.

Supõe que uma determinada língua tenha como limite máximo de segmentos para um morfema (x). Todos os morfemas dessa língua podem ter menos ou (x) segmentos. A partir dessa primeira suposição pode-se formar uma série finita (U) de matrizes completamente especificadas que tenham menos ou (x) segmentos, esgotando todas as possibilidades de combinação dos segmentos da língua. Nem todas essas matrizes são morfemas possíveis. E, é aqui que as condições de estrutura de morfema atuam. As condições de estrutura de morfema formam uma série finita (M). Essa série finita (M) de condições de estrutura de morfema é desordenada. A função dessas condições é filtrar as matrizes admissíveis da série (U). A série de matrizes admissíveis é denominada $M(U)$. $M(U)$ contém todos os morfemas possíveis da língua. As condições de estrutura de segmento e as de estrutura de seqüência da série (M) garantem que nenhuma restrição segmental ou seqüencial foi violada. A série $M(U)$, contudo, não é idêntica à série de itens encontrados no léxico. Ela contém aqueles morfemas possíveis, mas que por falhas acidentais não fazem parte do léxico da língua. Assim se define a primeira parte da teoria.

Desde que as matrizes lexicais são incompletamente especificadas e as matrizes em $M(U)$ completamente especificadas, as primeiras deverão ser no mínimo submatriz de uma matriz em $M(U)$. Portanto, uma entrada lexical (y) deve ser especificada de tal forma a ser distinta de todas exceto de uma matriz completamente especificada em $M(U)$. Essa ma-

quências e segmentos e não as especificações que elas permitem salvar. Não é a presença de um léxico livre de redundância que vai tornar a gramática mais altamente avaliada, i.é., retirar os traços redundantes para depois repô-los não simplifica em nada as gramáticas.

Embora um dos intuitos de Stanley tivesse sido evitar o debordamento entre as regras fonológicas e as CEM's, não conseguiu fazê-lo. O mérito de sua teoria reside no fato de impedir o uso incorreto de vazios através da condição de generalização verdadeira que prediz que toda matriz fonêmica sistemática deve ser sempre inteiramente especificada e provar que as representações livres de redundância não têm nenhum papel na teoria lingüística.

Grande parte da literatura lingüística gerativa, em geral americana, tendo como língua alvo o inglês, cuja morfologia é extremamente simples, quase sem flexão, onde inúmeras vezes as palavras são constituídas por morfemas únicos, não raro empregara o termo "morfema" sinonimizando "palavra", ampliando a aplicação das regras de estrutura de morfema impropriamente às palavras. Muito embora isso não tivesse trazido conseqüências desastrosas para as análises do inglês dada a simplicidade da sua morfologia, foi uma das principais determinantes do debordamento entre as REM's e as regras fonológicas. Um exemplo típico, onde a não-distinção entre morfema e palavra gerara uma impropriedade lingüística é a neutralização fonológica. A neutralização fonológica que só a nível fonético é visível não raro fora enquadrada entre as REM's. A prática habitual, nos casos de neutralização, era a de postulação de arqui-fonemas e de REM's contexto-sensitivas para especificá-los. Para exemplificar, sugere-se a neutralização dos traços $[\alpha_{anterior}]$ e $[\beta_{coronal}]$ nos segmentos nasais no contexto de travamento de sílaba, especificamente precedendo oclusivas, peculiar a um número imenso de línguas, sendo que os dados a serem examinados são do português. Formas simples como $['t\tilde{a}mpa]$ "tampa", $['t\tilde{a}ntu]$ "tanto" e $['t\tilde{a}ng\tilde{e}]$ "tanga" seriam pela lingüística gerativa americana, consideradas morfemas cujas representações lexicais postuladas como $/t\tilde{a}npa/$, $/t\tilde{a}nto/$ e $/t\tilde{a}nga/$ submeter-se-iam a uma REM contexto-sensitiva que especificaria inteiramente o arqui-fonema $/N/$, conforme:

$$(5:2) \quad [+nasal] \rightarrow \left[\begin{array}{l} \alpha_{anterior} \\ \beta_{coronal} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} + \text{consonantal} \\ - \text{continua} \\ \alpha_{anterior} \\ \beta_{coronal} \end{array} \right]$$

Como o processo de neutralização dos traços $[\alpha_{anterior}]$, $[\beta_{coronal}]$ é produtivo também em certas seqüências cuja natureza complexa

não permite serem confundidas com morfemas, como por exemplo [ĩmpo'siviw] "impossível", [ĩn'tatu] "intato" e [ĩnkõn'taviw] "incontável", será necessário admitir a possibilidade do aparecimento de segmentos não inteiramente especificados além do nível de morfema e admitir que a REM (5:2) possa, convencionalmente, aplicar entre as regras fonológicas (solução tentativa de Stanley) ou como Chomsky & Halle sugeriram: "we cannot in all cases determine from the form of a rule whether it's a lexical redundancy rule or a rule of the phonology. If a rule were to apply not only to "morphemes", but also across formative boundary, it could not be a lexical redundancy rule but a rule of the phonology". (7)

As duas propostas acima não chegaram a ser soluções. A verdadeira solução para o problema da neutralização, embora Stanley não tivesse tido a feliz idéia de apresentá-la, pode ser alcançada pelo seu modelo alternativo. Assumindo pois, que o léxico contém morfemas sempre inteiramente especificados, i.é., que a presença de arqui-fonemas nas representações fonêmicas é tolhida, não haverá outra solução se não reconhecer a neutralização como um processo fonológico que envolve mudança de traços. Na determinação de qual seja a consoante nasal subjacente outros dados devem ser considerados, i.é., [i'nabiw] "inábil", [ile'gaw] "ilegal" [ixegu'lar] "irregular", [i'natu] "inato", [imor'taw] "imortal, etc. Obviamente a forma básica, não assimilada, é a intervocálica, /n/. A decisão de considerá-la a forma básica pode ainda ser reforçada pela teoria da marcação que esclarece que /n/ é a menos marcada das nasais e que, em geral, os processos assimilatórios consistem em marcar segmentos não marcados (caso típico da neutralização aqui tratada). Admitindo pois, que esses morfemas sejam representados no léxico como /tanpa/, /tanto/, /tanga/ e /in/, a gramática dos falantes deve incluir regras fonológicas que operem a assimilação parcial diante de oclusivas e total diante de consoantes soantes. Portanto, o segundo modelo proposto por Stanley, naturalmente, soluciona o problema do debordamento, qualificando pois, os processos de neutralização como fonéticos e não como fonêmicos. Em resumo, a neutralização é sempre um processo peculiar à palavra e não ao morfema. Essa é apenas uma das muitas impropriedades ocasionadas pela confusão entre "morfema" e "palavra". Muitos processos e restrições fonéticas foram considerados fonêmicos.

Shibatani (8) precursoramente distinguiu, na sua teoria de redundância morfemas de palavras, fato esse que motivou a descoberta de

que as CEM's não são únicas e suficientes como generalizações. Sugeriu que paralelamente às CEM's que formalizam as generalizações fonológicas inerentes aos morfemas há as generalizações fonéticas inerentes à palavra o que Shibatani nomeia como "restrição fonética de superfície" (RFS). Observou também que as generalizações que são válidas para os morfemas podem ser ou não válidas para as palavras e que muitas RFS's podem ser representadas por regras fonológicas. Manuseia pois a série de generalizações através do seguinte esquema formal:

1. CEM: uma condição de estrutura de morfema que não é uma restrição fonética de superfície e não deve, portanto, ser representada por uma regra fonológica. Na língua portuguesa uma CEM estabelece que se a segunda consoante de um grupo consonantal inicial for verdadeira a primeira só poderá ser um /s/, conforme:

(6:2)

Se:

$$+ [+ \text{cons}] \quad \left[\begin{array}{l} + \text{cons} \\ - \text{soante} \end{array} \right]$$

Então:

$$\left[\begin{array}{l} + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \\ + \text{estridente} \end{array} \right]$$

A nível fonético essa generalização não é verdadeira.

2. RFS: uma restrição fonética de superfície que não é uma condição de estrutura de morfema e que não precisa ser representada por uma regra fonológica. Uma restrição negativa impedirá grupos consonantais iniciais de palavra do tipo: [st], [sk], [sp], etc. no português.

(7:2)

$$\text{RFS} \sim \# \left[\begin{array}{l} + \text{cons} \\ + \text{ant} \\ + \text{cor} \\ + \text{estríd} \end{array} \right] [+ \text{cons}]$$

Como já fora observado pela CEM (6:2), essa RFS só é verdadeira a nível fonético, pois a nível fonêmico tem-se /sta/, /skrev/, /sfera/, etc. Desde que a estrutura canônica das palavras portuguesas não admite esse tipo de grupo consonantal na mesma sílaba, motivará um processo fonológico que irá desfazê-lo, a prótese do [e].

(8:2)

$$\emptyset \longrightarrow \left[\begin{array}{l} + \text{silábico} \\ - \text{alto} \\ - \text{baixo} \\ - \text{pcst} \end{array} \right] \# \left[\begin{array}{l} + \text{cons} \\ + \text{ant} \\ + \text{cor} \\ + \text{estríd} \end{array} \right] [+ \text{cons}]$$

Portanto, o processo (8:2) está funcionalmente relacionado à RFS (7:2).

3. RFS/M: uma condição de estrutura de morfema que é também uma restrição fonética de superfície, mas que não precisa ser repre -

E, que para desfazê-la sua gramática inclui vários processos com: inserção de uma consoante epentética, inserção de glide, alteração do traço silábico, supressão de uma vogal, crase, etc. Nesse caso, embora todos os processos estejam funcionalmente relacionados à RFS (12:2) não são semelhantes a ela e não podem pois, serem marcados como RFS/A. É preferível pois, que se mantenham as RFS's distintas das regras fonológicas por elas motivadas mesmo quando forem semelhantes. Em geral, é a presença das RFS's que determinam os processos. Sempre que uma CEM não for também uma RFS para que um output gramatical seja gerado estarão implicados processos fonológicos. Embora Shibatani admita a possibilidade de RFS/M/A, i.é., uma condição de estrutura de morfema que é também uma restrição fonética de superfície e que deve ser representada por uma regra fonológica, essa é uma proposição totalmente imotivada, pois se a generalização subjacente é idêntica à generalização fonética não há razão para motivar um processo fonológico.

Shibatani atribui às restrições fonéticas de superfície a função de: 1. nativizar os empréstimos, 2. interferir na mutação linguística, 3. caracterização de palavra possível, 4. interferir na aprendizagem de outra língua e 5. caracterização dos processos fonológicos. Por exemplo, não é a presença da CEM (6:2) que vai interferir na aprendizagem do inglês, mas a RFS (7:2) e outras caracterizando formas como: [is'pĩj], [is'pũw], etc. em vez de [i'spin] e [i'spun]. Partindo dessas cinco propriedades das RFS's Mary L. Clayton⁽⁹⁾ radicaliza a posição de Shibatani. Enquanto o último admite que haja generalizações a nível fonêmico e fonético sistemático, a primeira insiste que só as restrições a nível fonético sistemático sejam psicologicamente reais e que portanto, só nesse nível poder-se-á estabelecer generalizações. Isso já fora anteriormente provado inverdadeiro pela presença da CEM (6:2) e da RFS (7:2) na mesma língua. A posição de Mary L. Clayton só seria justificável se se admitisse um léxico de palavras, o que é contrário a uma das acepções básicas da fonologia gerativa que admite um léxico de morfemas os quais são combinados através de regras em palavras.

Partindo das análises e apreciações críticas sugere-se esboçar uma teoria globalizante de redundância, envolvendo todos os valores já preestabelecidos, conforme as seguintes alíneas:

- a. Manter clara a distinção entre morfema e palavra (requisito fundamental para o português cuja morfologia é extremamente complexa e onde a pretensão de se definir mor-

femas e palavras com as mesmas CEM's seria frustrada).

b. Assumir que os morfemas são sempre inteiramente especificados, i.é., abandonar a noção de matriz livre de redundância, o que fornece uma solução natural para o problema do debordamento.

c. Assumir que paralelamente às CEM's estão as RFS's que podem ser idênticas ou completamente opostas às CEM's.

d. As CEM's definem a série de morfemas possíveis.

e. As RFS's definem a série de palavras possíveis.

f. As RFS's funcionam como "targets fonológicos", podendo ser universais ou idiossincráticos, motivando pois, processos fonológicos cuja função é tornar seqüências rejeitadas pelas RFS's bem formadas, i.é., aceitas por elas.

g. A série de RFS's é deduzida a partir dos dados fonéticos e faz parte do componente fonológico.

h. As RFS's são psicologicamente reais e como Shibatani mesmo apontou é a presença delas e não das CEM's que são responsáveis pela: nativização dos empréstimos, mutação linguística, sotaque estrangeiro, caracterização de palavra possível e motivação de processos fonológicos.

§ 2.5 REGRAS FONOLÓGICAS

No § anterior analisou-se o papel das CEM's e das RFS's na teoria fonológica. Nesse analisar-se-á o papel das regras fonológicas como mecanismos empregados para formalizar os processos de uma língua que são responsáveis pela extensão das representações fonêmicas sistemáticas às representações fonéticas sistemáticas.

Uma representação fonêmica sistemática pode diferir de sua representação fonética num dos sentidos listados abaixo:

A. Uma matriz fonética pode diferir da fonêmica correspondente nos valores herdados da última.

B. Uma matriz fonética pode diferir de sua matriz fonêmica correspondente no número de segmentos. Pode ter mais ou menos segmentos.

C. Uma matriz fonética pode diferir de sua matriz fonêmica correspondente na ordem dos segmentos.

D. Nas representações fonêmicas sistemáticas as entradas

são especificadas em termos de + e - , valores esses que indicam se uma dada categoria (traço) é membro ou não do segmento em questão. Nas matrizes fonéticas sistemáticas as entradas são especificadas em termos de números inteiros que indicam o quanto da categoria se faz presente no segmento em questão.

Portanto, as regras fonológicas não são neutras quanto sua interpretação, i.é., violam a condição de invariância. É possível resumir as modificações por elas operadas da seguinte forma:

1. uma regra fonológica pode formalizar processos de alteração de traços das representações fonêmicas sistemáticas para concordar ou discordar de seus segmentos adjacentes. Veja o seguinte exemplo do português:

$$(13:2) \quad V \longrightarrow [+ \text{ nasal}] / \text{---} [+ \text{ nasal}^C] \#$$

2. uma regra fonológica pode formalizar processos de supressão de segmentos presentes nas representações fonêmicas. Veja o seguinte exemplo do português:

$$(14:2) \quad [+ \text{ nasal}^C] \longrightarrow \emptyset / [+ \text{ nasal}^V] \#$$

3. uma regra fonológica pode formalizar processos de inserção de segmentos totalmente ausentes nas representações fonêmicas, tal como a regra de "prótese do [e]" (8:2), apresentada no parágrafo anterior.

4. uma regra fonológica pode formalizar processos de alteração da ordem dos segmentos das representações fonêmicas. Veja o seguinte processo diacrônico do português:

$$(15:2) \quad \begin{array}{ccccccc} V & & C & & C & & V \\ \vdots & & \left[\begin{array}{l} + \text{ soante} \\ + \text{ anterior} \\ + \text{ coronal} \\ + \text{ continua} \\ - \text{ lateral} \end{array} \right] & & \left[\begin{array}{l} - \text{ silábico} \\ - \text{ consonantal} \\ + \text{ anterior} \end{array} \right] & & \vdots \\ \vdots & & \vdots & & \vdots & & \vdots \\ \vdots & & \vdots & & \vdots & & \vdots \\ 1 & & 2 & & 3 & & 4 \longrightarrow 1 \ 3 \ 2 \ 4 \end{array}$$

Essa regra é capaz de dar conta da metátese entre "primário" e "primeiro", que foi um processo produtivo numa das fases evolutivas do português.

5. uma regra fonológica pode formalizar processos de transformação dos traços fonológicos binários em traços fonéticos inteiros. Por exemplo:

$$(16:2) \quad [+ \text{ nasal}^V] \longrightarrow [\text{ nasalização } 1] / \text{---} \#$$

As seqüências sobre as quais as regras fonológicas aplicam sempre transcendem o nível de morfema. Os morfemas de uma língua po-

dem ter várias configurações dependendo do ambiente onde aparecem. Podem ter uma configuração quando sozinhos constituem palavras, outras configurações quando combinados pelos processos derivacionais, ou quando em sentenças, locuções nominais, ou qualquer outra categoria sintática. Todas as línguas mostram evidência em favor da hipótese de que a estrutura sonora depende da informação sintática, e é por essa razão que as regras fonológicas operam no output do componente sintático da gramática. Logo, para se determinar a exata representação fonética, as regras fonológicas, não raro, terão de usar informação sobre a estrutura constituinte dos enunciados. Exemplificando, as palavras portuguesas "ponta" e "agudo", consideradas isoladamente recebem acento primário na antepenúltima vogal, i.é., submetem-se ao esquema geral, produtivo de acentuação. Ao combinarmos as duas palavras num composto ou numa locução nominal apenas um dos acentos primários será mantido, o outro será reduzido a secundário. Através da categorização sintática é possível predizer qual dos acentos será reduzido e qual será mantido. Essa predição pode ser feita através das regras abaixo:

(17:2) Nos compostos, o acento primário na extremidade à direita é mantido; quaisquer outros acentos são enfraquecidos. Ex: p²ontiag¹udo.

(18:2) Nas locuções, o acento primário na extremidade à esquerda é mantido; quaisquer outros acentos são enfraquecidos. Ex: p¹onta ag²uda.

Esse é apenas um dos vários tipos de propriedades não fonológicas que podem interferir nos processos. Segundo Schane (10) traços sintáticos como animado, plural, passado, etc. e traços morfológicos como primeira conjugação, segunda conjugação, erudito, alienígena, etc. podem tal como os traços de categorização sintática aparecer nas regras fonológicas. Embora muitos linguistas tivessem notado que propriedades não fonológicas podem interferir nos processos, poucos as apontaram como qualificativos para a dicotomização das regras fonológicas em: morfológicas e fonológicas. Entre os poucos está Alvin Cearley (11) que defende a necessidade da distinção entre regras fonológicas e morfológicas. Segundo Alvin Cearley as regras morfológicas definem classes de formas irregulares e as derivas que as separam das regras fonológicas podem ser esquematizadas como:

REGRAS MORFOLÓGICAS

1. Nunca interferem na aprendizagem de uma língua estrangeira.

REGRAS FONOLÓGICAS

1. Sempre interferem na aprendizagem de uma língua estrangeira.

- | | |
|---|---|
| <p>2. Nunca afetam as palavras emprestadas.</p> <p>3. Sempre possuem exceções.</p> <p>4. Sempre convertem um segmento subjacente em outro.</p> <p>5. Os falantes estão conscientes delas (percebem quando deixam de aplicar).</p> <p>6. As formas que estão sujeitas a tais regras tendem a se regularizar com o tempo.</p> | <p>2. Sempre afetam as palavras emprestadas.</p> <p>3. Nunca possuem exceções.</p> <p>4. Nunca convertem um segmento subjacente em outro.</p> <p>5. Os falantes não estão conscientes de tais regras.</p> |
|---|---|

Segundo Alvin Cearley as regras morfológicas seriam ordenadas antes das regras fonológicas.

Contrariamente ao que Cearley propõe, Irene P. Warburton⁽¹²⁾ sugere que a morfologização de uma regra fonológica não necessariamente introduz irregularidade na língua. Uma regra morfológica pode ser regular e, portanto, estável e persistente por um longo período de tempo ou irregular, e portanto, instável e propensa à extinção. A diferença entre uma regra morfológicamente condicionada "regular" e outra "irregular" é que para a primeira os traços morfológicos envolvidos referem-se a uma classe natural de itens, enquanto para a segunda isso não acontece. Por classe morfológica natural Irene P. Warburton pretende significar uma classe de itens que podem ser assumidos com um traço morfológico único como por exemplo: passado, plural, verbo, etc. independentemente motivados, i.é., outros aspectos da gramática se referem a eles. Para ilustrar a posição de Irene com respeito a uma regra morfológica regular sugere-se "a regra de supressão da vogal temática"⁽¹³⁾

(19:2)

$$V \longrightarrow \emptyset \left[\begin{array}{c} | \\ \hline | \end{array} \text{---} \begin{array}{c} | \\ \hline | \end{array} \text{---} \begin{array}{c} | \\ \hline | \end{array} \text{---} V \right] \text{ vb}$$

Todos os itens que saírem do componente sintático com o traço Vb adstrito a suas matrizes e que encontrarem a descrição estrutural da regra estarão sujeitos à sua aplicabilidade, a não ser uns poucos verbos irregulares. Contrariamente ao que Cearley propõe "a regra de supressão da vogal temática" é uma regra morfológica que: nunca converte um segmento subjacente em outro, os falantes não estão conscientes de tal regra e atua sobre os paradigmas irregulares, regularizando-os (é comum ouvir-se *'kabu, *'sabu, etc. em vez de ['kajbu], ['sej]). O fato de ela não interferir na aprendizagem de uma língua estrangeira pode ser explicado pela sua natureza, ou seja, pela natureza das regras morfológi-

cas. As regras morfológicas são determinadas pelos processos derivacionais próprios de cada língua. Em geral, sempre será o caso de que um processo inerente à morfologia do português não será válido para a morfologia de outra língua e, mesmo que fosse não haveria como sabê-lo produtivo, pois ao se "aprender" uma segunda língua depreende-se unidades globais, palavras, formas já operadas pelas regras morfológicas (não se tendo idéias dos morfemas subjacentes, não se é possível detectar quais processos a língua emprega para derivar palavras).

Portanto, o fato de a regra de "supressão da vogal temática" ser morfologizada não introduz irregularidade na língua. O processo em pauta apresenta todas as características de um processo natural, i.é., produtividade, uso inconsciente, persistência, etc.

Irene P. Warburton reconhece, no entanto, que há casos de regras morfológicas irregulares cujas características são, de fato, aquelas apresentadas por Cearley. As regras morfológicas irregulares têm adstritos ao seu contexto traços como $[\pm \text{nativo}]$, $[\pm \text{erudito}]$, etc. Devem ser evitadas quando possível, pois complicam a gramática, e é porque complicam a gramática que tendem a ceder lugar para os processos gerais. As regras morfológicas regulares não complicam a gramática e são muitas vezes motivadas por RFS's próprias da língua ou, até mesmo, universais. As regras fonológicas regulares aplicam antes das regras fonológicas e podem ser ordenadas entre si.

A controvérsia fundamental, no entanto, com relação às regras fonológicas não é sua dicotomização em: morfológicas e fonológicas, mas se devem ou não ser ordenadas e quais os princípios que governam a ordenação.

§ 2.6 ORDENAÇÃO DE REGRAS

Uma das maiores controvérsias atuais em fonologia gerativa é sobre os princípios que governam a ordenação de regras. Há duas grandes correntes, de um lado aquela que defende o princípio de ordenação estritamente extrínseca e específica dessa ou daquela língua, e de outro lado, aquela que defende o princípio de ordenação intrínseca motivado por fundamentos universais das línguas naturais. Subjacente ao princípio da ordenação extrínseca está a idéia de que as regras são necessariamente or-

denadas.

Diz-se que duas regras são ordenadas se sua aplicação numa dada ordem resulta num output diferente do que ocorreria se aplicassem numa ordem distinta. Diz-se que as regras não são ordenadas quando qualquer ordem leva às estruturas fonéticas corretas e, portanto, desejadas.

Há duas formas através das quais as regras podem aplicar às representações fonêmicas sistemáticas da língua: sequencial ou simultaneamente. Adotando-se a forma sequencial uma regra aplica a uma estrutura fonêmica sistemática A, que é o input, convertendo-a numa estrutura distinta, B, outra regra aplicará a B, convertendo-a em C, etc. A derivação continuará até que nenhuma regra mais seja aplicável. Adotando-se a forma simultânea, todas as regras aplicarão ao input original. Não haverá nenhum estágio intermediário. A derivação consistirá exatamente de duas estruturas, o input e o output. As teorias filiadas ao poder de ordenação extrínseca, em geral assumem que as regras fonológicas aplicam sequencialmente e costumam discriminar os vários tipos de relações que as regras mantêm entre si da seguinte forma. (Considere (x) e (y) como duas regras hipotéticas)

a. MAXIMIZAÇÃO: (x) maximiza (y) se e somente se a aplicação de (x) antes de (y) aumenta o número de formas a que (y) pode aplicar. Considere o par de regras da variante analisada.

(20:2) VOCALISMO DE POSTÔNICA

$$\left[\begin{array}{c} - \\ \text{alto} \\ \text{post} \\ \text{arred} \\ \text{arred} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} \leftarrow \\ \text{alto} \\ - \\ \text{baixo} \end{array} \right] / \text{c}_o \text{VC}_o \text{---}$$

(21:2) PALATALIZAÇÃO DAS DENTAIS /t/ e /d/

$$\left[\begin{array}{c} + \\ \text{cons} \\ + \\ \text{ant} \\ + \\ \text{cor} \\ - \\ \text{cont} \\ - \\ \text{met} \text{ ret} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} + \\ \text{met} \text{ ret} \\ - \\ \text{ant} \end{array} \right] / \text{---} \left[\begin{array}{c} - \\ \text{cons} \\ - \\ \text{post} \\ + \\ \text{alto} \end{array} \right]$$

Se (20:2) aplica antes de (21:2), então (21:2) terá como itens sujeitos a sua aplicação aqueles que originariamente contiverem /i/ como: time, tia, tibirigá, tigre, etc. e mais aqueles que contiverem [i] derivado de /e/ pela aplicação da regra (20:2) como: dente, pente, bate, etc. Portanto, a aplicação de (20:2) nessa ordem aumenta o número de formas a que (21:2) pode aplicar. Se se aplicasse (21:2) antes de (20:2) só atingiria as formas que originariamente contivessem /i/ gerando um output incorreto para o dialeto em pauta, uma vez que certas formas pela atuação de (20:2) viriam a ter contexto para a aplicação de (21:2) e, por uma questão formal própria da corrente extrínseca que designa que cada

regra só pode aparecer uma vez na derivação, não as submeteriam a ela. Portanto, se se mantém que cada regra só pode aparecer uma vez em cada derivação, (20:2) deve ser rigidamente ordenada antes de (21:2)

Derivação / b a t e /
 'b a t e (acento)
 'b a t i (20:2)
 'b a t̃ i (21:2)
 ['b a t̃ i] (forma fonética)

b. MINIMIZAÇÃO: (x) minimiza (y) se e somente se a sua aplicação antes de (y) diminui o número de formas a que (y) pode aplicar.

No português há uma RFS que define a formação ótima das vogais nasais átonas anteriores no contexto /-n##/. Pode ser formalizada como:

(22:2) RFS Se: $\left[\begin{array}{c} + \text{nasal} \\ + \text{ant} \\ - \text{acent} \end{array} \right] \text{ n } \# \#$
 Então: [- alto]

Essa RFS motiva um processo fonológico que atua sobre formas como ## xe'pet̃in##, ## a'grid̃in##, ## xe'grid̃in##, etc. tornando o [ĩ] originariamente [+ alto] em [-alto], i.é., [ẽ] e, que pode ser estabelecido como:

(23:2) VARIANTE CONTEXTUAL DE [ĩ]
 $\left[\begin{array}{c} + \text{nasal} \\ + \text{anterior} \\ + \text{alto} \\ - \text{acent} \end{array} \right] \longrightarrow [- \text{alto}] / \text{--- n } \# \#$

Essa mesma RFS impede que formas como: ## 'perd̃en##, ## 'bat̃en##, ## 'tot̃en##, ## 'ed̃en##, ## 'ont̃en##, etc. submetam-se ao processo (20:2) de vocalismo de postônica que tornaria o /e/ original em [i].

Como as formas que estão sujeitas à regra (23:2) não estão sujeitas ao processo de palatalização das dentais (21:2), as teorias extrínsecas de ordenação designariam que (23:2) deve ser ordenada antes de (21:2), i.é., (23:2) deve minimizar a aplicação de (21:2) de todas aquelas formas sujeitas a (23:2), pois se (21:2) aplicasse antes de (23:2) formas agramaticais como *xe'pet̃j̃en, *a'grid̃j̃en, *xe'grid̃j̃en, etc. seriam geradas.

Derivação: / x e p e t i n /
 x e ' p e t i n (acento)
 x e ' p e t ĩ n (nasalização)
 x e ' p e t ẽ n (23:2)
 (21:2) não aplica mais
 (outras regras)
 [x e ' p e t ẽ j̃] (forma fonética)

c. CONTRA-MINIMIZAÇÃO: (y) contra-minimizaria (x) se e somente se a aplicação de (y) diminuísse o número de formas que (y) pudessem aplicar se (y) tivesse de aplicar antes de (x).

Considere o seguinte par de regras do português:

(24:2) REGRA DE NASALIZAÇÃO (restrita)

$V \longrightarrow \tilde{V} / \text{---} n \#$

(25:2) REGRA DE SUPRESSÃO DO /n/

$n \longrightarrow \emptyset / \text{---} \#$

Essas duas regras devem ser ordenadas na ordem (24 - 25), i.é., numa relação de contra-minimização, pois se (25:2) aplicasse antes de (24:2) incorretamente minimizaria a aplicação de (24:2) gerando formas agramaticais como: *fi, *si, etc. em vez de [fĩj] e [sĩj]

Derivação

/ f i n /
f ã n (24:2)
f ã (25:2)
. . . (outras regras)
[f ã j] (forma fonética)

d. MINIMIZAÇÃO E CONTRA-MINIMIZAÇÃO: (x) minimiza (y), (y) contra-minimiza (x).

Por falta de exemplos que expressem essa relação no português sugere-se um caso típico do espanhol latino-americano⁽¹⁴⁾.

(26:2) DESPALATALIZAÇÃO

$\lambda \longrightarrow l / \text{---} \#$

(27:2) DESLATERALIZAÇÃO

$\lambda \longrightarrow j$

Esse par de regras deve aplicar na ordem (26 - 27). (26:2) deve minimizar (27:2) de todas as formas que incluam laterais palatais precedendo imediatamente #. Se se invertesse a ordem, (27:2) converteria todos os λ's em /j/, minimizando completamente a aplicabilidade de (26:2), gerando formas agramaticais como: *okej. Portanto, (26:2) mantém com (27:2) uma relação de minimização e (27:2) mantém com (26:2) uma relação de contra-minimização.

Derivação

/ a k e λ /	/ a k e λ o s /	
a k e l	-	(26:2)
-	a k e j o s	(27:2)
[a k e l]	[a k e j o s]	(forma fonética)

e. CONTRA-MAXIMIZAÇÃO: (y) contra-maximizaria (x) se e somente se a aplicação de (y) antes de (x) aumentasse o número de formas a

que (x) pudesse aplicar se (y) tivesse de aplicar antes de (x).

Por falta de dados sincrônicos portugueses que exprimam essa relação sugere-se um par de regras de uma língua hipotética:

(28:2) $s \longrightarrow z / V \text{ — } V$

(29:2) $kj \longrightarrow s$

Como o processo (28:2) não atinge os s's derivados pelo processo de aglutinação (29:2), (28:2) deve ser ordenada antes de (29:2) de forma a ser impedida de atingir o output de (29:2). Portanto, (29:2) mantém com (28:2) uma relação de contra-maximização.

f. MAXIMIZAÇÃO E CONTRA-MAXIMIZAÇÃO: (x) maximiza (y), (y) contra-maximiza (x).

g. MAXIMIZAÇÃO E CONTRA-MINIMIZAÇÃO: (x) maximiza (y), (y) contra-minimiza (x).

h. MINIMIZAÇÃO E CONTRA-MAXIMIZAÇÃO: (x) minimiza (y), (y) contra-maximiza (x).

Relações como f, g, h são dadas como possíveis pelas teorias extrínsecas de ordenação, mas nunca foram demonstradas.

Além das relações (a - h) dois outros tipos são ainda possíveis. Schane as denomina de "ordenação disjuntiva" e "ordenação conjuntiva".

i. ORDENAÇÃO DISJUNTIVA: diz-se que um conjunto de regras é ordenado disjuntivamente quando a aplicação de uma das regras do conjunto exclui a possibilidade de aplicação de todas as outras. As regras ordenadas disjuntivamente são tratadas como se fossem mutuamente exclusivas. Não importa que outras regras do conjunto encontrem condição contextual para a sua aplicabilidade. O fato de uma regra já ter aplicado é suficiente para impedir a aplicação das demais regras do conjunto. Numa derivação apenas uma regra de um conjunto disjuntivamente ordenado aplica. Considere o seguinte processo do francês: "se a palavra terminar por / e / o acento recairá na penúltima sílaba, se não recairá na última", requerendo pois, o seguinte par de regras⁽¹⁵⁾

(30:2) $V \longrightarrow [+ \text{acent}] / \text{ — } C_0^V [- \text{tensa}] \#$

(31:2) $V \longrightarrow [+ \text{acent}] / \text{ — } C_0 \#$

Portanto, uma palavra como / admirable / selecionará (30:2) e uma como / ami / selecionará (31:2), gerando [admi'rablə] e [a'mi] respectivamente. Quando duas regras são ordenadas disjuntivamente deve-

se tentar aplicar aquela regra do conjunto que possua o contexto extensionalmente maior. Se esse contexto não for encontrado recorre-se então aos contextos menores. Usando a notação de parênteses é possível fundir (30:2) e (31:2) numa única regra:

$$(32:2) \quad V \longrightarrow [+ \text{ acent}] / \text{---} C_0 ([- \text{ tensa}]) \#$$

Ao se aplicar uma regra como (32:2) deve-se pois, tentar aquela sub-parte que inclua os parênteses, se e somente se essa parte não for satisfeita tentar-se-á então aquela outra que exclua o contexto parêntesado. A notação () é o artifício formal que as teorias extrínsecas de ordenação usam para captar a propriedade "exclusão mútua" inerente à ordem disjuntiva.

j. ORDENAÇÃO CONJUNTIVA: diz-se que duas regras são conjuntivamente ordenadas quando a aplicação de uma das regras do conjunto não exclui a possibilidade de aplicação das demais se essas encontrarem contexto. Novamente um exemplo do francês: (16)

$$(33:2) \quad C \longrightarrow \emptyset / \text{---} + C$$

$$(34:2) \quad C \longrightarrow \emptyset / \text{---} \# C$$

Essas regras aplicam às seguintes formas subjacentes:

$$\begin{array}{l} \# \text{ p e t i t } + z \# \text{ g a r s } \tilde{\text{o}} \# \\ \# \text{ p e t i } \quad z \# \text{ g a r s } \tilde{\text{o}} \# \quad (33:2) \\ \# \text{ p e t i } \quad \# \text{ g a r s } \tilde{\text{o}} \# \quad (34:2) \end{array}$$

Aplicação da regra que inclui + deve preceder àquela que inclui #. Esse par de regras pode ser unido pela notação de chaves, conforme:

$$(35:2) \quad C \longrightarrow \emptyset / \left\{ \begin{array}{c} + \\ \# \end{array} \right\} C$$

As teorias de ordenação extrínseca crêem seja possível tratar dos problemas dialetais através de diferentes relações de ordem. Por exemplo: suponha que haja uma língua que tenha dois processos (x) e (y). Essa língua possui dois dialetos, dialeto A e dialeto B. O dialeto A difere do dialeto B porque em A (x) minimiza (y), e, em B (y) contra-minimiza (x).

Em síntese, essa é a opinião dos adeptos da corrente extrínseca de ordenação.

A hipótese aqui analisada suscita uma questão: é a ordenação extrínseca empiricamente motivada ou um produto do extremo formalismo? Que a teoria extrínseca funcione numa gramática formal já foi de-

monstrado, resta saber se ordenar as regras extrinsecamente é, de fato, um mecanismo que a criança ativa na aquisição de sua gramática, o que parece improvável.

A segunda corrente é a que defende o poder de "ordenação intrínseca". Numa teoria com o poder de ordenação intrínseca se as regras devem ser ordenadas, sê-las-ão por princípios universalmente estabelecidos dependentes das descrições estruturais das regras envolvidas nas relações de ordenação. Enquanto nas teorias com poder de ordenação extrínseca as regras são assumidas aplicar sequencialmente, nas teorias intrínsecas são assumidas aplicar ora sequencialmente, ora simultaneamente.

Koutsoudas & Sanders & Noll apresentam evidência em favor da hipótese de que: "All restrictions on the relative order of application of grammatical rules are determined by universal rather than language-specific principles". (17)

Implícita nessa hipótese está a idéia de que nenhuma regra gramatical é extrinsecamente ordenada. Qualquer fato fonológico que pode ser tratado por meio de uma teoria de ordenação extrínseca, pode também ser tratado com igual ou maior generalidade através de uma teoria sem esse poder. Um dos princípios que governa a aplicação das regras nas gramáticas sem poder de ordenação extrínseca é aquele que Koutsoudas & Sanders & Noll denominam de "princípio de aplicação obrigatória" cuja conceituação é dada abaixo: "every obligatory rule MUST be applied to every representation to which it CAN be applied (at least any other principle prevents its application)". (18)

Esse princípio é pois, capaz de determinar a aplicação das regras na ordem de maximização sem recorrer à ordenação extrínseca. Abandonando o preceito das teorias extrínsecas de que cada regra só pode aparecer uma vez em cada derivação, a relação de maximização será empiricamente equivalente a dizer que as regras são inteiramente não restritas quanto a sua aplicabilidade, i.é., que aplicam a toda representação que satisfaça suas descrições estruturais, independente do fato de ela já ter ou não aparecido na derivação. Portanto, sem qualquer restrição de ordenação o par de regras (20:2) e (21:2) pode, aplicando sequencialmente a toda representação que satisfaça seus contextos, uma vez que são regras obrigatórias, gerar o output desejado.

Derivação	/ t i m e /	/ b a t e /
	't i m e	'b a t e (acento)
	't i m i	'b a t i (20:2)
	'tʃ i m i	'b a tʃ i (21:2)
	['tʃ i m i]	['b a tʃ i] (forma fonética)

O mesmo princípio de aplicação obrigatória é suficientemente capaz de determinar a aplicabilidade do par de regras (23:2) e (21:2) numa relação de minimização sem qualquer restrição extrínseca. A regra (23:2) está intrinsecamente ordenada com a regra de nasalização, i.é., aplicam simultaneamente. A regra de nasalização no português é assumida aplicar simultaneamente ao acento, pois há um sub-caso desse processo que depende do acento. (24:2) é apenas dos sub-casos do processo de nasalização. A regra de acento é a primeira regra do ciclo fonológico a aplicar. Se (23:2) aplica simultaneamente à nasalização e a nasalização aplica simultaneamente ao acento então (23:2) sempre precederá (21:2) minimizando-a de todas as representações sujeitas a (23:2).

Derivação:	/ x e p e t i n /	
		acentos 24:2 destruição do contexto de (21:2)
		23:2
	x e p 'e t e n	
	Outras regras	
	[xe'petẽj]	forma fonética

Portanto, o contexto a que (21:2) pode aplicar é sempre intrinsecamente destruído antes que ela aplique.

Para os casos de maximização e minimização aqui tratados o "princípio da aplicação obrigatória" foi suficientemente capaz de determinar a ordem de operacionalização sem qualquer restrição ou alteração das regras. Para o caso de contra-minimização as teorias intrínsecas provarão que a regra (25:2) tal como está formulada deixa de captar uma propriedade muito importante do processo de nasalização, i.é., que uma das condições para que haja supressão da nasal é que ela tenha nasalizado a vogal precedente, ou seja a sua supressão não pode implicar em neutralização absoluta. O processo (25:2) tal como está formalizado não capta essa peculiaridade e em consequência exige que se ordene extrinsecamente (25:2) após (24:2) para que não condicione, agramaticalmente, o processo de neutralização absoluta. Repondo (25:2) por (36:2)

(36:2) n → ø / ã — #

qualquer restrição de ordenação entre (24:2) e (36:2) será desnecessária,

visto que (36:2) estará sempre intrinsecamente ordenada após (24:2). Portanto, se (36:2) não é mais simples que (25:2) (como argumentam as teorias extrínsecas, estritamente formais), é, pelo menos, bem mais plausível que (25:2) em termos de fonologia natural.

Derivação / f i n /
 'f ĩ n (acento e (24:2))
 'f ĩ (36:2)
 . . . (outras regras)
 ['fiŋ] (forma fonética)

Também para os casos de contra-maximização a teoria intrínseca força soluções do ponto de vista lingüístico mais plausíveis do que aquelas oferecidas pelas teorias extrínsecas. Para o par de regras (28:2) e (29:2) as teorias intrínsecas sugerem que o fato (28:2) não atingir os s's derivados por (29:2) tem uma explicação. A regra (29:2) formaliza um processo de aglutinação de dois segmentos. Se, como a fonologia gerativa concebe, a representação fonêmica sistemática é aquilo que o falante pensa que está dizendo, é plausível que o segmento [s] derivado pelo processo (29:2), aparentemente simples, conserve sua natureza complexa impedindo pois, que o processo (28:2) o atinja. A competência do falante-ouvinte dessa língua interpreta o [s] output de (29:2), como /k + j/ e não como [s]. Portanto, o input da regra (28:2) deve fazer referência a essa peculiaridade lingüística lógica. Sugere-se fazê-lo nos seguintes termos:

(37:2) [- aglutinado] \xrightarrow{S} z / V — V

Com (37:2) substituindo (28:2) qualquer restrição de ordenação é desnecessária.

Mas há casos em que o "princípio de aplicação obrigatória" não faz a predição correta, como por exemplo é o caso daqueles pares de regras ordenadas numa relação de minimização e contra-minimização. Esse tipo de relação é contudo governado por um outro princípio, o princípio de "precedência de inclusão" definido por Koutsoudas & Sanders & Noll nos termos abaixo: "For any representation R, which meets the structural descriptions of each of two rules A and B, A takes applicational precedence over B with respect to R if and only if the structural description of A properly includes the structural description of B". (19)

No caso proposto para o espanhol latino-americano uma representação como /akeŋ/ encontra a descrição estrutural tanto de (26:2) como a de (27:2), no entanto, a aplicação simultânea geraria um output

As hipóteses tentadas pelas teorias intrínsecas são superiores àquelas tentadas pelas teorias extrínsecas no sentido de que elas antes do que descreverem ou convencionalizarem a ordem relativa de aplicação das regras explicam porque as regras se ordenam de tal forma.

Portanto, em termos de aquisição de linguagem, a hipótese intrínseca de ordenação de regras parece ser mais plausível que a extrínseca, mas antes que uma linha definitiva se assente muita pesquisa será ainda necessária. A ordenação das regras fonológicas é assunto linguístico ainda polêmico. Pode ser que as soluções extrínsecas sejam mais simples, mas nunca mais naturais que as intrínsecas. A ordenação intrínseca é uma questão de naturalidade.

§ 2.7 QUÃO ABSTRATA É A REPRESENTAÇÃO FONÊMICA SISTEMÁTICA?

Os linguistas, há muito, estão cômicos de que as representações fonêmicas sistemáticas diferem das fonéticas. A preocupação atual é saber o quanto uma representação fonêmica sistemática pode diferir da fonética. Uma pergunta que todo linguista se faz é "quão abstrata é a representação fonêmica sistemática?"

Em geral, a representação fonêmica sistemática é um dos alomorfeos atestado: na performance, mas casos há, em que, como Schane define em seu artigo "How abstract is abstract?" isso é impossível: "The deep parts are not always transparent from the surface and there will be cases where one will have to posit underlying segments which do not necessarily have a surface manifestation". (21)

São justamente esses casos que constituem o problema. Na ausência de restrições teóricas sobre a questão abstração os linguistas tomam vários rumos. Uns primam pela abstração, outros pelo concretismo.

Os partidários das soluções concretas argumentam que a abstração viola a "condição de naturalidade" que deve haver entre as representações fonêmicas sistemáticas e as fonéticas sistemáticas e que por isso devem ser evitadas. Uma posição de extremo concretismo em fonologia gerativa é a de Vennemann (22) que para não ceder lugar às soluções abstratas abre mão do léxico de morfemas em favor de um léxico de palavras.

Para ilustrar como o mesmo problema pode assumir nuances di-

ferentes dependendo do grau de abstração, retoma-se o processo assimilatório do nupe. O nupe é uma língua do grupo "Kwa" da Nigéria Central, onde as consoantes são foneticamente labializadas antes de vogais arredondadas e palatalizadas antes de vogais anteriores, conforme os dados sugerem:

[$\bar{e}g^j\bar{i}$] "criança"

[$\bar{e}g^j\bar{e}$] "cerveja"

[$\bar{e}g^w\bar{u}$] "lama"

[$\bar{e}g^w\bar{o}$] "grama"

Só antes de vogal /a/ há contraste entre consoantes simples, labializadas e palatalizadas.

[$\bar{e}g^w\bar{a}$] "mão"

[$\bar{e}g^j\bar{a}$] "sangue"

[$\bar{e}g\bar{a}$] "estranho"

Smith⁽²³⁾, partidário do concretismo, sugere que as formas subjacentes para [$\bar{e}g^w\bar{a}$] e [$\bar{e}g^j\bar{a}$] são /egwa/ e /egja/ respectivamente. No entanto, o primeiro argumento contra essa posição é que elavivola a estrutura morfemática geral do nupe (V)CVCV... O segundo é que essa glide não é considerada pela regra de tom que estabelece que um tom alto se torna crescente quando a consoante prevocálica da sílaba é [+sonora] e se a sílaba precedente tem tom baixo. Por essa regra /édé/ é foneticamente [$\bar{e}d^j\bar{e}$] "roupa", mas /jèkó/ é [$jèk^w\bar{o}$]. As seqüências /è - twá/ e /è - tjá/ são foneticamente [$\bar{e}t^w\bar{a}$] e [$\bar{e}t^j\bar{a}$] mesmo. Já as formas /è - bwá/ e /è - ghjá/ são foneticamente [$\bar{e}b^w\bar{a}$] e [$\bar{e}gb^j\bar{a}$]. Esses dados provam que as glides quando posteriores a consoantes, contrariamente ao que Smith propôs, não são consideradas sons independentes, o que justifica, nesses casos não serem levadas em conta pela descrição estrutural da regra de tom. Se, no entanto, as glides não seguem consoantes são levadas em conta pela descrição estrutural dessa regra. Por exemplo, /èwú/ e /èjé/ são foneticamente [$\bar{e}w\bar{u}$] e [$\bar{e}j\bar{e}$]. Portanto, o tratamento concreto que postula a presença de "C + glide" em forma de base provou-se insatisfatório.

Há quem sugira, nesse caso, a possibilidade de se marcar três tipos "a" diacriticamente:

/a₁/ que labializa

/a₂/ que palataliza

/a₃/ que nem labializa e nem palataliza

Embora essa solução esteja em congruência com estrutura mor

femática (V)CVCV... , ela constitui uma séria aberração à plausibilidade dos processos fonológicos. O natural é que uma vogal arredondada arredonde a consoante precedente e que uma vogal palatal (anterior) palatalize a consoante precedente, mas é altamente não natural uma vogal não arredondada, /a₁/, arredondar. E, uma vogal posterior, /a₂/, anteriorizar. Essa solução, como todas as outras que optem por diacríticos é bastante improvável.

Larry Hyman⁽²⁴⁾ mostra que a solução mais exata e mais natural para o nupe é uma abstrata, i.é., uma que postula segmentos fonêmicos sistemáticos não manifestos diretamente na performance. Apresenta uma série coesa de argumentos mostrando que subjacentemente só há consoantes simples. A labialização e a palatalização são fenômenos completamente previsíveis. Reconhece uma série de sete vogais antes do que apenas cinco, /i e ε a o u/. As formas subjacentes à [eg^wa] e [eg^ja] são [eg^o] e [eg^e] respectivamente. Reconhecendo-se /ε/ e /ɔ/ a nível fonêmico sistemático, as consoantes serão sempre naturalmente labializadas antes de /u o ɔ/ e palatalizadas antes de /i e ε/, o que em termos de processo, é muito plausível. Subseqüentemente ao processo de palatalização e labialização as vogais baixas /ε/ e /ɔ/ sofrem um processo de neutralização fundindo-se num único [a], no artigo de 1970 formulado como um processo de "neutralização absoluta"

$$(38:2) \quad \begin{Bmatrix} \text{ɔ} \\ \text{ε} \end{Bmatrix} \longrightarrow a$$

Mas em seu livro "Phonology Theory and Analysis"⁽²⁵⁾ sugere uma versão contexto-sensitiva da mesma regra.

$$(38':2) \quad \begin{Bmatrix} \text{ɔ} \\ \text{ε} \end{Bmatrix} \longrightarrow a \quad / \quad \begin{Bmatrix} \text{C}^w \\ \text{C}^j \end{Bmatrix} \text{---}$$

em resposta aos incessantes ataques ao processo de neutralização absoluta. A regra (38':2) tal como está formulada incorpora a motivação para o processo de neutralização de /ɔ/ e /ε/, i.é., a condição para que sejam neutralizados é que tenham labializado e palatalizado a consoante precedente, de forma que a partir dessas consoantes seja possível determinar qual a natureza subjacente dos a's fonéticos. A manutenção das consoantes labializadas e palatalizadas mesmo após o ambiente condicionante ter sido destruído está largamente relacionada à necessidade de se manter a distintividade das formas cuja função é "significar". Como Mathew Y. Chen⁽²⁶⁾ sugere não raro, a atuação de um processo fonológico é governada pela exigência de distintividade semântica. A função ainda

tem primazia sobre a forma nas línguas naturais como um meio de comunicação. A deslabialização e a despalatalização de formas como: $[\bar{e}g^w_a]$ e $[\bar{e}g^j_a]$ aumentaria largamente a homofonia, cuja consequência óbvia seria a ineficiência comunicacional.

Dois tipos de suporte sustentam a solução de Hyman para o nupe: 1. em casos de empréstimo, o nupe não substitui meramente os sons estrangeiros por aqueles mais próximos existentes em sua língua. É a existência das regras de labialização, palatalização e neutralização absoluta que tornam os sons nativizados. Um nupe explora os empréstimos de "yoruba", língua também do grupo "Kwa", da seguinte forma:

yoruba	nupe
$[\bar{k}\bar{e}k\bar{e}]$	$[\bar{k}^j\bar{a}k^j\bar{a}]$ "bicicleta"
$[\bar{t}\bar{ɔ}r\bar{e}]$	$[\bar{t}^w\bar{a}r^j\bar{a}]$ "dar presente"
$[\bar{k}\bar{ɔ}b\bar{s}]$	$[\bar{k}^w\bar{a}b^w\bar{a}]$ "moeda"

Consistentemente nativiza qualquer seqüência $[\bar{C}\bar{ɔ}]$ como $[\bar{C}^w_a]$ e $[\bar{C}\bar{e}]$ como $[\bar{C}^j_a]$ onde interpreta o $[\bar{ɔ}]$ como arredondado, agrupando-o à classe $[\bar{o} u]$ e o $[\bar{e}]$ como anterior, agrupando-o à classe $[\bar{i} e]$. 2. O outro suporte é fornecido por um processo de reduplicação produtivo na língua, conforme

tí "gritar"	t̄tí "gritando"
tē "quebrar"	t̄tē "quebrando"
tá "contar"	t̄tá "contando"
tú "cavalgar"	t̄tú "cavalgando"
tò "afrouxar"	t̄tò "afrouxando"

A vogal do radical será $[\bar{i}]$ se a vogal da raiz for $[\bar{-arred}]$ e $[\bar{u}]$ se for $[\bar{+arred}]$. Se como sugere Smith a representação subjacente para todo $[\bar{C}^w_a]$ e $[\bar{C}^j_a]$ é $[\bar{C}w_a]$ e $[\bar{C}j_a]$ então uma forma como $[\bar{t}^w\bar{a}]$ "limpar" deveria reduplicar como $^*t^w\bar{i}t^w\bar{a}$ o que não acontece. O processo de reduplicação explora essas seqüências na base das vogais subjacentes $[\bar{e}]$ e $[\bar{ɔ}]$ gerando:

$t^w\bar{a}$ "limpar"	$t̄t^w\bar{a}$ "limpando"
$t^j\bar{a}$ "ser humilde"	$t̄t^j\bar{a}$ "sendo humilde"

Esses dois argumentos demonstram que os processos de labialização, palatalização e neutralização são produtivos e, portanto, psicologicamente reais. Esses processos fazem parte do conhecimento linguístico sistemático do falante-ouvinte nupe.

Das soluções então sugeridas, a abstrata parece ser a úni-

ca explicativamente adequada, pois é fundamentada em dados empíricos da língua. Portanto, não há uma medida nas gramáticas estabelecendo fronteiras sobre o quão abstratas podem ser as representações fonêmicas. No entanto, deve ter ficado patente nesse parágrafo que as únicas constantes que pesam nas decisões são considerações sobre: caráter explicativo, congruência, predibilidade, plausibilidade e naturalidade.

Em geral, o que leva o lingüista a adotar certo grau de abstração é a medida de simplicidade, pois frequentemente as teorias concretas falham em determinar representações subjacentes únicas o que é incompatível com a idéia de que o léxico mais simples é aquele que contém mais representações subjacentes únicas. Também o desejo de alcançar a adequação explicativa, de descobrir o mecanismo mental ativado pela criança durante a aquisição da linguagem, pode levar o lingüista a recorrer à abstração.

§ 2.8 SIMPLICIDADE vs. NATURALIDADE E MARCAÇÃO

Inicialmente o critério que pesava nas decisões fonológico-gerativas era a simplicidade medida em termos de contagem de traços. O processo mais simples seria aquele que menos traços requeresse para a sua formalização, i.é., seria o mais geral. Mas para decepção dos fonólogos gerativistas cujo objetivo supremo é alcançar os universais lingüísticos, notou-se que nem sempre os processos mais simples são os mais atestados nas línguas de todo o mundo. A partir dessa constatação começaram a observar que há certos aspectos da fonologia não necessariamente simples, mas altamente naturais presentes em muitos sistemas lingüísticos. Desde então a "naturalidade" tem sido um critério de muito peso na análise fonológica.

Para demonstrar o quanto o critério "simplicidade" (generalidade) pode diferir do critério "naturalidade" sugere-se retomar a noção de classe natural que Halle define como: "We shall say that a set of speech sounds forms a natural class if fewer features are required to designate the class than to designate any individual sound in the class" (27)

Portanto, Halle define "classe natural" em termos de contagem de traços, ou seja, simplicidade métrica.

Costuma-se dizer que n segmentos formam uma classe natural quando um ou mais dos critérios abaixo é satisfeito.

A. Sofrem um mesmo processo. Por exemplo, /t d/ sofrem juntos o processo (21:2) abaixo repetido descritivamente

$$(21:2) \quad \begin{bmatrix} t \\ d \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} t \\ d \end{bmatrix} / \text{---} \begin{bmatrix} i \\ j \end{bmatrix}$$

B. Funcionam juntos no contexto de um processo fonológico. Por exemplo, [i j] em (21:2)

C. Constituem o alvo e a mudança estrutural de um mesmo processo. Por exemplo, [t d t/dɜ] em (21:2).

D. Constituem a mudança estrutural e o contexto. Por exemplo, [t/dɜ i j] em (21:2)

Os critérios acima estabelecidos só são válidos para os processos naturais. A partir deles é possível verificar a discrepância entre simplicidade e naturalidade. Se, como Halle propõe, a contagem de traços é um critério suficiente para a avaliação da naturalidade de uma classe, o conjunto de segmentos /p b t d k g f v s z ʃ ʒ m n ɲ l ʁ x / que pode ser definido unicamente com o traço [+ consonantal] seria mais natural que o conjunto de segmentos /t d/ que requer para sua especificação os traços [+ consonantal, + coronal, + anterior, - contínua, - metástase retardada, - nasal], no entanto, a classe de segmentos descrita pelo traço [+ consonantal] provavelmente viola todos os critérios acima estabelecidos, enquanto a definida pelos traços [+ consonantal, + coronal, + anterior, - contínua, - metástase retardada, - nasal] está inteiramente de acordo com o critério A. É de esperar pois, que muitas línguas façam referência à última classe em seus processos, mas poucas, senão nenhuma, façam referência à primeira. Portanto, o "critério simplicidade" isoladamente é inadequado para a avaliação das propriedades fonológicas, pois não leva em conta o conteúdo substancial do material lingüístico, em síntese, é um critério puramente formal.

A centralização de interesse no "critério naturalidade" antes do que no "critério simplicidade" levou os lingüistas a incorporarem à fonologia gerativa uma versão levemente modificada da teoria da marcação proposta pelo Círculo Lingüístico de Praga. Enquanto para os praguianos a marcação era definida em termos de língua específica, para os gerativistas é definida em termos universais, cujos suportes são: estudos dos universais em: 1. aquisição de linguagem, 2. tipologias lingüísti-

oas, 3. mudanças linguísticas e 4. patologias de linguagem.

Chomsky & Halle⁽²⁸⁾ e Postal⁽²⁹⁾ sugerem repor os + 's e os - 's e os O 's, caso se adote matrizes fonêmicas sistemáticas não inteiramente especificadas, por NM 's (para os valores não marcados) e M 's (para os valores marcados). A primeira consequência óbvia dessa sugestão é eliminar todos aqueles problemas com a presença dos O 's. Essa adoção implica em que se ainda houver algum resquício da noção de que o léxico mais simples é aquele que requer menos traços para a sua especificação, ele está agora definitivamente anulado, pois quer pela sugestão alternativa de Stanley, quer por essa solução as matrizes fonêmicas serão sempre inteiramente especificadas, inclusive para os traços redundantes. Convenções interpretativas universais sistematicamente reporão os valores NM 's e M 's por + 's e - 's. Os valores NM 's não contribuem para a complexidade da gramática, portanto, não há razão para deixá-los não especificados. O valor NM atribuído a um traço, num dado segmento, representa seu estado natural e esperado. Quando não for possível especificar os valores NM e M para os traços, através de convenções interpretativas universais, devem ser diretamente especificados nas matrizes fonêmicas sistemáticas como + ou -. Tanto o + como o - como o M são vistos como aumentando a complexidade da gramática. Há casos onde o coeficiente de um traço é determinado por uma restrição universal sobre a combinação de traços, em Chomsky & Halle designada "convenção absoluta". Para exemplificar sugerem-se as seguintes convenções absolutas:

$$\begin{aligned} [+ \text{baixo}] &\longrightarrow [- \text{alto}] \\ [+ \text{alto}] &\longrightarrow [- \text{baixo}] \end{aligned}$$

Portanto, é desnecessário estabelecer RFS/M 's específicas para captar essas redundâncias se fazem parte da fonética universal. As convenções interpretativas universais são os melhores aparatos para expressar a interdependência entre os traços que, como já foi demonstrado, é o que determina a redundância nas línguas. Destarte, as RFS/M 's e as CEM 's que têm uma larga aplicabilidade na gramática são simplesmente eliminadas em favor de convenções interpretativas universais. Só aquelas que introduzem propriedades idiossincráticas permanecem nas gramáticas das línguas específicas.

Antes de prosseguir na demonstração de como operam as convenções universais e suas implicações na "teoria gerativa" apresenta-se uma matriz fonêmica para o português usando-se os mesmos traços usados

por Chomsky & Halle.

	a	i	u	ɛ	ɔ	e	o
baixo	NM	NM	NM	M	M	NM	NM
alto	NM	NM	NM	NM	NM	M	M
posterior	NM	-	+	M	NM	-	+
arredondado	NM	NM	NM	NM	M	NM	NM
sonoro	NM						
complexidade	0	1	1	2	2	2	2

Fig. 4

Sistema vocálico do português (teoria da marcação)

p	b	t	d	k	g	f	v	s	z	ʃ	ʒ	l	ʎ	r	x	m	n	ɲ		
NM	cons																			
NM	M	M	M	NM	NM	NM	NM	NM	sil											
NM	M	M	M	NM	nas															
NM	baixo																			
NM	alto																			
NM	M	M	NM	M	NM	NM	NM	NM	M	NM	post									
NM	NM	NM	NM	M	M	NM	NM	NM	NM	M	M	NM	M	NM	M	NM	NM	M	NM	ant
-	-	+	+	NM	NM	M	M	NM	M	NM	NM	NM	cor							
NM	NM	NM	NM	NM	NM	M	M	M	M	M	M	NM	NM	NM	M	NM	NM	NM	NM	cont
NM	met ret																			
NM	estrid																			
NM	M	NM	NM	NM	NM	NM	lat													
NM	M	NM	son																	
1	2	1	2	1	2	2	3	1	2	3	4	1	3	2	2	2	1	3		complexidade

Fig. 5

Sistema consonântico do português (teoria da marcação)

Para ilustrar a operação das convenções interpretativas sobre os valores NM's e M's nas matrizes fonêmicas sistemáticas requer-se-á o morfema /pa/

	p	a
segmento	M	M
cons	NM	NM
sil	NM	NM
nasal	NM	NM
baixo	NM	NM
alto	NM	NM
post	NM	NM
arred	NM	NM
ant	NM	NM
cor	-	NM
cont	NM	NM
met ret	NM	NM
estrid	NM	NM
sonoro	NM	NM

Fig. 6

Aplicam sobre Fig. 6 as seguintes convenções. Iniciando por

/p/.

- (I) $[\text{NM cons}] \rightarrow [+ \text{ cons}] / + \text{ ---}$
 (II) $[\text{NM sil}] \rightarrow [- \text{ sil}] / [+ \overline{\text{cons}}]$
 (III) $[\text{NM nasal}] \rightarrow [- \text{ nasal}]$
 (IV) $[\text{NM baixo}] \rightarrow [- \text{ baixo}]$
 (V) $[\text{NM post}] \rightarrow [- \text{ post}] / [\overline{\text{NM ant}} \text{ baixo}]$
 (VI) $[\text{NM alto}] \rightarrow [- \text{ alto}] / [\overline{\text{NM post}} \text{ ant}]$
 (VII) $[\text{NM arred}] \rightarrow [- \text{ arred}] / [+ \overline{\text{cons}}]$
 (VIII) $[\text{NM ant}] \rightarrow [+ \text{ ant}]$
 (IX) $[\text{NM cont}] \rightarrow [- \text{ cont}]$
 (X) $[\text{NM met ret}] \rightarrow [- \text{ met ret}]$
 (XI) $[\text{NM estrid}] \rightarrow [- \text{ estrid}] / [- \overline{\text{met ret}}]$
 (XII) $[\text{NM sonoro}] \rightarrow [- \text{ sonoro}] / [+ \overline{\text{cons}}]$

E sobre /a/ aplicam as conveções:

- (I') $[\text{NM sil}] \rightarrow [+ \text{ sil}] / \text{c ---}$
 (II') $[\text{NM cons}] \rightarrow [- \text{ cons}] / [+ \overline{\text{sil}}]$
 (III') idem III
 (IV') $[\text{NM baixo}] \rightarrow [+ \text{ baixo}] / [\overline{\text{NM post}} \text{ arred}]$
 (V') $[+ \text{ baixo}] \rightarrow [- \text{ alto}]$
 (VI') $[\text{NM post}] \rightarrow [+ \text{ post}] / [+ \overline{\text{baixo}}]$
 (VII') $[\text{NM arred}] \rightarrow [- \text{ arred}] / [+ \overline{\text{baixo}}]$

Os outros traços são dados por uma convenção absoluta do tipo

$$\text{(VIII')} \quad \begin{bmatrix} + \text{ sil} \\ - \text{ cons} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} - \text{ ant} \\ - \text{ estrid} \\ + \text{ cont} \\ + \text{ son} \\ \text{etc.} \end{bmatrix}$$

(Essa convenção estabelece que para tais traços os segmentos $[+ \text{silábico} - \text{consonantal}]$ irão sempre permanecer não marcados).

Dessa forma as convenções interpretativas universais operam sobre as gramáticas das línguas particulares convertendo os NM's em + e -.

A partir da Fg.1 tornou-se óbvio que /a/ é uma vogal totalmente não marcada e que /i/ e /u/ são marcados para apenas um traço. Chomsky & Halle propõem o seguinte princípio para selecionar o sistema vocálico ótimo: "The complexity of a system is equal to the sum of the marked features of its members". (30)

Portanto, um sistema triangular que incluía /a i u/ somando uma complexidade de dois é mais natural que outro que incluía /a e o/ somando uma complexidade de quatro. Mas como Chomsky & Halle mesmo ob-

servaram há um problema com esse procedimento. Por exemplo, um sistema que além de /a i u/ inclui /e o/ é mais natural que outro que inclua /ε ɔ/, apesar de tanto /a i u e o/ quanto /a i u ε ɔ/ somarem uma complexidade de seis. A razão de um sistema /a i u e o/ ser mais natural está ligada ao fato de que ele seleciona o valor para o traço [arred] com base nos traços [post] e [alto], enquanto o sistema /a i u ε ɔ/ não. Os valores esperados para um segmento [+baixo] é que ele seja também [+post], condição essa que /ε/ viola. E, [-arred], condição essa que /ɔ/ viola. Portanto, é de se esperar que mais frequentemente se encontre o sistema /a i u e o/ do que /a i u ε ɔ/. Demonstrou-se pois, que o critério que seleciona os sistemas ótimos unicamente com base na soma dos membros marcados é inadequado. Considerações adicionais sobre a hierarquização e o interrelacionamento dos traços são critérios necessários para a seleção dos sistemas ótimos.

Observou-se que enquanto há uma vogal totalmente NM, não há nenhuma consoante NM. As menos marcadas, marcadas para apenas um traço, são: /p t k s n/. A série de segmentos /a i u p t k s n/ constitui o inventário fonológico ótimo. Essa série de sons é a primeira a aparecer na linguagem das crianças, a última a desaparecer nos sujeitos afetados por patologias de linguagem e estão presentes em quase todas as línguas do mundo.

A teoria da marcação é capaz não só de definir os segmentos e sistemas naturais como também os processos naturais. Tanto em descrições sincrônicas quanto diacrônicas encontram-se regras que são mais naturais do que outras. A versão da marcação incorpora um mecanismo para efetivar essas distinções. Para ilustrar concretamente considere a palatalização das dentais em português, (21:2). Por que /t d/ mudam seus traços originais ao incorporar o traço [+alto] dos segmentos adstritos? Não seria de esperar que o mais natural para eles fosse incorporar o traço [+alto] e manter suas propriedades originais? Em síntese, um processo que converte /t d/ em [t^j d^j] não seria mais natural que aquele que converte /t d/ em [t_j d_j]. Através do "princípio linkage" de Chomsky & Halle pode-se fornecer uma resposta adequada a essa questão. Mas antes de apresentá-la, descrever-se-á, sucintamente, esse princípio. Suponha que (x) seja uma regra e (y) uma convenção interpretativa universal.

(x) A \longrightarrow [α traço 1]

(y) [NM traço 2] \longrightarrow [β traço 2] / [α traço 1]

Quando uma regra fonológica e uma convenção interpretativa estão formalmente relacionadas como (x) e (y) diz-se que estão unidos (linked). Nesse caso, a convenção automaticamente estabelece a especificação $[\beta \text{ traço } 2]$ para o output de (x). No entanto, se alguma especificação para o $[\text{traço } 2]$ fosse dada no output de (x) a junção de (y) a (x) seria bloqueada. Tal como há junção de regra e convenção pode haver junção de convenção e convenção. O "princípio linkage" estabelece que uma convenção aplica a todos ou nenhum dos segmentos formados por uma regra. A implicação dessa exigência é a declaração de que os processos que destroem a simetria subjacente são mais custosos para a gramática do que aqueles que a preservam.

Retomando o processo (21:2) pode-se reestabelecê-lo como (39:2)

$$\left[\begin{array}{c} + \\ - \\ - \end{array} \begin{array}{c} \text{C} \\ \text{cor} \\ \text{cont} \\ \text{nasal} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ alto}] / \left[\begin{array}{c} - \\ - \\ + \end{array} \begin{array}{c} \text{cons} \\ \text{post} \\ \text{alto} \end{array} \right]$$

Nesse primeiro passo o que se fez foi incorporar o traço $[+ \text{ alto}]$ aos originais. Ao output de (39:2) junta-se a convenção interpretativa universal (I)

$$(I) \quad [NM \text{ anterior}] \longrightarrow [- \text{ anterior}] / \left[\begin{array}{c} + \\ + \\ \infty \end{array} \begin{array}{c} \text{alto} \\ \text{corp} \\ \text{nal} \\ \text{cont} \end{array} \right]$$

Ao output de (I) junta-se a convenção interpretativa (II)

$$(II) \quad [NM \text{ met ret}] \longrightarrow [+ \text{ met ret}] / \left[\begin{array}{c} - \\ + \end{array} \begin{array}{c} \text{ant} \\ \text{cor} \end{array} \right]$$

Ao output de (II) junta-se a convenção interpretativa (III)

$$(III) \quad [NM \text{ estrid}] \longrightarrow [+ \text{ estrid}] / \left[\begin{array}{c} + \\ + \end{array} \begin{array}{c} \text{met} \\ \text{cor} \end{array} \text{ret} \right]$$

Pode-se então entender porque ao incorporar o traço $[+ \text{ alto}]$, /t/ e /d/ transformam-se automaticamente em $[t_f]$ e $[d_f]$. A hipótese incorporada nas convenções é que sob essas circunstâncias é mais complicado para as obstruintes dentais reterem o seu ponto e modo de articulação originais do que alterarem os mesmos. O traço $[+ \text{ alto}]$ nas dentais, onde o natural, o desejado, o universal é $[- \text{ alto}]$ faz com que o segmento resultante se torne mais complexo. Um processo que torne /t/ e /d/ em $[t^j]$ e $[d^j]$ é, para usar a terminologia de Vennemann⁽³¹⁾, um processo que aumenta a complexidade do segmento (I - rule = Increase rule). Portanto, já que o natural para um segmento $[+ \text{ alto}]$ é que seja também $[- \text{ ant}, + \text{ cor}, + \text{ met ret}, + \text{ estrid}]$, mudanças adicionais à incorporação do traço $[+ \text{ alto}]$ transformam $[t^j]$ e $[d^j]$ em $[t_f]$ e $[d_f]$. Um processo como esse diminui a complexidade do segmento (D - rule = Decrease rule).

Observou-se, portanto, que as convenções requeridas para

definir os segmentos plausíveis podem também ser usadas para definir os processos fonológicos plausíveis. Tal como segmentos plausíveis os processos plausíveis tendem a aparecer constantemente nas várias fonologias dispersas pelo mundo. Explica-se isso pela fundamentação fonética dos processos fonológicos naturais. Via de regra, a naturalidade de um processo pode ser atribuída a assimilações ou simplificações acústicas e articulatórias. Para ilustrar será retomado o processo (13:2), nasalização.

$$[\begin{array}{c} + \\ - \end{array} \begin{array}{c} \text{sil} \\ \text{nasal} \end{array}] \longrightarrow [+ \text{ nasal}] / \text{---} [+ \text{ nasal}] \#$$

Discute-se que o processo (13:2) é natural, mas pouca atenção se dá ao fato de que ele é um processo universalmente distribuído nas línguas. A tendência de uma vogal se tornar nasalizada antes de consoante nasal não é parte das fonologias das línguas individuais, mas antes pertence ao âmbito da fonética universal. Em geral, o que as línguas fazem é fonologizar as propriedades fonéticas universais intrínsecas da fala. Por exemplo, línguas como o inglês, o italiano... nasalizam levemente as vogais sob essas condições, de forma que é desnecessário estabelecer um processo de nasalização específico. Já o português e o francês por exagerar o grau de nasalização além do limite foneticamente normal a fonologizaram, determinando a inclusão do processo (13:2) em suas gramáticas. Se, como foi dito, a base dos processos fonológicos naturais é fonética, é plausível que estejam universalmente destruídos pelas línguas do mundo.

Assim muitas das RFS/M's e CEM's provar-se-ão universais dispensando pois, sua inclusão nas fonologias particulares. Cairns⁽³²⁾ sugere que a fonte mais precisa para muitos dos universais fonológicos fundamenta-se nas propriedades físicas da língua e que muitas elucidacões sobre universais fonológicos, convenções interpretativas, CEM's e RFS/M's (redundância) poderiam advir de um estudo conjunto entre gramática e sistemas periféricos de produção e percepção sonora.

Em síntese, está exposto o despertar da teoria que opta pela noção de marcação.

§ 2.9 SUMÁRIO

Nesse capítulo foram resenhados alguns pressupostos básicos para o desenvolvimento de um trabalho em fonologia gerativa. Entre

eles:

- A. Situação da fonologia dentro do modelo gerativo transformacional (§2.1)
- B. Níveis de representação dos enunciados lingüísticos (§2.3)
- C. Redundância (§2.4)
- D. Regras fonológicas (§2.5)
- E. Poder de ordenação extrínseca e intrínseca (§2.6)
- F. O grau de abstração das formas subjacentes (§2.7)
- G. O critério simplicidade vs naturalidade e marcação (§2.8)

Paralelamente ao trabalho de resenha foram caracterizadas algumas linhas de pesquisa para a análise a ser empreendida no Cap. III e de forma sintética podem ser estabelecidas como:

- a. Sobre os níveis de representação dos enunciados lingüísticos ficou estabelecido que considerar-se-ão apenas dois níveis, o "fonêmico sistemático" e o "fonético sistemático", ambos inteiramente especificados.
- b. Sobre a redundância assumiu-se que paralelamente às CEM's que definem a série de morfemas possíveis estão as RFS's que definem a série de palavras possíveis e funcionam como "targets" fonológicos que as línguas devem atingir através de processos.
- c. Sobre as regras optou-se pela dicotomização: regras morfológicas (restritas) / regras fonológicas (gerais).. Se as regras morfológicas forem restritas por traços sintáticos independentemente motivados, como: Vb, [+ pas], [+ perf], etc. serão consideradas regulares, se por traços como [+ nativo], [+ erudito], [+ germânico], etc. serão consideradas irregulares. Durante uma derivação as regras morfológicas precedem as fonológicas.
- d. Sobre o princípio que governa a aplicabilidade das regras decidiu-se pelo princípio de ordenação intrínseca.
- e. Sobre o grau de abstração das representações fonêmicas sistemáticas ficou claro que não há uma medida estabelecendo fronteiras sobre o abstracionismo. Há critérios, apenas, que podem ajudar os lingüistas a decidir por representações fonêmicas sistemáticas mais ou menos abstratas. Esses critérios são: caráter explicativo, predibilidade, congruência e plausibilidade (naturalidade).
- f. Sobre a medida de avaliação para as decisões fonológico-gerativas ficou caracterizado que o "critério simplicidade", isoladamente, é inadequado, pois é essencialmente formalístico. Será aqui auxiliado pelo "critério naturalidade".

NOTAS AO CAPÍTULO II

- (1) Chomsky, 1975
- (2) Botha, 1972, p.39 a 75
- (3) Stanley, 1967, in *Language*, vol.43, nº2, p.393 a 436
- (4) Halle, 1959
- (5) idem (3)
- (6) Hyman, 1975, p. 112
- (7) Chomsky & Halle, 1968, p.171
- (8) Shibatani, 1973, in *Language*, vol.49, nº1, p.87 a 105
- (9) Clayton, 1976, in *Language*, vol.52, nº2
- (10) Schane, 1975, p.136 a 149
- (11) Cearley, 1974, in *Papers from the parasession on natural phonology*, April 18th, p.30 a 41
- (12) Warburton, 1976, in *Journal of linguistics*, vol.12, September, p.259 a 278
- (13) Mateus, 1975, p.105
- (14) Koutsoudas & Sanders & Noll, 1974, in *Language*, vol.50, nº1, p.1 a 28
- (15) Schane, 1975, pp.123 e 124
- (16) Schane, 1975, pp.124 e 125
- (17) Koutsoudas & Sanders & Noll, 1974, in *Language*, vol.50, nº1, p.1
- (18) Koutsoudas & Sanders & Noll, 1974, in *Language*, vol.50, nº1, p.5
- (19) Koutsoudas & Sanders & Noll, 1974, in *Language*, vol.50, nº1, p.8
- (20) Hastings, 1974, in *Papers from the parasession on natural phonology* April 18th, p. 146 a 157
- (21) Schane, 1974, in *Papers from the parasession on natural phonology*, April 18th, p.297 a 317
- (22) Vennemann, 1976, in *Journal of Linguistics*, vol.12, September, p.346 a 373
- (23) Smith, 1967, in *Journal of African languages*, vol.6, p.153 a 169
- (24) Hyman, 1970, in *Language*, vol.46, nº1, p.58 a 76
- (25) Hyman, 1965, p.88
- (26) Chen, 1974, in *Papers from the parasession on natural phonology*, April 18th, p.43 a 77
- (27) Halle, 1964, in *Fodor and Katz*, p.334 a 352
- (28) Chomsky & Halle, 1968, Cap.IX
- (29) Postal, 1968, Cap.VIII
- (30) Chomsky & Halle, 1968, p.409
- (31) idem (22)
- (32) Cairns, 1969, in *Language*, vol.45, nº4, p.863 a 885

CAPÍTULO III

AS FORMAS FINITAS DO VERBO

(Das representações fonêmicas sistemáticas às fonéticas)

§3.1 PRESENTE

§ 3.1.1 FORMAS DO PRESENTE - amostra fonética

O presente divide-se, como já foi visto, em: presente do indicativo e presente do subjuntivo. Foneticamente se realizam como:

1a. CONJUGAÇÃO

Vogal do radical /a/~[a]		Vogal do radical /i/		Vogal do radical /u/	
Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj	Pres. Indic	Pres.Subj
[¹ katu]	[¹ kat ^h i]	[¹ fiku]	[¹ fiki]	[¹ fur <u>u</u>]	[¹ furi]
[¹ kates]	[¹ kat ^h is]	[¹ fikes]	[¹ fikis]	[¹ fures]	[¹ furis]
[¹ kat ^h e]	[¹ kat ^h i]	[¹ fike]	[¹ fiki]	[¹ fur ^h e]	[¹ furi]
[ko't ^h emus]	[ko't ^h emus]	[fi'k ^h emus]	[fi'k ^h emus]	[fu'r ^h emus]	[fu'r ^h emus]
[ko't ^h ajs]	[ko't ^h ejs]	[fi'k ^h ajs]	[fi'kejs]	[fu'r ^h ajs]	[fu'rejs]
[¹ kat ^h ẽw]	[¹ kat ^h ẽj]	[¹ fikẽw]	[¹ fikej]	[¹ furẽw]	[¹ furẽj]

Vogal do radical /ɔ/~[o] Vogal do radical /ɛ/~[e]

Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj
[¹ ɔgu]	[¹ ɔgi]	[¹ pegu]	[¹ pegi]
[¹ ɔgɛs]	[¹ ɔgis]	[¹ pegɛs]	[¹ pegis]
[¹ ɔg ^h e]	[¹ ɔgi]	[¹ peg ^h e]	[¹ pegi]
[ɔo'gẽmus]	[ɔo'gẽmus]	[pe'gẽmus]	[pe'gẽmus]
[ɔo'gajs]	[ɔo'gejs]	[pe'gajs]	[pe'gejs]
[¹ ɔgẽw]	[¹ ɔgẽj]	[pe'gẽw]	[¹ pegej]

2a. CONJUGAÇÃO

Vogal do radical /a/~[a] Vogal do radical /i/

Pres.Indic	Pres.Subj	Pres. Indic	Pres. Subj
[¹ batu]	[¹ bate]	[¹ vivu]	[¹ vive]
[¹ bat ^h is]	[¹ bates]	[¹ vivis]	[¹ vivas]
[¹ bat ^h i]	[¹ bat ^h e]	[¹ vivi]	[¹ vive]
[bo't ^h emus]	[bo't ^h emus]	[vi'vẽmus]	[vi'vẽmus]
[bo't ^h ejs]	[bo't ^h ajs]	[vi'vejs]	[vi'vajs]
[¹ bat ^h ẽj]	[¹ bat ^h ẽw]	[¹ vivej]	[¹ vivẽw]

Não há verbo da segunda conjugação cuja vogal do radical imediata à vogal temática seja /u/.

Vogal do Radical /ɔ/~/[o]		Vogal do radical /ɛ/~/[e]	
Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj
[ˈmovu]	[ˈmovə]	[ˈbebu]	[ˈbebe]
[ˈmɔvis]	[ˈmɔvɛs]	[ˈbɛbis]	[ˈbebɛs]
[ˈmɔvi]	[ˈmovə]	[ˈbɛbi]	[ˈbebe]
[moˈvẽmus]	[moˈvẽmus]	[beˈbẽmus]	[beˈbẽmus]
[moˈvejs]	[moˈvajs]	[beˈbejs]	[beˈbajs]
[ˈmɔvẽj]	[ˈmovẽw]	[ˈbɛbẽj]	[ˈbebẽw]

3a. CONJUGAÇÃO

Vogal do radical /a/~/[ɑ]		Vogal do radical /i/	
Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj
[ˈpartu]	[ˈpartɐ]	[iˈnibu]	[iˈnibe]
[ˈpartɨs]	[ˈpartɛs]	[iˈnibis]	[iˈnibɛs]
[ˈpartɨ]	[ˈpartɐ]	[iˈnibi]	[iˈnibe]
[parˈtɨmus]	[parˈtɛmus]	[iniˈbimus]	[iniˈbẽmus]
[parˈtɨs]	[parˈtajs]	[iniˈbis]	[iniˈbajs]
[ˈpartɛj]	[ˈpartɛw]	[iˈnibej]	[iˈnibẽw]

Vogal do radical /u/		Vogal do radical /ɔ/~/[u]	
Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj
[iˈludu]	[iˈlude]	[ˈdurmu]	[ˈdurme]
[iˈludɨs]	[iˈludɛs]	[ˈdɔrmis]	[ˈdurmes]
[iˈludɨ]	[iˈlude]	[ˈdɔrmi]	[ˈdurme]
[iluˈdɨmus]	[iluˈdẽmus]	[dɔrˈmimus]	[durˈmẽmus]
[iluˈdɨs]	[iluˈdajs]	[dɔrˈmis]	[durˈmajs]
[iˈludɛj]	[iˈludɛw]	[ˈdɔrmej]	[ˈdurmeɥ]

Vogal do radical /ɛ/~/[i]	
Pres.Indic	Pres. Subj
[ˈsirvu]	[ˈsirve]
[ˈservis]	[ˈsirves]
[ˈservi]	[ˈsirve]
[sɛrˈvimus]	[sirˈvẽmus]
[sɛrˈvis]	[sirˈvajs]
[ˈservej]	[ˈsirvẽw]

§ 3.1.2 SÚMULA OBSERVACIONAL

§ 3.1.2.1 OS RADICAIS

A. com vogal /a/ apresentam uma alomorfa condicionada pelo acento. Se tônico tem-se um /a/, se átono tem-se um [ɑ]

B. com vogais /i/ e /u/ não apresentam alomorfa.

C. com vogais /ɛ/ e /ɔ/ apresentam na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e todo presente do subjuntivo uma alomorfia que pode ser esquematizada como:

- vogal do radical será [+baixa] se o radical pertencer à primeira conjugação;
- vogal do radical será [-baixa, - alta] se o radical pertencer à segunda conjugação;
- vogal do radical será [+ alta] se o radical pertencer à terceira conjugação.

Resumindo, os radicais com vogais /ɛ/ e /ɔ/ sofrem, nessas formas, um processo de harmonia vocálica (o que há de comum entre a primeira pessoa do singular do pres. indic e todo pres. subj para apresentarem os mesmos processos?).

Além dessa alomorfia os radicais com vogais /ɛ/ e /ɔ/ têm nas alteradas para [e] e [o] quando átonas e não sujeitas à harmonia vocálica. Se /ɛ/ e /ɔ/ pertencerem a radicais marcados para terceira conjugação, podem, se átonos, tornar-se [i] e [u] respectivamente.

As formas subjacentes serão escolhidas com base nas segundas e terceiras pessoas do singular do pres. indic por serem rizotônicas e as menos sujeitas à alomorfia. As formas arrizotônicas, via de regra, apresentam vogais com traços de vocalismo átono. Os radicais relativos às formas verbais apresentadas no §3.1.1 têm sua entrada no léxico da língua portuguesa através das seguintes matrizes fonêmicas sistemáticas: /kat-/, /fik-/, /fur-/, /ʒɔg-/, /pɛg-/, /bat-/, /viv-/, /mɔv-/, /bɛb-/, /part-/, /inib-/, /ilud-/, /dɔrm-/ e /serv-/.

§ 3.1.2.2 AS VOGAIS TEMÁTICAS

A. as vogais temáticas não se manifestam foneticamente na primeira pessoa do singular do pres. indic e todo pres. subj.

B. não podem ser escolhidas com base nas formas do presente, pois onde são tônicas estão diante de segmentos muito propensos a causar alomorfia, e onde átonas têm a oposição e/i, ou seja, 2a.conj/3a.conj neutralizada.

C. têm suas realizações ótimas no mais que perfeito, no imperfeito do subjuntivo, onde são tônicas e imunes à influência de seus

segmentos adjacentes que são relativamente neutros, conforme:

$[k\alpha'tare]$	$[k\alpha'tasi]$
$[b\alpha'tere]$	$[b\alpha'tesi]$
$[p\alpha'r'tire]$	$[p\alpha'r'tisi]$

A partir dessas observações assumir-se-á que as vogais temáticas estão representadas no léxico da língua por:

Vt_1	\longrightarrow	$/a/$
Vt_2	\longrightarrow	$/e/$
Vt_3	\longrightarrow	$/i/$

Se, como fora sugerido no Cap. I a classe conjugacional I, representada pela Vt_1 , é a única produtiva, pode-se substituir a regra $Vt_1 \longrightarrow /a/$, por $NMVt \longrightarrow /a/$, que capta essa peculiaridade lingüística sincrônica do português, formando a seguinte série de regras de reajustamento:

- (I) $NMVt \longrightarrow /a/$
- (II) $Vt_2 \longrightarrow /e/$
- (III) $Vt_3 \longrightarrow /i/$

§ 3.1.2.3 OS SUFIXOS NÚMERO-PESOAIS (NP)

A. a 1a. pes do singular do pres. indic manifesta-se foneticamente como $[u]$. No entanto, a postulação de $/u/$ como forma subjacente prova-se insatisfatória se o radical verbal terminar por uma vogal $[- alta, - baixa]$, conforme:

$/seme-/$	radical de semear
$/mago-/$	radical de magoar

Essas formas superficializam-se foneticamente como: $[se'meju]$ e $[ma'gowu]$. Se o morfema número-pessoal fosse $/u/$ subjacentemente, seria incoerente a sua não-ditongação em face da ditongação do $/u/$ em formas como: $/meu/$ foneticamente $[m'ew]$, $/ateu/$ foneticamente $[\alpha'tew]$. Admitindo-se que o morfema de 1a. pes do singular do pres. indic seja a nível subjacente $/o/$, que é $[- alto]$, não haverá contexto para ditongação, e em consequência, uma glide homorgância à vogal do radical desenvolver-se-á entre as duas vogais desfazendo o hiato. A superficialização de $/o/$ como $[u]$ é resultante da atuação de um processo de vocalismo átono.

A 1a. pes do singular do pres. subj é NM morfematicamente.

B. assumir-se-á que a 2a. pes do pres. indic e pres. subj

é, a nível subjacente, /s/, a menos marcada das contínuas.

C. a 3a. pes do pres. indic e pres. subj é NM morfematicamente, o que é coerente com sua propriedade de não-pessoa do discurso. É a forma que caracteriza os verbos impessoais, conforme: "chove", "amanhece", "entardece", etc.

D. a 1a. pes do plural (pres. indic e pres. subj) realiza-se foneticamente como [mus] em registros descontraídos de fala. No entanto, em situações formais ouve-se [mos]. A realização de um [o] e não de um [u] é um fato quase certo se se anexar a essa forma um pronome átono, conforme: "amamo-lo", "chamamo-lo", etc. Outro argumento que pode ajudar a decidir por /mos/ como representação fonêmica sistemática é a forma ortográfica. Com /mos/ como representação fonêmica sistemática, [mus] pode ser naturalmente conseguido através de um processo de vocalismo átono.

E. para postular um morfema subjacente à 2a. pes do plural tem-se de levar em conta que verbos como "ler", "crer", "vir", "pôr" e "ter" superficializam-se como:

[¹ ledis]	ou	[¹ ledʒis]	"ledes"
[¹ kredis]		[¹ kredʒis]	"credes"
[¹ vĩndis]		[¹ vĩndʒis]	"vindes"
[¹ põndis]		[¹ põndʒis]	"pondes"

Em resumo, a 2a. pes do plural superficializa-se foneticamente como: [dis] ou [dʒis], [js] em [mo'vajs] e [be'bejs] e [s] em [dur'mis]. Dado que o objetivo das teorias mentalísticas é sempre que possível estabelecer representações subjacentes únicas, uma escolha deve ser feita entre esses alomorfes, ou, alternativamente, a postulação de uma forma subjacente que só indiretamente se manifesta em superfície deve ser empreendida a partir dos dados fonéticos. A postulação desse alomorfe como /is/, satisfatoriamente permitiria explicar a ditongação em [kẽn'tajs], [be'bejs] e a crase em [par'tʃis]. No entanto, o inconveniente dessa hipótese reside no fato de que é altamente implausível que um [dis] ou [dʒis] se derivem de /is/, sendo que o contrário não é verdadeiro. Os processos necessários para derivar [is] de /dis/ são bem mais naturais do que aqueles que seriam necessários para derivar [dis] ou [dʒis] de /is/. A naturalidade das regras que inserem segmentos consonantais é bem mais suspeita do que aquela das regras que as eliminam. Portanto, considerando-se que [dis] ou [dʒis] estão ortograficamente representados por "des" e que todo /e/ postônico se realiza, foneticamente, como [i] é possível que

a 2a. pes do plural esteja representada no léxico da língua portuguesa pela representação fonêmica sistemática /des/. (Na região dialetal sul-paranaense atesta-se a forma [des] e não [d̥is] nos paradigmas irregulares). Essa forma permite, naturalmente, mediante supressão do /d/, vocalismo átono, ditongação ou crase, derivar os alomorfes [js], e [s]; mediante vocalismo átono derivar [dis] e mediante vocalismo átono e palatalização derivar [d̥is]. A forma /des/, não manifesta foneticamente nesse dialeto, torna a atualização dos alomorfes [dis], [d̥is], [js] e [s] completamente predizível e plausível. Além disso é congruente com a unidade acentual paroxítona, pois a consideração de /js/ ou /s/ como forma subjacente violaria essa propriedade, requerendo um dispositivo específico para acentuar essas formas.

F. a 3a. pes do plural motiva as seguintes considerações:

- no português não há vogais nasais subjacentes, toda vogal foneticamente nasal deriva-se de /V + nasal/;

- toda seqüência \bar{V} nasal ## se reescreve como \bar{V} ## (conforme processo (36:2));

- toda vogal foneticamente nasal quando diante de ## tende a desenvolver uma glide nasal homorgânica à vogal nasalizada. (1)

- já que não há vogal nasal a nível subjacente e que a glide é uma criação da vogal foneticamente nasal, o morfema indicador de 3a. pes do plural deve ser uma consoante nasal. A candidata óbvia é /n/, a menos marcada das nasais.

Pode-se esquematizar o que foi dito nas alíneas A - F, através das seguintes regras de reajustamento:

$$(IV) \begin{bmatrix} + \\ - \end{bmatrix} \begin{bmatrix} 1^a \\ pl. \end{bmatrix} \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} /o/ \\ \emptyset \end{array} \right\} \begin{bmatrix} + \\ + \end{bmatrix} \begin{matrix} Vb \\ pas \\ indic \end{matrix}$$

$$(V) \begin{bmatrix} + \\ - \end{bmatrix} \begin{bmatrix} 2^a \\ pl. \end{bmatrix} \longrightarrow [s]$$

$$(VI) \begin{bmatrix} - \\ - \end{bmatrix} \begin{bmatrix} 1^a \\ pl. \end{bmatrix} - 2^a \longrightarrow \emptyset$$

$$(VII) \begin{bmatrix} + \\ + \end{bmatrix} \begin{bmatrix} 1^a \\ pl. \end{bmatrix} \longrightarrow [mos]$$

$$(VIII) \begin{bmatrix} + \\ + \end{bmatrix} \begin{bmatrix} 2^a \\ pl. \end{bmatrix} \longrightarrow [des]$$

$$(IX) \begin{bmatrix} - \\ + \end{bmatrix} \begin{bmatrix} 1^a \\ pl. \end{bmatrix} - 2^a \longrightarrow [n]$$

§ 3.1.2.4 MODO-TEMPO (MT) E ASPECTO (ASP)

Observou-se que:

A. as formas do pres. indic manifestam uma constituição superficial que pode ser esquematizada como: RAD + Vt + NP onde os constituintes ASP e MT estão ausentes. Se, como foi dito, no §1.3, a todo vocábulo verbal subjaz a estrutura sintática: RAD + Vt + ASP + MT + NP então, os significados $[- \text{perf}]$ e $[\bar{+}^{\text{pas}} \text{indic}]$ são dados por uma oposição privativa, i.é., são significados sem significantes. Opõem-se aos outros marcados justamente por serem não marcados. Portanto, os constituintes $[- \text{perf}]$ e $[\bar{+}^{\text{pas}} \text{indic}]$ serão repostos por \emptyset através das seguintes regras de reajustamento:

(X) $[- \text{perf}] \longrightarrow \emptyset$

(XI) $[\bar{+}^{\text{pas}} \text{indic}] \longrightarrow \emptyset$

B. as formas do pres. subj superficializam uma estrutura onde as vogais temáticas estão aparentemente obliteradas em favor de sufixos modo-temporais. O pres. subj é marcado MT, mas não ASP já que este é $[- \text{perf}]$ e, $[- \text{perf}]$ (conforme (X)) é NM no léxico da língua.

O sufixo portador das noções $[\bar{+}^{\text{pas}} \text{subj}]$ manifesta-se foneticamente como:

na 1.ª conjugação: $[e]$ quando tônico
 $[i]$ quando átono

na 2.ª conjugação
 e 3.ª conjugação: $[a]$ quando tônico
 $[e]$ quando tônico e nasalizado ou átono.

Assumindo-se que os sufixos tônicos não nasalizados são os ótimos pode-se elaborar um esquema fonêmico autônomo tal como:

$[\bar{+}^{\text{pas}} \text{subj}] \longrightarrow /e/$ na 1.ª conjugação

$[\bar{+}^{\text{pas}} \text{subj}] \longrightarrow /a/$ na 2.ª e 3.ª conjugação

Partindo do pressuposto de que as teorias mentalísticas pretendem, sempre que possível, trabalhar com representações subjacentes únicas, pode-se tentar hipóteses a respeito do morfema portador das noções $[\bar{+}^{\text{pas}} \text{subj}]$ como único a nível fonêmico sistemático. Se refutadas, admitir-se-á, então, que o morfema portador das noções $[\bar{+}^{\text{pas}} \text{subj}]$ é duplamente representado no léxico da língua.

A consideração dos dados empíricos motivou a proposição e

a análise das três hipóteses abaixo:

1. "As noções $[+ \overset{\text{pas}}{\text{subj}}]$ são introduzidas mediante transformação da vogal temática". (2)
2. "O morfema modo-temporal relativo às noções $[+ \overset{\text{pas}}{\text{subj}}]$ é um segmento não inteiramente especificado, i.é., $[+ \text{sil}, - \text{arred}, - \text{alto}]$ ".
3. "O morfema modo-temporal relativo às noções $[+ \overset{\text{pas}}{\text{subj}}]$ é /a/".

A primeira hipótese propõe que as vogais [e] que aparece na NM. conjugação e [a] que aparece na 2a. e 3a. conjugação sejam consideradas transformações das vogais temáticas sob o efeito de traços não fonológicos $[+ \overset{\text{pas}}{\text{subj}}]$. Essa proposição pode ser sistematizada através da regra (1:3)

(1:3) TRANSFORMAÇÃO DA VOGAL TEMÁTICA

$$[\alpha \overset{\text{V}}{\text{baixa}}] \rightarrow \left[\begin{array}{c} \alpha \text{ baixa} \\ \alpha \text{ post} \\ - \text{ alta} \end{array} \right] / + - + \left[\begin{array}{c} - \text{ Vb} \\ + \text{ subj} \end{array} \right]$$

A regra (1:3) operará a M.E. sobre a vogal temática convertendo-a, se /a/ em [e], e se /i/ ou /e/ em [a].

Embora seja aparentemente simples a primeira hipótese é inconveniente por:

- a. ser impossível concentrar toda a noção de $[+ \overset{\text{pas}}{\text{subj}}]$ num alofone.
- b. não permitir a explicação do processo de harmonia vocálica nesse paradigma.
- c. gerar outputs incorretos em alguns radicais monossilábicos como os de "ler" e "crer", e.g., onde a vogal temática e a do radical estão fundidas. As formas /le/ e /kre/ sob a ação da regra (1:3) converter-se-iam em *la e *kra respectivamente, em vez de nas esperadas [ˈleje] e [ˈkreje].

Pela segunda hipótese as formas do presente do subjuntivo entrariam para o componente fonológico configurando como:

1a. conjugação	2a. conjugação	3a. conjugação
/mcr + a + $\left[\begin{array}{c} + \text{ sil} \\ - \text{ arred} \\ - \text{ alto} \end{array} \right]$	/mov + e + $\left[\begin{array}{c} + \text{ sil} \\ - \text{ arred} \\ - \text{ alto} \end{array} \right]$	/dorm + i + $\left[\begin{array}{c} + \text{ sil} \\ - \text{ arred} \\ - \text{ alto} \end{array} \right]$
⋮	⋮	⋮

Uma regra ou condição de estrutura de morfema que especifique os traços [baixo] e [posterior] será necessário. Pelo que foi

empiricamente observado essa regra deverá ser sensitiva à vogal temática.

(2:3) ESPECIFICAÇÃO DO MORFEMA $\begin{bmatrix} + \text{ sil} \\ - \text{ arred} \\ - \text{ alto} \end{bmatrix}$

$$\begin{bmatrix} + \text{ sil} \\ - \text{ arred} \\ - \text{ alto} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} \alpha \text{ baixo} \\ \beta \text{ post} \end{bmatrix} // + \begin{bmatrix} - \alpha \text{ baixõ} \\ - \beta \text{ post} \end{bmatrix} + \text{---} + \text{---}]_{Vb}$$

Os traços à esquerda da seta definem em termos de classe natural [e] e [a]. A mudança estrutural prevê que o arqui-segmento $\begin{bmatrix} + \text{ sil} \\ - \text{ arred} \\ - \text{ alto} \end{bmatrix}$ especificar-se-á como [+ baixo, + post] se a vogal temática for [- baixa, - post], traços que definem as vogais temáticas /e/ e /i/; e como [- baixo, - post] se a vogal temática for [+ baixa, + post], traços que definem a vogal temática /a/. Essa regra completa a especificação do morfema dissimilando-o em relação à vogal temática.

A inadequação da segunda hipótese reside no fato de que:

a. só no léxico, onde os morfemas são considerados isoladamente, permite-se o aparecimento de segmentos não inteiramente especificados (se é que alguém julga essa teoria de segmentos não inteiramente especificados válida).

b. o input do componente fonológico é constituído de palavras, i.é., de seqüências já operadas pelas regras da morfologia derivacional. Logo é impossível o aparecimento de segmentos não inteiramente especificados nas formas verbais, uma vez que são palavras.

c. como as regras ou condições de estrutura de morfemas só podem operar sobre formativos que não transcendam o nível de morfema é, teoricamente, incorreto elas fazerem referência a contexto extra-morfema que é o que a regra (2:3) faz.

Portanto, esses inconvenientes acrescidos ao fato de que aqui se mantém que o léxico é sempre inteiramente especificado fazem com que essa hipótese seja refutada.

Pela terceira hipótese, as formas verbais cujo constituinte MT expresse as noções $\begin{bmatrix} + \text{ pas} \\ + \text{ subj} \end{bmatrix}$ entrariam para o componente fonológico como:

1a. conjugação

[mor + a + a]

⋮

2a. conjugação

[mov + e + a]

⋮

3a. conjugação

[dom + i + a]

⋮

Uma regra que destrua a identidade que há entre o /a/, vogal temática, e o /a/, morfema modo-temporal será requerida pela gramati-

ca dos falantes nativos:

(3:3)

ELIMINAÇÃO DE IDENTIDADE

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ sil} \\ + \text{ baixo} \\ + \text{ post} \\ - \text{ arred} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{l} - \text{ baixo} \\ - \text{ alto} \\ - \text{ post} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} + \text{ sil} \\ + \text{ baixo} \\ + \text{ post} \\ - \text{ arred} \end{array} \right] + \text{---} + \left. \right]_{\text{Vb}}$$

Em essência, ambas, terceira e segunda hipótese se parecem, i.é., formalizam processos de dissimilação. Diferem na natureza das regras. A segunda hipótese trabalha com regra ou condição de estrutura de morfema e a terceira com regra morfológica.

A segunda hipótese fora refutada por apresentar inconvenientes teóricos.

À terceira hipótese que não apresenta esses inconvenientes teóricos, poderiam fazer a seguinte objeção: "os processos de dissimilação são pouco naturais". Os processos de dissimilação não podem ser explicados unicamente por considerações fonológicas. Fonologicamente, os processos dissimilatórios são marcados, i.é., são complexos, são não-naturais, mas a morfologia e a necessidade de manter a distinção gramatical podem ter influência muito grande sobre eles. A dissimilação do sufixo modo-temporal é consequência da necessidade de manter a indicação de pres. subj distinta, visto ser o pres. indic NM morfológicamente. Se a dissimilação não ocorresse, por ocasião da supressão da vogal temática, ocorreria uma confluência de formas. Observe como seria o pres. subj na NM conjugação sem a dissimilação:

Pres. Indic	Pres. Subj
[¹ katɛs]	* ¹ kate s
[¹ kate]	* ¹ kate
[ko'tẽmus]	*ko'tẽmus
[ko'tajs]	*ko'tajs
[¹ katẽw]	* ¹ katẽw

em vez da forma esperada:

[¹katɿ]

[¹katɿs]

[¹katɿ]

[ko'tẽmus]

[ko'tejs]

[¹katẽj]

Para manter a distinção gramatical (que implica em distinção semântica) entre o pres. indic e o pres. subj o falante nativo (logicamente aqueles onde as formas do pres. subj são produtivas), suprime a identidade que há entre a vogal temática /a/ e o sufixo modo-temporal /a/.

Quando a transparência do significado entra em choque com as considerações estruturais, a transparência do significado é conseguida mesmo que, em consequência, tenha que determinar processos fonológicos pouco esperados. O que é fonologicamente implausível pode ser morfologicamente plausível.

A principal tarefa contemporânea da lingüística para descobrir a estrutura da língua é a formulação de regras. É através das regras que o caráter sistemático da estrutura lingüística é manifesto. No entanto, a tarefa mais difícil, com a qual o lingüista se depara, é descobrir as leis universais subjacentes à língua como um todo, das quais as regras específicas são apenas extensões.

Em princípio, poder-se-ia pensar que um processo como (3:3) fosse totalmente ad hoc ao português, i.é., contrário às leis fonológicas universais. Espera-se que segmentos marcados se tornem não marcados ou que, alternativamente, segmentos não marcados se tornem marcados por processos assimilatórios, mas não que segmentos não marcados se tornem marcados por processos dissimilatórios. Contudo, segundo Michael Shapiro, as mais diversas morfologias estão providas de casos onde o não esperado acontece. Reportando suas palavras: "... in the process of fusing stem and desinence (inflection)... marked stems receive unmarked desinence alternants; conversely, unmarked stems receive marked desinence alternants". (3)

Portanto, o fato de o tema não marcado, i.é., o tema em /a/ receber o alomorfe marcado, [e], e de os temas marcados, i.é., os temas em /e/ e /i/ receberem o alomorfe não marcado, [a], não deve ser atribuído a uma mera idiosincrasia do português. Outras línguas, através de outros processos frequentemente superficializam esse princípio universal subjacente às mais diversas morfologias.

A adoção da terceira hipótese propicia o estabelecimento da regra de reajustamento (XII):

$$(XII) \quad \left[\begin{array}{c} - \text{pas} \\ + \text{subj} \end{array} \right] \longrightarrow /a/$$

Tendo pois, postulado o morfema MT que expressa as noções $\left[\begin{array}{c} - \text{pas} \\ + \text{subj} \end{array} \right]$ e observado que as noções $\left[\begin{array}{c} - \text{pas} \\ + \text{indic} \end{array} \right]$ e $[- \text{perf.}]$ são não marcadas significantes no português, pode-se mediante a aplicação das regras de reajustamento à estrutura sintática: RAD + Vt + ASP + MT + NP apresentar as formas que entram para o componente fonológico e os processos necessários para gerar as formas fonéticas.

§ 3.1.3 DAS FORMAS SUBJACENTES ÀS FONÉTICAS

1a. CONJUGAÇÃO

Pres. Indic	/ʒɔg + a + o/	Pres. Subj	/ʒɔg + a + a/
	/ʒɔg + a + s/		/ʒɔg + a + a + s/
	/ʒɔg + a/		/ʒɔg + a + a/
	/ʒɔg + a + mos/		/ʒɔg + a + a + mos/
	/ʒɔg + a + des/		/ʒɔg + a + a + des/
	/ʒɔg + a + n/		/ʒɔg + a + a + n/
	/pɛg + a + o/		/pɛg + a + a/
	/pɛg + a + s/		/pɛg + a + a + s/
	/pɛg + a/		/pɛg + a + a/
	/pɛg + a + mos/		/pɛg + a + a + mos/
	/pɛg + a + des/		/pɛg + a + a + des/
	/pɛg + a + n/		/pɛg + a + a + n/

2a. CONJUGAÇÃO

/mɔv + e + o/	/mɔv + e + a/
/mɔv + e + s/	/mɔv + e + a + s/
.	.
.	.
.	.
/beb + e + o/	/beb + e + a/
/beb + e + s/	/beb + e + a + s/
.	.
.	.
.	.

3a. CONJUGAÇÃO

/dɔrm + i + o/	/dɔrm + i + a/
/dɔrm + i + s/	/dɔrm + i + a + s/
.	.
.	.
.	.
/sɛrv + i + o/	/sɛrv + i + a/
/sɛrv + i + s/	/sɛrv + i + a + s/
.	.
.	.
.	.

A essa altura é possível retomar a pergunta "o que há de comum entre a 1a. pes do pres. indic e todo pres. subj para que só elas estejam sujeitas ao processo de harmonia vocálica?" e, respondê-la. Em to-

das as formas do pres. subj e la. pes do singular do pres. indic a vogal temática se acha entre o radical e outra vogal que pode ser o sufixo-número pessoal /o/, ou o sufixo modo-temporal /a/. Nas demais formas onde não se dá o processo de harmonia vocálica a vogal temática está entre o radical e sufixos começados por consoantes, ou entre o radical e #. Como já foi observado anteriormente as vogais sujeitas à harmonização são /ε/ e /o/, i.é., a classe natural [+ baixa αpost αarred]. A partir dessas considerações pode-se estabelecer o processo de harmonia vocálica como (4:3)

(4:3) HARMONIA VOCÁLICA DE [- pas]

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ baixa} \\ \alpha \text{ post} \\ \alpha \text{ arred} \end{array} \right] \xrightarrow{V} \left[\begin{array}{c} \beta \text{ alta} \\ \gamma \text{ baixa} \end{array} \right] / \text{---} C_0 + \left[\begin{array}{c} \beta \text{ alta} \\ \gamma \text{ baixa} \end{array} \right] + V \Big/_{Vb}$$

A regra (4:3) aplicará no vazio se o verbo pertencer à la. conjugação, pois a vogal alvo da mudança estrutural já será originariamente [+ baixa].

Observou-se que as vogais temáticas estão aparentemente obliteradas na la. pes do singular do pres. indic e todo pres. subj. Se, como foi mencionado, as vogais temáticas estão sempre presentes a nível fonêmico sistemático, então a gramática dos falantes nativos deve incluir uma regra que a suprima quando diante de outra vogal: (4)

(5:3) REGRA DE SUPRESSÃO DA VOCAL TEMÁTICA

$$V \longrightarrow \emptyset / + \text{---} + V \Big/_{Vb}$$

Não só o português, mas um número imenso evita, ao juntar morfemas, seqüências do tipo CVV... . A seqüência maximamente NM é CV(C), e, por isso constitui um "target" fonológico universal, uma RFS que subjaz a todas as fonologias. Os meios que as línguas empregam para atingi-lo são os mais diversos possíveis. O português tenta fazê-lo através de uma série de processos não formal, mas funcionalmente relacionados como: supressão, crase, epêntese de consoantes, epêntese de glides, alteração do traço silábico, etc. dos quais a regra (5:3) é apenas um deles.

As regras (3:3), (4:3) e (5:3) mantêm entre si uma relação de ordenação. Uma teoria extrínseca explicitaria uma relação de contra-minimização, i.é., (3:3) e (4:3) aplicariam antes de (5:3), pois se assim não o fosse, se (5:3) aplicasse antes de (3:3) e (4:3), (5:3) minimizaria, incorretamente, a aplicabilidade de (3:3) e (4:3). Uma teoria in-

trínseca é capaz de determinar a aplicabilidade das regras na ordem de contra-minimização sem qualquer restrição ad hoc para o português. O princípio universal de que toda regra obrigatória deve aplicar é suficiente para determinar a aplicação exata daquelas regras numa relação de contra-minimização. Uma forma como /pɛg + a + a/ encontra a descrição estrutural das três regras, (3:3), (4:3) e (5:3), e podem, segundo o poder de ordenação intrínseca, uma vez que não operam mudanças estruturais incompatíveis, aplicar simultaneamente. Observe o efeito dessas regras sobre as representações fonêmicas sistemáticas abaixo:

/pɛg + a + o/	/pɛg + a + a/	/bɛb + e + a/	/sɛrv + i + a/
$\begin{array}{c} \downarrow 4 \\ \downarrow 5 \end{array}$	$\begin{array}{c} \downarrow 4 \\ \downarrow 5 \\ \downarrow 3 \end{array}$	$\begin{array}{c} \downarrow 4 \\ \downarrow 5 \end{array}$	$\begin{array}{c} \downarrow 4 \\ \downarrow 5 \end{array}$
pɛg ø o	pɛg ø e	bɛb ø a	sɛrv ø a
pego	pege	beba	sirva

As regras (3:3), (4:3) e (5:3) não são suficientes para determinar as formas fonéticas de superfície desejadas. Para se chegar às formas [ˈpɛgu], [ˈpɛgi], [ˈbɛbɛ] e [ˈsɛrvɛ], necessário se faz uma regra de acento atue, e, em consequência, determine processos de vocalismo ático. Observou-se que todas as formas do presente são paroxítonas e são, portanto, acentuadas pela regra (6:3) (5)

(6:3) REGRA FONOLÓGICA DE ACENTO

$$V \longrightarrow [+ \text{acento}] / \text{--- } C_0 VC_0 \#$$

A regra de acento paroxítono é a única produtiva na língua, aplicando a todos os neologismos, empréstimos e formações derivacionais, qualquer seja a classe de palavra.

Pelas formas fonéticas apresentadas no §3.1.1 notou-se que:

A. as vogais baixas /ɛɔ/ realizam-se foneticamente como [o e], i.é., como [-baixa] quando pretônicas.

B. a vogal baixa /a/ realiza-se foneticamente como [ɑ] quando pretônica e como [ɛ] quando postônica. Ambas [ɑɛ] são variantes [-baixa] de /a/, i.é., em relação à /a/, [ɑɛ] são [-baixa], mas em relação à /e/ e /o/, [ɑɛ] são ainda [+baixa].

C. as vogais [-baixa] /o/ e /e/ realizam-se foneticamente como [u] e [i], i.é., como [+alta] quando postônicas.

A partir desses fatos propõem-se as seguintes regras de vocalismo ático:

(7:3) VOCALISMO DE PRETÔNICA

$$[+ \text{baixa}] \longrightarrow [- \text{baixa}] / \text{--- } C_0 V \dots$$

(8:3)

VOCALISMO DE POSTÔNICA

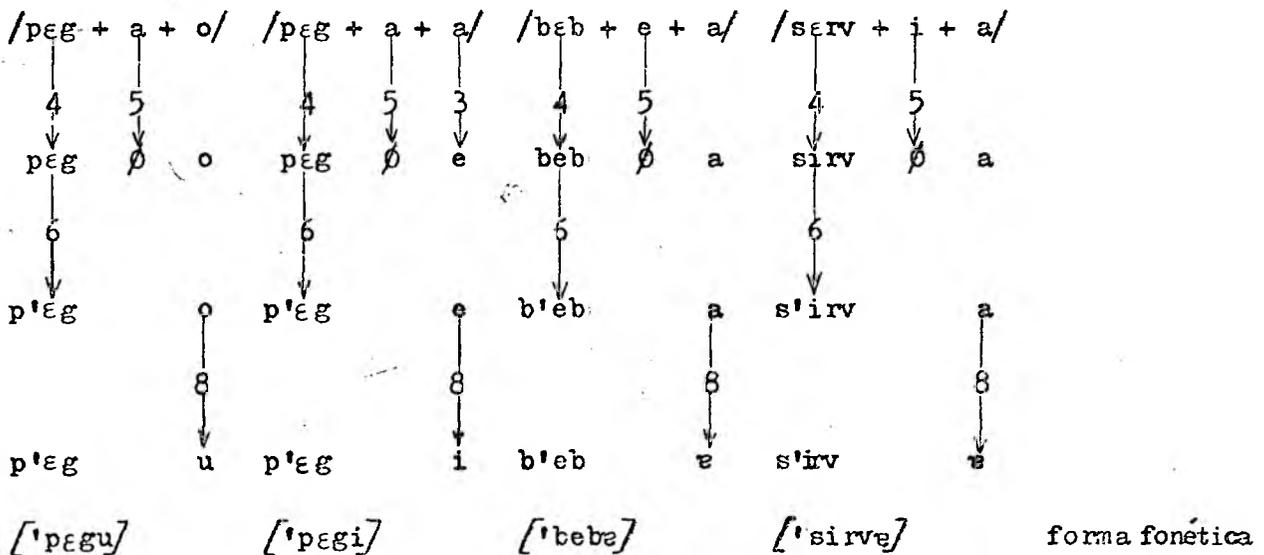
$$\left[\begin{array}{c} \text{alta} \\ \text{post} \\ \text{arred} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} + \text{ alta} \\ - \text{ baixa} \end{array} \right] / \text{vc}_0 \dots _$$

As regras (7:3) e (8:3) são produtivas em toda a fonologia da variante dialetal aqui descrita. Uma teoria extrínseca as ordenaria após (6:3). Já, uma teoria intrínseca declara que num caso como esse, de maximização absoluta, onde sempre será o caso de que (7:3) e (8:3) só poderão aplicar se (6:3) tiver aplicado, qualquer restrição sobre a ordenação é desnecessária. As regras (7:3) e (8:3) estarão sempre intrinsecamente ordenadas após (6:3).

As regras (7:3) e (8:3) são motivadas pela RFS (10:2), ou seja:

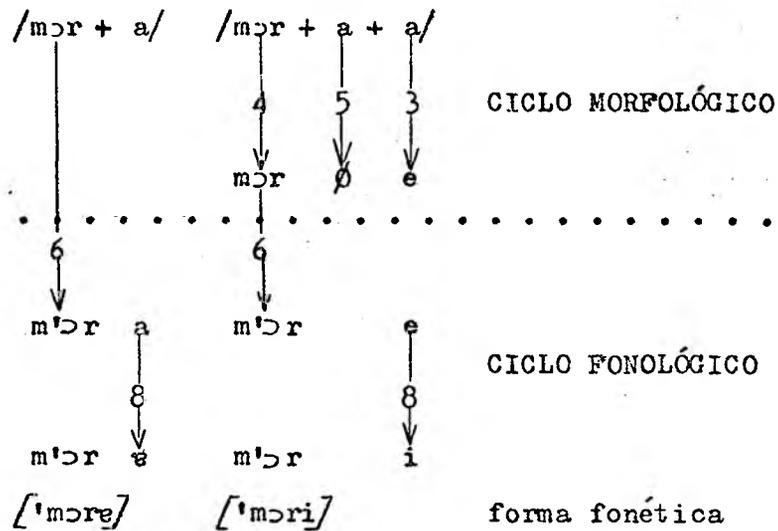
RFS
 Se: $\left[\begin{array}{c} + \text{ sil} \\ - \text{ acent} \end{array} \right]$
 Então: $\left[- \text{ baixo} \right]$

Tendo estabelecido os processos (6:3), (7:3) e (8:3) é possível completar a derivação anterior:



Analisando essas derivações uma objeção é logo cogitada: "por que razão a regra de acento só aparece tardiamente na derivação, se o normal é ela preceder as demais regras?" Quando numa derivação estão implicadas apenas regras fonológicas, normalmente, a regra de acento é a primeira a aplicar, no entanto, regras como (3:3), (4:3) e (5:3) não são regras fonológicas, mas regras morfológicas regulares, pois aplicam a todos aqueles itens que encontrem suas descrições estruturais e pertençam à classe Vb.

Compare a derivação da terceira pessoa do singular do presente do indicativo e presente do subjuntivo do verbo "morar"



As regras morfológicas regulares estão, por definição, ordenadas antes das regras fonológicas. Se (6:3) é uma regra fonológica deve, portanto, aplicar após o ciclo de regras morfológicas. Como sugere a derivação anterior, a regra (6:3) inicia o ciclo de regras fonológicas. Logo, sempre será o caso de que a regra de acento iniciará uma derivação se e somente se sua história não incluir um ciclo morfológico. (6)

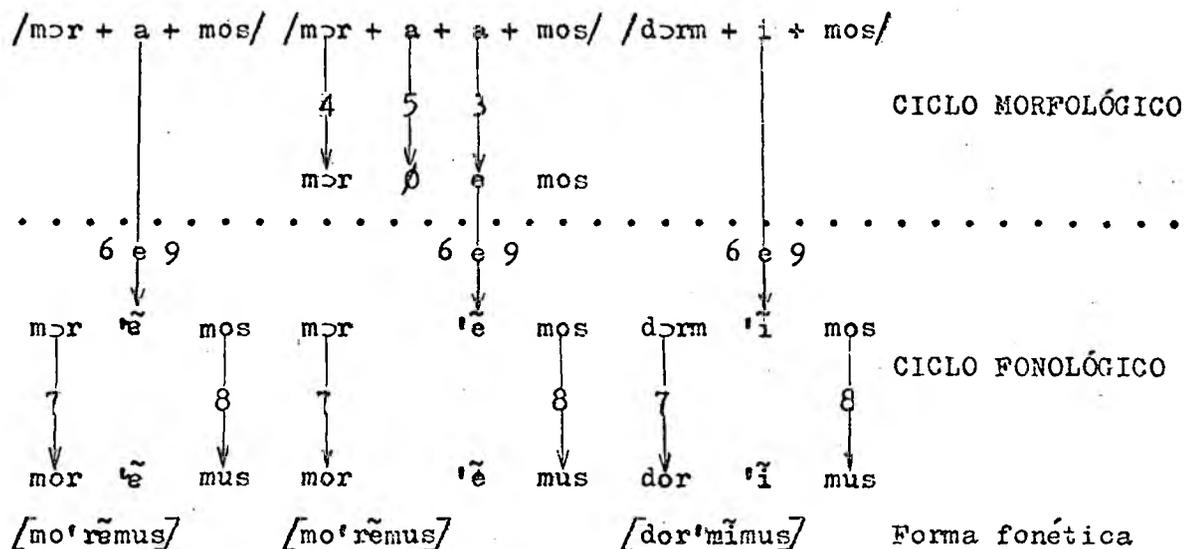
Do ponto de vista derivacional a terceira pessoa do presente do indicativo é bem mais simples do que a do presente do subjuntivo, pois enquanto na derivação dessa última está implicado um ciclo de regras morfológicas, precedendo o ciclo de regras fonológicas, na primeira só esse último está implicado. Portanto, a terceira pessoa do singular do presente do indicativo é uma forma: NM modo-tempo, NM aspecto, NM número-pessoa e NM ciclo morfológico. Essa colocação encontra acolhida na ordem de aquisição das formas verbais pela criança, pois a terceira pessoa do singular do presente do indicativo é a primeira a ser adquirida. Isso sugere que essa forma é, de fato, a menos marcada, que as hipóteses empregadas para derivá-la devem ser realmente simples.

Para se produzir formas como [mo'rẽmus], [mo'rẽmus], etc. a partir das formas subjacentes propostas, são ainda necessárias regras de nasalização e variante contextual de vogal átona. O processo de nasalização aqui mencionado atinge as vogais tônicas seguidas de nasais e pode ser formalizado como (9:3)

(9:3) REGRA DE NASALIZAÇÃO (restrita)

$$[+ \overset{V}{\text{acento}}] \longrightarrow [\overset{+}{-} \text{nasal baixa}] / \text{---} [+ \text{nasal}] V \dots$$

Observe o efeito dessa regra na derivação abaixo:



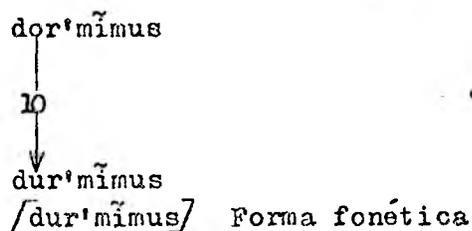
Observou-se a partir do §3.1.1, que as vogais /ɛ/ e /ɔ/ podem, se pretônicas, tornar-se opcionalmente [+ alta] se a vogal tônica for [+ alta, - post]. Tem-se, por exemplo, [dur'mĩmus], [dur'mi], [bi'bi], [mi'nĩnu], [vis'tʔidu], [mi'dʔidu], etc. mas não *bi'bẽmus, *ju'gavɛ, *pi'gavɛ, *xi'mesɛ, *pru'mesɛ, *mi'daɛɛ, etc. É, claramente, um processo de harmonização vocálica. Como é opcional, será formulado de forma que atinja as vogais /ɛ/ e /ɔ/ já operadas pelas regras de vocalismo átono, ou seja, de forma que atinja [e] e [o], pois se formulada para incidir sobre /ɛ/ e /ɔ/ diretamente, sua não aplicação geraria um output agramatical como *d̥r'mĩmus, por exemplo. Portanto, o alvo da mudança estrutural deverá ser um segmento [αpost, αarred, - alto, - baixo, - acento]. Esse processo será formalizado como:

(10:3) HARMONIA VOCÁLICA DE PRETÔNICA (opcional)

$$\left[\begin{array}{c} \alpha \\ - \\ - \\ - \end{array} \begin{array}{c} V \\ \text{post} \\ \text{arred} \\ \text{alta} \\ \text{baixa} \\ \text{acento} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ alta}] / \text{---} C_0 \left[\begin{array}{c} + \\ - \\ - \\ + \end{array} \begin{array}{c} V \\ \text{alta} \\ \text{post} \\ \text{acento} \end{array} \right]$$

A regra (10:3) está intrinsecamente ordenada após (7:3).

Veja seu efeito sobre a forma "dor'mĩmus":



As regras de vocalismo átono, (7:3) e (8:3), e de harmonia de pretônica, (10:3), estão funcionalmente relacionadas e revelam um outro "target" fonológico universal que Trubetzkoy define como: "It is a tendency for language to reduce the complexity of their vowel systems in syllables of lesser prominence. A number of languages with distinctive stress reduce

Sobre as formas "mo'rais" e "be'beis" incidirá uma regra de alteração do traço [+ silábico]

(12:3) ALTERAÇÃO DO TRAÇO SILÁBICO

$$[+ \overset{V}{\text{alta}} \text{ acento}] \longrightarrow [- \text{ silábico}] / V \text{ ---}$$

CONDIÇÃO: V do contexto deve ser diferente do V do foco.

A regra (12:3) não é motivada exclusivamente pelas formas verbais. É produtiva em qualquer classe de palavra. Pode ser intrinsecamente maximizada pelas regras de vocalismo átono.

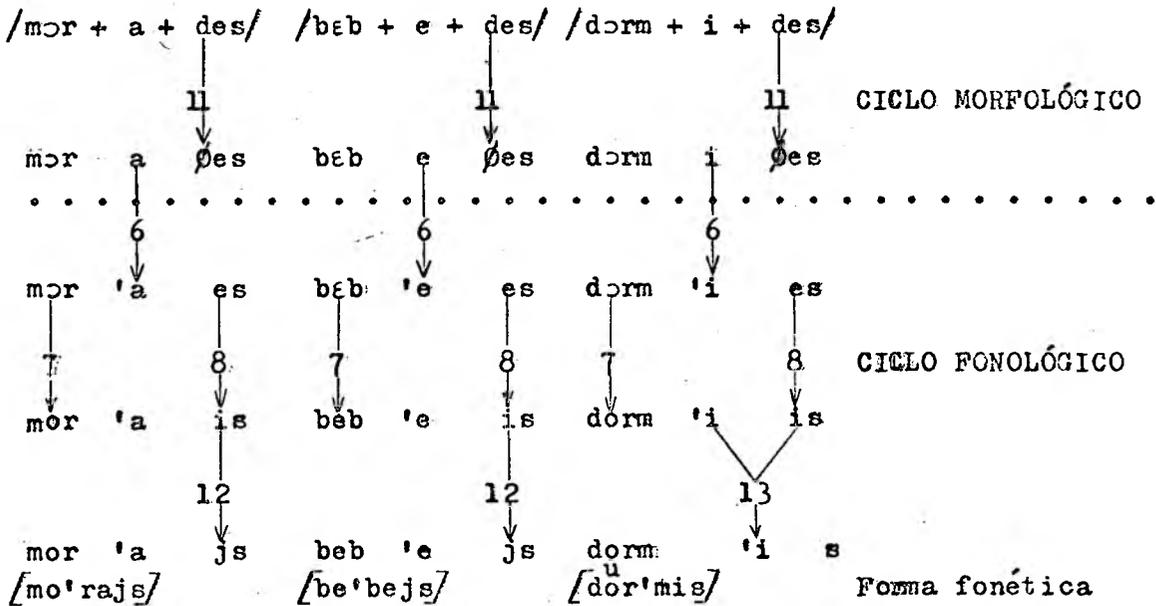
Sobre a forma "dor'miis" onde a vogal átona é idêntica à vogal tônica, dá-se crase e não alteração do traço silábico. A regra de crase atua sobre seqüências do tipo "aa, ee, ii, oo, uu, etc." e é também produtiva em qualquer classe de palavra:

(13:3) REGRA DE CRASE

$$[\overset{\alpha \text{ alta}}{\beta \text{ post}} \underset{\gamma \text{ arred}}{V}] [\overset{\alpha \text{ alta}}{\beta \text{ post}} \underset{\gamma \text{ arred}}{V}] \longrightarrow [\overset{\alpha \text{ alta}}{\beta \text{ post}} \underset{\gamma \text{ arred}}{V}]$$

Também (13:3) pode ser intrinsecamente maximizada por (7:3)

e (8:3). Retomando a derivação anterior



As regras (12:3) e (13:3) impedem que se superficializem foneticamente, formas com seqüência de duas vogais, e, são portanto, motivadas pelo "target" fonológico CV(C)... Os processos, (5:3), (12:3) e (13:3) estão funcionalmente relacionados na fonologia do português na atualização desse "target" que constitui uma RFS universal.

Para derivar formas como ['morẽw], ['bebej] e ['dormẽj] a partir das formas subjacentes propostas requerer-se-á a regra de nasalização (13:2) e a de supressão (14:2). A regras (9:3) e (13:2) estão for-

malmente relacionadas e podem, juntamente com aquele subcaso da nasalização que nasaliza vogais no contexto /—nasal C/, ser fundidas numa única regra.

$$(14:3) \quad \text{REGRA DE NASALIZAÇÃO (global)}$$

$$V \longrightarrow \left[\begin{array}{l} + \text{ nasal} \\ - \text{ baixo} \end{array} \right] / \left\{ \begin{array}{l} \left[+ \text{ acento} \right] \left[+ \text{ nasal} \right] V \dots \text{ (a)} \\ \left[+ \text{ nasal} \right] \left\{ \begin{array}{l} \# \\ C \end{array} \right\} \text{ (b)} \\ \left[+ \text{ nasal} \right] \left\{ \begin{array}{l} \# \\ C \end{array} \right\} \text{ (c)} \end{array} \right.$$

Como já foi sugerido no §2.6 as vogais átonas anteriores nasalizadas quando diante de nasal $\#$ são sempre $[- \text{ alta}]$, conforme os dados: $['partěj]$, $['dorměj]$, $['servěj]$, $['mověj]$, $['beběj]$, etc. e $['ifěj]$ "hífen", $['totěj]$ "totem", $['ontěj]$ "ontem", etc. Essa peculiaridade do português é captada pela RFS (22:2)

$$\text{Se: } \left[\begin{array}{l} + \text{ nasal} \\ + \text{ ant} \\ - \text{ acent} \end{array} \right] \overset{V}{n} \#$$

$$\text{Então: } \left[- \text{ alto} \right]$$

É a presença dessa RFS que impede que formas como $['mověj]$ e $['beběj]$ submetam-se ao processo de vocalismo de postônica e que motiva o processo (23:2), variante contextual de $[\tilde{i}]$, abaixo repetido sob número (15:3)

$$(15:3) \quad \text{VARIANTE CONTEXTUAL DE } [\tilde{i}]$$

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ nasal} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ alta} \\ - \text{ acento} \end{array} \right] \overset{V}{\longrightarrow} \left[- \text{ alta} \right] / \text{---} n \#$$

(15:3) aplica simultaneamente a (14:3) e (14:3) aplica simultaneamente a (6:3), portanto, (6:3), (14:3) e (15:3) aplicam juntas.

Após a aplicação de (14:3) e (15:3) o/n/ que se achar entre a vogal nasalizada e $\#$ será suprimido pelo processo (25:2), nesse capítulo (16:3)

$$(16:3) \quad \text{SUPRESSÃO DO /n/}$$

$$n \longrightarrow \emptyset / \tilde{v} \text{---} \#$$

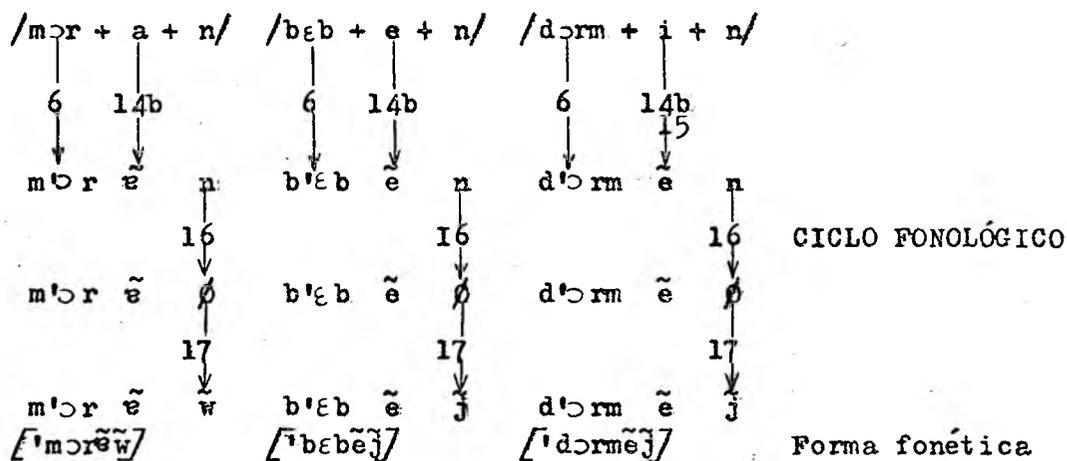
A regra (16:3) está intrinsecamente ordenada após (14:3).

A articulação nasal tende a perdurar além da vogal, logo as formas afetadas pelo processo (16:3) motivarão a inserção de glides nasais homorgânicas ao ponto de articulação das vogais nasalizadas, conforme (17:3)

$$(17:3) \quad \text{REGRA DE INSERÇÃO DA GLIDE NASAL}$$

$$\emptyset \longrightarrow \left[\begin{array}{l} - \text{ cons} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ alto} \\ \alpha \text{ post} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} \alpha \text{ post} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \text{---} \#$$

A regra (17:3) está intrinsecamente ordenada após (16:3). (16:3) deve suprimir /n/ para que (17:3) possa inserir a glide. Observe a derivação abaixo



§ 3.1.4 A NATUREZA REGULAR DOS VERBOS IRREGULARES

A irregularidade verbal entendida como um desvio do padrão morfológico geral, esperado, é também suscetível a uma padronização, e, é essa provável padronização que se propõe, aqui, descrever (11)

Começando por "poder", "medir" e "pedir"

poder		medir		pedir	
[pɔsu]	[pɔsɛ]	[mɛsu]	[mɛsɛ]	[pɛsu]	[pɛsɛ]
[pɔdʒis]	[pɔsɛs]	[mɛdʒis]	[mɛsɛs]	[pɛdʒis]	[pɛsɛs]
[pɔdʒi]	[pɔsɛ]	[mɛdʒi]	[mɛsɛ]	[pɛdʒi]	[pɛsɛ]
[po'dɛmus]	[po'sɛmus]	[mɛ'dʒimus]	[mɛ'sɛmus]	[pɛ'dʒimus]	[pɛ'sɛmus]
[po'dɛjs]	[po'sajs]	[mɛ'dʒis]	[mɛ'sajs]	[pɛ'dʒis]	[pɛ'sajs]
[pɔdɛj]	[pɔsɛw]	[mɛdɛj]	[mɛsɛw]	[pɛdɛj]	[pɛsɛw]

A partir dessa amostra pode-se observar que:

1. as vogais dos radicais são [+ baixa] se tônicas, e, [-baixa] se átonas.
2. a primeira pessoa do presente do indicativo e todo presente do subjuntivo não foram harmonizadas. Em compensação, a consoante final do radical, nessas formas, apresentam um processo peculiar.
3. três consoantes finais de radical foram atestadas: [s], [dʒ] e [d]. Antes de se decidir por uma delas como forma subjacente sugere-se analisar algumas formas cognatas:

- a "poder" liga-se: potencial, potente, potenciação, potencialidade, potentado, poderoso, poderio, etc.
- a "medir" liga-se: metro, métrico, medida, etc.

- a "pedir" liga-se: petição, repetição, repetir, etc.

Essas formas sugerem mais uma alternativa: [t]. Ter-se-á, pois, de optar por uma das quatro consoantes: [t], [d], [d₃] ou [s]. O conhecimento sistemático do falante-ouvinte de português fá-lo recusar [d₃] pois esse som, na língua portuguesa, é sempre uma variante contextual de /d/. Por outro lado, é altamente improvável que [t] e [d] se derivem de /s/, sendo que o contrário não é verdadeiro. A diacronia do português está repleta de casos onde s's se derivam de /t/ e /d/. Entre /t/ e /d/, a opção óbvia será /t/, pois a condição que determina que de um /d/ se possa derivar um [s] é que ele seja precedido por semi-vogal ou consoante e seguido por semi-vogal, condição essa não satisfeita nos paradigmas de "poder", "medir" e "pedir". Portanto, a consoante final do radical subjacente é, sem dúvida, /t/. Tendo postulado a consoante subjacente resta delimitar em que contexto /t/ se reescreve como [s], /t/ se reescreve como [d] e /t/ se reescreve como [d₃]. A morfologia nominal pode fornecer a pista para a reescritura de /t/ como [s]:

presidente	mas	presidência
residente	mas	residência
consistente	mas	consistência
conveniente	mas	conveniência

Nessa amostra, o que faz /t/ se reescrever como [s] é a presença de uma glide, ou seja, [j]. Retomando as formas verbais, verifica-se que onde /t/ se reescreve como [s] as vogais temáticas estão diante de outra vogal. Admitindo que, ao invés de elas serem suprimidas, submetam-se a um processo de alteração do traço [+silábico], poder-se-á, a contento, explicar a presença de [s] nessas formas.

Sobre formas subjacentes como: /pet + e + o/, /pet + e + a/ /met + i + o/ e /pét + i + o/ incidirá uma regra de glidização da vogal temática antes do que a de supressão. Essa regra de glidização será momentaneamente estabelecida como:

(18:3) GLIDIZAÇÃO DA VOGAL TEMÁTICA

$$V \longrightarrow [-\text{sil}] / + \text{---} + V \text{---} [-\text{Vb}_{\text{reg}}]$$

A vogal temática /e/ ao se tornar [-silábica] automaticamente incorpora o traço [+alto] através de uma convenção interpretativa universal que funciona em "linkage" com a regra (18:3)

$$[NM \text{ alto}] \longrightarrow [+ \text{alto}] / [-\text{sil} \text{---} \text{cons}]$$

A regra (18:3) converte /t + e + o/ ou /t + i + o/ em "t + j + o". Essa sequência submete-se a um processo de aglutinação atra-

vés do qual /t/ incorpora o traço contínuo de [j]

(19:3) AGLUTINAÇÃO DE [tj]

$$\left[\begin{array}{l} \bar{-} \text{ sil} \\ + \text{ cons} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ cor} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} \bar{-} \text{ sil} \\ - \text{ cons} \\ - \text{ post} \\ + \text{ alto} \\ + \text{ cont} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ cont}] \emptyset$$

\vdots \vdots
 1 2

Se um segmento [+ ant, + cor] se torna [+ cont], via regra, tornar-se-á [s] e não [θ]. O processo que faz /t/ se reescrever como [s] é muito mais plausível do que aquele que faz /t/ se reescrever como [θ]. A teoria "linking" é capaz de explicar porque /t/ se reescreve como [s] é mais plausível do que /t/ se reescreve como [θ], juntando ao output de (19:3) as convenções interpretativas XXV e XXVII(C).

(XXV) [+ cont] → [+ met ret]

(XXVIIC) [NM estrid] → [+ estrid] / $\left[\begin{array}{l} [+ \text{ met ret}] \\ [+ \text{ ant}] \\ [+ \text{ cor}] \end{array} \right]$

O traço [estrid] que é NM para [s] é M para [θ], logo [θ] é mais complexo que [s]. Uma regra que faça /t/ se reescrever como [θ] é uma regra que aumenta a complexidade do segmento (increase rule). Uma regra que faça /t/ se reescrever como [s] é uma regra que diminui a complexidade do segmento (decrease rule). Portanto, se um segmento [+ ant, + cor] torna-se [+ cont, + met ret] é foneticamente muito mais natural, e, linguisticamente muito mais provável, que se torne também [+ estrid] e não [- estrid].

Nem toda a sequência [tj] está sujeita à regra (19:3). Observe, e.g., [ˈrɛstjɐ] "réstia", [mɔˈdɛstjɐ] "modéstia", etc. Portanto, será necessário um dispositivo que restrinja o âmbito da regra (19:3). Historicamente esse processo era produtivo. Sincronicamente, limita-se a um grupo restrito de itens lexicais eruditos. Diante disso, o que se sugere é marcar esses itens lexicais como [+ erudito] e adjungir o traço [+ erudito] a processos como (18:3) e (19:3), e, a outros a serem estabelecidos:

(18:3) GLIDIZAÇÃO DA VOGAL TEMÁTICA

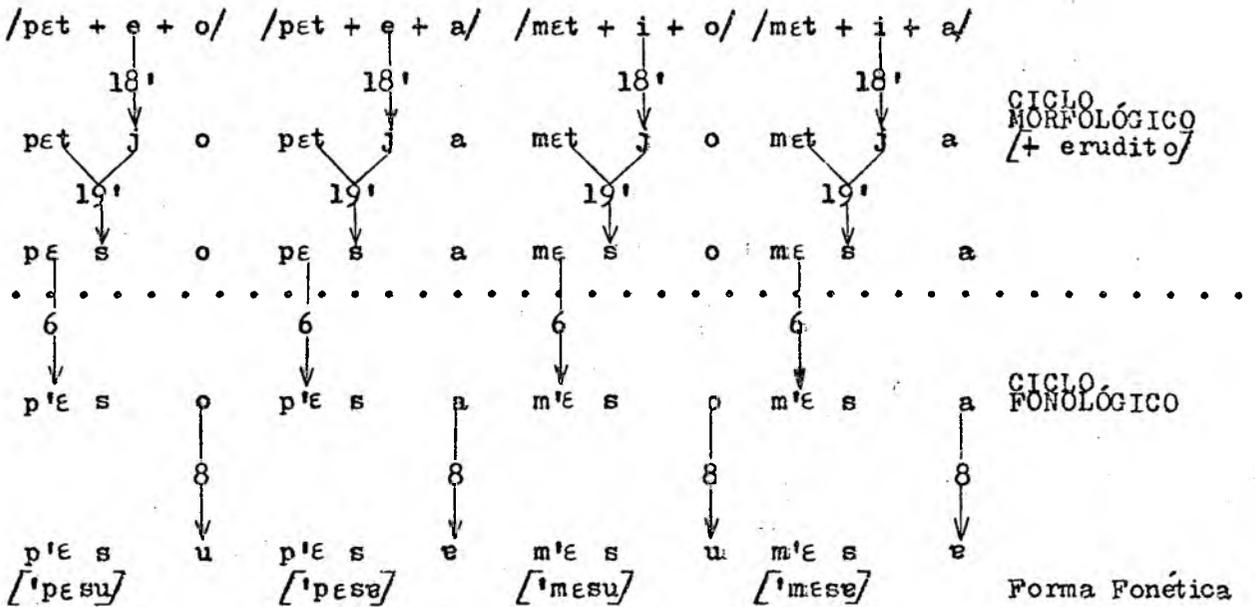
$$V \longrightarrow [- \text{ sil}] / + \text{ --- } + V \left[\begin{array}{l} \text{vb} \\ + \text{ erudito} \end{array} \right]$$

(19:3) AGLUTINAÇÃO DE [tj]

$$\left[\begin{array}{l} \bar{-} \text{ sil} \\ + \text{ cons} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ cor} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} \bar{-} \text{ sil} \\ - \text{ cons} \\ - \text{ post} \\ + \text{ alto} \\ + \text{ cont} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ cont}] \emptyset \left[\begin{array}{l} \\ \\ \\ \\ + \text{ erudito} \end{array} \right]$$

\vdots \vdots
 1 2

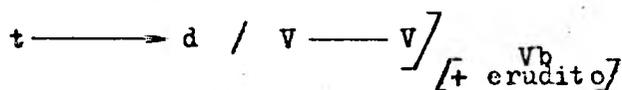
Ao processo (19':3) não se acrescentou o traço Vb, porque como já foi visto, ele aplica também entre a morfologia nominal. As regras (18':3) e (19':3) são regras morfológicas irregulares, pois o traço [+erudito] não é requerido por outros aspectos da gramática. Aplicam entre o ciclo de regras morfológicas. Estão intrinsecamente ordenadas, de forma seqüencial. É necessário que (18':3) aplique para que (19':3) possa aplicar. Tecidas essas considerações, pode-se então, tentar uma derivação:



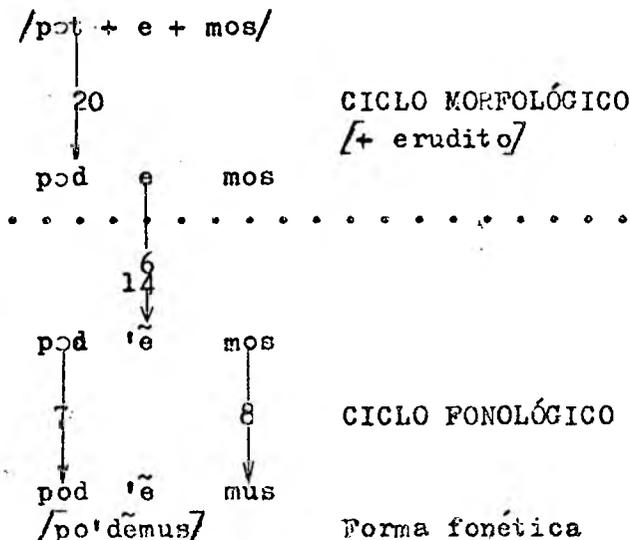
Se a consoante final do radical não estiver seguida por uma glide, mas por uma vogal, ela se sonoriza. A sonorização do /t/ intervocálico é também um processo [+erudito], pois as formas [-erudita] apresentam /t/ fonético intervocálico, conforme: "batata", "ataca", etc.

(20:3)

SONORIZAÇÃO DO /t/



derivando:



O alofone [dʒ] que aparece nos paradigmas verbais citados

no início desse parágrafo é resultante de um processo assimilatório bastante produtivo na fonologia sincrônica da variante dialetal aqui descrita, e, já formalizada no §2.8 sob número (39:2), abaixo repetido sob número (21:3)

(21:3) PALATALIZAÇÃO DAS DENTAIS /t/ e /d/

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ cons} \\ + \text{ cor} \\ - \text{ cont} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ alto}] \quad / \quad \text{---} \quad \left[\begin{array}{l} - \text{ cons} \\ - \text{ post} \\ + \text{ alto} \end{array} \right]$$

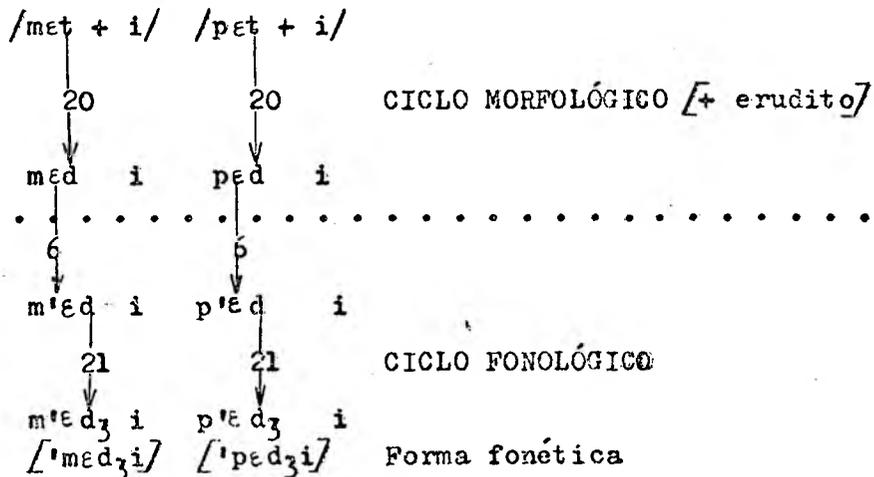
A teoria da marcação funcionando em "linkage" com a regra (21:3) fornece uma explicação adequada ao: "por que as dentais /t/ e /d/ ao incorporar o traço [+ alto] alteram seu ponto e modo de articulação?" Ao output de (21:3) unem-se as convenções interpretativas abaixo:

(XXIIa) $\left[\overline{\text{NM anterior}} \right] \longrightarrow [- \text{ ant}] \quad / \quad \left[\begin{array}{l} + \text{ alto} \\ + \text{ cor} \\ - \text{ cont} \end{array} \right]$

(XXVIa) $\left[\overline{\text{NM met ret}} \right] \longrightarrow [+ \text{ met ret}] \quad / \quad \left[\begin{array}{l} - \text{ ant} \\ + \text{ cor} \end{array} \right]$

(XXVIIc) $\left[\overline{\text{NM estrid}} \right] \longrightarrow [+ \text{ estrid}] \quad / \quad \left[\begin{array}{l} + \text{ met ret} \\ + \text{ cor} \end{array} \right]$

Na região palatal, natural é que as não oclusivas sejam [+ alto]. O traço [+ alto] numa oclusiva da região palatal deve ser marcado. Portanto, se um segmento coronal não contínuo se torna [+ alto], provavelmente tornar-se-á também [- ant, + met ret, + estrid], ou seja, [tʃ] e [dʒ]. O processo que faz /t/ e /d/ se reescreverem como [tʃ] e [dʒ], embora mexa com muito mais traços é mais natural do que aquele que faz /t/ e /d/ se reescreverem como [tʰ] e [dʰ] que só incorpora o traço [+ alto] aos segmentos originais. Derivando:



Em resumo, "poder", "medir" e "pedir" são irregulares porque seus itens lexicais são [+ erudito], caracterizando processos peculiares.

Os candidatos próximos serão "vir", "pôr" e "ter":

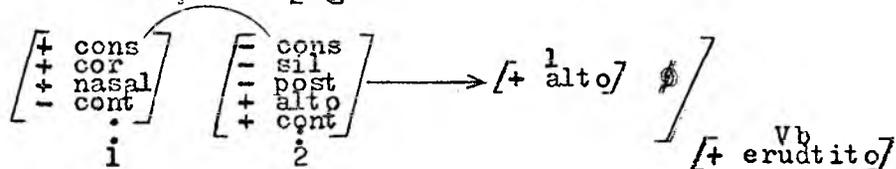
Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres. Subj	Pres.Indic	Pres.Subj
[ˈvẽnu]	[ˈvẽnɐ]	[ˈpõnu]	[ˈpõnɐ]	[ˈtẽnu]	[ˈtẽnɐ]
[ˈvẽjs]	[ˈvẽnɐs]	[ˈpõjs]	[ˈpõnɐs]	[ˈtẽjs]	[ˈtẽnɐs]
[ˈvẽj]	[ˈvẽnɐ]	[ˈpõj]	[ˈpõnɐ]	[ˈtẽj]	[ˈtẽnɐ]
[ˈvimus]	[veˈpẽmus]	[ˈpõmus]	[poˈpẽmus]	[ˈtẽmus]	[teˈpẽmus]
[ˈvĩndʒis]	[veˈpajs]	[ˈpõndʒis]	[poˈpajs]	[ˈtẽndʒis]	[teˈpajs]
[ˈvẽj]	[ˈvẽnɐw]	[ˈpõj]	[ˈpõnɐw]	[ˈtẽj]	[ˈtẽnɐw]

Direta ou indiretamente (através da vogal nasalizada) a presença de um segmento consonantal nasal é atestada nas formas. A existência real e a natureza dessa consoante pode ser constatada a partir da morfologia nominal, conforme: avenida, vinda, vindouro, conveniência, conveniente, imponente, imponência, exponencial, etc.

Portanto, as representações fonêmicas sistemáticas desses verbos devem incluir um /n/. Nas formas onde /n/ se encontrar intervocálico será suprimido, sendo que a nível fonético pode-se inferir a sua existência a nível fonêmico sistemático pela presença da vogal nasal. No entanto, em todo o presente do subjuntivo e primeira pessoa do singular do presente do indicativo, o /n/ é palatalizado antes do que suprimido, o que sugere que a vogal temática não tenha sofrido o processo de supressão, mas de glidização. Em resumo, os itens lexicais /ten/, /ven/ e /pon/ são marcados pelo traço [+ erudito] e como tal, estão sujeitos à regra (18':3). As formas sujeitas à regra (18':3) estão também sujeitas a uma regra de aglutinação de [nj].

(22:3)

AGLUTINAÇÃO DE [nj]



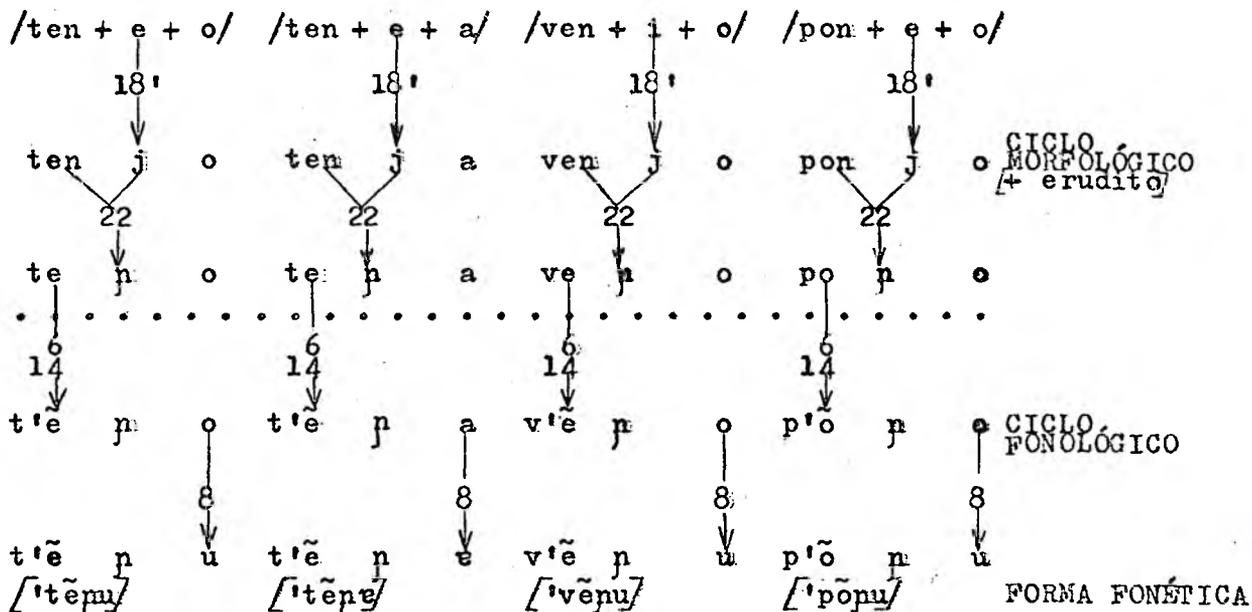
A convenção interpretativa (XXIIa) mencionada anteriormente, prevê que se um segmento nasal [+ cor] se torna [+ alto], tornar-se-á também [- ant], pois o valor [+ ant] num segmento nasal [+ alto] é marcado. Em resumo, o processo que faz /nj/ se reescrever como [n] é mais plausível do que aquele que faz /nj/ se reescrever como [n^j] (12)°.

Na "variante vulgar de português" seria desnecessário marcar a regra (22:3) com o traço [+ erudito], pois ela é produtiva também na morfologia [- erudita], conforme atestam os dados abaixo:

*ãntõnu	em vez de	[ãntõnju]	"Antônio"
*de'mõnu	" " "	[de'mõnju]	"demônio"
*'sõnu	" " "	[sõnje]	"Sônia"

* ko'lõnɐ em vez de [ko'lõnɐ] "colônia"
 * be'gõnɐ " " " [be'gõnɐ] "begônia"

Mas como aqui está se analisando a variante padrão, onde o processo (22:3) não atinge a morfologia [- erudita], é mister marcá-lo.

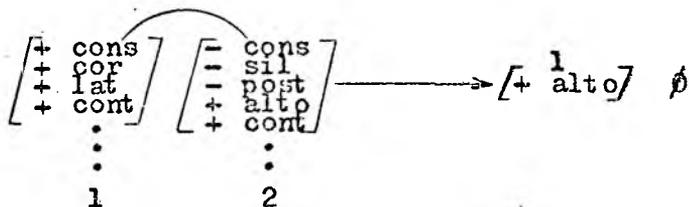


A seguir analisar-se-á o verbo "valer":

Pres. Indic	Pres. Subj
[vãʎu]	[vãʎe]
[vãʎis]	[vãʎes]
[vãʎi]	[vãʎe]
[vã'ʎemus]	[vã'ʎemus]
[vã'ʎejs]	[vã'ʎajs]
[vã'ʎẽj]	[vã'ʎẽw]

Os dados empíricos sugerem que também esse verbo não está sujeito à supressão da vogal temática, i.é., é marcado pelo traço [+ erudito]. Sua vogal temática é glidizada e posteriormente aglutina-se à consoante do radical:

(23:3) AGLUTINAÇÃO DE [lj]



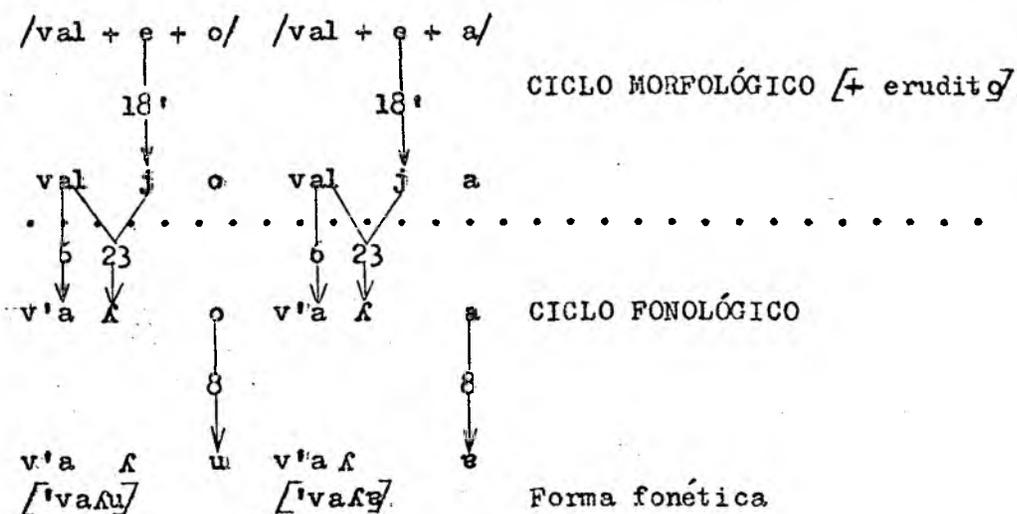
A lateral anterior ao incorporar o traço [+ alto] torna-se [- anterior] pela convenção (XXIIa). O natural é que segmentos [- anterior + cor] sejam [+ alto]. Uma regra que converta /lj/ em [lʎ] é mais complexa que outra que converta /lj/ em [ʎ] (13).

É desnecessário marcar a regra (23:3) com traço [+ erudito], pois é uma regra produtiva também na morfologia [- erudita] conforme:

[vãʎu] em vez de [vãʎju] "óleo"

[¹εΛu] em vez de [¹elju] "hélio"
 [¹daΛε] " " " [¹dalje] "dália"

Portanto, (23:3) é uma regra fonológica.



O próximo verbo a ser analisado é "ver"

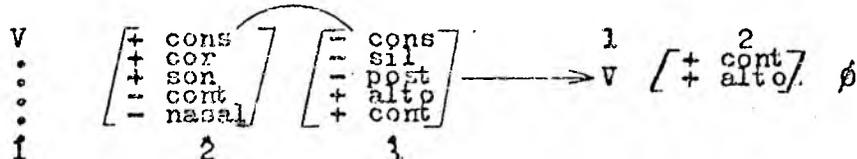
Pres. Indic Pres. Subj

[¹ veʒu]	[¹ veʒε]
[¹ ves]	[¹ veʒes]
[¹ ve]	[¹ veʒε]
[¹ vẽmus]	[ve'ʒẽmus]
[¹ vedʒis]	[ve'ʒajs]
[¹ vẽj]	[¹ veʒãw]

Os radicais verbais exibem um [ʒ] final na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e em todo o presente so subjuntivo. As demais formas não apresentam consoante final. Formas nominais cognatas como: vidência, vidente, visão, visor, etc. sugerem que o radical termina em forma de base por uma consoante. Qual? Na fonologia do português e de muitas outras línguas os processos que derivam contínuas de oclusivas são bem mais comuns do que aqueles que derivam oclusivas de contínuas. Portanto, admitindo que /ve/ seja a nível subjacente /ved/, será possível derivar todas as formas verbais. Logicamente, esse item lexical deverá ser marcado pelo traço [+ erudito] pois, nem todo item lexical que contém /d/ manifestará os processos peculiares a /ved/. Tal como os outros verbos cujos radicais sejam marcados pelo traço [+erudito], "ver" submete-se ao processo de glidização e subsequentemente a um processo de aglutinação onde /d/ incorpora os traços [+ alto, + contínuo] de [j].

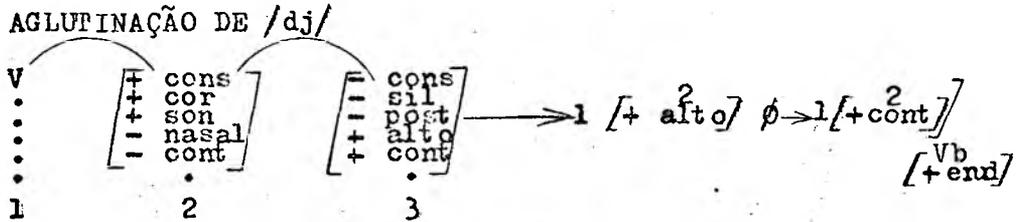
(24:3)

AGLUTINAÇÃO DE [dj]



A teoria da marcação não pode, nesse caso, funcionar em "linkage" com a regra (24:3), pois seu output contém dois traços (a teoria "linking" só opera sobre outputs que contenham especificação única), portanto, propõe repor (24:3) por (25:3)

(25:3)

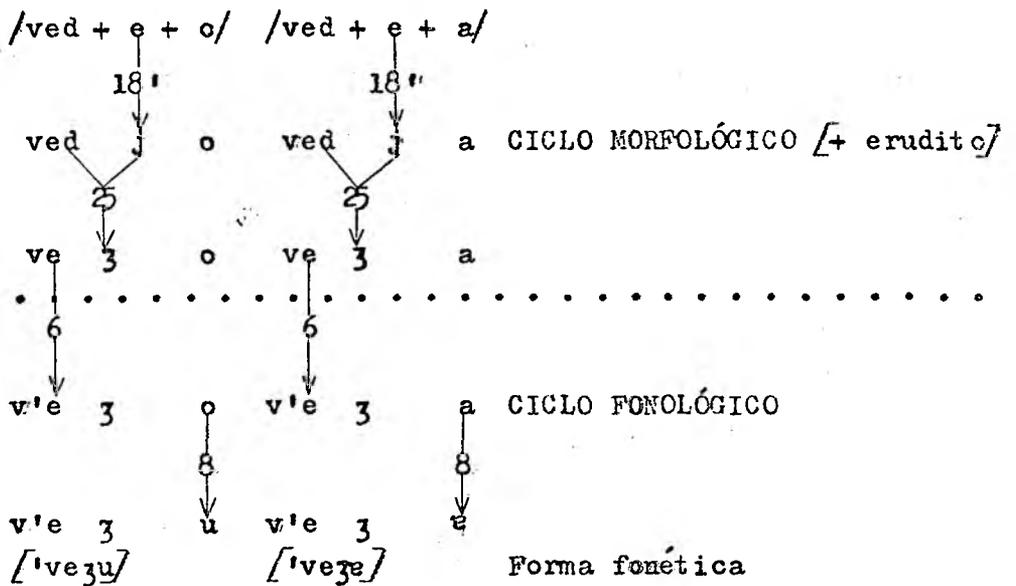


A regra (25:3) deve ser entendida como:

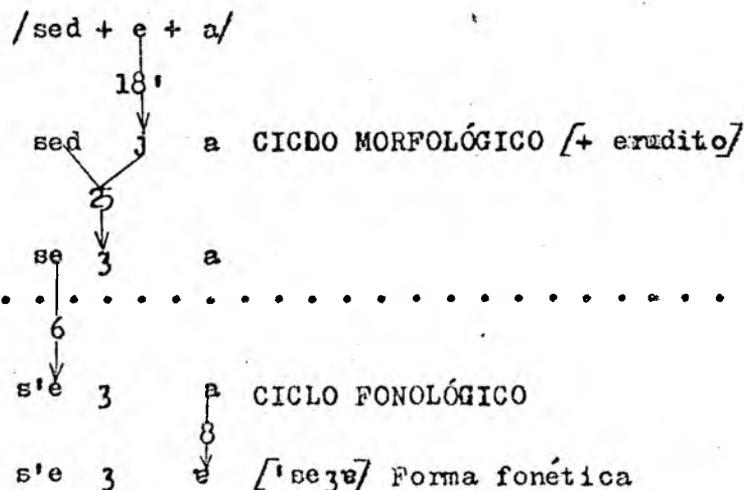
1º dj → d^j

2º a /d^j/ unem-se as convenções interpretativas (XXIIa), (XXVIa) e (XXVIIc) através das quais o segmento em questão assume os traços [- ant], [+ met ret] e [+ estrid], ou seja, /d^j/ se reescreve como /d₃/.

3º o segmento formado pelos passos 1º e 2º torna-se [+ cont], i.é., /d₃/ se reescreve como [3].



A regra (25:3) aplica também ao presente do subjuntivo de "ser", cuja forma subjacente é /sed/, conforme sugerem as formas nominais cognatas: sede, sedentário, etc.



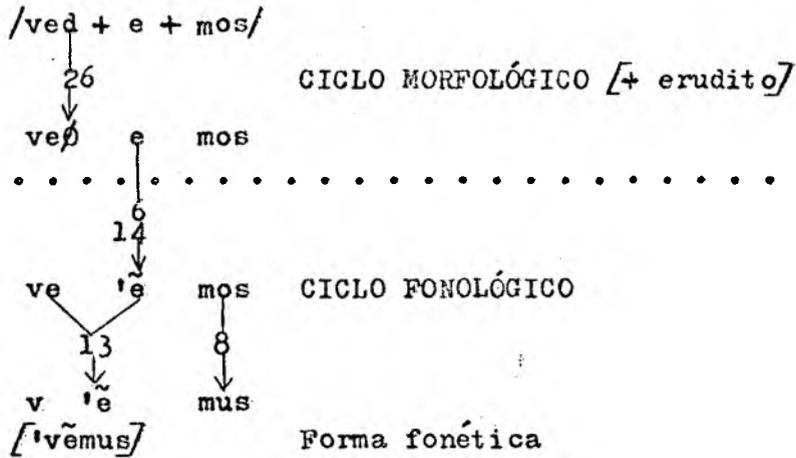
No paradigma verbal de "ver" as formas não sujeitas à glidização, estão sujeitas à supressão de /d/

(26:3)

SUPRESSÃO DE /d/

$$d \longrightarrow \emptyset / v \text{---} v / \left[\begin{array}{c} Vb \\ + \text{ erudito} \end{array} \right]$$

derivando:



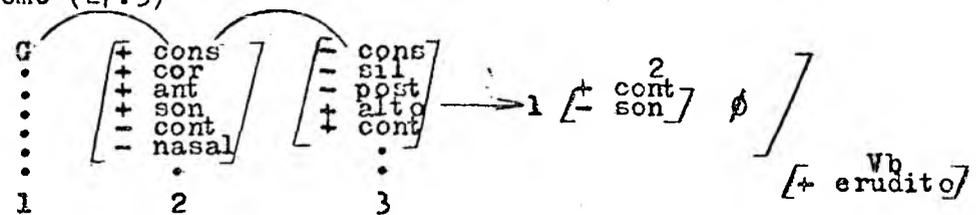
A seguir analisar-se-á o verbo "ouvir". O paradigma verbal de "ouvir" apresenta duas consoantes finais de radical completamente não relacionadas, [s] e [v]. Observe os dados:

Pres.Indic	Pres. Subj
[¹ o(w)su]	[¹ o(w)sẽ]
[¹ o(w)vis]	[¹ o(w)sẽs]
[¹ o(w)vi]	[¹ o(w)sẽ]
[o(w)'vĩmus]	[o(w)'sẽmus]
[o(w)'vis]	[o(w)'sajs]
[¹ o(w)vẽ]	[¹ o(w)sẽw]

Certas formas cognatas manifestam um radical terminado por [d], conforme: auditório, audiência, audição, audível, etc.

Assumindo-se que a forma subjacente seja /awd/ marcada pelo traço [+ erudito], será necessária uma regra que faça /dj/ se reescrever como [s]. A condição que determina a reescritura de /dj/ como [s] e não como [ʒ] é que ele esteja precedido por uma glide. Esse processo será estabelecido como (27:3)

(27:3)



Nas formas onde /d/ não está sujeito à aglutinação, é suprimido. Portanto, para que (26:3) possa dar conta da supressão do /d/ nessas formas deve ser ampliada para (28:3):

(28:3)

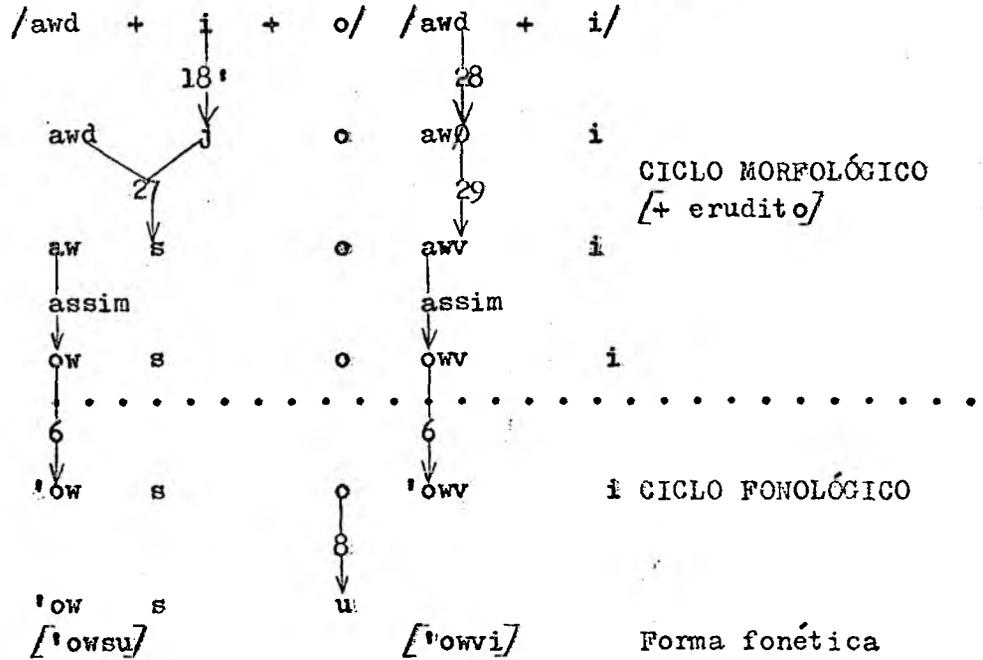
SUPRESSÃO DE /d/

$$d \longrightarrow \emptyset / \left\{ \begin{array}{c} v \\ w \end{array} \right\} \text{---} v / \left[\begin{array}{c} Vb \\ + \text{ erudito} \end{array} \right]$$

Posteriormente à supressão de /d/ um [v] é inserido entre o ditongo e a outra vogal por influência da glide labial (14)

$$(29:3) \quad \emptyset \longrightarrow v \quad / \quad aw \text{ --- } V \quad] \quad \left[\begin{array}{l} Vb \\ + \text{ erudito} \end{array} \right]$$

derivando:



A análise apresentada sobre o verbo "ouvir" é, sincronicamente, muito suspeita, como também será suspeita uma regra que faça [dj] se reescrever como [k], que é o caso de "perder", conforme: ['perku], ['perdjis], [per'dêmus], ['perke], ['perkes]... . Numa das fases do português "perder" estava, como "ouvir", sujeito à regra (27:3), i.é., o [dj] se reescrevia como [s] depois de [- sil] (15). Mas sincronicamente estão bem separados, enquanto "ouvir" conserva o [s], "perder" manifesta-se foneticamente com um [k], e, além disso, diferentemente de todos os outros verbos [+ erudito], com sua vogal do radical harmonizada na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e todo presente do subjuntivo.

Os verbos até então analisados são aqueles cujas consoantes finais do radical são [+ ant, + cor]. Os próximos a serem analisados serão aqueles cuja consoante final do radical é [- ant, - cor]. São eles: "trazer", "dizer" e "fazer"

Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj	Pres. Indic	Pres.Subj
['tragu]	['tragu]	['dzigu]	['dzigu]	['fasu]	['fasu]
['trazis]	['tragus]	['dzigis]	['dziges]	['fazis]	['fases]
['tras]	['tragu]	['djis]	['djige]	['fas]	['fase]
['tro'zêmus]	['tro'gêmus]	['dzi'zêmus]	['dzi'gêmus]	['fo'zêmus]	['fo'sêmus]
['tro'zejs]	['tro'gajs]	['dzi'zejs]	['dzi'gajs]	['fo'zejs]	['fo'sajs]
['trazêj]	['tragêw]	['dji'zêj]	['dji'gêw]	['fazêj]	['fasew]

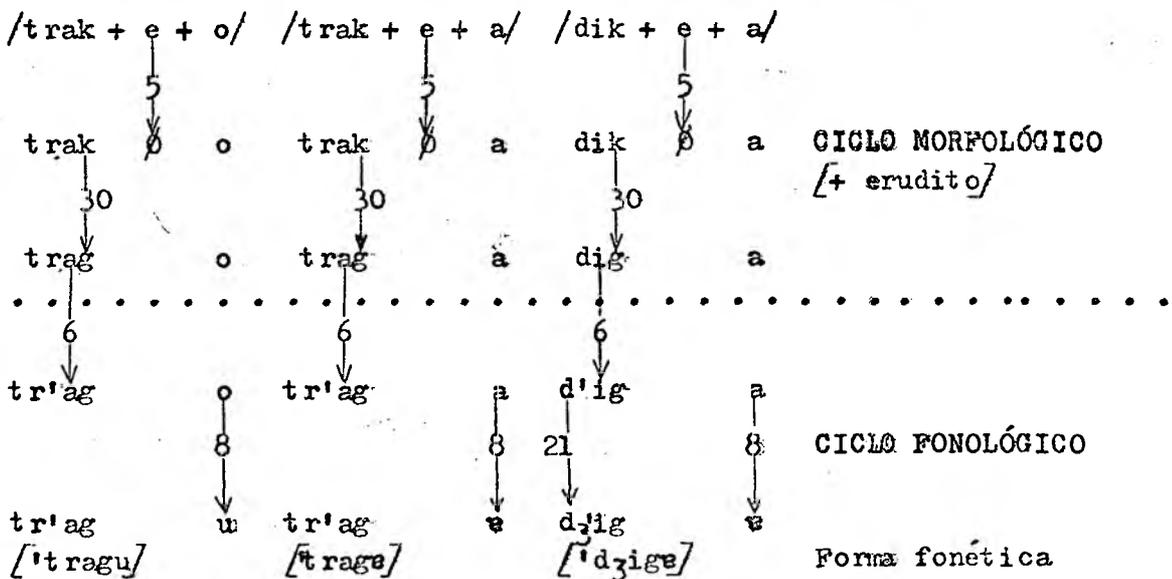
A esses verbos ligam-se os cognatos: dicacidade, dicção,

confeccionar, confecção, maléfico, benéfico, etc. cuja consoante final do radical é [k].

Admitindo que suas formas subjacentes incluam um /k/ será possível derivar todos os alomorfes que aparecem nas formas verbais acima. No entanto, esses itens lexicais devem ser marcados com o traço [+ erudito], pois nem todo item que inclui /k/ está sujeito aos processos a serem mencionados abaixo. Os verbos "trazer" e "dizer" apesar de marcados pelo traço [+ erudito], estão sujeitos à supressão da vogal temática. Sendo que o que se espera dos verbos marcados pelo traço [+ erudito] é que se submetam a glidização, as matrizes fonêmicas sistemáticas de "trazer" e "dizer" devem ser marcadas [+ regra (5:3)]. As formas marcadas [+ regra (5:3)] estão sujeitas à sonorização do /k/.

(30:3)

SONORIZAÇÃO /k/
 $k \longrightarrow g \quad / \quad v \text{---} v \quad] \quad \left[\begin{array}{c} \text{Vb} \\ + \text{erudito} \end{array} \right]$



Nas demais formas, onde o /k/ está imediatamente seguido de /e/, palataliza-se, e, posteriormente, sonoriza-se. O /k/ assimila os traços [+ ant] e [+ cont] de /e/. Como a teoria "linking" não pode operar sobre output com mais de uma especificação sugere-se usar o mesmo formalismo da regra (25:3), i.é., fazer a especificação numa linha sucessiva.

(31:3)

PALATALIZAÇÃO DE /k/

$\left[\begin{array}{c} + \text{cons} \\ + \text{post} \\ - \text{son} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ant}] \longrightarrow [+ \text{cont}] \quad / \text{---} \left[\begin{array}{c} - \text{cons} \\ - \text{post} \end{array} \right] \quad \left. \vphantom{\left[\begin{array}{c} + \text{cons} \\ + \text{post} \\ - \text{son} \end{array} \right]} \right\} [+ \text{erudito}]$

À especificação [+ ant] não se junta nenhuma convenção interpretativa, mas a [+ cont] une-se (XXIIIc), incorporando o traço [+ coy].

(XXIIIc) [NM coy] \longrightarrow [+ coy] // [M⁺ ant cont]

A convenção (XXV) incorporando o traço [+ met ret]

(XXV) $[+ \text{cont}] \longrightarrow [+ \text{met ret}]$

E mais a convenção (XXVIc) incorporando o traço $[+ \text{estrid}]$ já anteriormente citada.

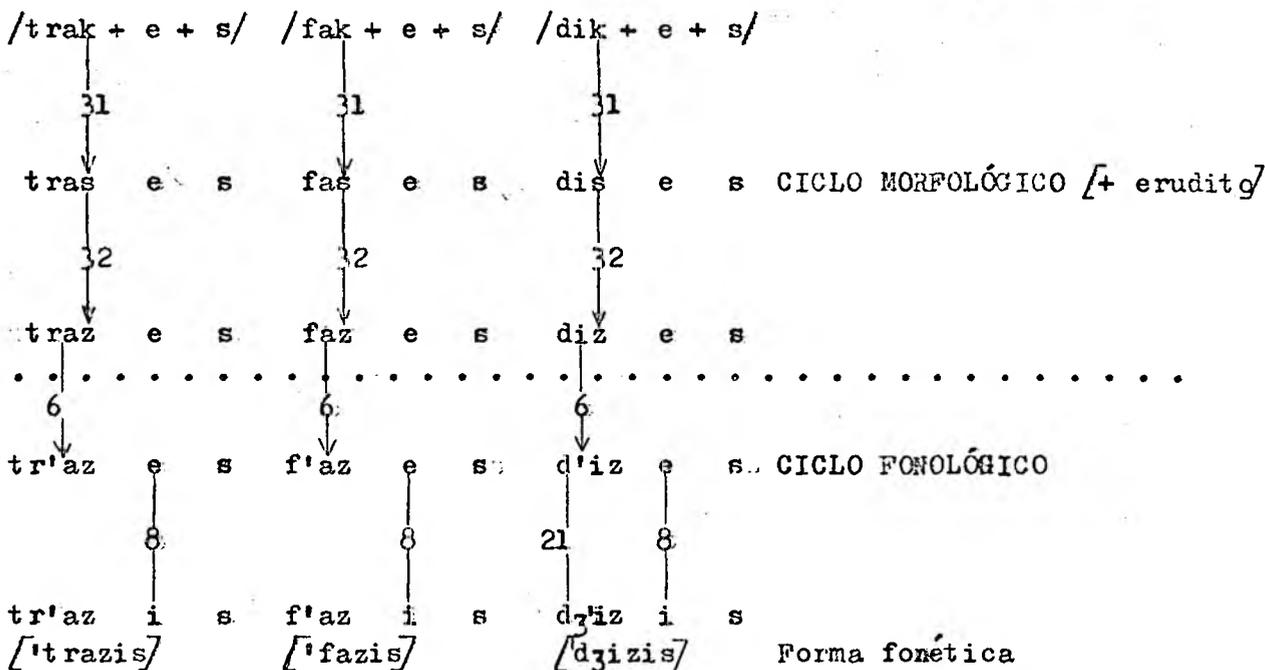
Esse processo comprova a hipótese de que na região do palato e dos alvéolos as oclusivas são mais raras do que as fricativas e que se um segmento $[+ \text{post}]$ se torna $[+ \text{ant}]$, tornar-se-á também $[+ \text{cont}]$. A regra (31:3) é também produtiva na morfologia nominal $[+ \text{erudita}]$, conforme atestam os seguintes dados:

elétrico	mas	eletricidade
crítica	mas	criticismo
empírico	mas	empiricismo
excêntrico	mas	excentricidade.

O segmento formado por (31:3) é, posteriormente, sonorizado pela regra (32:3)

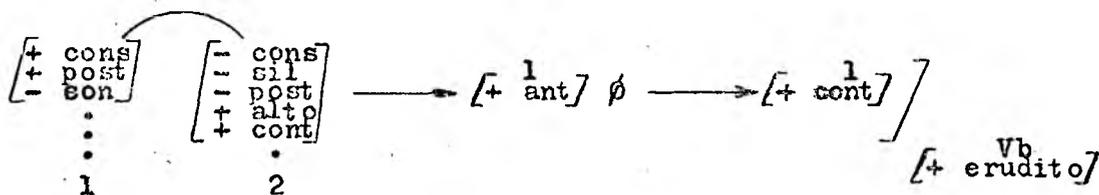
(32:3) SONORIZAÇÃO DE /s/ (output de (31:3))

$[+ \text{output}^s \text{ de (31:3)}] \longrightarrow z / V \text{ --- } V] [+ \text{erudito}]^{Vb}$



O verbo "fazer", como é normal nos verbos $[+ \text{erudito}]$, está sujeito à glidização e à aglutinação da vogal temática.

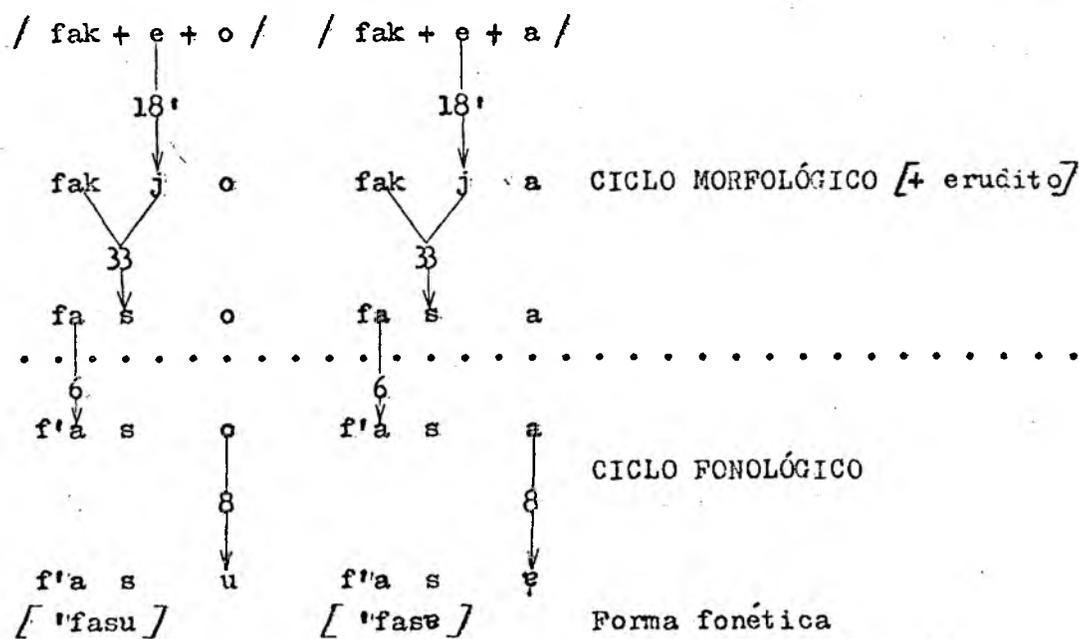
(33:3) AGLUTINAÇÃO DE /kj/



As mesmas convenções que se uniram à (31:3) unir-se-ão a (33:3) de modo que o output de (33:3) será também um /s/. Os s's resultar-

tes dos processos de aglutinação não estão sujeitos à sonorização, (como já foi mencionado no §2.6 os segmentos derivados por processos de aglutinação são interpretados pelo falante-ouvinte como complexos, o que justifica a não sonorização). Uma teoria extrínseca de ordenação trataria desse caso, simplesmente, ordenando as regras de aglutinação de [kj] e [tj] e [dj] após a de sonorização de [s], deixando inexplicada a razão da não sonorização. Por isso que apesar de (31:3) e (32:3) terem o mesmo output, preferiu-se considerá-los processos independentes. Enquanto o output de (31:3) é considerado um segmento simples, o (33:3) é considerado um segmento complexo. Desde que o processo de sonorização não atinge também os s's derivados de [tj] e [dj] por processos aglutinantes, pode-se substituir o traço [+ output de (31:3)], por [- aglutinado]. É possível fundir todas as regras de sonorização até então propostas numa única.

(34:3) SONORIZAÇÃO DOS SEGMENTOS [+ erudito]

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ consonantal} \\ - \text{ sonoro} \\ - \text{ aglutinado} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+ \text{ sonoro} / \text{V} \text{---} \text{V} \right] \left[+ \text{ erudito} \right]_{\text{Vb}}$$


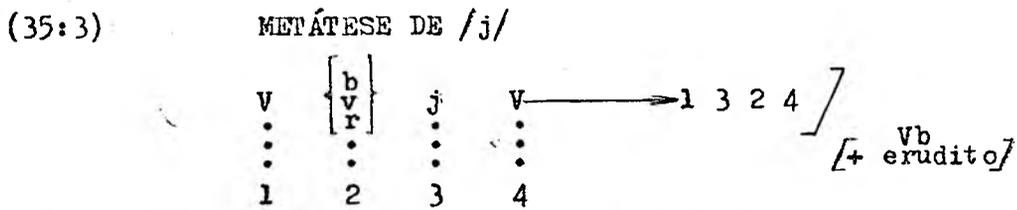
As formas verbais cujos radicais sejam marcados pelo traço [+ erudito], mesmo tomando um rumo completamente distinto, conseguem através dos processos de glidização e aglutinação atualizar o "target" fonológico CV(C)...

A seguir veja a análise proposta para "saber", "querer", "caber" e "haver":

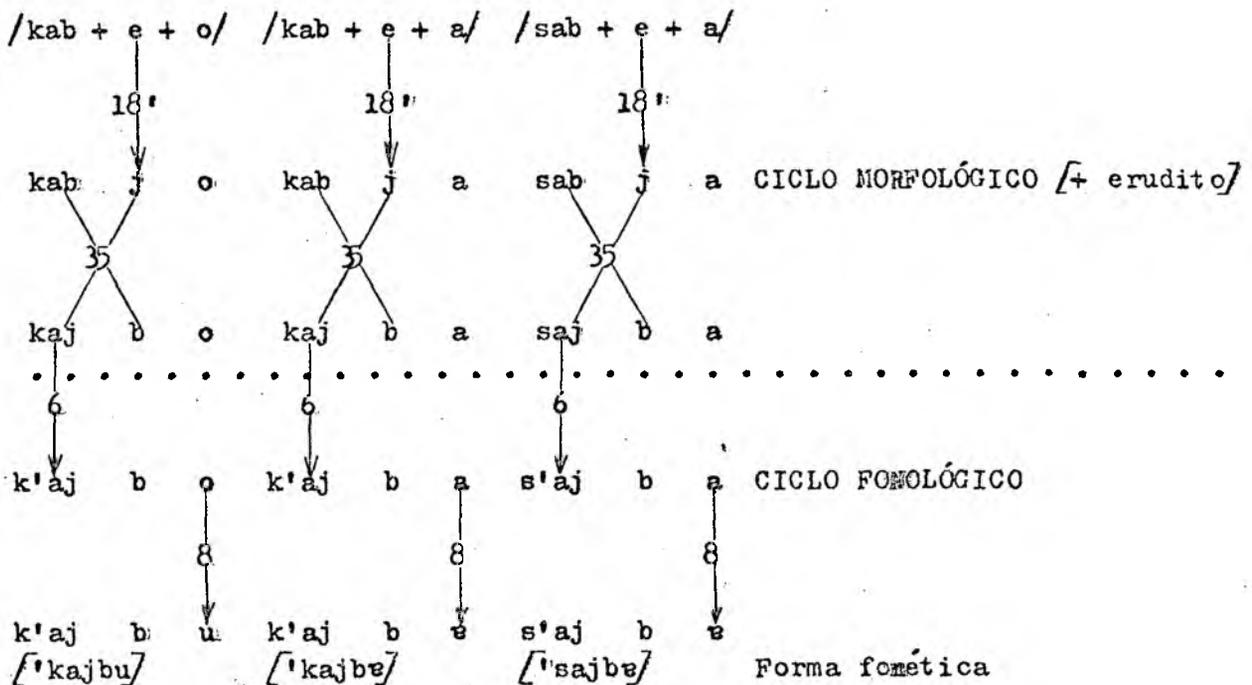
Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres. Subj
[¹ kajbu]	[¹ kajbɐ]	[¹ sej]	[¹ sajbɐ]
[¹ kabis]	[¹ kajbəs]	[¹ sabis]	[¹ sajbəs]
[¹ kabi]	[¹ kajbɛ]	[¹ sabi]	[¹ sajbɛ]
[ka ¹ bēmus]	[koj ¹ bēmus]	[so ¹ bēmus]	[soj ¹ bēmus]
[ko ¹ bejs]	[koj ¹ bajs]	[so ¹ bejs]	[soj ¹ bajs]
[¹ kabēj]	[¹ kajbēw]	[¹ sabēj]	[¹ sajbēw]

Pres.Indic	Pres.Subj	Pres.Indic	Pres.Subj
[¹ kɛru]	[¹ kejɾɐ]	[¹ ej]	[¹ ajɐ]
[¹ kɛris]	[¹ kejɾəs]	[¹ as]	[¹ ajɛs]
[¹ kɛr]	[¹ kejɾɛ]	[¹ a]	[¹ ajɛ]
[ke ¹ rēmus]	[kej ¹ rēmus]	[o ¹ vēmus]	[o ¹ jēmus]
[ke ¹ rejs]	[kej ¹ rajs]	[o ¹ vejs]	[o ¹ jajs]
[¹ kɛrēj]	[¹ kejɾēw]	[¹ ɛw]	[¹ ajɛw]

Essas formas fonéticas sugerem que as vogais temáticas submetem-se ao processo de glidização, i.é., as matrizes dos referidos verbos são marcadas pelo traço [+ erudito]. E, como as consoantes finais não estão sujeitas à aglutinação, dá-se um processo de metátese que pode ser formalizado como:



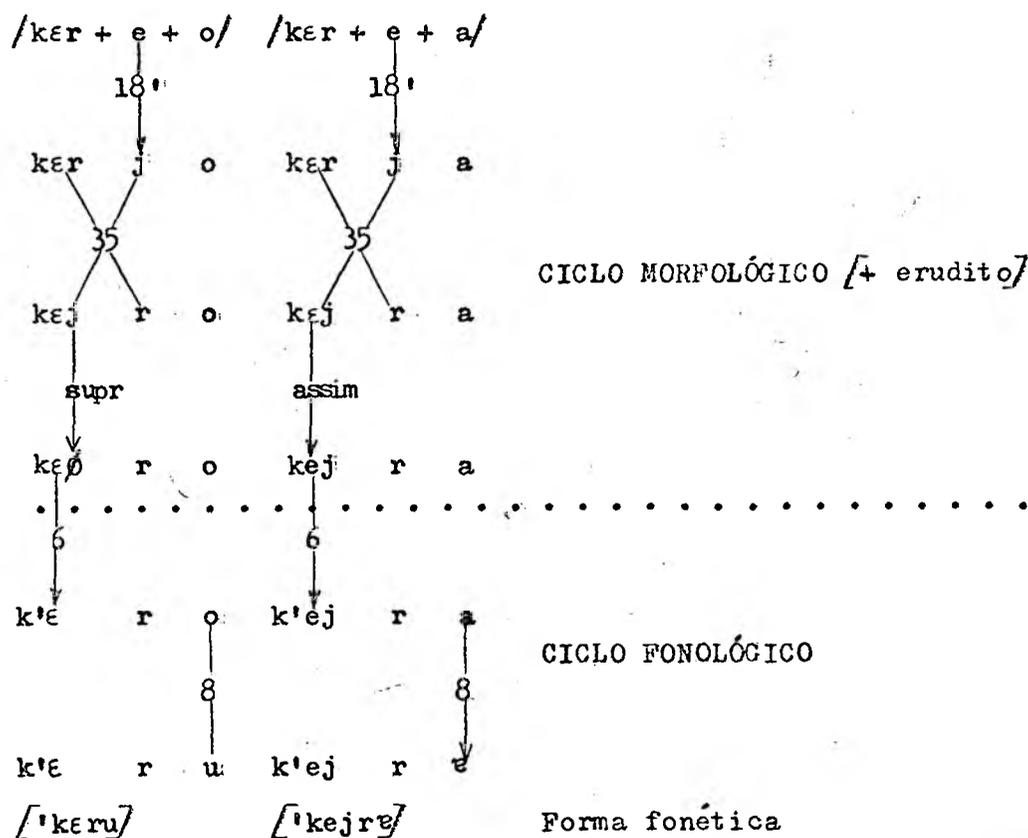
derivando



Também "querer" e seus derivados estão sujeitos à metátese, conforme: queira, requeira, etc. A alofonia que há entre a vogal do radical /ɛ/ ~ [e] é condicionada pela glide que torna a vogal anterior [+ baixa]

em [-baixa]. Como "quero" perdeu sua glide manifesta-se em superfície com uma vogal [+ baixa], pois tendo iniciado o ciclo derivacional como um verbo [+ erudito] não está sujeito à harmonia vocálica que é um processo [- erudito]. Como só o presente do indicativo está sujeito à supressão da glide a regra que opere esse processo deve incluir em seu contexto os traços $\left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ pas} \right]$, $\left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ indic} \right]$, conforme:

SUPRESSÃO DE /j/
 $j \longrightarrow \emptyset / v \text{---} r \left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ pas} \right]$
 $\left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ indic} \right]$
 $\left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ erudito} \right]$



O verbo "haver", tal como os outros verbos [+ erudito], está sujeito à glidização e à metátese. A esses processos acresce-se ainda a supressão do /v/

(36:3) SUPRESSÃO DO /v/
 $v \longrightarrow \emptyset / j \text{---} \left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ pas} \right]$
 $\left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ erudito} \right]$

Subseqüentemente à supressão de /v/ o /o/ que se encontra após a glide é também suprimido. Essa supressão é formalizada pela regra

(37:3) SUPRESSÃO DO /o/
 $o \longrightarrow \emptyset / vj \text{---} \left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ pas} \right]$
 $\left[\begin{matrix} - \\ + \end{matrix} \text{ erudito} \right]$

"Sei" que por um processo totalmente ad hoc perde seu /b/ também está sujeito à regra (37:3).

"haver" está sujeito a reduções violentas. As formas não sujeitas à glidização têm sua sílaba /ve/, postônica, suprimida pela regra (39:3)

(39:3)

SUPRESSÃO DA SÍLABA /ve/, POSTÔNICA

$$/ve/ \longrightarrow \beta / \# \acute{v} \left\{ \begin{array}{l} + \\ \# \end{array} \right\} / \left[+ \text{erudito} \right]^{Vb}$$
'aves \longrightarrow 'as

Em resumo, a irregularidade dos paradigmas verbais analisados prende-se a:

- a. presença do traço $[+ \text{erudito}]$ junto aos radicais.
- b. as implicações que o traço $[+ \text{erudito}]$ pode trazer para uma forma verbal é: impedir que se submeta ao processo (5:3) supressão da vogal temática, (exceto para "trazer" e "dizer" que são marcados $[+ \text{regra (5:3)}]$) e determinar o processo (18':3), glidização da vogal temática.
- c. subsequentemente à glidização as formas tomam dois rumos: se a consoante final do radical for /k t d n l/ a glide aglutinar-se-á a elas, se for /b v r/ dar-se-á um processo de metátese.
- d. tanto os processos de metátese como os de aglutinação estão sempre intrinsecamente ordenados após a glidização, pois é ela quem lhes gera o contexto.
- e. no processo de aglutinação se as consoantes forem $[- \text{soante}]$, /t d k/, incorporarão o traço $[+ \text{cont}]$ da glide, se forem $[+ \text{soante}]$, /n l/, incorporarão o traço $[+ \text{alto}]$.
- f. as consoantes /d n/ não sujeitas à aglutinação estão sujeitas à supressão.
- g. as consoantes $[- \text{sonora}]$ não sujeitas à aglutinação estão sujeitas à sonorização.
- h. onde acontecer de a glide estar intervocálica terá seu traço $[- \text{cons}]$ alterado para $[+ \text{cons}]$.

Portanto, com a presença do traço $[+ \text{erudito}]$ é possível padronizar a irregularidade verbal. No entanto, as implicações que o traço $[+ \text{erudito}]$ traz para a teoria fonológica que pretenda explicar a natureza do mecanismo mental ativado pela criança durante a aquisição da linguagem não são nada animadoras. (Qualquer comentário a respeito dessas implicações será reservado para o parágrafo das conclusões).

A partir dos §'s 3.1 a 3.1.4 concluiu-se que:

A. a estrutura sintática subjacente às formas do presente do indicativo é: RAD + Vt + $[- \text{perf}]$ + $[+ \text{indic}]^{pas}$ + NP. A ausência dos morfemas referentes aos constituintes $[- \text{perf}]$ e $[+ \text{indic}]^{pas}$, em forma fonética, explica-se mediante as regras de reajustamento (X) e (XI).

B. a estrutura sintática subjacente às formas do presente

do subjuntivo é RAD + Vt + [- perf] + [+^{pas} subj] + NP. A ausência dos morfemas referentes aos constituintes [- perf] e Vt, em forma fonética, explica-se mediante a regra de reajustamento (X) e a morfológica (5:3).

C. as noções [+^{pas} subj] são a nível fonêmico sistemático cobertas pelo significante único /a/. A variante [e] é dada mediante atuação do processo dissimilatório formalizado como (3:3).

D. a irregularidade verbal é condicionada pelo traço [+ e-rudito] que adstrito aos radicais verbais caracteriza processos próprios.

§ 3.1.5 IMPERATIVO

O imperativo divide-se em: afirmativo e negativo.

No imperativo a segunda pessoa está sempre presente semicamente (a pessoa que fala sempre se dirige a um interlocutor). Sob essa condição, esse modo só admite as pessoas que indicam a quem se fala:

1. a segunda pessoa (singular e plural).
2. as terceiras pessoas morfológicas quando o sujeito for expresso por pronomes de tratamento como: você(s), Vossa Alteza, Senhor, que semicamente portam o traço [+ 2a. pes].
3. a primeira pessoa do plural quando o ouvinte se inclui no rol dos interlocutores para cumprir aquilo que ele mesmo ordena. O nós do imperativo será sempre um: eu + tu.

Assim, os paradigmas próprios do imperativo incluem cinco formas e não seis como os outros. Foneticamente configuram como:

Vogal do radical /a/ ~ [ɔ]		Vogal do radical /i/		Vogal do radical /u/	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
[ˈkatɐ]	[ˈkatʃis]	[ˈfikɐ]	[ˈfikis]	[ˈfure]	[ˈfuris]
[ˈkatʃi]	[ˈkatʃi]	[ˈfiki]	[ˈfiki]	[ˈfuri]	[ˈfuri]
[kɔˈtɛmus]	[kɔˈtɛmus]	[fiˈkɛmus]	[fiˈkɛmus]	[fuˈrɛmus]	[fuˈrɛmus]
[kɔˈtɛj]	[kɔˈtɛjs]	[fiˈkɛj]	[fiˈkɛjs]	[fuˈrɛj]	[fuˈrɛjs]
[ˈkatɛj]	[ˈkatɛj]	[ˈfikɛj]	[ˈfikɛj]	[ˈfurej]	[ˈfurej]

Vogal do radical /ɔ/ ~ [o]		Vogal do radical /ɛ/ ~ [e]	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
[ˈʒɔgɐ]	[ˈʒɔgis]	[ˈpɛgɐ]	[ˈpɛgis]
[ˈʒɔgi]	[ˈʒɔgi]	[ˈpɛgi]	[ˈpɛgi]
[ʒoˈgɛmus]	[ʒoˈgɛmus]	[peˈgɛmus]	[peˈgɛmus]
[ʒoˈgɛj]	[ʒoˈgɛjs]	[peˈgɛj]	[peˈgɛjs]
[ˈʒɔgɛj]	[ˈʒɔgɛj]	[ˈpɛgɛj]	[ˈpɛgɛj]

2a. CONJUGAÇÃO

Vogal do radical /a/ ~ [a]		Vogal do radical /i/	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
[ˈbatʃi]	[ˈbates]	[ˈvivi]	[ˈvives]
[ˈbate]	[ˈbate]	[ˈvive]	[ˈvive]
[boˈtẽmus]	[boˈtẽmus]	[viˈvẽmus]	[viˈvẽmus]
[boˈtej]	[boˈtajs]	[viˈvej]	[viˈvajs]
[ˈbatẽw]	[ˈbatẽw]	[ˈvivẽw]	[ˈvivẽw]

Não há verbo da segunda conjugação cuja vogal do radical imediata à vogal temática seja /u/.

Vogal do radical /o/ ~ [o]		Vogal do radical /ε/ ~ [e]	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
[ˈmovi]	[ˈmoves]	[ˈbēbi]	[ˈbebes]
[ˈmove]	[ˈmove]	[ˈbebe]	[ˈbebe]
[moˈvẽmus]	[moˈvẽmus]	[beˈbẽmus]	[beˈbẽmus]
[moˈvej]	[moˈvajs]	[beˈbej]	[beˈbajs]
[ˈmovẽw]	[ˈmovẽw]	[ˈbebẽw]	[ˈbebẽw]

3a. CONJUGAÇÃO

Vogal do radical /a/ ~ [a]		Vogal do radical /i/	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
[ˈpartʃi]	[ˈpartes]	[iˈnibi]	[iˈnibes]
[ˈparte]	[ˈparte]	[iˈnibe]	[iˈnibe]
[parˈtẽmus]	[parˈtẽmus]	[iniˈbẽmus]	[iniˈbẽmus]
[parˈtʃi]	[parˈtajs]	[iniˈbi]	[iniˈbajs]
[ˈpartẽw]	[ˈpartẽw]	[iˈnibẽw]	[iˈnibẽw]

Vogal do radical /u/		Vogal do radical /o/ ~ [u]	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
[iˈludʒi]	[iˈludes]	[ˈdormi]	[ˈdurses]
[iˈlude]	[iˈlude]	[ˈdurme]	[ˈdurme]
[iluˈdẽmus]	[iluˈdẽmus]	[durˈmẽmus]	[durˈmẽmus]
[iluˈdʒi]	[iluˈdajs]	[dɔrˈmi]	[durˈmajs]
[iˈludẽw]	[iˈludẽw]	[ˈdurmẽw]	[ˈdurmẽw]

Vogal do radical /ε/ ~ [i]	
Afirmativo	Negativo
[ˈservi]	[ˈsirves]
[ˈsirve]	[ˈsirve]
[sirˈvẽmus]	[sirˈvẽmus]
[sɛrˈvi]	[sirˈvajs]
[ˈbirvẽw]	[ˈsirvẽw]

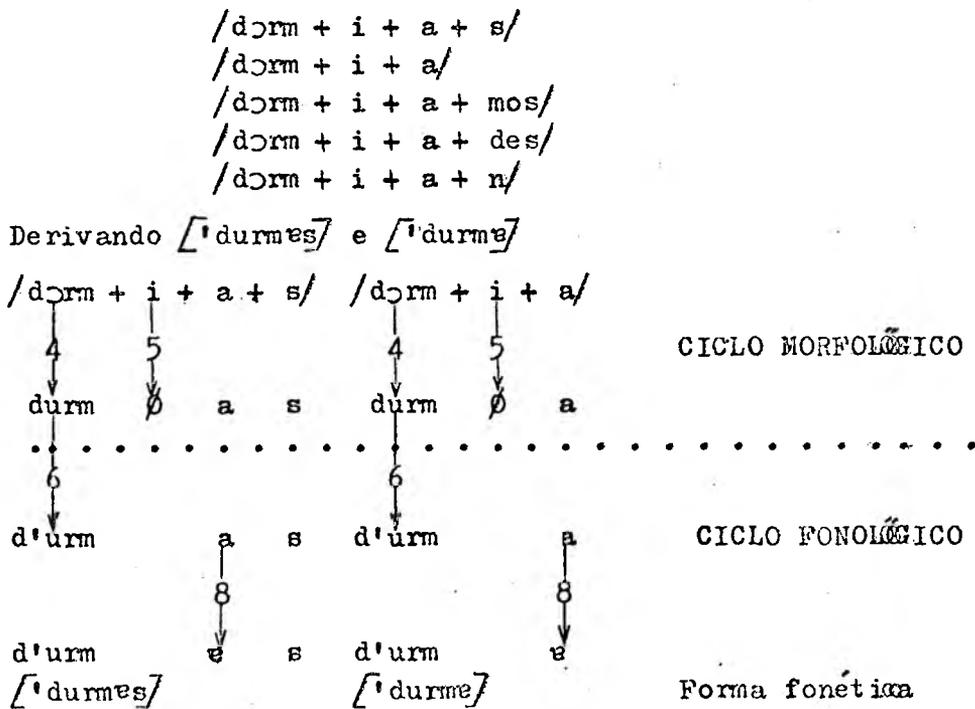
Esses dados permitem as seguintes observações:

1º O imperativo negativo, excetuando-se pela primeira pessoa do singular, forma que esse paradigma não inclui, em nada difere do presente do subjuntivo. A ligação fonológica entre essas formas e as cor-

relatas do presente do subjuntivo confirmam a relação sintática e semântica que há entre elas. Mattoso define essa relação nos seguintes termos: "O subjuntivo, incluindo o imperativo, assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado... . O imperativo... não é mais que um subjuntivo sem o elo da subordinação sintática. Por isso, confunde-se formalmente com ele no verbo negativo e mesmo no afirmativo, fora a segunda pessoa gramatical do singular e a segunda pessoa do plural, que só aparece nos verbos portugueses em registros especiais da língua escrita. Mesmo nessas pessoas pode ter uma forma coincidente com o subjuntivo presente; exemplo: "Seja teu mundo essa encurvada ponte/ que, sobre o rio, trêmula, se inclina,/ e esse trecho de céu que te ilumina/a larga, franca e pensativa fronte!" (Ronald de Carvalho, Poemas e Sonetos)"⁽¹⁶⁾. Mattoso denomina o imperativo "subjuntivo não subordinado" atribuindo-lhe o símbolo Sb₁.

Também Pottier faz uma observação valiosa sobre o imperativo negativo: "Se o imperativo é negado, passa-se ao optativo (expressão de desejo), cuja forma é a do subjuntivo".⁽¹⁷⁾

Cotejadas essas observações é-se levado a concluir que as representações fonêmicas sistemáticas do imperativo negativo sejam as mesmas do presente do subjuntivo, o que justifica elas estarem também sujeitas aos processos morfológicos de harmonização vocálica (4:3) e supressão da vogal temática (5:3). Como exemplo será tomado o verbo "dormir"



2º No imperativo afirmativo a ligação fonológica entre esse

paradigma e o presente do subjuntivo é confirmado pelas formas correspondentes à: primeira pessoa do plural e terceira pessoa (singular e plural) que em nada diferem. As segundas pessoas exibem características modo-temporais de presente do indicativo. Diferem desse, no entanto, pelas suas características número-pessoais que foneticamente estão representadas por: \emptyset na segunda pessoa do singular, [j] na segunda pessoa do plural em paradigmas cujas conjugações sejam NM e 2a., e \emptyset na segunda pessoa do plural se o verbo pertencer à 3a. conjugação.

Essa peculiaridade das características número-pessoais relativas ao imperativo afirmativo exige que se postule regras de reajustamento próprias para as converter nas suas representações fonêmicas sistemáticas. Como são exclusivas do imperativo afirmativo, suas descrições estruturais devem fazer referência aos traços $[+ \text{imperativo}]$ $[+ \text{afirmativo}]$.

A postulação da segunda pessoa do singular não oferece problema, é \emptyset , proporcionando a regra (XIII)

$$(XIII) \quad [- \text{ } ^{2a. \text{ pes}} \text{ plural}] \longrightarrow \emptyset \quad [+ \text{imperativo}] \quad [+ \text{afirmativo}]$$

O mesmo não se pode dizer da postulação da representação fonêmica sistemática relativa à segunda pessoa do plural. A consideração de /j/ corretamente permitiria, mediante um processo de simplificação do ditongo homorgânico /ij/, a explicação da ausência de característica número-pessoal na terceira conjugação. Essa hipótese é, no entanto, incongruente com a unidade acentual ótima (paroxítona), pois ter-se-ia de admitir o acento oxítono. A consideração de /i/ solucionaria o problema do acento, e também explicaria, mediante crase de /ii/, a ausência de SNP na terceira conjugação. Há, no entanto, a manifestação de um [dʒi] em certas formas irregulares como: tende, ponde, vinde, etc., a qual nem a hipótese que postula /j/ e nem a que postula /i/ poderia explicar. Eliminando os traços de vocalismo átono e palatalização ter-se-á [de], forma atestada na área dialetal sul-paranaense. A postulação de /de/ como forma subjacente oferece as vantagens de poder:

- manter a unidade acentual paroxítona
- explicar a atualização do alomorfe [de], na região dialetal sul-paranaense, em formas como [tẽnde], [lẽde], etc.
- explicar, mediante o vocalismo átono e palatalização, a atualização do alomorfe [dʒi] em: [tẽndʒi], [lẽdʒi], etc.
- explicar mediante supressão do /d/, vocalismo átono e al-

teração do traço [+ silábico], a atualização do alomorfe [j] em: [mo'raj], [be'bej], etc.

- explicar, mediante supressão do /d/, vocalismo átono e crase, a atualização do alomorfe \emptyset em: [d^uor'mi], [sⁱer'vi], etc.

Portanto, com /de/ como representação fonêmica sistemática a atualização dos alomorfes [de], [d_{ji}], [j] e \emptyset torna-se um fenômeno completamente predizível e plausível. Essas considerações permitem propor a regra de reajustamento (XIV)

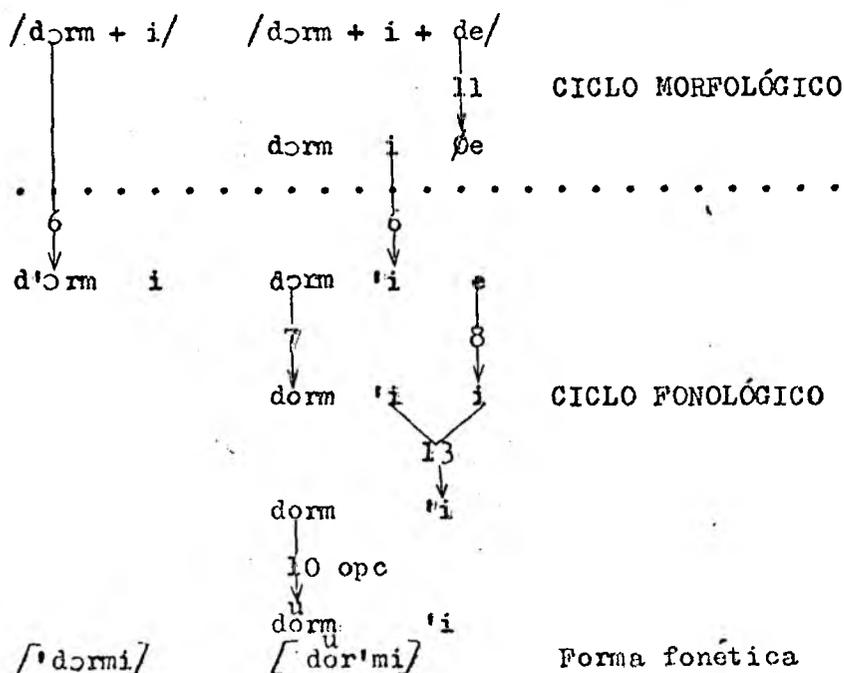
$$(XIV) \left[\begin{array}{l} + \text{ 2a. pes} \\ + \text{ plural} \end{array} \right] \longrightarrow /de/ \left[\begin{array}{l} + \text{ imperativo} \\ + \text{ afirmativo} \end{array} \right]$$

O caráter exclusivo dos morfemas \emptyset e de /de/ lhes confere uma cumulação de função. Introduzem não só as noções de número-pessoa, mas também as de $\left[\begin{array}{l} + \text{ imperativo} \\ + \text{ afirmativo} \end{array} \right]$.

Tendo observado que a primeira pessoa do plural e a terceira pessoa (singular e plural) do imperativo afirmativo são idênticas ao presente do subjuntivo e que as segundas pessoas diferem das suas correspondentes do presente do indicativo não pela característica modo-temporal, mas pela número-pessoal e postulado as regras de reajustamento (XIII) e (XIV) é possível apresentar as formas subjacentes. Abaixo serão propostas as formas subjacentes para o imperativo afirmativo de "dormir" e "servir"

/d _o rm + i/	/s _e rv + i/
/d _o rm + i + a/	/s _e rv + i + a/
/d _o rm + i + a + mos/	/s _e rv + i + a + mos/
/d _o rm + i + de/	/s _e rv + i + de/
/d _o rm + i + a + n/	/s _e rv + i + a + n/

Aplicarão sobre essas formas subjacentes todas as regras propostas para o presente do indicativo e do subjuntivo que encontrarem suas descrições estruturais. Derivando [dⁱd_orm] e [d^uor'mi]



O imperativo dos verbos ditos [$\bar{+}$ erudito] está, como o presente, sujeito aos processos [$\bar{+}$ erudito] apresentados no § 3.1.4.

§3.2 IMPERFEITO DO INDICATIVO

As formas do imperfeito do indicativo manifestam-se foneticamente como:

1a. CONJUGAÇÃO 2a. CONJUGAÇÃO 3a. CONJUGAÇÃO

[30'gave]	[bi'bie]	[dur'mie]
[30'gaves]	[bi'bies]	[dur'mies]
[30'gave]	[bi'bie]	[dur'mie]
[30'gavemus]	[bi'biemus]	[dur'miemus]
[30'gavejs]	[bi'biejs]	[dur'miejs]
[30'gavẽw]	[bi'biẽw]	[dur'miẽw]

A partir dessa amostra deduz-se que:

A. A estrutura manifesta comporta uma constituição que pode ser descrita como: RAD + Vt + [$\bar{+}$ ^{pas} indic] + NP.

B. As vogais temáticas /a/ e /i/ têm suas realizações ótimas nessas formas, já /e/ está aparentemente obliterada em favor de /i/.

C. Os morfemas referentes às categorias número-pessoa são, no imperfeito do indicativo, os mesmos do presente do subjuntivo, podendo portanto, ser repostos pela série de regras (IV) - (IX).

D. A ausência de morfema aspectual na estrutura foneticamente manifesta explica-se com base no fato de que também nessas formas o traço aspectual é [- perf] e, [- perf], conforme (X), é um significado sem significante na língua. Portanto, também aqui, a generalidade de que a todo vocábulo verbal subjaz a estrutura sintática

RAD + Vt + ASP + MT + NP

pode ser mantida, pois a constituição subjacente às formas comumente denominadas imperfeito do indicativo é: RAD + Vt + [- perf] + [$\bar{+}$ ^{pas} indic] + NP.

E. Se as regras de reajustamento até então propostas são suficientemente capazes de repor as categorias sintáticas Vt, [- perf] e NP pelas matrizes fonêmicas sistemáticas correspondentes, a outra tarefa será descobrir a natureza subjacente do morfema portador da noção [$\bar{+}$ ^{pas} indic], a fim de que se possa, também, postular uma regra de reajustamento.

F. O morfema portador das noções [$\bar{+}$ ^{pas} indic], manifesta-se foneticamente como:

[va] diante de NM Vt.

[e] diante de Vt₂ e Vt₃

eliminando os traços de vocalismo átono ter-se-á um esquema fonêmico autônomo como:

/va/ diante de NM Vt

/a/ diante de Vt₂ e Vt₃

A observação e a análise dos dados empíricos sugerem três hipóteses cujas implicações, inconvenientes e valores serão discutidos subsequentemente a sua proposição.

1. "O morfema portador das noções [^{pas} + indic] é /a/". (Sugerida pelo caráter frequência)
2. "O morfema portador das noções [^{pas} + indic] é /va/". (Sugerida pela propriedade plausibilidade)
3. "Os morfemas portadores das noções [^{pas} + indic] são: /va/ na NM conj. e /a/ na 2a. e 3a. conj.". (Sugerida pela propriedade concretismo)

Pela primeira hipótese as formas do imperfeito do indicativo e do presente do subjuntivo teriam a mesma configuração a nível fonêmico sistemático: /ʒog + a + a/... /beb + e + a/... /dorm + i + a/... . Essa hipótese oferece o seguinte problema: as regras de harmonia vocálica, eliminação de identidade e supressão da vogal temática encontrariam sua descrição estrutural, todavia, foi observado empiricamente que essas formas não estão sujeitas a suas aplicações. Poder-se-ia contornar o problema restringindo a aplicabilidade das regras mencionadas, através de um aparato formal que estipulasse que elas só aplicam às formas verbais cujo traço temporal seja [- pas].

O problema não estaria resolvido com essa restrição. Como explicar a presença do elemento consonântico nas formas NM conj. ? Não há outra forma de fazê-lo, senão pela inserção. Todavia, a naturalidade dos processos que inserem segmentos consonantais é muito suspeita, principalmente, tratando-se de um /v/ a ser a consoante inserida. É altamente improvável que um /v/ funcione como consoante epentética. Portanto, o caráter frequência provou-se insatisfatório na proposição dessa hipótese.

A segunda hipótese propõe que as formas do imperfeito do indicativo entrem para o componente fonológico configurando como:

1a. CONJUGAÇÃO	2a. CONJUGAÇÃO	3a. CONJUGAÇÃO
/ʒog + a + va/	/beb + e + va/	/dorm - i - va/
⋮	⋮	⋮

Com essas formas subjacentes desnecessário será restringir a aplicabilidade das regras de harmonia vocálica, supressão de identidade e supressão da vogal temática, visto que elas não encontram, nessas for-

mas, suas descrições estruturais e, em consequência, estão naturalmente impedidas de aplicar.

A ausência do segmento consonantal nas formas da 2a. e 3a. conjugação pode ser explicada por um processo de supressão. Em termos fonológicos, os processos de supressão são mais naturais do que os de inserção. Essa hipótese, no entanto, cogita a seguinte questão: "Por que razão só na segunda e terceira conjugação o /v/ é suprimido?" Vê-se o problema nos seguintes termos: os morfemas marcadores de 2a. e 3a. conj. são /e/ e /i/ respectivamente. Em termos de fonologia natural /e i/ formam uma classe que pode ser definida como [+ sil, - post, - baixo]. Nessas conjugações a supressão do /v/ do morfema /va/ deixa o /a/ diante de /e i/, contexto não propenso à crase. Na conjugação NM no entanto, se a regra de supressão atuasse, deixaria o /a/, morfema modo-temporal, diante do /a/, vogal temática, contexto propenso à crase, dada a constituição idêntica dos segmentos silábicos. Ocorrendo a crase a distinção entre o imperfeito e o presente do indicativo estaria obliterada. Resumindo, a supressão de /v/ nas formas de NM conj. implicaria em perda de distintividade semântica, sendo que o mesmo não é verdadeiro para a 2a. e 3a. conj., onde, apesar do /v/ ser suprimido, a distinção entre presente e imperfeito do indicativo permanece intata. Portanto, a supressão de /v/ ocorre na 2a. e 3a. conj. mas não em NM conj. O conteúdo exerce influência sobre a forma, determinando quais alterações ela deve sofrer, i.é., quais alterações não implicarão em perda de distintividade semântica. A forma, como o sinal que exterioriza a mensagem, comporta a constituição exata para uma comunicação eficiente. Processos fonológicos que obliterem a eficiência da comunicação não tem lugar nas línguas naturais.

A título de curiosidade e em reforço a essa hipótese, menciona-se que no espanhol⁽¹⁸⁾ onde o morfema indicador do imperfeito do indicativo é /ba/, dá-se o mesmo processo, i.é., tem-se /ba/ na NM conj. e /a/ na 2a. e 3a. conj. No entanto, algumas formas irregulares apresentam /ba/ mesmo sendo da terceira conjugação, e.g., iba, ibas, iba, ibamus, ibam. Segundo Harris é frequente formas tais como: creiba, creibas, etc. nas variantes vulgares do espanhol. No italiano⁽¹⁹⁾ os verbos regulares exibem o morfema /va/ nas três conjugações, não só a nível fonêmico sistemático como também a nível fonético sistemático, conforme: "parlava", "bebeva" e "dormiva".

A terceira hipótese além de ser inconsistente com uma das pro

priedades fundamentais da fonologia gerativa, i.é., a manutenção de representações únicas a nível fonémico sistemático, apresenta na 2a. e 3a. conj. todos os inconvenientes da primeira hipótese com relação às regras de harmonia vocálica, eliminação de identidade e supressão da vogal temática. Portanto, também a propriedade concretismo provou-se inadequada na procura de solução para o imperfeito do indicativo.

Dada a incapacidade da primeira hipótese de explicar os processos envolvidos na derivação das formas fonéticas, dado ao fato de a terceira hipótese apresentar o mesmo problema da primeira e ser ainda teoricamente suspeita, a segunda hipótese parece ser a mais plausível.

A adoção da segunda hipótese propicia a regra de reajustamento (XV)

$$(XV) \quad [+ \text{ pas} \text{ indic}] \longrightarrow /va/$$

Considerando-se /va/ o morfema relativo a $[+ \text{ pas} \text{ indic}]$ a nível fonémico sistemático, a gramática do falante nativo de português deverá possuir um processo que suprima o /v/ diante de /e i/, o qual será formalmente estabelecido como:

(40:3) REGRA DE SUPRESSÃO do /v/

$$v \longrightarrow \emptyset \quad / \quad [- \text{ V } \begin{array}{l} \text{baixo} \\ \text{post} \end{array}] + \quad [+ \text{ V } \begin{array}{l} \text{baixo} \\ \text{post} \\ \text{arred} \end{array}] \quad \Bigg] \quad \text{Vb}$$

Na 2a. conjugação a vogal temática /e/ torna-se [i] após a supressão de /v/, portanto uma regra de elevação será necessária. De maneira preliminar pode ser formalizada como:

(41:3) REGRA DE ELEVAÇÃO DA Vt_2

$$[- \text{ V } \begin{array}{l} \text{baixa} \\ \text{post} \end{array}] \longrightarrow [+ \text{ alta}] \quad / + \quad [+ \text{ V } \begin{array}{l} \text{baixa} \end{array}] \quad \Bigg] \quad \text{Vb}$$

A regra (41:3) tal como está formulada não encontra a condição de formação ótima, pois sua descrição estrutural abrange formas não sujeitas a ela, e.g., as formas do presente do subjuntivo na 2a. conj., onde se dá o processo de supressão e não de elevação. Maria Helena Mira Mateus⁽²⁰⁾ tenta contornar o problema adicionando a especificação $[+ \text{acent}]$ no foco da regra, conforme (41a)

(41a) REGRA DE ELEVAÇÃO DA Vt_2

$$[- \text{ V } \begin{array}{l} \text{baixa} \\ \text{+ acent} \end{array}] \longrightarrow [+ \text{ alta}] \quad / + \quad [+ \text{ V } \begin{array}{l} \text{baixa} \end{array}] \quad \Bigg] \quad \text{Vb}$$

Essa saída é inconsistente com o esquema de trabalho aqui adotado, visto que para que surta efeito ter-se-á de ordenar, no presente

do subjuntivo, a regra (6:3), acento fonológico, após as regras morfológicas que é o que realmente acontece, pois as regras morfológicas estão por definição ordenadas antes das regras fonológicas. Já, no imperfeito do indicativo, ter-se-ia de admitir a aplicabilidade de (6:3) antes de (41a) que é uma regra morfológica. Por outro lado, o comum no português, é que segmentos átonos se tornem [+ alto], e não que segmentos tônicos se tornem [+ alto]. Essa restrição ao modelo adotado é desnecessário se se considerar o fato de que a elevação de [- baixa, - post] antes de [+ baixa] na flexão verbal é um processo que atinge só as formas do passado. Propõe-se, portanto, repor (41a) por (41b)

(41b) REGRA DE ELEVAÇÃO DA V_t

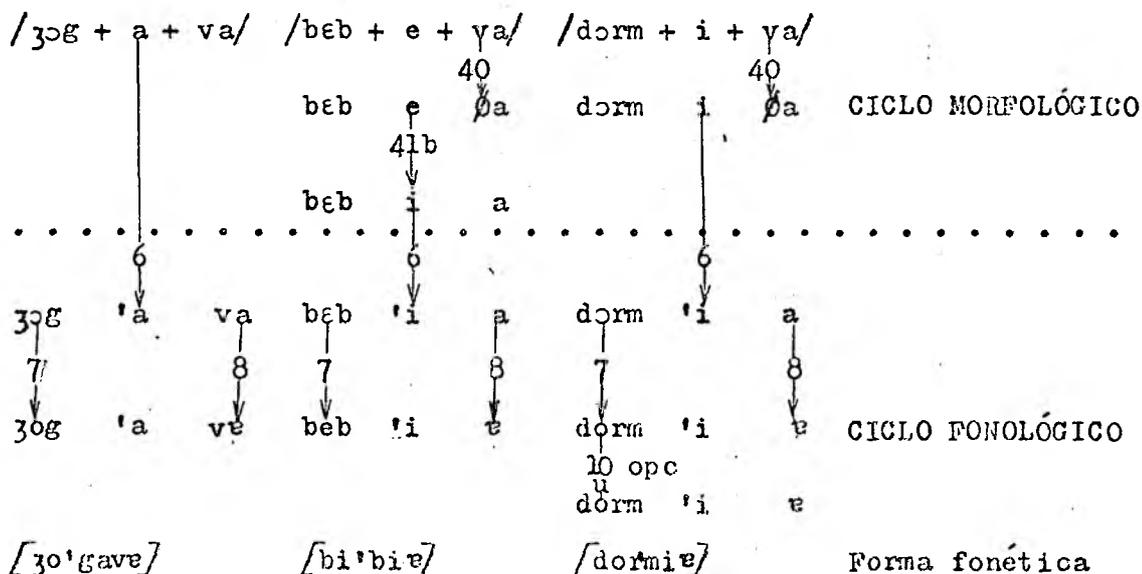
$$\left[\begin{array}{l} - \\ - \end{array} \begin{array}{l} V \\ \text{post} \end{array} \text{baixa} \right] \longrightarrow \left[+ \text{alta} \right] / + \text{---} + \left[+ \text{baixa} \right] \left[\begin{array}{l} + \\ + \end{array} \begin{array}{l} V_b \\ \text{pas} \\ \text{indic} \end{array} \right]$$

Estarão sujeitas à aplicabilidade de (41b:3) só aquelas formas que encontrarem a sua descrição estrutural e que forem marcadas pelos traços [+ pas indic]. As formas do subjuntivo presente encontram a descrição estrutural, mas não estão sujeitas à aplicabilidade de (41b:3), pois são marcadas pelos traços sintáticos [+ pas subj].

Com (41b:3) a regra de acento fonológico pode continuar aplicando após o ciclo morfológico sem qualquer restrição.

O processo (41b:3) é perceptualmente motivado. A elevação de [- baixa] diante de [+ baixa] maximiza o contraste, tornando-o perceptualmente mais nítido, e, eliminando, definitivamente, qualquer possibilidade de crase.

O processo (40:3) mantém com (41b:3) uma relação de maximização absoluta, o que equivale a dizer que (41b:3) estará sempre intrinsecamente ordenada após (40:3).



No imperfeito do indicativo, o acento incide sempre sobre vogal temática. A regra de paroxítona não será suficientemente capaz de acentuar todas as formas, visto que a primeira e a segunda pessoa do plural são proparoxítonas. Para tanto sugere-se analisar as seguintes hipóteses:

1. "As formas verbais proparoxítonas são acentuadas por uma regra fonológica de acento".
2. "As formas verbais proparoxítonas são acentuadas por uma regra morfológica de acento".

A primeira hipótese parte do princípio de que ser acentuada na antepenúltima sílaba não é característica exclusiva de certas formas verbais. Também determinados nomes como: árvore, lâmpada, fósforo, abóbora, etc. e determinados sufixos: íssimo, érrimo, ático, ético, êmico, etc. o são. Essa discrepância ao acento paroxítono, estaria ligada à presença de vogais breves em sílabas subjacentes. O que justificaria a sua sobrevivência seria o fato de elas, com raras exceções, fazerem parte do chamado segundo léxico (léxico de morfemas flexionais e derivacionais). Esse segundo léxico caracteriza uma classe fechada não muito propensa à mudança. A ele pertenceriam os morfemas derivacionais /emíko/, /isímo/, /atíko/, etc. e morfemas flexionais como /a/, /vã/, etc. As palavras do léxico aberto que constituem exceção ao acento paroxítono, tendem a reduzir-se de proparoxítonas a paroxítonas, conforme: ['fɔsfru], [fikrɛ], [a'bɔbrɛ], etc.

A partir dessas observações propõe-se o seguinte par de regras fonológicas de acento:

(42a:3) $V \longrightarrow [+ \text{acento}] / \text{---} C \check{V} C \check{V} C \#$

(42b:3)=6 $V \longrightarrow [+ \text{acento}] / \text{---} C \check{V} C \#$

A descrição estrutural de (42a:3) inclui a de (42b:3), logo, pelo princípio universal de "precedência de inclusão", (42a:3) tem precedência aplicacional sobre (42b:3), o que não afeta a generalidade do processo (42b:3), pois só esporadicamente (42a:3) encontrará sua descrição estrutural.

O primeiro problema dessa hipótese reside na natureza do acento da primeira, segunda e terceira pessoa do singular e terceira pessoa do plural. É inconveniente que "cantávamos", "cantáveis", sejam acentuadas nas suas antepenúltimas sílabas porque suas penúltimas são breves, o que "cantava", "cantavas" e "cantavam" sejam acentuadas na pe-

núltima apesar de suas últimas sílabas serem breves. Se "cantávamos" é proparoxítona porque sua penúltima sílaba é breve, o natural seria que também "cantava" fosse proparoxítona uma vez que sua última sílaba é breve.

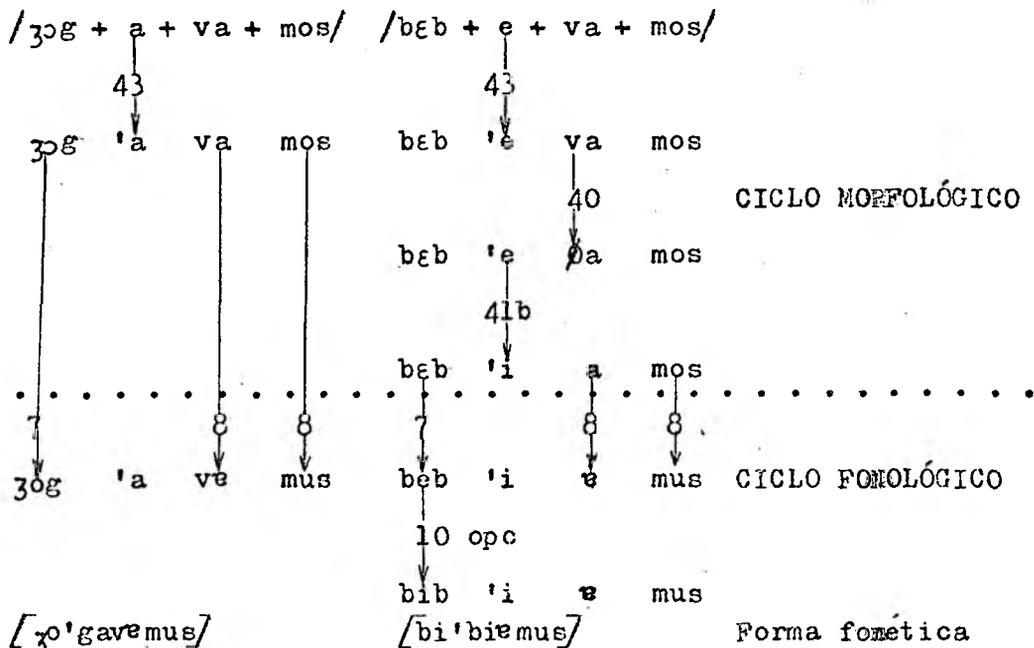
O segundo problema reside no fato de que nenhum outro aspecto da gramática refere-se a essas vogais breves. Seriam elas "psicologicamente reais"?

As objeções acima estabelecidas sugerem que as formas verbais "cantávamos", "cantáveis" e outras serem acentuadas na vogal temática não é uma propriedade fonologicamente determinada. Por isso a segunda hipótese propõe que se mantenha a generalidade da regra (6:3) e que se postule uma regra auxiliar de acento para a flexão verbal:

$$(43:3) \quad V \longrightarrow \left[+ \text{ acento} \right] \left[+ - + C_1 VC_0 VC_0 \# \right]_{Vb} \quad (21)$$

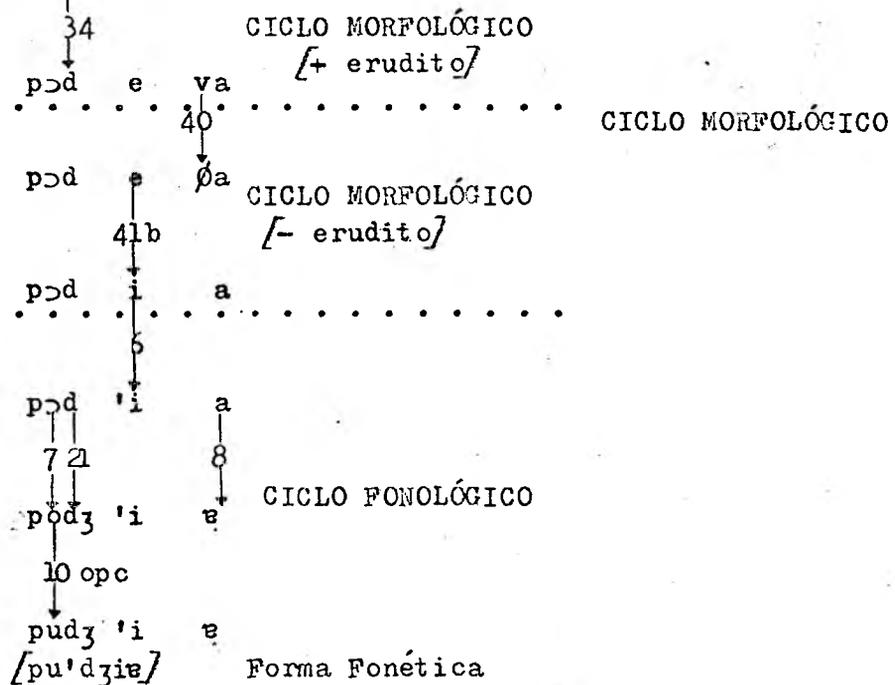
Qualquer restrição de ordenação entre (6:3) e (43:3) é não só desnecessária como teoricamente incorreto, visto que não são regras da mesma natureza. (43:3) será a primeira regra do ciclo morfológico a aplicar (i.é., se encontrar sua descrição estrutural, se não poderá aplicar no momento em que encontrá-la) e (6:3), a primeira regra do ciclo fonológico (22).

As regras (6:3) e (43:3) são suficientemente capazes de acentuar todas as formas verbais que tenham mais de duas sílabas.

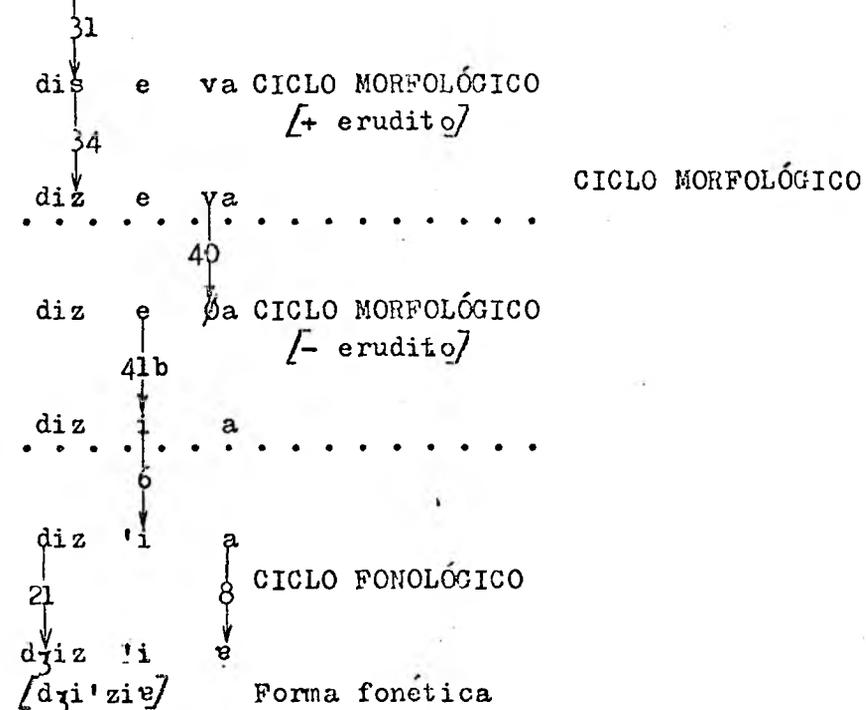


Como a vogal temática, nas formas do imperfeito, não está sujeita à glidização, dado o contexto impróprio, eliminando qualquer possibilidade de aglutinação, os verbos [+ erudito] caracterizam-se, nesse tempo, pelos seguintes processos:

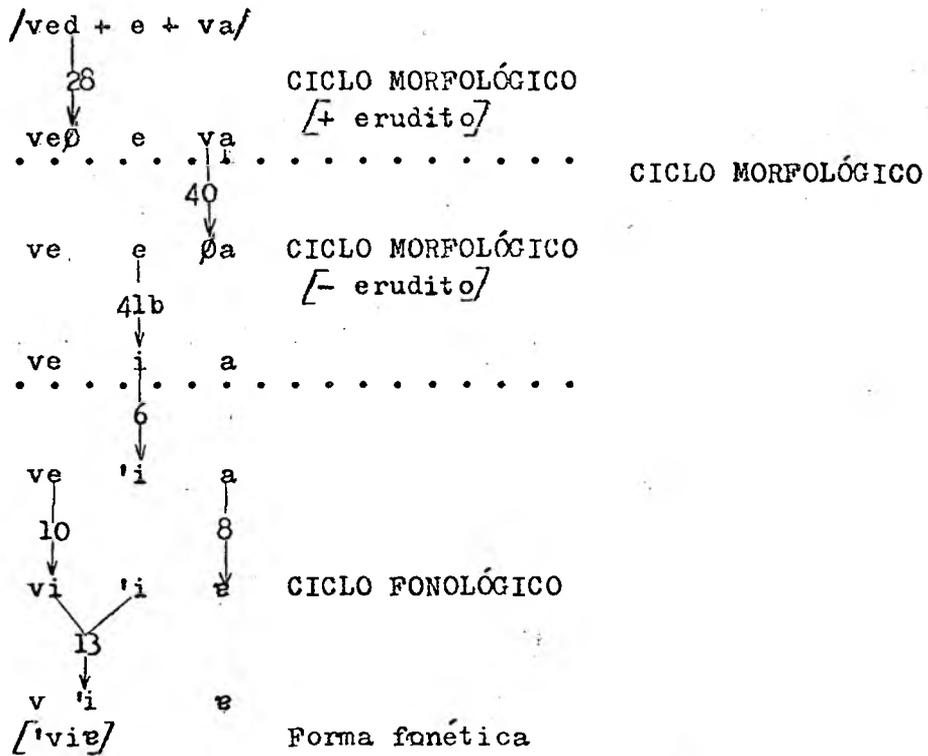
1º "poder", "medir" e "pedir" estão sujeitos unicamente à regra (34:3) /p>t + e + va/



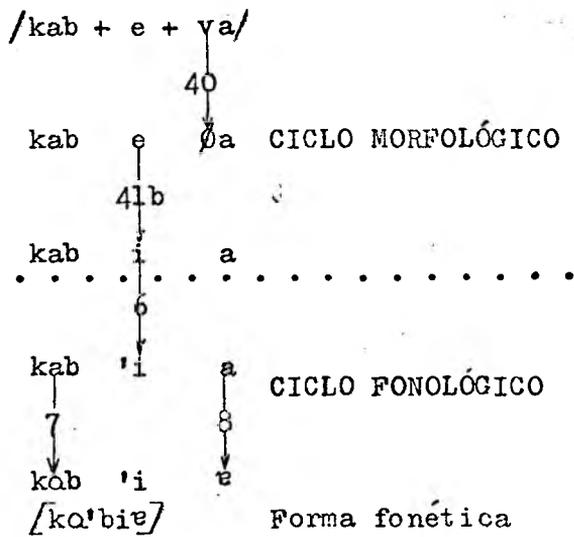
2º "trazer", "dizer" e "fazer" estão sujeitos à regras (31:3) e (34:3) /dik + e + va/



3º "ver" e "ouvir" estão sujeitos à regra (28:3). "Ouvir" está ainda sujeito à regra (29:3).



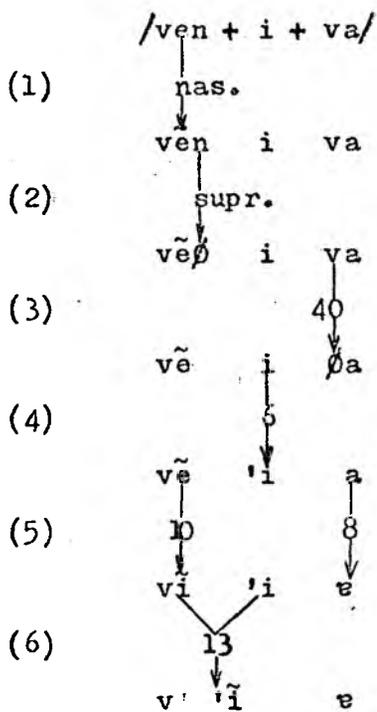
4º "caber", "saber", "haver" e "querer" são perfeitamente regulares. Estão sujeitos unicamente ao ciclo morfológico [- erudito]



5º "têr", "vir" e "pôr" são os únicos verbos [+ erudito] que exibem um imperfeito com processos peculiares. Observe a amostra abaixo:

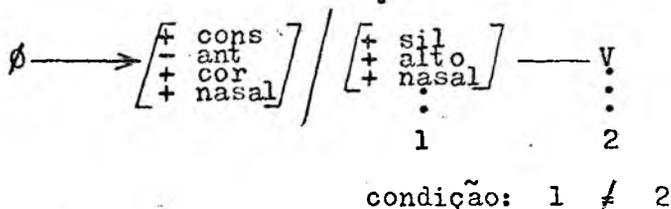
- | | | |
|------------|------------|------------|
| ['tĩne] | ['vĩne] | ['pũne] |
| ['tĩnes] | ['vĩnes] | ['pũnes] |
| ['tĩne] | ['vĩne] | ['pũne] |
| ['tĩnemus] | ['vĩnemus] | ['pũnemus] |
| ['tĩnejs] | ['vĩnejs] | ['pũnejs] |
| ['tĩnẽw] | ['vĩnẽw] | ['pũnẽw] |

Admitindo que suas representações fonêmicas sistematicas sejam: /ten + e + va/... /ven + i + va/... /pon + e + va/... estarão sujeitas aos processos a serem mencionados abaixo, conforme sugere a derivação de "vinha"

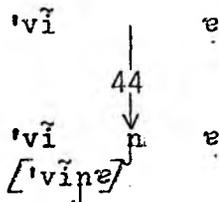


Uma consoante nasal homorgânica à vogal nasalizada é inserida entre a vogal nasal [+ alta] e a outra vogal [+ baixa]. A inserção de [ɲ] é, logicamente, motivada pela estrutura canônica CVCV... . Pode ser formalizada como:

(44:3) REGRA DE INSERÇÃO DE [ɲ]



completando a derivação anterior:

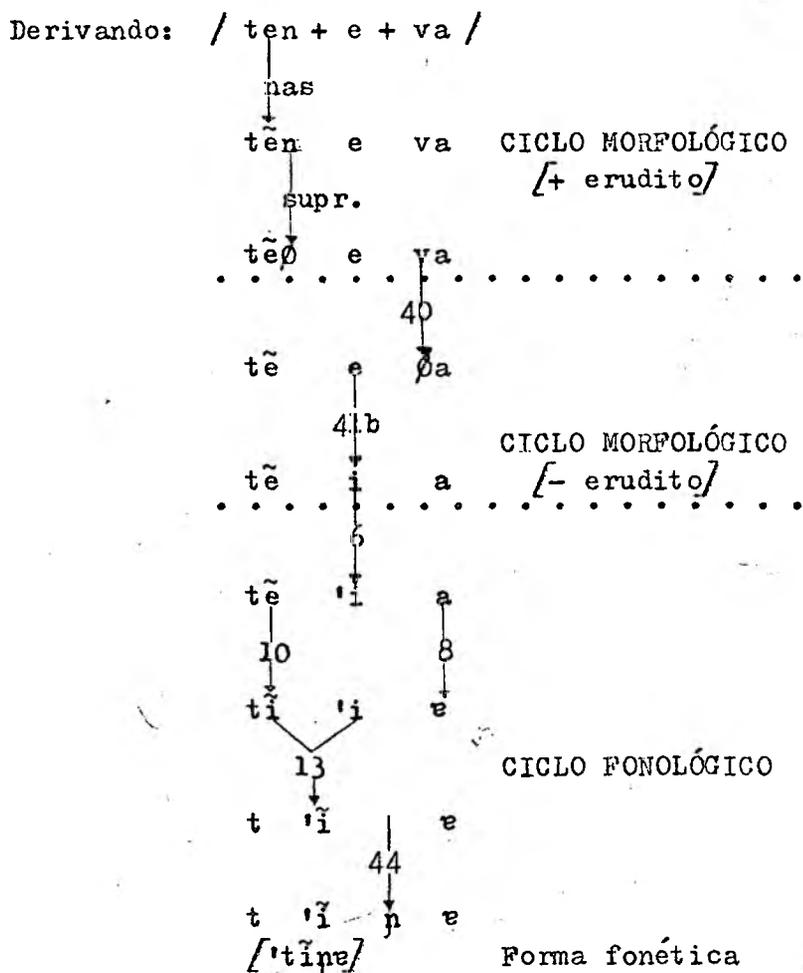


A regra de inserção de [ɲ] é um processo sincronicamente produtivo, o que pode ser constatado através dos dados abaixo:

- "Enfim a sós" /eĩ'fĩɲ e 'sɔs/
- "Assim o fez" /a'sĩɲ u 'fes/
- "Assim a chamara" /a'sĩɲ e ʃa'maɾa/
- "Assim era o Verbo" /a'sĩɲ ɛ ru 'verbu/

O processo de nasalização mencionado na primeira etapa da derivação não pode ser coberto por nenhuma das subregras de (14:3). Não encontra a descrição estrutural da subregra (a) porque a vogal alvo é não acentuada, e das subregras (b) e (c) porque /n/ está diante de vogal e não de # ou C. Se só as subregras (a), (b) e (c) de (14:3) são pro-

cessos de nasalização produtivos na língua, a nasalização mencionada na primeira etapa deve ser considerada um processo [+ erudito]. Também não é produtivo na morfologia [- erudita] o processo que suprime /n/ intervocálico, citado na segunda etapa, só o é produtivo aquele que o suprime antes de #. Portanto, também na derivação dessas formas está implicado um ciclo de regras morfológicas [+ erudito] ao lado daquele [-erudito].



A partir dos §'s 3.2 e 3.2.1 concluiu-se que:

A. A estrutura sintática subjacente às formas do imperfeito do indicativo é: RAD + Vt + [- perf] + [+ ^{pas} indic] + NP. E, que a ausência de morfema aspectual em forma fonética deve-se ao fato de que [- perf] é um significado sem significantes na língua.

B. As noções [+ ^{pas} indic] são, a nível subjacente cobertas pelo significantes /va/ cujo alomorfe [a] é dado mediante a atuação da regra (40:3)

C. As primeiras e segundas pessoas do plural são acentuadas por uma regra morfológica de acento, (43:3), própria da morfologia verbal, que não mantém com (6:3) nenhuma relação de ordenação, visto serem processos de natureza diversa.

§ 3.3 PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO

Amostra fonética

(I)

[ʒo'gej]	[mo'vi]	[dor'mi]
[ʒo'gast <i>i</i>]	[mo'vest <i>i</i>]	[dor'mist <i>i</i>]
[ʒo'go(w)]	[mo'vew]	[dor'miw]
[ʒo'gẽmus]	[mo'vemus]	[dor'mĩmus]
[ʒo'gast <i>is</i>]	[mo'vest <i>is</i>]	[dor'mist <i>is</i>]
[ʒo'garẽw]	[mo'verẽw]	[dor'mirẽw]

(II)

[t'ivi]
[t'i'vest <i>i</i>]
[t'evi]
[t'i'vemus]
[t'i'vest <i>is</i>]
[t'i'verẽw]

(III)

[k'owbi]	[s'owbi]	[t'rowsi]
[kow'best <i>i</i>]	[sow'best <i>i</i>]	[trow'sest <i>i</i>]
[k'owbi]	[s'owbi]	[t'rowsi]
[kow'bẽmus]	[sow'bẽmus]	[trow'semus]
[kow'best <i>is</i>]	[sow'best <i>is</i>]	[trow'sest <i>is</i>]
[kow'berẽw]	[sow'berẽw]	[trow'serẽw]

A esse paradigma pertencem também "haver" e "prazer"

(IV)

[f'is]	[p'udi]	[v'ĩj]	[p'us]
[fi'zest <i>i</i>]	[pu'dest <i>i</i>]	[vi'est <i>i</i>]	[pu'zest <i>i</i>]
[f'es]	[p'odʒi]	[v'ēju]	[p'os]
[fi'zẽmus]	[pu'dẽmus]	[vi'ẽmus]	[pu'zẽmus]
[fi'zest <i>is</i>]	[pu'dest <i>is</i>]	[vi'est <i>is</i>]	[pu'zest <i>is</i>]
[fi'zerẽw]	[pu'derẽw]	[vi'erẽw]	[pu'zerẽw]
[dʒi'si]	[k'is]	[v'i]	
[dʒi'sest <i>i</i>]	[ki'zest <i>i</i>]	[v'ist <i>i</i>]	
[dʒi'si]	[k'is]	[v'iw]	
[dʒi'sẽmus]	[ki'zẽmus]	[v'ĩmus]	
[dʒi'sest <i>is</i>]	[ki'zest <i>is</i>]	[v'ist <i>is</i>]	
[dʒi'serẽw]	[ki'zerẽw]	[v'irẽw]	

Esses dados permitiram observar empiricamente que:

1. os morfemas número-pessoais relativos ao pretérito perfeito são bastante peculiares, sendo que a única forma não alterada é a primeira pessoa do plural.

2. considerando-se que /e/ postônico torna-se [i] e que /t/ realiza-se foneticamente como [tʃ] pelo processo (21:3) sugere-se como formas subjacentes para a segunda pessoa (singular e plural) /ste/ e /stes/ respectivamente, o que propicia as seguintes regras de reajustamento:

- (XVI) $\left[\begin{array}{l} + \text{ 2a.pes} \\ - \text{ plural} \end{array} \right] \longrightarrow /ste/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$
- (XVII) $\left[\begin{array}{l} + \text{ 2a.pes} \\ + \text{ plural} \end{array} \right] \longrightarrow /stes/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$

3. a terceira pessoa do plural manifesta-se foneticamente como: $[r\tilde{e}w]$. Eliminando a mudança estrutural causada pelos processos (14:3), (16:3) e (17:3) ter-se-á uma representação fonêmica sistemática configurando como $/ran/$. Como é uma forma restrita ao pretérito perfeito a regra de reajustamento que substitua $\left[\begin{array}{l} - \text{ 1a. - 2a.pes} \\ + \text{ plural} \end{array} \right]$ por ela deve fazer referência aos traços $\left[\begin{array}{l} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$, tal como (XVI) e (XVII), para que não seja incorretamente usada para substituir as noções de $\left[\begin{array}{l} - \text{ 1a. - 2a.} \\ + \text{ plural} \end{array} \right]$ nos paradigmas do perfeito cujo constituinte MP exprima as noções $\left[\begin{array}{l} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$.

- (XVIII) $\left[\begin{array}{l} - \text{ 1a. - 2a.pes} \\ + \text{ plural} \end{array} \right] \longrightarrow /ran/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ - \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ - \text{ indic} \end{array} \right]$

4. a primeira pessoa do singular manifesta-se como $[j]$ na primeira conjugação, onde a vogal temática $/a/$, então tônica realiza-se como $[e]$. A vogal temática $/e/$, também tônica, realiza-se foneticamente como $[i]$. Esses fatos sugerem que tanto $/a/$ quanto $/e/$ foram assimilados por um segmento $[- \text{ cons}, + \text{ alto}]$. Também certos verbos irregulares alternam, na primeira pessoa do singular, suas vogais do radical $[- \text{ alta}]$ para $[+ \text{ alta}]$ cujo condicionante pode ser o morfema número-pessoa $[+ \text{ alto}]$.

A postulação desse morfema como $/j/$, a única forma manifesta foneticamente, encadearia um problema com relação ao acento, visto que a gramática que se está propondo não contém regra de oxítone. Com um $/j/$ seguindo a vogal temática as formas não encontrariam a descrição estrutural da regra de acento morfológico, e seriam incorretamente acentuadas pela regra de paroxítone. Logo, esse morfema deve ser $[+ \text{ sil}, + \text{ alto}]$, ou seja, $/i/$. A variante $[j]$ atestada na performance resultaria do processo (12:3), alteração do traço $[+ \text{ sil}]$, motivado pela RPS que prevê que a sequência maximamente NM é CV(C). Sugere-se pois a seguinte regra de reajustamento:

- (XIX) $\left[\begin{array}{l} + \text{ 1a.pes} \\ - \text{ plural} \end{array} \right] \longrightarrow /i/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$

A razão pela qual fora adjungido o contexto $\left[\begin{array}{l} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$ à

descrição estrutural de (XIX) é a mesma mencionada no item anterior.

5. o problema maior com relação às formas do pretérito perfeito do indicativo reside em se explicitar qual a natureza do segmento $[w]$, foneticamente manifesto na comum e impropriamente denominada terceira pessoa do singular. Será um morfema número-pessoa? Será um morfema modo-temporal? Ou será um morfema aspectual?

Optando por ele como um morfema número-pessoa (que é o que o grosso das gramáticas faz) estar-se-á, idiossincraticamente, marcando a terceira pessoa do singular (em nenhum outro paradigma ela é marcada) o que é incoerente com a sua propriedade de não-pessoa do discurso.

Considerá-lo um morfema modo-temporal implicaria que também a noção de $[+ perf]$ teria de ser considerada um significado sem significante na língua. Ora pois, a inclusão do constituinte ASP na estrutura sintática subjacente às formas verbais e sua dicotomização em $[- perf]$ e $[+ perf]$ será um ato injustificável, se ambos, $[- perf]$ e $[+ perf]$ forem tidos como morfemas ϕ 's. Se, como foi dito, $[- perf]$ é uma noção dada mediante oposição privativa, então $[+ perf]$ deve ser representado no léxico da língua por algum significante. As formas fonéticas referentes aos paradigmas irregulares sugerem que: pretérito perfeito do indicativo, pretérito mais que perfeito, pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo, formas relacionadas pelo traço sintático $[+ perf]$ estejam também relacionadas por um significante comum, e.g., $[t'rowsi]$... $[trow'sere]$... $[trow'sesi]$... e $[trow'sér]$... que, logicamente, não pode ser um morfema modo-temporal, mas aspectual.

Portanto, se o que se manifesta como $[w]$ é um morfema aspectual, então o constituinte portador das noções $\left[\begin{array}{c} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right]$ é NM significante no léxico da língua, i.e., é dado pela regra de reajustamento (XX)

$$(XX) \left[\begin{array}{c} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{array} \right] \longrightarrow \phi$$

Admitindo que o que se manifesta em superfície como $[w]$ é um morfema aspectual, a próxima empresa será descobrir qual a sua representação fonêmica sistemática.

Assumindo uma posição bastante concreta a primeira hipótese a ser cogitada é:

1. "A noção $[+ perf]$ está representada no léxico da língua por $/w/$ ".

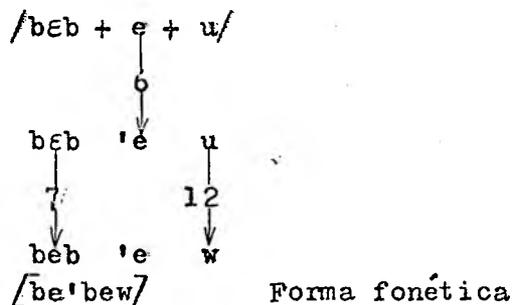
O problema dessa hipótese está no fato de que a qualidade assilábica de $/w/$ em, por exemplo, $/\text{z}og + a + w/$ fará com que a regra de a-

cento fonológico incida, incorretamente, o acento sobre a vogal do radical. Requerer uma regra morfológica de acento oxítono para acentuá-la implica em complicar a gramática. Uma regra de acento oxítono na morfologia verbal é um processo cujo "psicologicamente real" é bastante suspeito.

Partindo do pressuposto de que comumente uma vogal [+ alta] átona quando imediatamente após uma outra altera seu traço [+ sil] para [- sil] pode-se inferir um segunda hipótese:

2. "A noção [+ perf] está representada no léxico da língua por /u/".

Essa hipótese propõe que as formas do pretérito perfeito do indicativo entrem para o componente fonológico configurando como: /ʒog + a + u + i/, /ʒog + a + u + ste/, /ʒog + a + u /... o que eliminaria o problema com relação ao acento, pois todas as formas seriam corretamente acentuadas pela regra fonológica de acento. Veja, por exemplo, a derivação de [he'bew].



Mas essa hipótese também não é suficientemente adequada, pois as representações fonêmicas sistemáticas por ela propostas encontram o contexto das regras de supressão da vogal temática, (5:3), e harmonização vocálica, (4:3) e, no entanto, como sugerem os dados, não estão sujeitas a elas. Esse problema, como já fora sugerido no §3.2 poderia ser contornado pela adjunção do traço [-pas] ao contexto de (5:3) e (4:3). Para (4:3) a presença do traço [-pas] adstrito ao seu contexto não implicaria em perda de generalidade, pois é, de fato, um processo restrito. O mesmo já não é válido para (5:3) onde a adjunção do traço Vb já é custosa para a gramática, pois suprimir a vogal temática diante de outro morfema iniciado por vogal parece ser um processo atuante também na morfologia nominal, conforme sugerimos dados abaixo:

dent + e + al	→	dental
mestr + e + a	→	mestra

(De um estudo conjunto entre morfologia verbal e nominal talvez pudessem surgir evidências suficientes em favor da eliminação até mesmo do

traço Vb, presente no contexto de (5:3)

As duas hipóteses acima analisadas motivam as seguintes observações:

1a. o morfema aspectual deve começar por um segmento $[-\text{sil}]$ de forma a evitar a supressão da vogal temática.

2a. esse segmento $[-\text{sil}]$ deve ser seguido por um segmento $[+\text{sil}]$, pois de outra forma a generalidade da regra de acento fonológico seria perturbada.

Dado que o segmento $[-\text{sil}]$ que se manifesta na 3a. pessoa do singular é $[\text{w}]$ e dado que a alternância vocálica nos radicais das formas irregulares é sempre em direção a um levantamento, i.é., de $[+\text{baixo}]$ para $[-\text{baixo}]$ e de $[-\text{baixo}]$ para $[+\text{alto}]$ pode-se tentar analisar as implicações de uma terceira hipótese:

3. "A noção $[+\text{perf}]$ está representada no léxico da língua portuguesa pelo significante $[\text{wi}]$ ".

A terceira hipótese propõe que as formas consituíntes do paradigma do pretérito perfeito do indicativo, aplicadas as regras de reajustamento até então propostas, entrem para o componente fonológico configurando como:

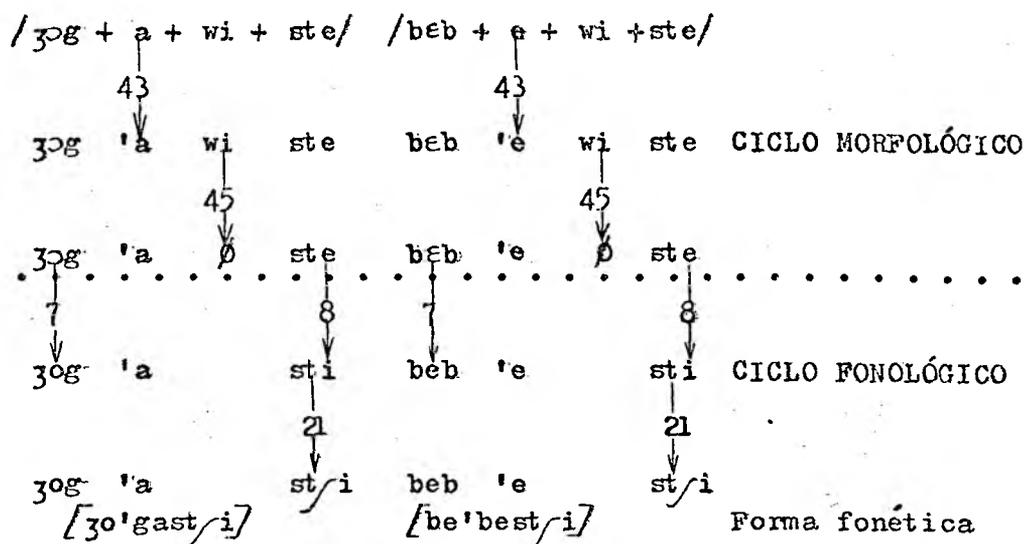
$[\text{ʒo}g + a + \text{wi} + i/$	$[\text{be}b + e + \text{wi} + i/$
$[\text{ʒo}g + a + \text{wi} + \text{ste}/$	$[\text{be}b + e + \text{wi} + \text{ste}/$
$[\text{ʒo}g + a + \text{wi}/$	$[\text{be}b + e + \text{wi}/$
$[\text{ʒo}g + a + \text{wi} + \text{mos}/$	$[\text{be}b + e + \text{wi} + \text{mos}/$
$[\text{ʒo}g + a + \text{wi} + \text{stes}/$	$[\text{be}b + e + \text{wi} + \text{stes}/$
$[\text{ʒo}g + a + \text{wi} + \text{ran}/$	$[\text{be}b + e + \text{wi} + \text{ran}/$

A gramática dos falantes nativos de português deve incluir um processo que suprima $[\text{wi}]$ diante de fronteira de morfema, $+$, mas não diante de fronteira de palavra $\#$. Sugere-se formalizá-lo:

(45:3) REGRA DE SUPRESSÃO DE $[\text{wi}]$
 $\text{wi} \longrightarrow \emptyset / \text{---} +]_{\text{Vb}}$

O processo de supressão de $[\text{wi}]$ atinge todas as formas do pretérito perfeito, exceto a terceira pessoa do singular, onde $[\text{wi}]$ encontra-se diante de $\#$.

A regra (45:3) atua após a incidência do acento morfológico, o que sugere que ela tenha sido motivada pela RFS que prevê que a unidade acentual ótima para o português é a paroxítona. O processo (45:3) é congruente com essa RFS, i.é., compõe uma unidade acentual paroxítona a partir de uma proparoxítona. Observe a derivação de $[\text{ʒo}'\text{gast}i]$ e $[\text{be}'\text{best}i]$.

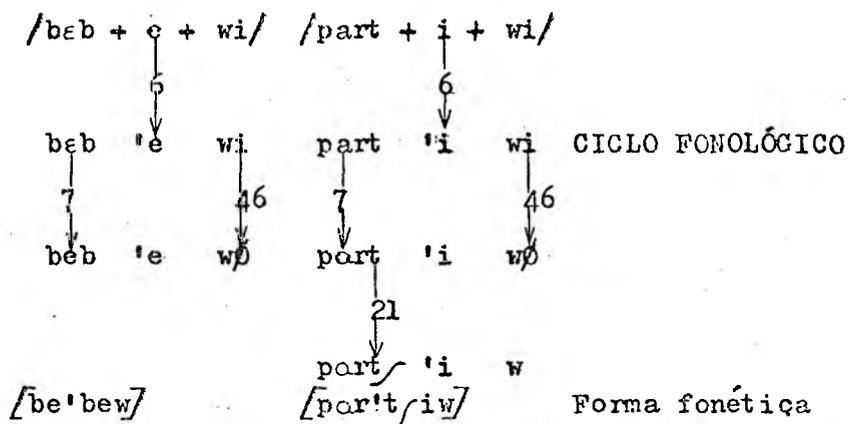


Na terceira pessoa do singular onde /wi/ não está sujeito ao processo (45:3) visto estar seguido de $\#$ e não de \dagger , após a incidência do acento fonológico o /i/ que segue /w/ é suprimido. O processo de supressão de /i/ após /w/ está funcionalmente relacionado aqueles que suprimem /i/ após [r], [l] e [z]. Formas fonéticas como [i'par], [i'ma~~t~~] e [i'pas] resultam de formas como [i'pari], [i'mali] e [i'pazi]. Em termos de traço é difícil definir o que há de comum entre os segmentos [r], [l] e [z] para condicionarem o mesmo processo de supressão do [i] átono final. No entanto, recorrendo ao auxílio da estrutura canônica da língua verifica-se que [r], [l] e [z] juntamente com [s] e [n] são os únicos segmentos [+ cons] que podem configurar na posição de travamento de sílaba. Mas é frequente segmentos [- cons, - sil] como [j] e [w] fechar sílabas, e.g., [i'paj], [i'paw], [i'saj], [i'sew], etc. Feitas essas considerações sugere-se que o mesmo processo que suprime o [i] átono final precedido imediatamente de [r, l, z] possa também suprimi-lo no contexto de [w], já que todos esses segmentos partilham a mesma propriedade distribucional na sílaba. Portanto, o processo que suprime o [i] átono precedido de [r, l, z, w] é congruente com uma das formas canônicas aceitas pelas RFS's que definem a estrutura silábica das palavras portuguesas. Esse processo pode ser formalizado como:

(46:3) REGRA DE SUPRESSÃO DE [i]

$$\left[\begin{array}{c} \text{V} \\ - \text{ post} \\ + \text{ alto} \\ - \text{ acento} \end{array} \right] \longrightarrow \emptyset / [+ \text{ travamento de sílaba}] \longrightarrow \#$$

A regra (46:3) está intrinsecamente ordenada após a regra de acento fonológico. Veja sua aplicação na derivação de [be'bew] / [por't*i*w].



Na derivação de formas como [ʒo'gej], [ʒo'gow], [bi'bi], estão implicados processos assimilatórios. Os processos assimilatórios que, sincronicamente, atingem a morfologia verbal eram, diacronicamente, produtivos em todas as classes de palavras. Como sugerem as formas acima, o primeiro processo assimilatório atinge /a/ que, sob a influência de /i/ torna-se [e] e sob a influência de /w/ torna-se [o]. Pode, preliminarmente, ser formalizado como (47:3)

(47:3) ASSIMILAÇÃO DE /a/



A adjução do traço Vb à descrição estrutural de (47:3) visa impedir que ela, incorretamente, atinja formas como: [ʔpaj], [ʔpaw], etc. Mesmo com o Vb adstrito ao seu contexto, a capacidade gerativa de (47:3) é forte demais, pois dentro da morfologia verbal, nem toda a seqüência [ai] ou [aj] e [au] ou [aw], está sujeita a sua aplicabilidade, e.g., [kã'tajs], [be'bajs], [par'tajs], [ʒo'gaj], mas [ʒo'gavejs], [be'biejs], [par'tɨiejs], [kã'tarejs], [be'berejs], [par'tɨirejs]. Como sugerem os dados ele, claramente, só atinge as formas verbais cujo traço temporal seja [+ pas], portanto, faz-se mister adjundi-lo a sua descrição estrutural, o que será feito abaixo:

(47':3) ASSIMILAÇÃO DE /a/



Com esse contexto a regra (47:3) só aplicará às formas que encontrarem sua descrição estrutural, provido que pertençam à classe $\left[\begin{array}{c} \text{Vb} \\ + \text{pas} \end{array} \right]$.

O processo (47':3) é morfológico e precede pois, aqueles fonológicos, o que pode ser comprovado pela derivação:

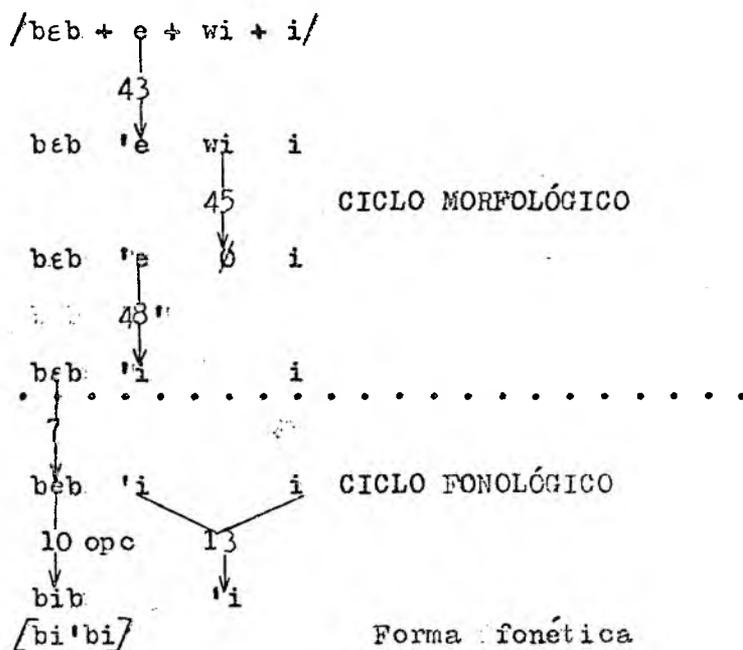
seqüências que originariamente contenham /e/. Repondo, (48:3) por (48':3) qualquer restrição de ordenação será desnecessária.

(48':3) ASSIMILAÇÃO DE /e/

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ sil} \\ - \text{ baixo} \\ - \text{ alto} \\ - \text{ post} \end{array} \right] \longrightarrow [+ \text{ alto}] / \left[\begin{array}{l} - \text{ cons} \\ + \text{ alto} \\ - \text{ post} \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ \text{pas} \end{array} \right]$$

Condição: o segmento [+ sil, - baixo, - alto, - post] deve ser um segmento fonêmico sistemático.

Se as representações fonêmicas sistemáticas são, de fato, "psicologicamente reais", então (48':3) parece ser uma solução plausível para o problema manifesto entre o par de regras (47':3) e (48:3). Observe a derivação de /bi'bi/



Portanto, com a terceira hipótese pode-se, a contento, gerar todas as formas fonéticas do pretérito perfeito, sem abalar a generalidade da regra de acento e sem restringir o âmbito aplicacional do processo de supressão da vogal temática.

A solução proposta para o pretérito perfeito, sem dúvida, suscita uma questão: "como provar que /wi/ é um elemento "psicologicamente real" na representação fonêmica sistemática de todas as pessoas do pretérito perfeito se só na terceira pessoa do singular ele se manifesta foneticamente?". Há uma forma de fazê-lo, e, para tanto, recorrer-se-á a uma propriedade da gramática dos falantes de uma variante subpadrão de português. Na competência linguística desses falantes as regras de concordância verbal que permitem ao verbo assumir a personalidade de seu sujeito, mencionadas no §1.2.3, exceto na primeira pessoa do singular, não

são produtivas. A oposição número-pessoa existe e, é dada através dos pronomes pessoais e de tratamento subjetivos que, invariavelmente, estarão presentes na performance. Como a regra de cópia ou de concordância das categorias pessoa-número só é produtiva na primeira pessoa do singular, o pretérito perfeito estará representado, nessa gramática, pelas representações fonêmicas sistemáticas abaixo:

# eu #	# 3 ^o G + a + wi + i #
# você #	# 3 ^o G + a + wi #
# ele #	# 3 ^o G + a + wi #
# nós #	# 3 ^o G + a + wi #
# voses #	# 3 ^o G + a + wi #
# eles #	# 3 ^o G + a + wi #

A regra de supressão de /wi/ encontra sua descrição estrutural só na primeira pessoa do singular, forma "morfematicamente" marcada número-pessoa. A partir dessas formas subjacentes derivam as seguintes formas fonéticas:

[ew]	[3 ^o 'gej]
[vo'se]	[3 ^o 'go]
['eli]	[3 ^o 'go]
['nojs]	[3 ^o 'go]
[vo'sejs]	[3 ^o 'go]
['elis]	[3 ^o 'go]

Com esse argumento fica, portanto, caracterizado que /wi/ é um elemento "psicologicamente real" não só na representação da terceira pessoa do singular como também na das outras formas do pretérito perfeito.

A esse argumento acresce-se o fato de que nos paradigmas [+ erudito] o processo que atinge a terceira pessoa do singular atinge também as outras pessoas. Se /wi/ fosse um elemento presente só na terceira pessoa do singular isso não aconteceria.

Com esses argumentos fica definitivamente apagada a possibilidade de que (como sugerem tradicionalistas e estruturalistas) [w] seja um morfema número-pessoa.

O intuito desse parágrafo é verificar se com /wi/ é também possível explicar as formas irregulares.

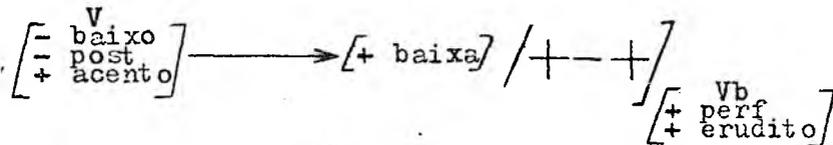
Na seção III do §3.3, os dados sugerem que:

a. /wi/ não está sujeito à supressão, mas à metátese. Subseqüentemente à metátese seu /i/ é suprimido.

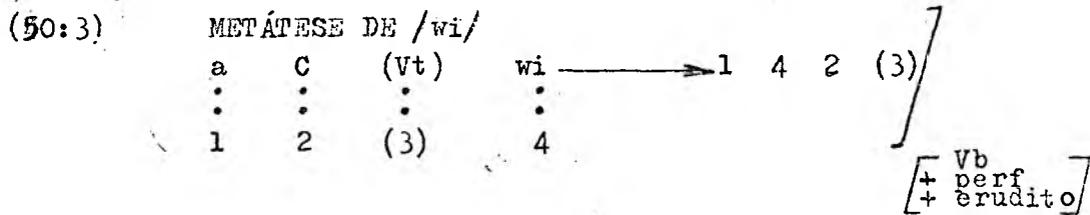
b. a vogal temática está ausente na primeira pessoa do singular, motivo que determina a incidência do acento sobre a vogal do radical.

c. a vogal temática, quando tônica, está sujeita a uma regra de abaixamento, aqui formalizada sob número (49:3)

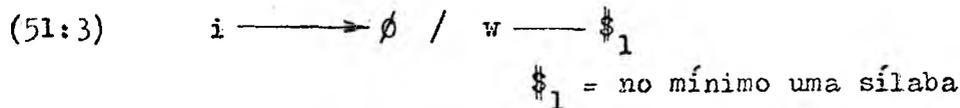
(49:3) ABAIXAMENTO DA VOGAL TEMÁTICA



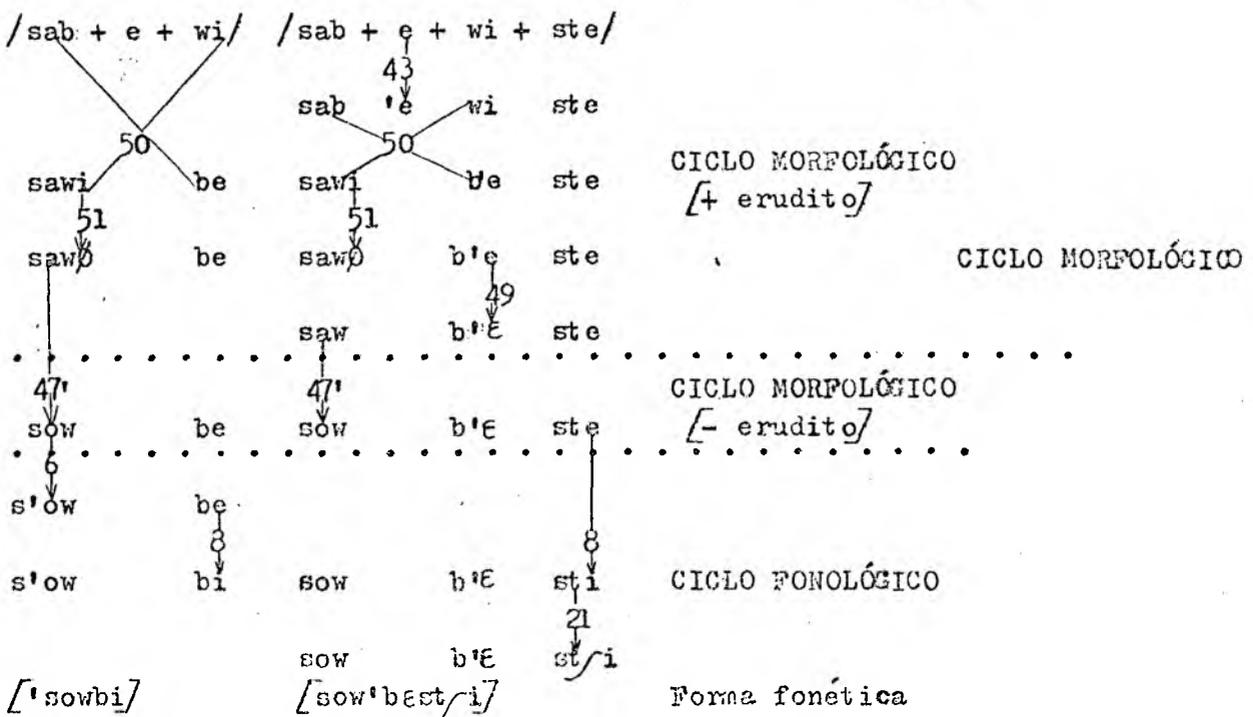
O processo de metátese de /wi/ atinge os verbos [+ erudito] cuja vogal do radical seja /a/. Pode, portanto, ser esquematizado como:

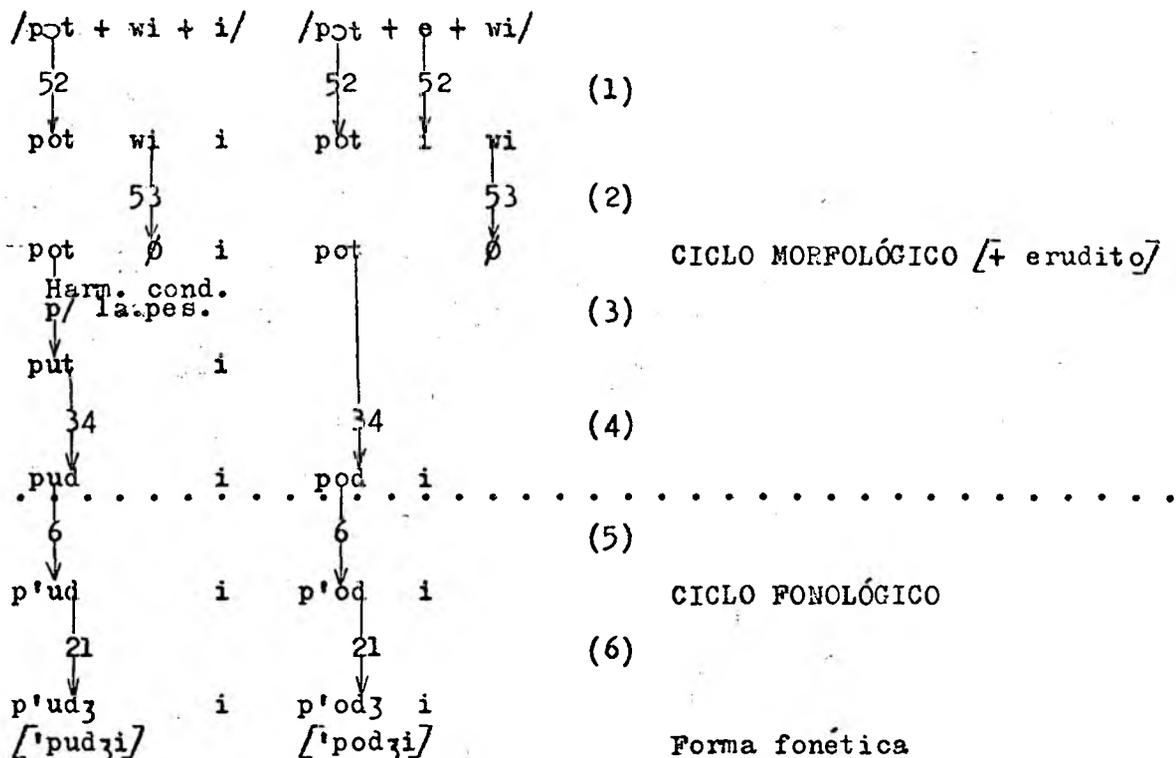


Após o processo de metátese o /i/ que segue /w/, será suprimido pelo processo (51:3)



Observe a derivação de [ˈsowbi] e [sowˈbestʰi]



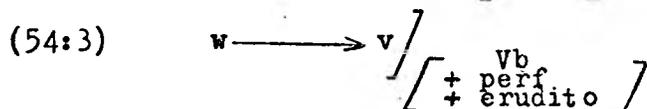


O que caracteriza as oposições do tipo ['fis] / ['fes], ['pud₃i] / ['pod₃i], etc. é a presença do estágio (3) na derivação da primeira pessoa do singular, mas não na da terceira pessoa do singular.

Para derivar formas como [pu'dest₃i], [pu'dêmus], [fi'zest₃i] [fi'zêmus], etc. além dos processos (52:3) e (53:3) atua ainda o processo (49:3), tal como em [sow'b₃est₃i].

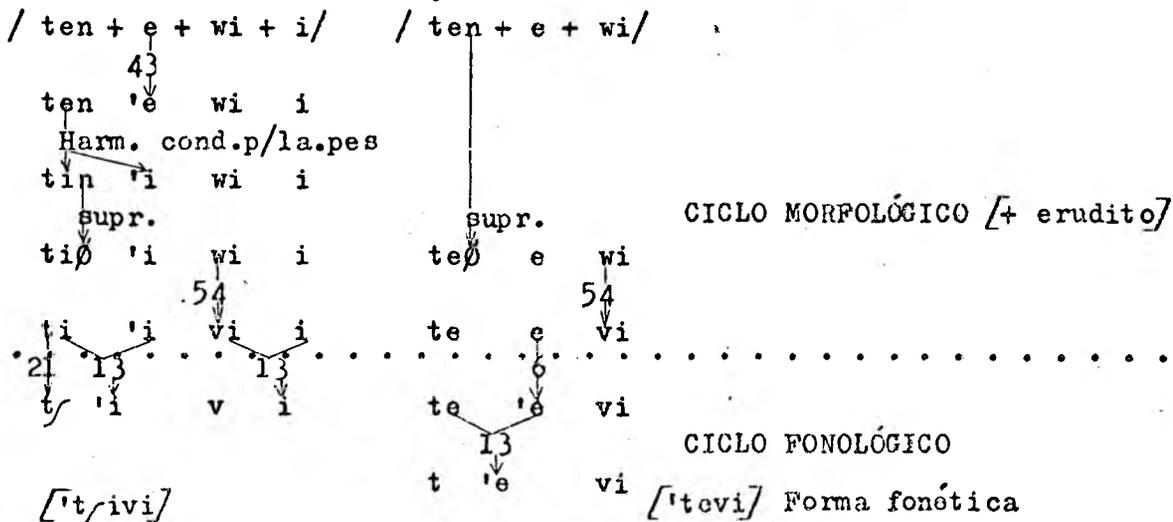
Os dados apresentados na seção II do §3.3 sugerem que:

a. "ter" não está sujeito à supressão de /wi/, mas a um processo de alteração do traço [- cons], formalizado sob número (54:3)



b. a harmonia vocálica (52:3) inerente às formas [+ erudito] cujo traço aspectual seja [+ perf] não aplica, mas a harmonia condicionada pelo morfema número-pessoa /i/ aplica opondo ['t₃ivi] a ['tevi].

Veja a derivação de "tive" e "teve"



Esse processo de alteração aplica também ao pretérito perfeito de "estar", conforme: [is't/ivi], [ist/i'vest/i], [is'tevi]... .

Em resumo, os verbos [+ erudito] estão sujeitos a:

1º metátese de /wi/ com subsequente supressão de /i/, se a vogal do radical for [+ baixa, + post, - arred].

2º harmonia vocálica condicionada por [+perf], i.é., /wi/, com posterior supressão do morfema aspectual se a vogal do radical for [-post, -arred].

3º as formas [+ erudito] não sujeitas à metátese ou à harmonia vocálica estão sujeitas a um processo de alteração do traço [-cons] de /w /, para o qual devem ser marcadas.

4º as vogais temáticas tônicas, invariavelmente, estarão sujeitas a um processo de abaixamento próprio das formas verbais do perfeito, na morfologia [+ erudita].

5º o tratamento aqui sugerido para os verbos [+ erudito] permite manter a generalidade da estrutura sintática subjacente às formas verbais, exceto na primeira pessoa do singular dos paradigmas mencionados na seção III e IV onde a natureza do acento motiva a consideração de que Vt é um constituinte ausente nessas formas.

6º portanto, é só a partir da consideração de que /wi/ é um constituinte "psicologicamente real" na representação fonêmica sistemática de todas as formas verbais ligadas pelo traço [+ perf] que se pode tentar uma análise como essa sugerida no §3.3.1.

A partir dos §'s 3.3 e 3.3.1 concluiu-se que:

A. a estrutura sintática subjacente às formas do pretérito perfeito é: RAD + Vt + [+ perf] + $\left[\begin{array}{c} + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right] + \text{NP}$.

B. a ausência de morfema referente ao constituinte MT, em forma fonética, explica-se com base no fato de que $\left[\begin{array}{c} + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right]$ é NM significante no léxico da língua.

C. os morfemas referentes às categorias NP por serem altamente peculiares, expressam, cumulativamente, as noções $\left[\begin{array}{c} + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right]$.

D. o significado [+ perf] está representado no léxico da língua por /wi/. Nas formas [- erudita] onde está ausente é suprimido pelo processo (45:3).

§ 3.4 PRETÉRITO MAIS QUE PERFEITO

Amostra fonética

(I)

[ʒo'gare]	[mo'vere]	[d ^u or'mire]
[ʒo'gares]	[mo'veres]	[d ^u or'mires]
[ʒo'garə]	[mo'vere]	[d ^u or'mirə]
[ʒo'garəmus]	[mo'veremus]	[d ^u or'mirəmus]
[ʒo'garəjs]	[mo'verejs]	[d ^u or'mirəjs]
[ʒo'garẽw]	[mo'verẽw]	[d ^u or'mirẽw]

(II)

[t/i'vere]
[t/i'veres]
[t/i'verə]
[t/i'veremus]
[t/i'verejs]
[t/i'verẽw]

(III)

[ko(w)'bere]	[so(w)'bere]	[tro(w)'sere]
[ko(w)'beres]	[so(w)'beres]	[tro(w)'seres]
[ko(w)'berə]	[so(w)'berə]	[tro(w)'serə]
[ko(w)'beremus]	[so(w)'beremus]	[tro(w)'seremus]
[ko(w)'berejs]	[so(w)'berejs]	[tro(w)'serejs]
[ko(w)'berẽw]	[so(w)'berẽw]	[tro(w)'serẽw]

[o(w)'vere]
[o(w)'veres]
[o(w)'verə]
[o(w)'veremus]
[o(w)'verejs]
[o(w)'verẽw]

(IV)

[fi'zere]	[pu'dere]	[vi'ere]	[pu'zere]	[ki'zere]
[fi'zeres]	[pu'deres]	[vi'eres]	[pu'zeres]	[ki'zeres]
[fi'zerə]	[pu'derə]	[vi'erə]	[pu'zerə]	[ki'zerə]
[fi'zeremus]	[pu'deremus]	[vi'eremus]	[pu'zeremus]	[ki'zeremus]
[fi'zerejs]	[pu'derejs]	[vi'erejs]	[pu'zerejs]	[ki'zerejs]
[fi'zerẽw]	[pu'derẽw]	[vi'erẽw]	[pu'zerẽw]	[ki'zerẽw]

[dʒi'sere]	[vire]
[dʒi'seres]	[vires]
[dʒi'serə]	[vire]
[dʒi'seremus]	[viremus]
[dʒi'serejs]	[virejs]
[dʒi'serẽw]	[virẽw]

A partir dessa amostra observou-se que:

a. os morfemas número-pessoais relativos às formas do mais que perfeito são os mesmos do presente do subjuntivo.

b. a oposição entre NM conj., 2a. conj. e 3a. conj. está plenamente caracterizada na seção I, pois as vogais temáticas, então tônicas, realizam-se otimamente.

c. o morfema aspectual /wi/ (conforme sugerem as seções II, III e IV) está presente na representação fonêmica sistemática das formas constituintes do paradigma verbal do pretérito mais que perfeito, o que é justificável, pois semicamente esse paradigma porta a noção [+ perf].

d. eliminando os traços de assimilação e vocalismo de pos-tônica ter-se-á o morfema modo-temporal ótimo, i.é., /ra/. No léxico da língua portuguesa /ra/ cobre as noções $\left[\begin{matrix} + \text{ pas} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{matrix} \right]$, propiciando pois, a seguinte regra de reajustamento:

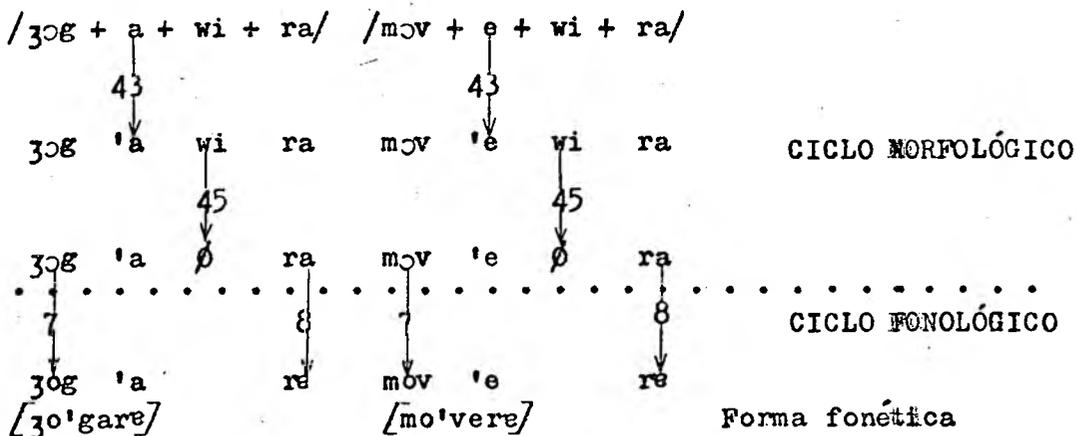
$$(XXI) \quad \left[\begin{matrix} + \text{ pas} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{matrix} \right] \longrightarrow /ra/$$

e. a estrutura sintática subjacente às representações fonêmicas sistemáticas inerentes às formas constituintes do paradigma do pretérito mais que perfeito é: RAD + Vt + [+ perf] + $\left[\begin{matrix} + \text{ pas} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ indic} \end{matrix} \right]$ + NP.

Aplicadas as regras de reajustamento à estrutura de superfície sintática dada em e. será convertida nas estruturas de superfície fonológicas (representações fonêmicas sistemáticas) listadas abaixo:

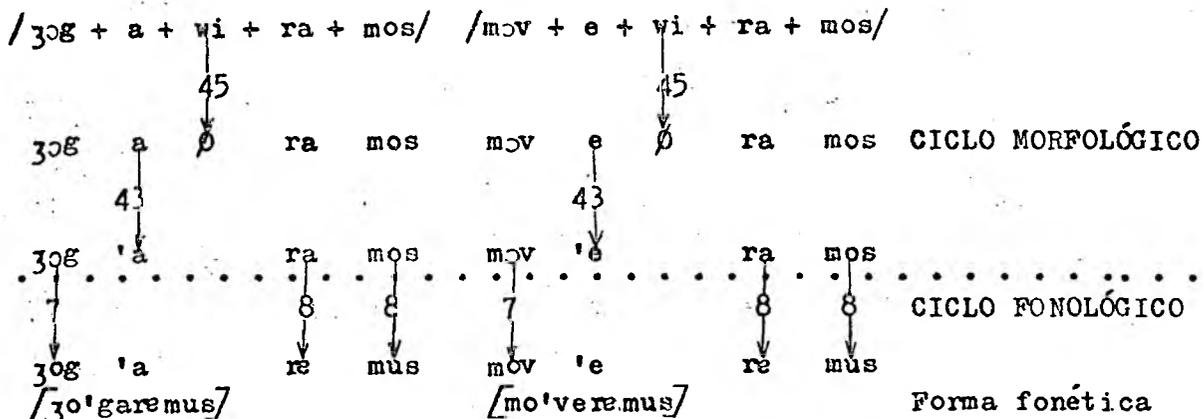
/3og + a + wi + ra/ ⋮ /3og + a + wi + ra + mos/ ⋮	/mov + e + wi + ra/ ⋮ /mov + e + wi + ra + mos/ ⋮
--	--

Nas formas [- erudita], /wi/ será sistematicamente suprimido pelo processo (45:3). Observe a derivação de [3o'gare] e [mo'vere]:

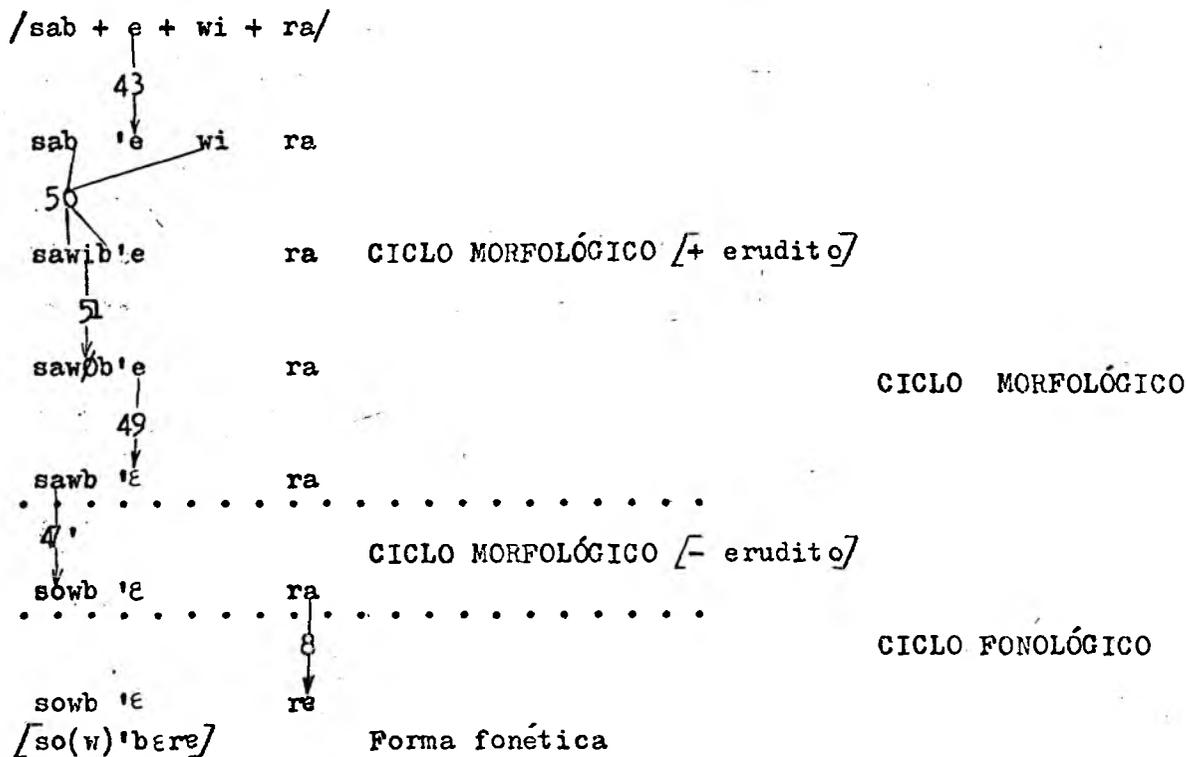


Na derivação da 1a. e 2a. pes.do pl. a regra de acento morfológico estará intrinsecamente ordenada após a regra que suprime /wi/, pois só após a supressão desse elemento ela encontra sua descrição estrutural. A representação fonêmica sistemática /mov + e + wi + ra + mos/ por exemplo, não encontra a descrição estrutural de ((43:3) porque ela possui um elemento consonantal entre ———— que a descrição estrutural da regra em questão não menciona. É necessário pois, que (45:3) atue suprimindo /wi/, para que (43:3) possa aplicar. O mesmo é válido pa-

ra a segunda pessoa do plural. Observe a derivação de /3o'garemus/ e /mo'veremus/:



Nas formas verbais cujos radicais sejam marcados pelo traço [+erudito], /wi/ estará sujeito a um dos três processos [+erudito] próprios das formas do pretérito perfeito mencionadas no §3.3.1. Sobre a vogal temática incidirá o processo de abaixamento (49:3). Veja a derivação de [so(w)'bere]



Portanto, mediante consideração de /wi/ como um morfema presente nas representações fonêmicas sistemáticas do pretérito mais que perfeito, a ligação fonológica (nas formas [+erudita]) entre ele e o pretérito perfeito torna-se explícita.

§ 3.5 PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO

Amostra fonética:

(I)

[ʒo'gasi]	[mo'vesi]	[dor' ^u misi]
[ʒo'gasis]	[mo'vesis]	[dor' ^u misis]
[ʒo'gasi]	[mo'vesi]	[dor' ^u misi]
[ʒo'gasimus]	[mo'vesimus]	[dor' ^u misimus]
[ʒo'gasejs]	[mo'vesejs]	[dor' ^u misejs]
[ʒo'gasej]	[mo'vesej]	[dor' ^u misej]

(II)

[tʁi'vesi]
[tʁi'vesis]
[tʁi'vesi]
[tʁi'vesimus]
[tʁi'vesejs]
[tʁi'vesej]

(III)

[ko(w)'besi]	[so(w)'besi]	[tro(w)'səsi]
[ko(w)'besis]	[so(w)'besis]	[tro(w)'səsis]
[ko(w)'besi]	[so(w)'besi]	[tro(w)'səsi]
[ko(w)'besimus]	[so(w)'besimus]	[tro(w)'səsimus]
[ko(w)'besejs]	[so(w)'besejs]	[tro(w)'səsejs]
[ko(w)'besej]	[so(w)'besej]	[tro(w)'səsej]

[o(w)'vesi]
[o(w)'vesis]
[o(w)'vesi]
[o(w)'vesimus]
[o(w)'vesejs]
[o(w)'vesej]

(IV)

[fi'zəsi]	[pu'dəsi]	[vi'əsi]	[pu'zəsi]	[ki'zəsi]
[fi'zəsis]	[pu'dəsis]	[vi'əsis]	[pu'zəsis]	[ki'zəsis]
[fi'zəsi]	[pu'dəsi]	[vi'əsi]	[pu'zəsi]	[ki'zəsi]
[fi'zəsimus]	[pu'dəsimus]	[vi'əsimus]	[pu'zəsimus]	[ki'zəsimus]
[fi'zəsejs]	[pu'dəsejs]	[vi'əsejs]	[pu'zəsejs]	[ki'zəsejs]
[fi'zəsej]	[pu'dəsej]	[vi'əsej]	[pu'zəsej]	[ki'zəsej]

[dʒi'səsi]	[vi'si]
[dʒi'səsis]	[vi'sis]
[dʒi'səsi]	[vi'si]
[dʒi'səsimus]	[vi'simus]
[dʒi'səsejs]	[vi'sejs]
[dʒi'səsej]	[vi'sej]

A partir dessa amostra observou-se que:

a. as vogais temáticas /a/, /e/ e /i/ realizam-se plenamente nas formas [-erudita]. Nas [+erudita] estão sujeitas ao processo de abaixamento (49:3).

b. os morfemas número-pessoais relativos às formas do imperfeito do subjuntivo são os mesmos do presente do subjuntivo e podem

ser reajustados pela série de regras (IV - IX).

c. como foi mencionado no §1.1, a notação binária capta a impropriedade da terminologia tradicional "pretérito imperfeito do subjuntivo", pois na verdade, o que comumente se denomina imperfeito do subjuntivo é, antes sim, uma espécie de mais que perfeito. E os fatos fonéticos relativos às formas [+ erudita], apresentadas no início desse parágrafo, comprovam que [+ perf] não é apenas um traço semântico nesse paradigma, como sugere a notação binária, mas um significado representado por um significante específico.

d. eliminando os traços de vocalismo de postônica ter-se-á o morfema modo-temporal ótimo, /se/, que cobrirá as noções $\left[\begin{array}{c} + \text{ pas} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ subj} \end{array} \right]$ no léxico da língua portuguesa. A partir dessa colocação sugere-se a regra de reajustamento (XXII)

$$(XXII) \quad \left[\begin{array}{c} + \text{ pas} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ subj} \end{array} \right] \longrightarrow /se/$$

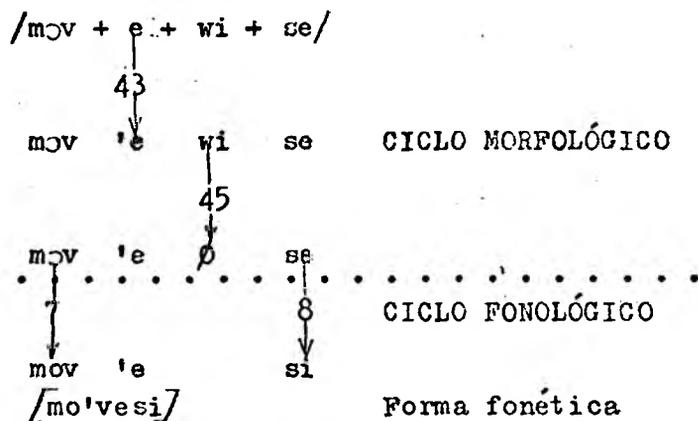
e. portanto, a estrutura sintática subjacente às formas constituintes desse paradigma inclui os seguintes morfemas:

$$\text{RAD} + \text{Vt} + [+ \text{perf}] + \left[\begin{array}{c} + \text{ pas} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ subj} \end{array} \right] + \text{NP}$$

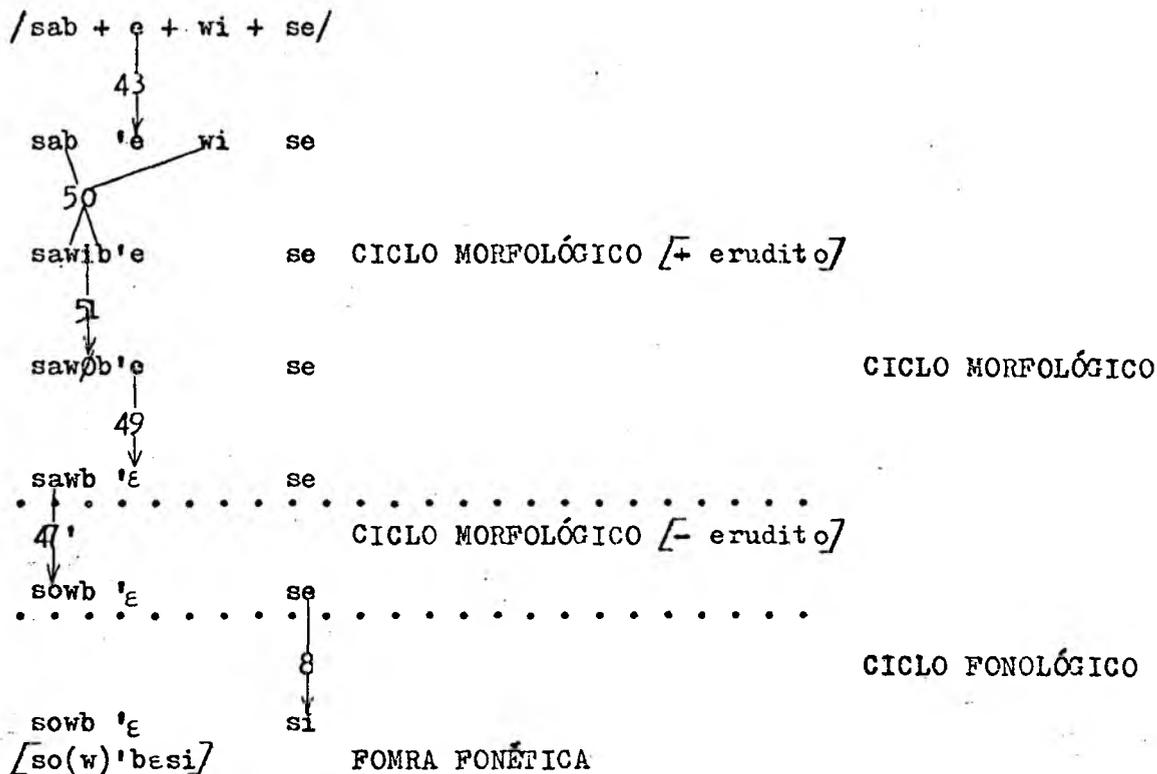
a qual, aplicadas as regras de reajustamento, será convertida nas representações fonêmicas sistemáticas abaixo:

$$\begin{array}{l} /308 + a + wi + se/ \quad /mov + e + wi + se/ \\ \vdots \quad \vdots \\ /308 + a + wi + se + mos/ \quad /mov + e + wi + se + mos/ \\ \vdots \quad \vdots \end{array}$$

Nas formas [- erudita], /wi/ será sistematicamente suprimido pelo processo (45:3). Observe a derivação de [mo'vesi]



Nas formas [+ erudita], /wi/ estará sujeito a um dos três processos mencionados no §3.3.1. Observe a derivação de [so(w)'besi].



§3.6 FUTURO DO SUBJUNTIVO

(I)

[ʒo'gar]	[mo'ver]	[dor'mir] ^u
[ʒo'garis]	[mo'veris]	[dor'miris] ^u
[ʒo'gar]	[mo'ver]	[dor'mir] ^u
[ʒo'garmus]	[mo'vermus]	[dor'mirmus] ^u
[ʒo'gardʒis]	[mo'verdʒis]	[dor'mirdʒis] ^u
[ʒo'garẽj]	[mo'verẽj]	[dor'mirẽj] ^u

(II)

[tʃi'ver]
[tʃi'veris]
[tʃi'ver]
[tʃi'vermus]
[tʃi'verdʒis]
[tʃi'verẽj]

(III)

[ko(w)'ber]	[so(w)'ber]	[tro(w)'ser]
[ko(w)'beris]	[so(w)'beris]	[tro(w)'seris]
[ko(w)'ber]	[so(w)'ber]	[tro(w)'ser]
[ko(w)'bermus]	[so(w)'bermus]	[tro(w)'sermus]
[ko(w)'berdʒis]	[so(w)'berdʒis]	[tro(w)'serdʒis]
[ko(w)'berẽj]	[so(w)'berẽj]	[tro(w)'serẽj]

[o(w)'vɛr]
 [o(w)'vɛris]
 [o(w)'vɛr]
 [o(w)'vɛrmus]
 [o(w)'vɛrdʒis]
 [o(w)'vɛrɛj]

(IV)

[fi'zɛr]	[pu'dɛr]	[vi'ɛr]	[pu'zɛr]	[ki'zɛr]
[fi'zɛris]	[pu'dɛris]	[vi'ɛris]	[pu'zɛris]	[ki'zɛris]
[fi'zɛr]	[pu'dɛr]	[vi'ɛr]	[pu'zɛr]	[ki'zɛr]
[fi'zɛrmus]	[pu'dɛrmus]	[vi'ɛrmus]	[pu'zɛrmus]	[ki'zɛrmus]
[fi'zɛrdʒis]	[pu'dɛrdʒis]	[vi'ɛrdʒis]	[pu'zɛrdʒis]	[ki'zɛrdʒis]
[fi'zɛrɛj]	[pu'dɛrɛj]	[vi'ɛrɛj]	[pu'zɛrɛj]	[ki'zɛrɛj]

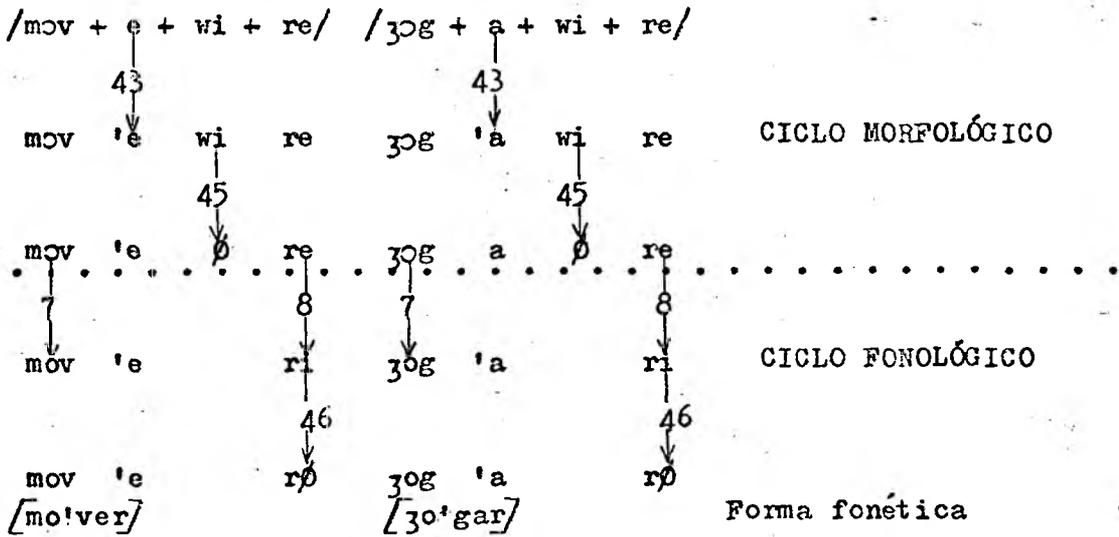
[dʒi'sɛr]	['vir]
[dʒi'sɛris]	['viris]
[dʒi'sɛr]	['vir]
[dʒi'sɛrmus]	['virmus]
[dʒi'sɛrdʒis]	['virdʒis]
[dʒi'sɛrɛj]	['virɛj]

A observação dos dados empíricos permite declarar que:

- a. a oposição entre as três vogais temáticas /a/, /e/ e /i/ é perfeitamente nítida na seção I^o desse parágrafo, onde são listadas as formas [- erudita]. As vogais temáticas das formas [+ erudita] estão sujeitas ao processo de abaixamento (49:3) peculiar às formas do perfeito marcadas pelo traço [+ erudito].
- b. os morfemas número-pessoais relativos a essas formas são os mesmos do presente do subjuntivo, podendo pois, ser interpretados pela série de regras (IV - IX).
- c. como fora mencionado no §1.1 o que comumente se denomina futuro do subjuntivo é antes sim uma espécie de pretérito perfeito hipotético, e, é com base nessa acepção que se torna explícita a ligação fonológica (constatada através das formas verbais [+ erudita]) que há entre essa forma e as demais formas portadoras do traço aspectual [+ perf]. Portanto, /wi/ é um morfema presente nas representações fonêmicas sistemáticas inerentes às formas constituintes do futuro do subjuntivo.
- d. o morfema referente às categorias modo-tempo, portador das noções $\left[\begin{array}{l} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ subj} \end{array} \right]$ manifesta-se foneticamente como [r] e [ri]. No firme propósito de se manter o máximo possível de representações subjacentes úncias sugere-se analisar as seguintes hipóteses:

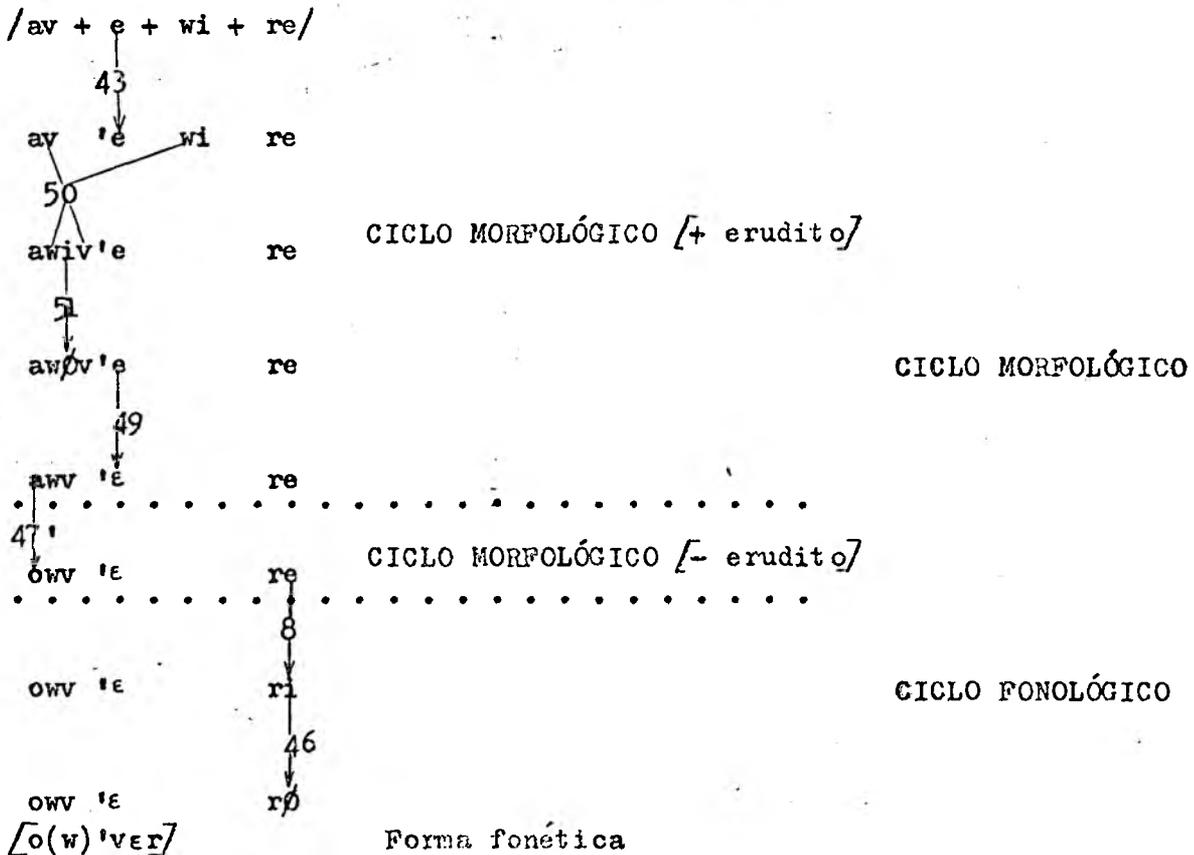
1. "O morfema portador das noções $\left[\begin{array}{l} + \text{ pas} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ subj} \end{array} \right]$ está representado no léxico da língua portuguesa por /r/".

Admitindo-se pois, que a estrutura sintática subjacente às formas do futuro do subjuntivo seja: RAD + Vt + [+perf] + $\left[\begin{array}{l} + \\ - \\ + \end{array} \begin{array}{l} \text{pas} \\ \text{ant} \\ \text{subj} \end{array} \right] + \text{NP}$ a qual será convertida nas representações fonêmicas sistemáticas aplicadas as regras de reajustamento. A ausência do morfema /wi/ nas formas [-erudita] será sistematicamente explicada mediante o processo (45:3), o que pode ser comprovado pela derivação de [mo'ver] e [ʒo'gar]



Nas formas [+erudita], /wi/ estará sujeito ou a sofrer um processo de metátese, (50:3) ou a condicionar um processo de harmonia vocálica e ser posteriormente suprimido, (52:3) e (53:3), ou a submeter-se a um processo de alteração do traço [-cons], (54:3).

Observe a derivação de [o(w)'ver]:



A partir dos §'s 3.3 a 3.6 concluiu-se que:

A. Os paradigmas verbais: pretérito perfeito do indicativo, pretérito mais que perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo não são apenas formas relacionadas pelo traço [+ perf], como sugere a notação binária, mas também formas fonologicamente relacionadas. E, só, mediante a consideração de /wi/ como um constituinte "psicologicamente real" nas representações fonêmicas sistemáticas dessas formas pode-se explicitar a natureza desse relacionamento fonológico.

B. Com a análise sugerida para o pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito, pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo fica definitivamente apagada a possibilidade de se considerar [w] um morfema modo-temporal ou número-pessoal. Pode-se pois, estabelecer a regra de reajustamento (XXIV)

$$(XXIV) \quad [+ \text{perf}] \longrightarrow /wi/$$

§ 3.7 FUTURO DO PRESENTE E DO PRETÉRITO

Amostra fonética

FUTURO DO PRESENTE

[ʒoga'rej]	[move'rej]	[dormi'rej]
[ʒoga'ras]	[move'ras]	[dormi'ras]
[ʒoga'ra]	[move'ra]	[dormi'ra]
[ʒoga'rẽmus]	[move'rẽmus]	[dormi'rẽmus]
[ʒoga'rejs]	[move'rejs]	[dormi'rejs]
[ʒoga'rẽw]	[move'rẽw]	[dormi'rẽw]

FUTURO DO PRETÉRITO

[ʒoga'rie]	[move'rie]	[^u dormi'rie]
[ʒoga'ries]	[move'ries]	[^u dormi'ries]
[ʒoga'rie]	[move'rie]	[^u dormi'rie]
[ʒoga'riẽmus]	[move'riẽmus]	[^u dormi'riẽmus]
[ʒoga'riejs]	[move'riejs]	[^u dormi'riejs]
[ʒoga'riẽw]	[move'riẽw]	[^u dormi'riẽw]

A partir desses dados observou-se que:

- todas as conjugações, sem exceção, são marcadas pelas mesmas características terminais.
- esses elementos terminais revelam muitas das propriedades do auxiliar "haver".
- sincronicamente, há uma forma de futuro perifrástico cuja constituição será esquematizada através da figura abaixo:

	AUXILIAR "HAVER"/"IR"	VERBO PRINCIPAL
FUTURO DO PRESENTE	PRES. DO INDIC.	INFINITIVO
FUTURO DO PRETÉRITO	PRET. IMPERF. DO INDIC.	INFINITIVO

d. não só as terminações revelam propriedades do auxiliar "haver" como também o radical assemelha-se ao infinitivo de qualquer paradigma verbal.

e. inclusive os paradigmas que incluem formas supletivas revelam um radical idêntico ao infinitivo no futuro do presente e no futuro do pretérito. O verbo "ser", e.g., que no presente do indicativo é: sou, és, é, somos, sois, são; no pretérito imperfeito do indicativo: era, eras, era éramos... ; no pretérito perfeito: fui, foste, foi, fomos... ; é, no futuro do presente: serei, serás, será, seremos... e no futuro do pretérito: seria, serias, seria, seríamos...

f. sincronicamente, as locuções formadas com o auxiliar "ter" recebem o complementizador -do (particípio passado), conforme:

tenho estado aqui

tenho vivido aqui

As formadas com o auxiliar "estar" recebem o complementizador -ndo (gerúndio), conforme:

estou trabalhando agora

estou estudando muito

E as formadas com auxiliar "haver" recebem o complementizador -re (infinitivo), conforme:

hei de fazer isto amanhã

há de chegar por volta das dez horas

g. só as formas do futuro do presente e do pretérito admitem a mesóclise.

contar-lhe-ei uma história

falar-te-ei sobre Dom Pedro I

contar-lhe-emos lorotas

contar-lhe-ia uma história

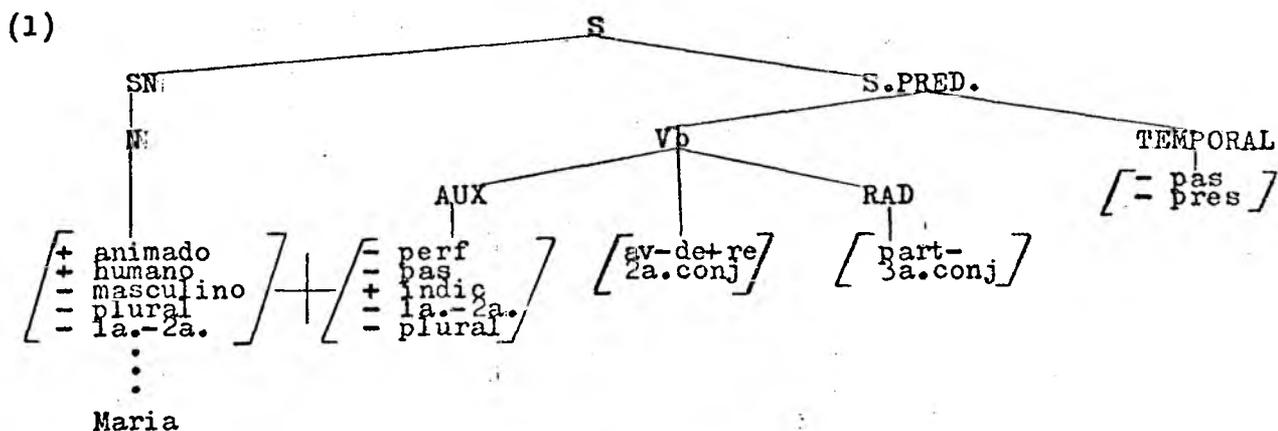
falar-te-ia sobre Dom Pedro I

contar-lhe-íamos lorotas

h. a natureza do acento nas formas do futuro do presente e do pretérito é aparentemente anômala, visto que nenhum outro tempo (comoficou patente nos parágrafos anteriores) possui formas verbais com o acento incidindo sobre morfemas que não aqueles constituintes do tema, i.é., em todos os outros tempos o acento ou incide sobre a vogal do radical, ou sobre a vogal temática.

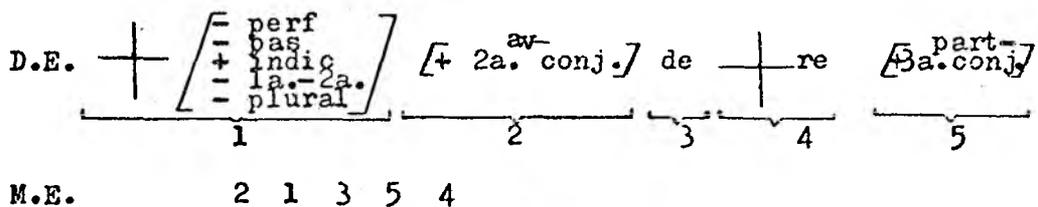
No exame dessas oito implicações encontraram-se evidências

sincrônicas substanciais em favor da hipótese dos futuros como tempos compostos. Por essa hipótese, na derivação de uma sentença como "Maria partirá amanhã" estará implicada a seguinte estrutura:

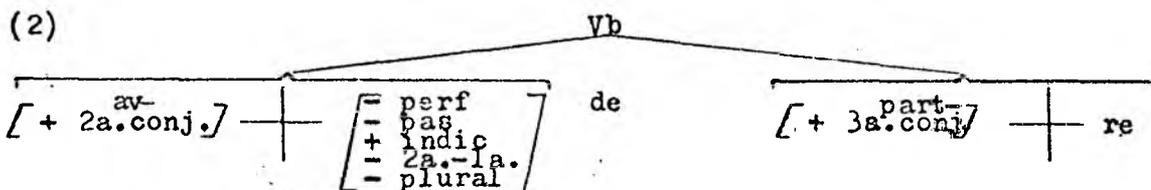


Essa estrutura revela uma propriedade peculiar do futuro em português, ou seja, o tempo lógico $[-\text{pas}]$ manifesto pelo nódulo tempo-ral e, mediante restrições seletivas, copiado pelo constituinte AUX do nódulo Vb, resolve-se em "presente lingüístico" ou, para usar a terminologia binária, em $[-\text{pas}]$. Isso é verdade não só para o futuro cujo auxiliar seja "haver", como também para o futuro cujo auxiliar seja "ir", como por exemplo "Maria vai partir amanhã". E, mesmo sem auxiliar, o futuro lógico resolve-se em presente lingüístico, conforme: "Maria parte amanhã". A noção de futuro é, sem dúvida, um significado na língua, mas um significado sem significante na morfologia verbal.

Sobre os constituintes do nódulo Vb em (1) operará uma transformação obrigatória de "salto de afixo" que levará os constituintes precedidos de \perp (fronteira de morfema) para depois dos radicais que os seguem. Será aqui formalizada como:



Esse transformação permite montar um indicador sintagmático



Sobre a seqüência dada pelo indicador sintagmático (2), incidirão regras de segmentação próprias da morfologia derivacional, convertendo-a na estrutura (3)

/av + Vt₂ [-perf] + [+indic^{pas}] + [-1a.-2a.] de /part-/ + Vt₃ + re/

Aplicadas as regras de reajustamento listadas abaixo, (3) será convertida em (4)

(II) Vt₂ → /e/

(III) Vt₃ → /i/

(X) [-perf] → ∅

(XI) [+indic^{pas}] → ∅

(VI) [-1a.-2a.] → ∅

(4) /av + e de part + i + re/

Mediante interpretação do componente fonológico (4) será convertida em (5)

(5) [... 'a dʒi por'tir...]

Para derivar [part'i'ra] será necessário que uma regra atue sobre (4) pospondo o auxiliar ao verbo principal, conforme (6):

(6) D.E /av + e de part + i + re/

M.E /part + i + re av + e de/

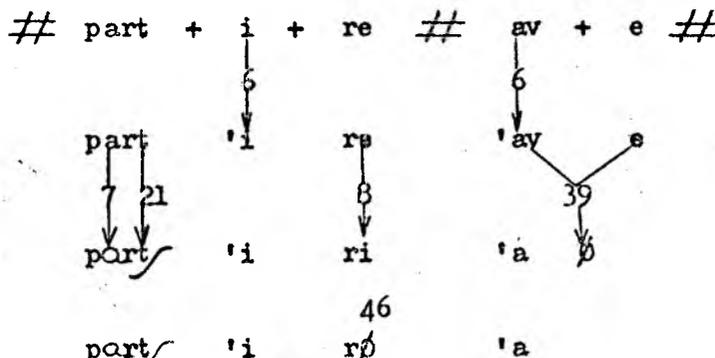
Uma regra operará sobre (6) suprimindo "de", elemento copulativo, que liga o verbo auxiliar, elemento copulante, ao verbo principal, elemento copulado, se ele estiver posposto ao elemento copulado. Essa regra pode ser formalizada como:

ELEMENTO COPULATIVO → ∅ / [ELEMENTO COPULADO] [ELEMENTO COPULANTE] —

Mediante atuação dessa regra (6) será convertida em (7):

(7) /part + i + re av + e/

O componente fonológico da gramática operará sobre essa sequência transformando-a em (8). Veja a derivação



(8) # par'tir # 'a #

Uma regra sistematicamente transformará a fronteira $\#$ em \dagger quando nenhum outro elemento interferir entre o verbo principal e o auxiliar.

$$\# \longrightarrow \dagger / \left[\text{principal}^{\text{Vb}} \right] \text{---AUX}$$

Esse processo é motivado por fenômenos de juntura, muito comuns na performance das línguas humanas (naturais). Pela sua atuação (8) será convertida em (9)

(9) por'tʃir + 'a

Uma vez que a individualidade fonológica dos dois vocábulos foi desfeita em favor de um único é natural que um dos acentos seja eliminado. Nos casos de composição, como sugere a regra de reajustamento de acento (17:2), apresentada no §2.5, "o acento primário na extremidade à direita é mantido, quaisquer outros são enfraquecidos". Portanto, pela incidência de (17:2), (9) será convertida em (10)

(10) [portʃi'ra]

Nos casos onde entre o verbo principal e o auxiliar houver um outro elemento, um pronome oblíquo por exemplo, a fronteira de palavra $\#$ não será convertida em fronteira de morfema \dagger , permanecendo pois, inalterada a individualidade dos vocábulos fonológicos.

§3.7.1 COMPORTAMENTO FONOLÓGICO DE "haver" COMO AUXILIAR

Observou-se ao tratar do presente do indicativo do verbo "haver" que dado seu caráter auxiliar está sujeito a grandes reduções.

Quando anteposto ao verbo principal manifesta-se foneticamente como:

[^h ej	dʒi	kən'tar]	[^h ɑ'vɪə	dʒi	kən'tar]
[^h as	"	"]	[^h ɑ'viəs	"	"]
[^h a	"	"]	[^h ɑ'viə	"	"]
[^h ɑ'vɛmus	"	"]	[^h ɑ'viemus	"	"]
[^h ɑ'vɛjs	"	"]	[^h ɑ'viɛjs	"	"]
[^h ɛw̃	"	"]	[^h ɑ'viɛw̃	"	"]

E quando posposto como:

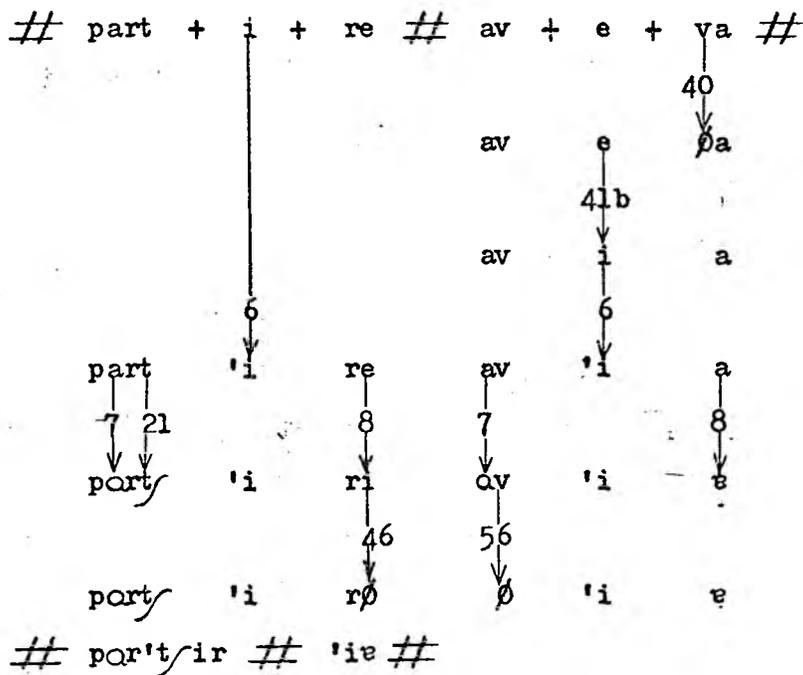
[kən'tar	'ej]	[kən'tar	'iə]
["	'as]	["	'ias]
["	'a]	["	'iə]
["	'ɛmus]	["	'iɛmus]
["	'ɛjs]	["	'iɛjs]
["	'ɛw̃]	["	'iɛw̃]

Portanto, como auxiliar anteposto, "haver", está sujeito ou ao processo (39:3) ou aos processos (36:3) e (37:3), propostos, no §3.1.3. E, como auxiliar posposto está sujeito a (39:3) e (36:3) e a mais um processo peculiar que pode ser estabelecido como (56:3)

(56:3) $\begin{matrix} \text{av} \\ \text{RAD} \end{matrix} \longrightarrow \emptyset / \left[\begin{matrix} \text{Vb} \\ \text{principal} \end{matrix} \right] \# \longrightarrow \left[\begin{matrix} \text{Vt} \\ + \text{acento} \end{matrix} \right] + \text{MP} + \text{NP} \#$

A regra (56:3) operará sobre todas as formas do auxiliar do futuro do pretérito e ainda sobre a primeira e segunda pessoa do plural do auxiliar do futuro do presente.

Observe a derivação de $\left[\text{part}'\text{ir}'\text{ie} \right]$. Como foi mencionado anteriormente, o auxiliar do futuro do pretérito sempre estará no imperfeito do indicativo.



Se nada há entre o verbo principal e o auxiliar a seqüência $\# \text{por}'\text{tir} \# \text{'ie} \#$ será convertida em $\# \text{por}'\text{tir} + \text{'ie} \#$. Desfeita a individualidade dos dois vocábulos fonológicos aplicará o esquema de reajustamento de acento (17:2), apagando o acento à esquerda e fornecendo o output desejado: $\left[\text{part}'\text{ir}'\text{ie} \right]$.

Essa hipótese permite:

- 1º explicar a natureza anômala do acento sem auxílio de qualquer mecanismo específico.
- 2º explicar a razão da mesóclise só nas formas do futuro, i.é., captar a natureza complexa desses tempos.
- 3º captar a peculiaridade, inerente ao português, de que o futuro lógico resolve-se morfematicamente em presente.

Poder-se-ia estabelecer uma hipótese alternativa para os futuros como tempos simples, cujas constituições seriam totalmente indepen-

dentes do verbo "haver". As terminações re/ra seriam os morfemas portadores da noção de futuro do presente e ria/rie os morfemas portadores da noção de futuro do pretérito. Essas terminações unir-se-iam ao tema, tal como o foi com os outros morfemas modo-temporais. No entanto, essa hipótese apresenta os seguintes inconvenientes:

1º as duas regras de acento até então propostas não seriam capazes de acentuar essas formas verbais. Uma regra teria de ser proposta, e, na flexão verbal, essa regra seria totalmente idiossincrática.

2º as formas do futuro caracterizariam um desvio na flexão verbal. Seriam as únicas a não serem acentuadas na vogal do radical ou na vogal temática, ou seja, no tema. (Pela outra hipótese esse seria um desvio superficial, visto que a vogal temática era acentuada, i.é., a ausência de acento sobre a vogal temática resulta da atuação do processo (17:2).

3º o fato de o futuro incluir o infinitivo dos paradigmas verbais constituídos de formas supletivas teria de ser considerado uma mera casualidade.

4º o fato de só as formas do futuro admitirem a mesóclise também seria uma idiossincrasia inexplicável, visto que não se poderia recorrer mais ao seu caráter complexo para explicá-la.

Portanto, a hipótese que encara os futuros (presente e pretérito) como tempos compostos, se não é mais simples do que aquela que os encara como tempos simples, é, pelo menos, bem mais plausível.

§ 3.8 CONCLUSÃO

A partir dos §'s 3.1 a 3.7 conclui-se que:

A. Todo vocábulo verbal é, de fato, montado com base no ar-bouço RAD + Vt + ASP + MT + NP.

B. O constituinte Vt pode ser interpretado, dependendo da classe conjugacional que representa, por uma das três regras de reajustamento dadas abaixo:

(I') $[\overline{NMVt}] \longrightarrow /a/$

(II') $[\overline{Vt}_2] \longrightarrow /e/$

(III') $[\overline{Vt}_3] \longrightarrow /i/$

C. O constituinte ASP pode ser interpretado, de acordo com o traço $[\pm \text{perf}]$ por uma das duas regras abaixo:

(IV') $[- \text{perf}] \longrightarrow \emptyset$

(V') $[+ \text{perf}] \longrightarrow /wi/$

D. O constituinte MT mediante combinação dos traços $[\pm \text{pas}]$, $[\pm \text{ant}]$, $[- \text{subj}]$ e $[- \text{indic}]$ será interpretado pela série de regras abaixo:

(VI') $[+ \text{pas} \text{ indic}] \longrightarrow \emptyset$

(VII') $[- \text{pas} \text{ subj}] \longrightarrow /a/$

(VIII') $[+ \text{pas} \text{ ant} \text{ indic}] \longrightarrow /va/$

(IX') $[+ \text{pas} \text{ ant} \text{ indic}] \longrightarrow \emptyset$

(X') $[+ \text{pas} \text{ ant} \text{ indic}] \longrightarrow /ra/$

(XI') $[+ \text{pas} \text{ ant} \text{ subj}] \longrightarrow /se/$

(XII') $[+ \text{pas} \text{ ant} \text{ subj}] \longrightarrow /re/$

E. O constituinte NP, mediante combinação dos traços $[\pm \text{1a.pes}]$, $[\pm \text{2a.pes}]$ e $[\pm \text{plural}]$ será interpretado pelas regras de reajustamento abaixo:

(XIII') $[+ \text{1a.pes} \text{ plural}] \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} /o/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ - \text{pas} \\ - \text{indic} \end{array} \right] \quad (a) \\ /i/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right] \quad (b) \\ \emptyset \quad (c) \end{array} \right.$

(XIV') $[+ \text{2a.pes} \text{ plural}] \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} /ste/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right] \quad (a) \\ \emptyset \left[\begin{array}{l} + \text{Ip} \\ + \text{afirm} \end{array} \right] \quad (b) \\ /s/ \quad (c) \end{array} \right.$

(XV') $[- \text{1a.-2a.pes} \text{ plural}] \longrightarrow \emptyset$

(XVI') $[+ \text{1a.pes} \text{ plural}] \longrightarrow /mos/$

(XVII') $[+ \text{2a.pes} \text{ plural}] \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} /stes/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right] \quad (a) \\ /de/ \left[\begin{array}{l} + \text{Ip} \\ + \text{afirm} \end{array} \right] \quad (b) \\ /des/ \quad (c) \end{array} \right.$

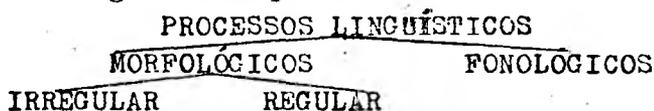
(XVIII') $[- \text{1a.-2a.pes} \text{ plural}] \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} /ran/ \left[\begin{array}{l} \text{Vb} \\ + \text{pas} \\ - \text{ant} \\ + \text{indic} \end{array} \right] \quad (a) \\ /n/ \quad (b) \end{array} \right.$

F. Mediante a aplicação dessas regras de reajustamento todas as categorias sintáticas inerentes ao vocábulo verbal serão corretamente convertidas nas representações fonêmicas sistemáticas correspondentes, que para simplicidade da gramática são, aqui, sempre únicas. (Os alomorfes resultam da atuação de processos morfológicos ou fonológicos).

G. A aparente discrepância que há entre o número de constituintes da estrutura sintática subjacente a todo vocábulo verbal e da estrutura foneticamente manifesta é sempre explicada mediante a interpretação de regras de reajustamento como VI', IX', XV', etc. que formalizam oposições privativas, ou atuação de processos como (45:3), (5:3) que suprimem categorias verbais antes que o vocábulo atinja sua forma fonética final.

H. Na função de gerar "estruturas manifestas" a partir das "estruturas latentes" o falante-ouvinte de português utiliza processos que nessa gramática estão divididos de acordo com seu âmbito aplicacional, em processos morfológicos e fonológicos. Sendo que os processos morfológicos comportam ainda uma outra divisão dependendo do tipo de restrição que lhes é feita. Se ao contexto de uma regra é adstrito traços sintáticos independentemente motivados como Vb, [+ pas], [+ perf], etc. então, tal regra caracteriza um processo morfológico regular. Se, por outro lado, ao contexto de uma regra se adstringe o traço [+ erudito], não requisitado por outros aspectos da gramática, então, tal regra caracteriza um caso típico de processo morfológico irregular. Essas considerações permitem montar o seguinte esquema:

fg.1

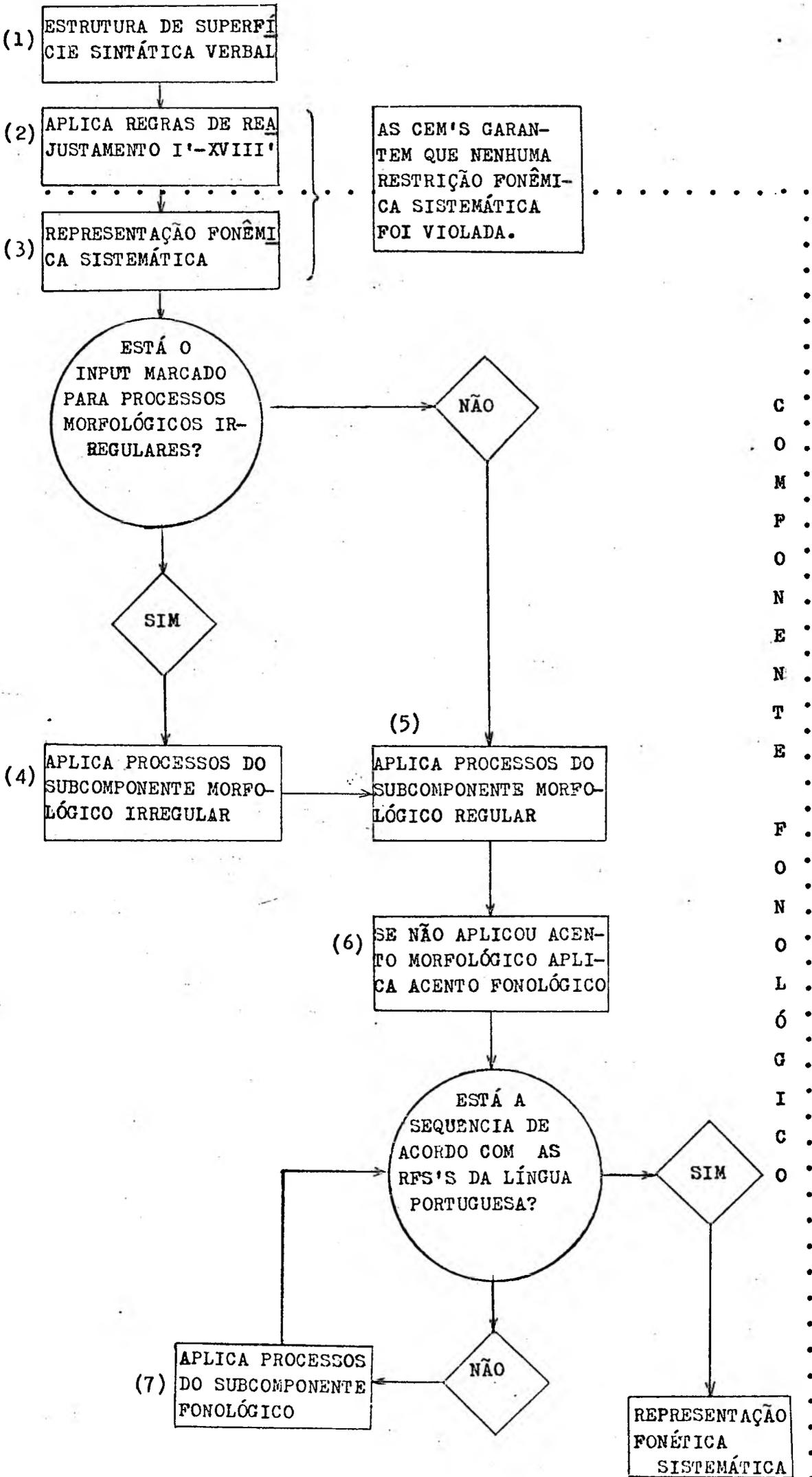


I. Nas derivações o ciclo morfológico de regras irregulares precede o ciclo morfológico de regras regulares e esse o ciclo fonológico de regras.

J. Entre si, as regras mantêm uma relação de ordenação, nessa gramática, fundamentada por princípios intrínsecos subjacentes às línguas naturais como um todo.

K. Os processos requisitados pela fonologia do português são motivados por RFS's que podem ser próprias do português ou constituir "targets" fonológicos universais.

L. A consideração dos itens A - K que, em síntese, abrangem toda a análise sugerida nesse capítulo, permite esboçar um modelo lingüístico teórico que cubra toda a performance do vocábulo verbal, desde o output do componente sintático onde aplicam as regras de reajustamento até a representação fonética sistemática. Esse modelo é dado através da fg.2, na página que segue:



C
O
M
P
O
N
E
N
T
E
F
O
N
O
L
Ó
G
I
C
O

Fig.2

Esse esquema deve ser entendido como: a estrutura sintática subjacente aos vocábulos verbais, (1), mediante a aplicação de regras de reajustamento, (2), torna-se uma representação fonêmica sistemática, (3). Essa representação fonêmica sistemática pode estar ou não marcada para processos morfológicos irregulares. Se estiver, passará por um subcomponente de processos morfológicos irregulares, (4), se não, poderá ou não, dependendo de suas descrições estruturais, passar por um subcomponente de processos morfológicos regulares, (5), sendo que as formas que passam por (4) podem também passar por (5). Se as seqüências saírem do subcomponente de processos morfológicos não acentuadas, então aplicará o acento fonológico, (6). Se, à essa altura dos acontecimentos, a seqüência for rejeitada pelas RFS's então passará por um subcomponente de regras fonológicas, (7).

No momento em que a seqüência estiver de pleno acordo com todas as RFS's ter-se-á atingido o ponto final da derivação, ou seja, a representação fonética sistemática.

Portanto, de acordo com essa primeira versão, o componente fonológico da gramática está subdividido em três outros subcomponentes: subcomponente de regras morfológicas irregulares, subcomponente de regras morfológicas regulares, subcomponente fonológico.

M. Na análise aqui realizada irregular é sinônimo de [+ erudito]. Os processos constituintes do subcomponente de regras morfológicas irregulares manifestam os seguintes caracteres:

1. não interferem na aprendizagem de uma língua estrangeira.
2. não afetam as palavras emprestadas.
3. sempre possuem exceções.
4. as formas sujeitas a tais regras tendem a se regularizar. É comum ouvir na linguagem das crianças e falantes adultos cuja variante estilística seja a subpadrão formas como:

* 'fazu	* 'trazu
* 'midu	* 'pidu
* 'o(w)vu	* 'perdu
* 'kabu	* 'sabu
* ko'bi	* ko'bew
* so'bi	* so'bew
* tra'zi	* tra'zew
* fo'zi	* fo'zew
* po'dji	* po'dew
* po'pej	* po'po(w)

Performam os padrões [- erudito] como se fossem [- erudito].

5. em verdade, o que as regras morfológicas [+ erudita] fazem, é converter segmentos subjacentes [+ erudito] em [- erudito]. Um caso típico que comprova a veracidade dessa proposição é o verbo "pôr" cuja forma subjacente [+ erudita] é /pon/ e que, após aplicadas as regras morfológicas [+ erudita], transforma-se, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e em todo o presente do subjuntivo, em [pon]. Sobre essa forma assenta-se uma conjugação totalmente [- erudita],

na variante estilística subpadrão, conforme atestam os dados abaixo:

[^h'põnu]
 * po'navɐ ...
 * po'nej ...
 * po'nasi ...

N. Em termos de aquisição de linguagem a proposição do item M. sugere que onde os verbos irregulares existem são adquiridos em formas de paradigmas cujas formas subjacentes são aquelas outputs do ciclo morfológico. O que o falante faz, nesse caso, é só aplicar as regras do ciclo fonológico. A aquisição dessas formas, via de regra, não é um ato inconsciente. É comuníssimo ouvir frases insistentes do tipo:

não é *'fazu, é [^h'fasu]!
 não é *'põnɐ, é [^h'põ̃]!
 não é *ko'bi, é [^h'ko(w)bi]!
 não é *fo'zew, é [^h'fes]!
 não é *fo'zi, é [^h'fis]!
 não é *po'nej, é [^h'pus]!

Resumindo, é mais exato falar em "aprendizagem" de verbos irregulares, do que em "aquisição" de verbos irregulares. Sendo assim, as regras que constituem o subcomponente morfológico irregular podem ser válidas como mecanismos descritivos. No entanto, não são "psicologicamente reais", i.é., não fazem parte da gramática do falante-ouvinte de português. Se, com o modelo teórico proposto na fig.2, pretende-se retratar o que é, de fato, "psicologicamente real", então, o subcomponente de regras irregulares é um elemento impropriamente incluído no esquema, devendo dele, portanto, ser excluído. O subcomponente de regras morfológicas irregulares fornece uma organização compacta dos dados, mas não capta "o conhecimento tácito" que os falantes nativos têm desses padrões. Contrariamente ao que se espera de tudo aquilo que se qualifica como processo, os processos morfológicos irregulares não formalizam um conhecimento sistemático, mas um conhecimento ad hoc.

O. A inaceitação dos processos constituintes do subcomponente de regras morfológicas regulares como "psicologicamente reais", implicaria em ter de abandonar o léxico de morfemas em favor de um léxico de palavras, o que é inconsistente com um dos preceitos básicos da fonologia gerativa. O fato de as regras morfológicas regulares não se tornarem transparentes na nativização dos empréstimos, de não interferirem na aprendizagem de outras línguas está ligado a sua natureza intrínseca. Em geral, são determinadas e requisitadas pela morfologia derivacional. Ora pois, no empréstimo e na aprendizagem de outra língua o falante-ouvinte emite ou detecta "palavras" cuja morfologia derivacional ele ignora completamente. O que se quer, aqui, patentear é que as regras morfológicas regulares são "psicologicamente reais" nos atos linguísticos com "competência" e não apenas com "performance", como é o caso de empréstimos e aprendizagem de outra língua.

Outra propriedade das regras morfológicas regulares é sua resistência à dialeção. É comum que uma língua, mediante processos fonológicos, dialetalize-se, mas é altamente impro-

vável que o mesmo se dê com processos morfológicos regulares. Isso é válido para o português, pois as regras que constituem o subcomponente morfológico regular são comuns a todos os falantes independentemente do dialeto a que pertençam. O mesmo já não é válido para os processos constituintes do subcomponente fonológico, pois estão dialetalmente distribuídos. Para ilustrar a veracidade dessa colocação, considere-se o processo de vocalismo de pretônica, (7:3). Esse processo atinge a variante dialetal aqui analisada, mas não a área dialetal nordestina onde o sistema de sete vogais é preservado mesmo nas sílabas de menor proeminência, i.é., onde a RFS:

SE [- ^vacento]

ENTÃO [- baixa]

não existe para motivar um processo fonológico como (7:3).

Compare os dados dos dois dialetos:

DIALETO NORDESTINO

[30'gave] / [30'gej]
[pe'gave] / [pe'gej]

DIALETO NORTE-PARANAENSE

[30'gave] / [30'gej]
[pe'gave] / [pe'gej]

P. Os processos fonológicos tornam-se transparentes na nativização dos empréstimos e interferem na aprendizagem de outra língua porque sua produtividade independe de considerações morfológico-derivacionais. Tudo o que requerem para a sua aplicabilidade é encontrar as descrições estruturais, nesse caso, sempre fonológicas.

Q. Portanto, a refutação do subcomponente de regras morfológicas irregulares como "psicologicamente reais" e, a aceitação do subcomponente de regras morfológicas regulares e do subcomponente fonológico como "psicologicamente reais" permitem montar um segundo modelo teórico da performance do vocabulo verbal. De acordo com essa nova proposição o componente fonológico está subdividido em dois outros subcomponentes:

1. o subcomponente de regras morfológicas regulares (atuante nos processos morfológico-derivacionais próprios da língua).
2. O subcomponente de regras fonológicas que visa colocar as seqüências de acordo com as RFS's da língua, responsável pela nativização dos empréstimos, e, não raro, interferindo na aprendizagem de outras línguas. (Esse segundo modelo teórico está formalizado através da Fig.3, na página seguinte).

(Talvez valesse a pena alguém estender a aplicabilidade desse modelo a outras áreas morfológicas que não a verbal, e provar ou refutar seu valor para a teoria linguística).

C O N H E G U Í S T I M E N T O

C O N H E C I M E N T O

L I N G U Í S T I C O

S I S T E M Á T I C O

ESTRUTURA DE SUPERFÍCIE SINTÁTICA VERBAL

APLICA REGRAS DE REAJUSTAMENTO I'-XVIII'

REPRESENTAÇÃO FONÊMICA SISTEMÁTICA

AS CEM'S GARANTEM QUE NENHUMA RESTRIÇÃO FONÊMICA SISTEMÁTICA FOI VIOLADA

EMPRÉSTIMOS

APRENDIZAGEM DE OUTRA LÍNGUA

O INPUT ENCONTRA A D.E. DE PROCESSOS MORFOLÓGICOS REGULARES?

SIM

NÃO

APLICA PROCESSOS DO SUBCOMPONENTE MORFOLÓGICO REGULAR

APLICOU ACENTO MORFOLÓGICO?

NÃO

APLICA ACENTO FONOLÓGICO

INTERFERENCIA

SIM

ESTÁ A SEQUENCIA DE ACORDO COM AS RPS'S DA LÍNGUA PORTUGUESA?

SIM

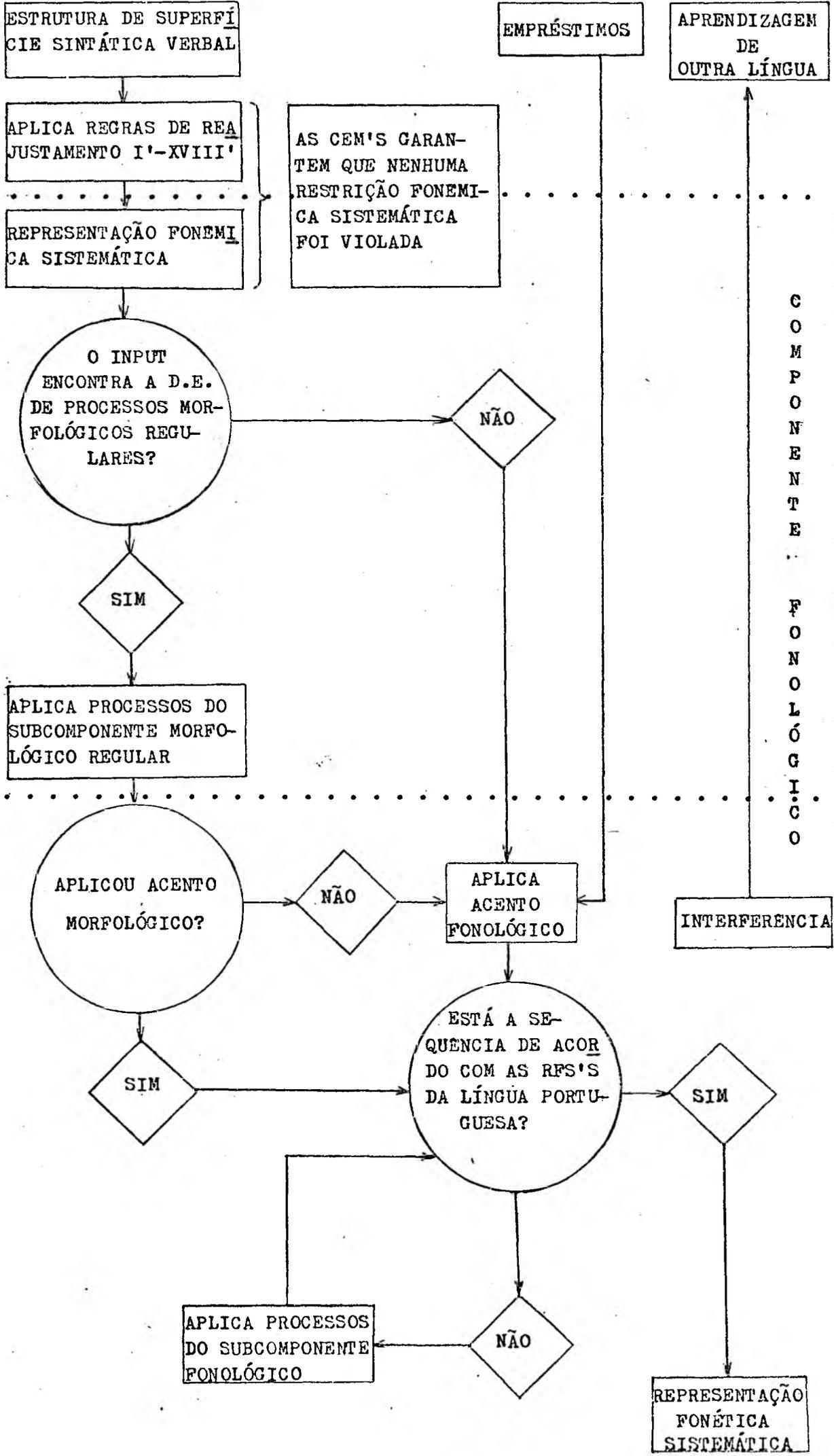
APLICA PROCESSOS DO SUBCOMPONENTE FONOLÓGICO

NÃO

REPRESENTAÇÃO FONÉTICA SISTEMÁTICA

C O M P O N E N T E F O N O L Ó G I C O

Fig. 3



NOTAS AO CAPÍTULO III

- (1) Oscar Nobiling sugere que a articulação nasal perdura além da vogal nasalizada, determinando sua ditongação.
- (2) Paviani, 1969
- (3) Shapiro, 1972, in *Language*, vol.48, nº 2, p.359
- (4) Mateus, 1975, p.105
- (5) Mateus, 1975, p.126
- (6) Com a classificação dos processos: (3:3), (4:3) e (5:3) como morfológicos fica definitivamente explicado porque razão só após a aplicação dessas regras, (6:3) poderá aplicar, problema esse que Mateus não conseguiu resolver sem a ordenação extrínseca.
- (7) Trubetzkoy, 1972, in "Fonologia y Morfologia"
- (8) Haiman, 1972, in *Language*, vol.48, nº 2, p.365 a 377
- (9) Idem (8)
- (10) Mateus, 1975, p.107
- (11) Os verbos irregulares com radicais supletivos, e.g., ir, ser, etc. não serão aqui analisados.
- (12) A respeito da interpretação de /nj/ como [ɲ] ver Eunice Pontes (*Estrutura do Verbo no Português Coloquial*)
- (13) Idem (12)
- (14) É através dos processos (28:3) e (29:3) que "laudare" se tornou "louvar"
- (15) A forma atual "perco" era, no português arcaico representada por "perço", forma, provavelmente resultante da hipotética *perdeo. O motivo da substituição de "perço" para "perco" é um pequeno enigma (cf. Williams, 1975, p.225)
- (16) Mattoso, 1975, pp.89,92 e 97
- (17) Pottier, 1973, p.108
- (18) Harris, 1969
- (19) Saltarelli, 1970
- (20) Mateus, 1975, p.164
- (21) Mateus, 1975, p.160
- (22) A relação entre as regras (6:3) e (43:3) não fica clara em Mateus (veja a argumentação pouco convincente apresentada por ela nas páginas 158, 159, e 160). A consideração de (6:3) como um processo fonológico e de (43:3) como morfológico fornece uma solução natural para o problema.

BIBLIOGRAFIA

1. ALI, Said. "Gramática Secundária". São Paulo, Editora Melhoramentos, 1964.
2. BALDI, Philip. "The Latin Imperfect in *bā-". In: *Language*, vol. 52, nº 4, 1976.
3. BECHARA, Evanildo. "Moderna Gramática Portuguesa". 19a. edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
4. BOTHA, Rudolf F. "Methodological Aspects of Generative Phonology".
5. BRASINGTON, R.W.P. "On the Functional Diversity of Phonological Rules". In: *Journal of Linguistics*, vol.12, March, 1976.
6. CABRAL, Leonor Scliar. "Introdução a Linguística". 1a. edição, Porto Alegre, Editora Globo, 1974.
7. CAMARA, J.M. "Para o Estudo Descritivo dos Verbos Irregulares". In: *Estudos Linguísticos*, vol.I, nº 1. São Paulo, julho, 1966.
8. _____. "A Forma Verbal Portuguesa em -ria". Washington, Georgetown University School of Languages and Linguistics, 1967.
9. _____. "Princípios de Linguística Geral". 4a. edição. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1972.
10. _____. "Estrutura da Língua Portuguesa". 6a.edição. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda, 1975.
11. _____. "Problemas de Linguística Descritiva". 7a. edição. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda, 1976a.
12. _____. "História e Estrutura da Língua Portuguesa". 2a. edição. Rio de Janeiro, Padrão-Livraria-Editora Ltda, 1976b.
13. CAIRNS, Charles. "Markedness, Neutralization and Universal Redundancy Rules". In: *Language*, vol.45, nº 4, 1969.
14. CEARLEY, Alvin. "The Only Phonological Rule Ordering Principle". In: *Papers from the Parasession on Natural Phonology*, April 18th, 1974.
15. CEGALLA, D.P. "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa". 5a.edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.
16. CHEN, Matthew y. "Natural Phonology from the Diocronic Vantage Point". In: *Papers from the Parasession on Natural Phonology*, April 18th, 1974.
17. CHOMSKY, Noam & Halle, Morris. "The Sound Pattern of English". New York, Harper and Row, 1968.
18. CHOMSKY, Noam. "Phonology". In: Allen, J.P.B. and Buren, P.van eds. *Chomsky:Selected Readings*. New York, Oxford University Press, 1971b
19. _____. "Linguagem e Pensamento". 2a. edição. Tradução de Francisco M.Guimarães. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1971.
20. _____. "Aspectos da Teoria da Sintaxe". Tradução, Introdução, Notas e Apêndices de José Antonio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra, Arménio Amado Editor, 1975

21. CLAYTON, Mary L. "The Redundancy of Underlying Morpheme -Structure Conditions". In: Language, vol.52, nº 2, 1976.
22. CUNHA, Celso F. "Gramática da Língua Portuguesa". 1a. edição. Rio de Janeiro, FENAME, 1972.
23. GIVÓN, Talmy. "Rule Un-ordering; Generalization and De-generalization in Phonology". In: Papers from the Parasession on Natural Phonology April 18th, 1974.
24. HAIMAN, John. "Phonological Targets and Unmarked Structures". In: Language, vol.48, nº 2, 1972.
25. HALLE, Morris. "The Sound Pattern of Russian". Paris, The Hague: Mouton, 1959.
26. _____ . "Phonology in Generative Grammar". In: Fodor and Katz, 1964.
27. HARRIS, James W. "Spanish Phonology". Cambridge, Massachusetts: M.I.T. Press, 1969.
28. _____ . "Sound Change in Spanish and Theory of Markedness" In: Language, vol.45, nº 3, 1969.
29. HASTINGS, Ashley J. "Howard's Directional Theory and the Unordered Rules Hypothesis". In: Papers from the Parasession on Natural Phonology, April 18th, 1974.
30. HENDERSON, Michael M.T. "Redundancy, Markedness, and Simultaneous Constraints in Phonology". In: Language, vol.52, nº 2, 1976.
31. HYMAN, Larry. "How Concret is Phonology?" In: Language, vol.46, nº 1, 1970
32. _____ . "Phonology Theory and Analysis". United States of America, Holt, Rinehart and Wiston Editors, 1975.
33. JACOBSEN, Bent. "Transformational Generative Grammar". Amsterdam. New York, Oxford, North-Holland Publishing Company, 1977.
34. KISSEBERTH, Charles W. "On the Functional Unity of Phonological Rules". In: Linguistic Inquiry 1-3: p.291 a 306, 1970.
35. KOUTSOUDAS, Andreas, et al. "The Application of Phonological Rules" In: Language, vol.50, nº 1, 1974.
36. KOUTSOUDAS, Andreas. "The Strict Order Fallacy". In: Language, vol. 48, nº 1, 1972.
37. LANGACKER, Ronald W. "A Linguagem e sua Estrutura". Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda, 1972.
38. LIGHTNER, Theodore M. "The Role of Derivational Morphology in Generative Grammar". In: Language, vol.51, nº 3, 1975.
39. LUFT, Celso Pedro.
40. MARTIN, John. "Sobre a Noção do Modo Verbal em Português". In: Revista Letras, nº 24, 1975.
41. MATEUS, Maria Helena Mira. "Aspectos da Fonologia Portuguesa". Lisboa, Publicação do Centro de Estudos Filológicos, 1975.
42. MATTHEWS, P.H. "Morphology". 1a. edição. London, Cambridge

University Press, 1974.

43. NETO, Serafim da Silva. "História da Língua Portuguesa". 2a. edição. Rio de Janeiro, Livros de Portugal Editora, 1970.
44. NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. In: Napoleão Mendes de Almeida. "Gramática Metódica da Língua Portuguesa". 22a. edição. São Paulo, Saraiva S/A Livreros - Editores, 1969.
45. NUNES, Dr. José Joaquim. "Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa". 4a. edição. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1951.
46. PAVIANI, Léa Andrade. "Brazilian Portuguese Morphophonology - a Generative Approach". (Ph.D. Dissertation) Austin, 1969.
47. PEREIRA, Eduardo Carlos. "Gramática Expositiva". São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1926.
48. PERINI, Mário. "A Gramática Gerativa - Introdução ao Estudo de Sintaxe Portuguesa". Belo Horizonte, Vigília, 1976.
49. PONTES, Eunice. "A Estrutura do Verbo no Português Coloquial". Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1972.
50. POSTAL, Paul. "Aspects of Phonological Theory". New York, Harper and Row, 1968.
51. POTTIER, Bernard, AUDUBERT, Albert e PAIS, Cidmar Teodoro. "Estruturas Linguísticas do Português". 2a. edição. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
52. PUENTE, Irene Bonini de la. "Análise Transformacional dos Verbos Regulares no Português". Dissertação de Mestrado, PUC, Campinas, 1977.
53. SALTARELLI, Mário. "A Phonology of Italian in a Generative Grammar". Paris, The Hague: Mouton, 1970.
54. SAPIR, Edward. "Sound Patterns in Language". In: Language, vol. 37, nº 51, 1925.
55. SCHANE, Sanford A. "French Phonology and Morphology". Cambridge, Massachusetts, M.I.T. Press, 1968.
56. _____ . "The Phoneme Revisited". In: Language, vol. 47, nº 3, 1971.
57. _____ . "How Abstract is Abstract?". In: Papers from the Parasession on Natural Phonology". April 18th, 1974.
58. _____ . "On the Non-Uniqueness of Phonological Representation". In: Language, vol. 44, nº 4, 1968.
59. _____ . "Fonologia Gerativa". Tradução de Alzira Soares da Rocha, Maria Helena Camacho e Junéia Mallas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
60. SERRA, Maria Conceição. "Os Glides no Português". Dissertação de Mestrado, PUC, Campinas.
61. SHAPIRO, Michael. "Explorations into Markedness". In: Language, vol. 48, nº 2, 1972.
62. SHIBATANI, Masayoshi. "The Role of Surface Phonetic Constraints in Generative Phonology". In: Language, vol. 49, nº 1, 1973.

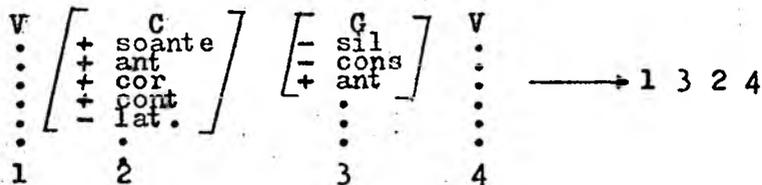
63. SILVEIRA, Sousa da. "Lições de Português". 8a. edição. Rio de Janeiro, Livros de Portugal Editora, 1972.
64. SMITH, N.V. "The Phonology of Nupe". In: Journal of African Languages, vol. 6, 1967.
65. STANLEY, Richard. "Redundancy Rules in Phonology". In: Language, vol. 43, nº 2, 1967.
66. TORRES, Artur de Almeida. "Moderna Gramática Expositiva". 19a.edição Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1967.
67. TRUBETZKOY, N. "La Realidad Psicologica de los Fonemas". In: TRUBETZKOY, N., SAPIR, E. y otros. "Fonologia y Morfologia". Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972.
68. TWADDELL, W. Freeman. "On Defining the Phoneme". Language Monograph nº16, 1935.
69. VALENTE, Pe. Milton. "Gramática Latina para o Ginásio". 81a. edição Porto Alegre, Livraria Selbach.
70. VENNEMANN, Theo. "Words and Syllables in Natural Generative Grammar" In: Papers from the Parasession on Natural Phonology, April 18th, 1974.
71. WARBURTON, Irene P. "On the Boundaries of Morphology and Phonology: a Case Study from Modern Greek". In: Journal of Linguistics, vol. 12, September, 1976.
72. WILLIAMS, Edwin B. "Do Latim ao Português". 3a. edição. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

ÍNDICE DE REGRAS E CONDIÇÕES DO CAPÍTULO II

- (1:2) CEM Se: $[+ \text{ sil }]$
Então: $[- \text{ cons }]$
- (2:2) CEM CP + ($[- \text{ cons }]$ / $[+ \text{ sil }]$) $[+ \text{ sil }]$ +
 $[- \text{ cons }]$
- (3:2) CEM CN $[+ \text{ sil }]$
 $[+ \text{ nasal }]$
- (3':2) CEM Se: $[+ \text{ sil }]$
Então: $[- \text{ nasal }]$
- (4:2) CEM Se: $[- \text{ baixo }]$
Então: $[\alpha \text{ post}]$
 $[\alpha \text{ arred}]$
- (5:2) REM $[+ \text{ nasal}] \rightarrow [\alpha \text{ ant.}]$ / $[- \text{ cont}]$
 $[\beta \text{ cor}]$ / $[\alpha \text{ ant.}]$
 $[\beta \text{ cor}]$
- (6:2) CEM Se: + $[+ \text{ cons }]$ $[- \text{ cons.}]$
 $[- \text{ soante}]$
Então: $[+ \text{ ant}]$
 $[+ \text{ cor}]$
 $[+ \text{ estrid}]$
- (7:2) RFS $\sim \#$ $[+ \text{ cons}]$
 $[+ \text{ ant}]$
 $[+ \text{ cor}]$
 $[+ \text{ estrid}]$
- (8:2) PRÓTESE DO /e/
 $\emptyset \rightarrow [+ \text{ sil}]$
 $[- \text{ alto}]$
 $[- \text{ baixo}]$
 $[- \text{ post}]$ / $\#$ $[- \text{ cons}]$
 $[+ \text{ ant}]$
 $[+ \text{ cor}]$
 $[+ \text{ estrid}]$ $[+ \text{ cons}]$
- (9:2) RFS/M Se: $[+ \text{ sil }]$
Então: $[+ \text{ sonoro}]$
- (10:2) RFS Se: $[+ \text{ sil}]$
 $[- \text{ acent}]$
Então: $[- \text{ baixo}]$
- (11:2) VOCALISMO ÁTONO
 $[+ \text{ sil}]$
 $[+ \text{ baixo}]$
 $[- \text{ acent}] \rightarrow [- \text{ baixo}]$
- (12:2) RFS \sim VV
- (13:2) REGRA DE NASALIZAÇÃO
V $\rightarrow [+ \text{ nasal}]$ / $[- \text{ nasal}]$ $\#$
- (14:2) REGRA DE SUPRESSÃO DA NASAL
 $[+ \text{ nasal}] \rightarrow \emptyset$ / $[+ \text{ nasal}]$ $\#$

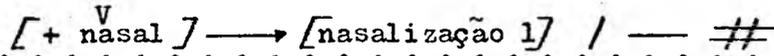
(15:2)

METÁTESE DA GLIDE



(16:2)

REAJUSTAMENTO DE NASALIZAÇÃO



(17:2)

REAJUSTAMENTO DE ACENTO

Nos compostos, o acento primário na extremidade à direita é mantido; quaisquer outros são enfraquecidos.

(18:2)

REAJUSTAMENTO DE ACENTO

Nas locuções, o acento primário na extremidade à esquerda é mantido; quaisquer outros acentos são enfraquecidos.

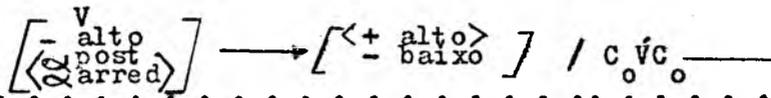
(19:2)

SUPRESSÃO DA VOGAL TEMÁTICA



(20:2)

VOCALISMO DE POSTÔNICA



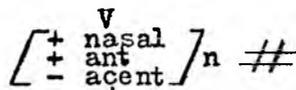
(21:2)

PALATALIZAÇÃO DAS DENTAIS /t/ e /d/



(22:2)

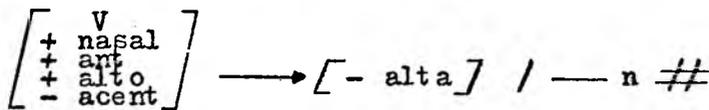
RFS Se:



Então $\left[- \text{ alto} \right]$

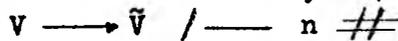
(23:2)

VARIANTE CONTEXTUAL DE /i/



(24:2)

REGRA DE NASALIZAÇÃO (restrita)



(25:2)

REGRA DE SUPRESSÃO DO /n/



(26:2)

DESPALATALIZAÇÃO (espanhol)



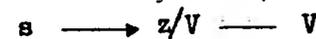
(27:2)

DESLATERALIZAÇÃO (espanhol)



(28:2)

SONORIZAÇÃO (hipotética)



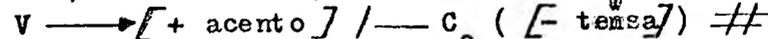
(29:2)

PALATALIZAÇÃO (hipotética)



(30:2)(31:2) (32:2)

ACENTO (Francês)



(33:2)(34:2)(35:2) SUPRESSÃO DE CONSOANTES (Francês)

$$c \longrightarrow \emptyset / \text{---} \left\{ \begin{array}{l} + \\ \# \end{array} \right\} c$$

(36:2) NASALIZAÇÃO (reformulada)

$$n \longrightarrow \emptyset / \bar{v} \text{---} \#$$

(37:2) AGLUTINAÇÃO (hipotética)

$$[- \text{aglutinado}^s] \longrightarrow z / v \text{---} v$$

(38:2) NEUTRALIZAÇÃO (nupe)

$$\left[\begin{array}{l} > \\ \varepsilon \end{array} \right] \longrightarrow a / \left[\begin{array}{l} c^w \\ c_j \end{array} \right] \text{---}$$

(39:2) PALATALIZAÇÃO DAS DENTAIS

$$\left[\begin{array}{l} + \\ - \end{array} \text{cor} \right] \longrightarrow \left[+ \text{alto} \right] / \text{---} \left[\begin{array}{l} - \\ + \end{array} \text{cons} \right. \\ \left. \text{post} \right. \\ \left. + \text{alto} \right]$$

REGRAS MORFOLÓGICAS E FONOLÓGICAS DO CAPÍTULO III

(1:3) TRANSFORMAÇÃO DA VOGAL TEMÁTICA

$$\left[\alpha \text{ BAIXA}^v \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} -\alpha \text{ baixa} \\ -\alpha \text{ post} \\ -\alpha \text{ alta} \end{array} \right] / + \text{---} + \left[\begin{array}{l} - \\ + \end{array} \text{Vb} \right. \\ \left. \text{pas} \right. \\ \left. \text{subj} \right]$$

(2:3) ESPECIFICAÇÃO DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO

$$\left[\begin{array}{l} + \\ - \end{array} \text{sil} \right. \\ \left. \text{arred} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} \alpha \text{ baixo} \\ \beta \text{ post} \end{array} \right] / + \left[\begin{array}{l} -\alpha \text{ baixo} \\ -\beta \text{ post} \end{array} \right] + \text{---} + \left[\begin{array}{l} - \\ + \end{array} \right]_{\text{Vb}}$$

(3:3) ELIMINAÇÃO DE IDENTIDADE

$$\left[\begin{array}{l} + \\ + \\ + \\ - \end{array} \text{sil} \right. \\ \left. \text{baixo} \right. \\ \left. \text{post} \right. \\ \left. \text{arred} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} - \\ - \end{array} \text{baixo} \right. \\ \left. \text{post} \right] / + \left[\begin{array}{l} + \\ + \\ + \\ - \end{array} \text{sil} \right. \\ \left. \text{baixo} \right. \\ \left. \text{post} \right. \\ \left. \text{arred} \right] + \text{---} + \left[\begin{array}{l} - \\ + \end{array} \right]_{\text{Vb}}$$

(4:3) HARMONIA VOCÁLICA DE PRESENTE

$$\left[\begin{array}{l} + \\ \alpha \text{ post} \\ \alpha \text{ arred} \end{array} \text{baixa}^v \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} \beta \text{ alta} \\ \gamma \text{ baixa} \end{array} \right] / \text{---} c_o + \left[\begin{array}{l} \beta \text{ alta} \\ \gamma \text{ baixa} \end{array} \right] + \left[\begin{array}{l} v \\ v_b \end{array} \right]$$

(5:3) REGRA DE SUPRESSÃO DA VOGAL TEMÁTICA

$$v \longrightarrow \emptyset / + \text{---} + \left[\begin{array}{l} v \\ v_b \end{array} \right]$$

(6:3) REGRA FONOLÓGICA DE ACENTO

$$v \longrightarrow \left[+ \text{acento} \right] / \text{---} c_o v c_o \#$$

(7:3) VOCALISMO DE PRETÔNICA

$$\left[+ \text{baixa}^v \right] \longrightarrow \left[- \text{baixa} \right] / \text{---} c_o \check{v} \dots$$

(8:3) VOCALISMO DE POSTÔNICA

$$\left[\begin{array}{l} - \\ < \alpha \text{ post} \\ < \alpha \text{ arred} \end{array} \text{alta}^v \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} < + \text{alto} > \\ < - \text{baixo} > \end{array} \right] / \check{v} c_o \dots \text{---}$$

(9:3) REGRA DE NASALIZAÇÃO

$$\left[+ \text{acent}^v \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} + \\ - \end{array} \text{nasal} \right. \\ \left. \text{baixa} \right] / \text{---} \left[+ \text{nasal} \right] v \dots$$

- (SN) SUPRESSÃO de /j/
 $j \longrightarrow \emptyset / v \text{ — } r] \left[\begin{array}{l} - \text{ Vb} \\ + \text{ pas.} \\ + \text{ indic.} \\ + \text{ erudito} \end{array} \right]$
- (36:3) SUPRESSÃO DE /v/
 $v \longrightarrow \emptyset / j \text{ — }] \left[+ \text{ Vb} \right. \left. \text{erudito} \right]$
- (37:3) SUPRESSÃO DO /o/
 $/o/ \longrightarrow \emptyset / vj \text{ — }] \left[+ \text{ Vb} \right. \left. \text{erudito} \right]$
- (38:3) ALTERAÇÃO DO TRAÇO [- cons]
 $j \longrightarrow 3 / v \text{ — } v] \left[+ \text{ Vb} \right. \left. \text{erudito} \right]$
- (39:3) SUPRESSÃO DA SÍLABA POSTONICA
 $/ve/ \longrightarrow \emptyset / \# \acute{v} \text{ — } \left\{ \begin{array}{l} + \\ \# \end{array} \right\}] \left[+ \text{ Vb} \right. \left. \text{erudito} \right]$
- (40:3) REGRA DE SUPRESSÃO DO /v/
 $v \longrightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{l} - \text{ baixa} \\ - \text{ post} \end{array} \right] + \text{ — } \left[\begin{array}{l} + \text{ V} \\ + \text{ baixa} \\ + \text{ post} \\ - \text{ arred} \end{array} \right]] \text{ Vb}$
- (41:3) REGRA DE ELEVÇÃO DE Vt_2
 $\left[\begin{array}{l} - \text{ V} \\ - \text{ baixa} \\ - \text{ post} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+ \text{ alta} \right] / + \text{ — } + \left[+ \text{ V} \right. \left. \text{baixa} \right] \left[\begin{array}{l} + \text{ Vb} \\ + \text{ pas.} \\ + \text{ indic.} \end{array} \right]$
- (43:3) REGRA MORFOLÓGICA DE ACENTO
 $V \longrightarrow \left[+ \text{ acent} \right] / + \text{ — } + C_1 VC_0 VC_0 \#] \text{ Vb}$
- (44:3) REGRA DE INSERÇÃO DE /n/
 $\emptyset \longrightarrow \left[\begin{array}{l} + \text{ cons} \\ - \text{ ant} \\ + \text{ cor} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} + \text{ sil} \\ + \text{ alto} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \text{ — } V$
 1 2
 Condição: $1 \neq 2$
- (45:3) REGRA DE SUPRESSÃO DE /wi/
 $wi \text{ — } \longrightarrow \emptyset / \text{ — } +] \text{ Vb}$
- (46:3) REGRA DE SUPRESSÃO de /i/
 $\left[\begin{array}{l} - \text{ V} \\ - \text{ post} \\ + \text{ alto} \\ - \text{ acent} \end{array} \right] \longrightarrow \emptyset / \left[+ \text{ travamento de sílaba} \right] \text{ — } \#$
- (47:3) ASSIMILAÇÃO DO /a/
 $\left[\begin{array}{l} + \text{ V} \\ + \text{ baixa} \\ + \text{ post} \\ - \text{ arred} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} - \text{ baixa} \\ \alpha \text{ post} \\ \alpha \text{ arred} \end{array} \right] / \text{ — } \left[\begin{array}{l} + \text{ cons} \\ + \text{ alto} \\ \alpha \text{ post} \\ \alpha \text{ arred} \end{array} \right]] \left[+ \text{ Vb} \right. \left. \text{pas} \right]$
- (48:3) ASSIMILAÇÃO DE /e/
 $\left[\begin{array}{l} + \text{ sil} \\ - \text{ baixo} \\ - \text{ alto} \\ - \text{ post} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+ \text{ alto} \right] / \text{ — } \left[\begin{array}{l} + \text{ cons} \\ + \text{ alto} \\ - \text{ post} \end{array} \right]] \left[+ \text{ Vb} \right. \left. \text{pas} \right]$
 Condição: (O segmento $\left[+ \text{ sil}, - \text{ baixo}, - \text{ alto}, - \text{ post} \right]$ deve ser um segmento fonêmico sistemático).